

Flamarion Dutra Alves
Sandra de Castro de Azevedo
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Ana Rute do Vale

Organizadores

A DIMENSÃO POLÍTICA NO ESPAÇO

*Conflitos e desigualdades territoriais
na sociedade contemporânea*



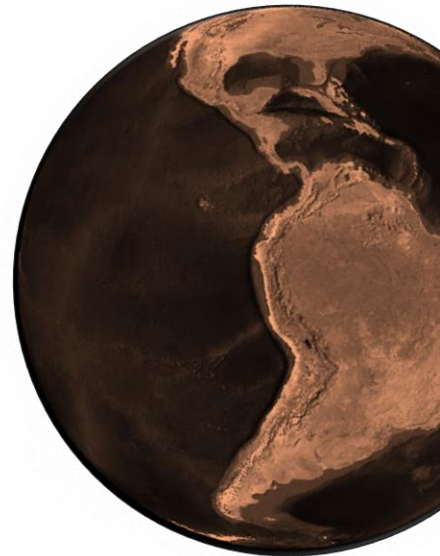
Ed. UNIFAL-MG

FLAMARION DUTRA ALVES
SANDRA DE CASTRO DE AZEVEDO
ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA
ANA RUTE DO VALE

ORGANIZADORES

A DIMENSÃO POLÍTICA NO ESPAÇO

CONFLITOS E DESIGUALDADES TERRITORIAIS NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA



1ª Edição
Alfenas-MG
UNIFAL-MG
2019

© 2019 Direitos reservados aos autores. Direito de reprodução do livro é de acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea

Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/ebooks>



Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG
Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 Centro – Alfenas – Minas Gerais – Brasil –
CEP: 37.130-001

Reitor: Sandro Amadeu Cerveira Vice-reitor: Alessandro Antonio Costa Pereira

Sistema de Bibliotecas da UNIFAL-MG / SIBI/UNIFAL-MG

Organizadores: Flamarion Dutra Alves, Sandra de Castro de Azevedo, Estevan Leopoldo de Freitas Coca e Ana Rute do Vale.

Editoração, Revisão: Flamarion Dutra Alves.
Edição e arte: Flamarion Dutra Alves.
Apoio à editoração: Marlom César da Silva
Capa: Isabelle Medeiros de Freitas e Felipe da Silva Vieira
Contra-capa: Flamarion Dutra Alves
Órgão de fomento: CAPES

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central – Campus Sede

D582 A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea / Organizadores: Flamarion Dutra Alves... [et al.]. – Alfenas -- MG : Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019. 374 f.: il. --

ISBN: 978-85-63473-41-7 (E-book)
Disponível em: <http://www.unifal-g.edu.br/bibliotecas/ebooks>
Inclui Bibliografia.
Vários autores

1. Geografia Política 2. Território. 3. Geopolítica. 4 Geografia.
5. Sociedade. I. Alves, Flamarion Dutra. (org.). II. Azevedo, Sandra de Castro de. (org.). III. , Coca, Estevan Leopoldo de Freitas (org.). IV. Vale, Ana Rute do (org.). V. Título.

CDD-320.12
CDU-911.3

Ficha Catalográfica elaborada por Marlom Cesar da Silva
Bibliotecário-Documentalista CRB6/2735

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade (IFSULDEMINAS - Poços de Caldas)
Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Carvalho Giordani (UFF)
Prof.^a Dr.^a Ana Rute do Vale (UNIFAL-MG)
Doutoranda Camila Ferracini Origuéia (UNESP - P.Prudente)
Prof. Dr. Cássio Alexandre da Silva (UNIMONTES)
Prof. Dr. Daniel Hideki Bando (UNIFAL-MG)
Prof. Dr. Danilo Piccoli Neto (UFSC)
Prof. Dr. Eduardo Karol (UERJ)
Prof. Dr. Eli Fernando Tavano Toledo (IFSULDEMINAS - Poços de Caldas)
Prof. Dr. Evânio dos Santos Branquinho (UNIFAL-MG)
Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves (UNIFAL-MG)
Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamini (UFPEL)
Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto (UNIFAL-MG)
Prof. Dr. Ivair Gomes (UFSJ)
Doutoranda Lorena Izá Pereira (UNESP - P.Prudente)
Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini (IFSP - São João da Boa Vista)
Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti (UFU)
Prof. Dr. Marcelo de Oliveira Latuf (UNIFAL-MG)
Prof. Dr. Marcio Abondanza Vitiello (UNIFAL-MG)
Prof. Dr. Márcio Roberto Toledo (UFSJ)
Prof.^a Doutoranda Marina de Oliveira Penido (UFF - Geografia)
Prof.^a Dr.^a Michele Lindner (UFRGS)
Prof.^a Dr.^a Nádia Cristina da Silva Mello (CEFET - Divinópolis)
Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (UEL)
Prof.^a Dr.^a Patrícia Helena Milani (UFMS - Três Lagoas)
Prof.^a Dr.^a Rosane Balsan (UFT - Porto Nacional)
Prof.^a Dr.^a Sílvia Elena Venturini (UFSJ)
Prof.^a Dr.^a Sílvia Lopes Raimundo (UNIFESP)
Prof.^a Dr.^a Tatiane Marina Pinto Godoy (UFSJ)
Prof.^a Doutoranda Tatiana de Souza Leite Garcia (USP - Geografia Humana)
Prof. Dr. Wesley Silva (UNIFAL-MG)

REALIZAÇÃO



<https://geosimposiounifal.wordpress.com>



www.unifal-mg.edu.br/geres/inicial



www.capes.gov.br



www.unifal-mg.edu.br/ppgeo



<https://sites.google.com/site/agbalfenas>



9 788563 473417

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
<i>Flamarion Dutra Alves</i>	
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E A CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES NA CIDADE: O TERRITORIAL <i>versus</i> O SETORIAL E SUAS CONTRADIÇÕES - Lidando cotidianamente com conflitos socioespaciais.....	9
<i>Maria Adélia de Souza</i>	
MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA AMÉRICA LATINA: CAMPESINATO, TERRA E COMIDA.....	38
<i>Bernardo Maçano Fernandes</i>	
RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO JAPÃO A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE IMIGRANTES DO BRASIL: DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO E NEGAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.....	60
<i>Aline Lima Santos</i> <i>Rosa Ester Rosini</i>	
GEOGRAFIAS DE TEMPOS DE DOMINAÇÃO E BARBÁRIE: OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E AS ESCOLHAS GEOGRÁFICAS QUE NEGLIGENCIAM A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL.....	84
<i>Nilson Cesar Fraga</i>	
GEOPOLÍTICA E IDEOLOGIA: O NEOEURASIONISMO E A QUESTÃO DA QUARTA TEORIA.....	115
<i>José Gilberto de Souza</i> <i>Felipe Rodrigues de Camargo</i>	
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA: QUESTÕES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS.....	169
<i>Eduardo Karol</i>	
O NORTE DE MINAS: TERRITORIALIDADES, CONFLITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	177
<i>Ana Ivania Alves Fonseca</i> <i>Cássio Alexandre da Silva</i> <i>Marcela Alves Fonseca</i>	
PARTE II – ESCALAS E ESTUDOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA	
INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA E A INTERSECÇÃO ENTRE GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA: REFLEXÕES SOBRE A UNASUL E O MERCOSUL.....	205
<i>Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz</i>	

A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL E AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM UMA CIDADE MÉDIA DAS TRÊS FRONTEIRAS: O CONTEXTO DE FOZ DO IGUAÇU (PARANÁ).....222

Alexandre Carvalho de Andrade

ESTATUTO CIENTÍFICO E RELAÇÕES DE PODER: CLAUDE RAFFESTIN E O PROJETO EPISTÊMICO NA GEOGRAFIA POLÍTICA.....244

Raquel Furlino de Souza

O ALIMENTO E A ATUALIDADE DA GEOPOLÍTICA.....261

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

EDUCAÇÃO, ESPAÇO E ESTADO NO NEOLIBERALISMO.....276

Ana Cláudia Giordani

Roberto Marques

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....288

Evânio dos Santos Branquinho

O AGRONEGÓCIO DO CAFÉ E A TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DE MINAS GERAIS...306

Flamarion Dutra Alves

QUESTÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DE MINAS: BUSCANDO COMPARAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE CAFÉ CONVENCIONAL E ORGÂNICO.....324

Ana Rute do Vale

Leticia Almeida Araujo

Jéssica Danielle Ferreira do Amaral

Thais de Cássia Silva Lemos

Tamyris Maria Moreira da Costa

Glauceine Raimundo

APRESENTAÇÃO

A Dimensão política no espaço: Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea é fruto da realização do V Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder (GEOSIMPÓSIO) e o III Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços (GEOTRANS) realizado nos dias 10 a 13 de junho de 2019, na Universidade Federal de Alfenas – Minas Gerais, organizado pelo Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO UNIFAL-MG) e da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção local Alfenas (AGB – ALFENAS).

O evento teve como propósito discutir as questões políticas que envolvem a produção e organização do espaço, bem como os conflitos e desigualdades territoriais resultantes das disputas entre os diferentes atores e agentes da sociedade contemporânea, em suas múltiplas escalas de análise. Na edição de 2019 contou com a presença de aproximadamente 300 participantes de várias partes do Brasil e do mundo e foram publicados 225 trabalhos completos, divididos em 10 eixos-temáticos, contemplando estudos da geografia política e geopolítica nas suas diferentes escalas de análise.

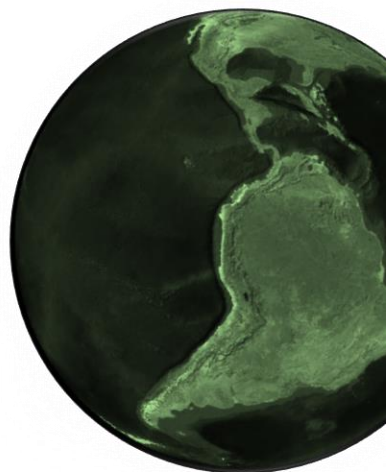
A inclusão de temas sobre Democracia, Cidadania, Direitos Humanos, Conflitos na cidade e no campo, Conflitos Ambientais, Cultura e Identidade nos eixos-temáticos, permitiu uma compreensão da dimensão política no espaço, pois toda ação humana é política, lembrando Yves Lacoste. E justamente nesse período que o Brasil vive um retrocesso nessas esferas, devemos entender e agir para que tenhamos uma sociedade mais justa e democrática.

Dessa forma, o livro organiza-se em 15 capítulos. Na parte I – *Território, Política e Poder* são apresentados textos dos palestrantes das mesas redondas e conferências realizadas durante o evento. Na parte II - *Escalas e Estudos de Geografia Política* são apresentados 8 textos selecionados pela Comissão Científica do evento.

Acreditamos que os textos apresentam uma síntese do evento e que o conteúdo proporcionará reflexões para futuras pesquisas sobre a dimensão política no espaço.

Flamarion Dutra Alves

PARTE I



TERRITÓRIO, POLÍTICA E PODER



DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E A CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES NA CIDADE: O TERRITORIAL *versus* O SETORIAL E SUAS CONTRADIÇÕES

Lidando cotidianamente com conflitos socioespaciais

Maria Adélia de Souza¹

Importante e atual o tema escolhido pelo III Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços e pelo V Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, quando nos propõe para discussão o tema *Conflitos e Desigualdades Territoriais na Sociedade contemporânea*.

Trata-se de uma temática que possibilita não só a revelação de nossos métodos de pesquisa geográfica como também a discussão sobre eles e o conhecimento de uma das principais resultantes do processo metaforicamente denominado “globalização”, que é a perversidade das desigualdades socioespaciais, territorialmente expressas nas formações socioespaciais.

Estimulada pelos títulos dos dois simpósios, atrevo-me a propor uma reflexão a partir do método geográfico que construí mantendo o espaço geográfico como instância social e o território usado como categoria geográfica de análise social, e, não usando categorias de outras ciências para elaborar um texto sobre as relações existentes entre território e poder, sempre buscadas na Geopolítica ou na Ciência Política, como faziam os clássicos, e usadas até hoje pelos geógrafos pesquisadores da abordagem feita entre nós pela denominada Geografia Política.

Não será reconstituída, metodológica e epistemologicamente, essa temática de revisitação da chamada Geografia Política nesta mesa-redonda, onde é se impõe uma discussão sobre a proposta sugerida pelos simpósios.

Em assim sendo, esta reflexão se desenvolverá da seguinte maneira:

¹ Professora Titular de Geografia Humana da USP (aposentada)
ORCID: 0000-0002-2492-7404
madelia.territorial@gmail.com

1. Uma breve abordagem teórico-metodológica como fundamento: Geopolítica, Geografia Política ou simplesmente Geografia.
2. Desigualdades socioespaciais ou desigualdades territoriais: Fundamentos de conflitos também socioespaciais?
3. Onde buscar a reflexão sobre o poder que é essencialmente político na Geografia, ciência do espaço geográfico, do território usado, do lugar, da região e da paisagem? Como falar em desigualdades na Geografia permanecendo geógrafa?
4. Demonstrando as desigualdades socioespaciais pelo uso do território. Pactos territoriais *versus* pactos setoriais. Buscando resolver conflitos socioespaciais.
5. Conclusões sobre esta reflexão.

Espera-se com este desenvolvimento suscitar críticas, polêmicas, dúvidas, mas, sobretudo, obrigar-nos a pensar sobre as questões tão importantes sugeridas pelos simpósios e pelos autores e pesquisadores que se têm dedicado a esses estudos especificamente.

Não é objetivo, aqui, fazer uma reconstituição metodológica da maneira como a chamada Geografia Política é praticada no Brasil e alhures, discorrendo sobre Ratzel, o grande pai, Camille Vallaux, Elisée Reclus, Mackinder, Raffestin, Yves Lacoste, Paul Claval, Jacques Levy e Michel Foucher mais recentemente, entre tantos de fora! Ou Bertha Becker e o que denomino Escola de Geografia Política do Rio de Janeiro, com Lia Osório e Claudio Egler, ou até, na USP, com Armando Correa da Silva, Wanderley Messias da Costa² e outros! Nem mesmo Golbery do Couto e Silva ou, uma das nossas leituras indispensáveis, Alberto Torres...

Na USP, organizei na década de 1990 uma linha de pesquisa intitulada Território, Lugar e Poder com alguns orientandos e alunos da graduação então interessados nessas questões, e conseguimos produzir um pequeno arsenal de conhecimentos na perspectiva de uma Geografia crítica, baseando-nos em muitos autores e especialmente na Geografia Nova de Milton Santos.

² Para esta reconstituição metodológica, sugiro a leitura do livro de Wanderley Messias da Costa originado de sua tese de doutoramento intitulada *Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o Território e o Poder*, São Paulo, Hucitec/Edusp, 1992.

Éramos também estimulados pelo processo constituinte que acabara de se desenrolar, além do interesse dos alunos que me buscavam para orientá-los em suas iniciações científicas, em seus trabalhos de finalização de curso, mestrados, doutorados, dando origem a vários subprodutos dentro dessa linha de pesquisa.

Um desses projetos, coordenado por mim e envolvendo um pequeno grupo de alunos, buscou estudar a formação territorial brasileira através da compreensão do uso do território e a relação entre território e poder, examinando as implicações das votações que resultaram na nossa Constituição de 1988.

Principi então por aquilo que os geógrafos antigamente denominavam Geografia Eleitoral. Esse estudo resultou em um importante relatório de pesquisa e em um atlas ainda não publicados.

Interessante o resultado desse projeto, que levou anos para ser concluído. Dele extrai um pequeno trabalho, com o qual pretendia homenagear Ulysses Guimarães, reconstituindo toda a sua história político-eleitoral, pelo papel importante que desempenhou com enorme dignidade, liderando o processo constituinte³.

Busquei desenvolver esse projeto numa tentativa de dissociar os métodos geográficos dos métodos geopolíticos: naqueles o objeto de estudo é o espaço geográfico; nestes, o poder. E o princípio do nosso método era conhecer o uso do território por aquele que é a expressão democrática e básica do exercício do poder (democrático) no Brasil – o voto –, valendo-nos dos trabalhos de muitos autores que no passado, inspirados especialmente por Siegfried (1995), resultaram na denominada Geografia Eleitoral. Não há tempo aqui para expor a metodologia que criamos para esse projeto de pesquisa, nem para comentar seus resultados a fim de compreender a questão do poder constituinte e suas implicações na formação territorial brasileira.

³ Não referenciarei esses projetos existentes sobre forma de Relatório Final de Pesquisa enviados, resumidamente, à FAPESP e ao CNPQ, que os financiaram em seu desenvolvimento, e por isso não são acessíveis. Mas fica aqui, em homenagem à nossa longa e trabalhosa investigação, meu reconhecimento aos meus alunos pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan). Apenas um pequeno esforço de ensaio metodológico desse projeto foi publicado (SOUZA, TOLEDO JUNIOR E CATAIA, 2002). Este sim, está mencionado na bibliografia, pois me encarreguei pessoalmente de distribuir exemplares a muitas bibliotecas brasileiras.

Dessa forma nos fomos preparando para discutir essa questão geograficamente, examinando a relação espaço geográfico/poder. Penso que, pioneiramente, com Doracy Zanforlin (2006), por exemplo, um dos subprodutos desse projeto foi o de refletir sobre a questão do uso do território pelas urnas eletrônicas, processo que levou, indiscutivelmente, a um aprimoramento na moralização do processo eleitoral brasileiro.

A temática destes simpósios, portanto, é de extrema importância e atualidade. E merece de todos os geógrafos enorme atenção. Não esqueçamos que a Geografia é irmã siamesa da Política, e não uma descrição cansativa e desinteressante, porque sem teoria. Elas se revelam como disciplinas autônomas na divisão do trabalho acadêmico para a produção do conhecimento, com especificidades dos objetos e do método aqui entendido, sempre como um sistema coerente de ideias.

Assim introduzida a nossa reflexão, vamos a ela.

Uma breve abordagem teórico-metodológica como fundamento: Geopolítica, Geografia Política ou simplesmente Geografia

Início minha reflexão com uma questão de método, sem a qual fica impossível expressar meu raciocínio geográfico e elaborar minha tese atual a respeito da dissolução da Geografia em suas dezenas de caras: Política, Urbana, Econômica, Industrial, de Energia, de Turismo, de População e seus derivados.

E por que esta proposição? Porque sem ela o método de pesquisa não se constitui, os argumentos não se apresentam como silogismos e o conhecimento não se faz atendendo às graves questões que a atualidade apresenta, cotidianamente, de natureza e racionalidade política, exigindo dos cientistas sociais caminhos novos para enfrentá-las. E porque não se constitui um método científico sem uma disciplina com um – e somente um – objeto que a defina⁴.

⁴ Os geógrafos, desde o século passado, têm se furtado a enfrentar essa discussão, refletida nas nossas grades curriculares, expressão ainda das formulações de Vidal de La Blache, onde os ditos aspectos físicos e humanos denominavam disciplinas que eram estudadas a partir do método predominante à época, qual seja o método analítico descritivo que até hoje predomina entre nós, por vezes suavizado com o método indutivo-dedutivo, proposto pela Escola de Frankfurt e que tem em Habermas e Adorno, entre outros,

Assim, as reflexões apresentadas nos próximos itens decorrem do modo como entendemos a Geografia e construímos os métodos de reflexão e pesquisa, vendo-os como processos coerentes de ideias. Falo em processos coerentes e não sistema coerentes, como referia Milton Santos no século passado⁵. É preciso tomar muito cuidado com a diferença entre a palavra e o conceito, para evitar a confusão dominante, desde sempre, nos textos geográficos que se pretendem críticos⁶.

A Geografia, portanto, é aqui entendida como nos propõe Milton Santos em sua *Geografia Nova* – com a qual tenho lidado e procurado avançar, com ela e sobre ela, como o questionamento proposto no parágrafo anterior – tendo um e somente um objeto, o espaço geográfico, compreendido por ele como uma “indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações”.

É aceita aqui a proposição de Milton Santos (1996) de que o espaço geográfico é uma instancia social – logo, uma categoria de análise abstrata. Divergimos de Milton Santos quando

seus expoentes maiores. Uma maneira simples e clara de argumentar sobre isso é a que consiste em passar da descrição à indução, ou seja, a construção de tipos, de tipologias. Esta não é uma questão menor. Ao contrário, ela tem impedido a Geografia de depurar-se (a Geomorfologia por exemplo, essa linda e importante disciplina), de instituir-se; e, no caso em discussão nesta mesa, tem provocado desvios teórico-conceituais sérios nos textos que apresentados e que não ajudam a compreensão sobre Território, Política e Poder a avançar geograficamente. Como expor e defender a tese da “desterritorialidade”, por exemplo, diante de filósofos como Sartre ou Heidegger ou de geógrafos como Max Sorre ou mesmo Milton Santos, que nos propõem compreender a Geografia como ciência do movimento? quem se movimentava usando o território, fluindo SOBRE ele. Nada se “desterritorializa”. Como nos desterritorializar se não levitamos, como, aliás, tudo o que existe na superfície do Planeta! E por aí vai. Territorialidade, espacialidade são tautologias que não conduzem a nada, a não ser a frear o processo de conhecimento com a leitura de sentidos vazios. Essa palavra (não é um conceito) – a *desterritorialidade* – despolitiza toda discussão sobre as implicações sociais dadas pelo uso do território. (a nota 4, a seguir, prossegue nesta reflexão).

⁵ Não é este o lugar apropriado para desenvolver essa proposta divergente.

⁶ Faço esse alerta inspirando-me em Bobbio: “Nenhum termo da linguagem política é ideologicamente neutro. Cada um deles pode ser usado como base na orientação política do usuário para gerar reações emocionais, para obter aprovação ou desaprovação de um certo comportamento, para provocar, enfim, consenso ou dissenso. Apesar do esforço em se evitar o uso da linguagem prescritiva, a presunção do dever ser, e apesar de se haver preferido a descrição dos diversos significados ideológicos em que um termo é usado à imposição de um deles, ou seja, apesar de se ter procurado falar da maneira mais neutral possível de termos que em si mesmos nunca são neutros, não se pode excluir que os autores dos verbetes, sobretudo daqueles em cujo conteúdo mais se agitam e mais são agitadas as paixões partidárias, tenham deixado transparecer suas simpatias ou antipatias. A impassibilidade é uma virtude difícil. E quando é levada até suas extremas consequências do desapego ou da indiferença não é nem sequer uma virtude” (N. Bobbio *et alii*, *Dicionário de Política*, Vol. I. Introdução, penúltimo parágrafo).

ele considera o espaço geográfico sinônimo de território usado. O território usado, magnífica categoria de análise social, é o espaço geográfico historicizado pelos processos que constituem as formações socioespaciais, ou formações territoriais e suas respectivas histórias, que determinam os usos do território, num permanente embate global entre relações sociais e conexões geográficas (Souza, 1992) exercido em todas as escalas geográficas e cujas resultantes mais significativas são as desigualdades socioespaciais.,

Desigualdades socioespaciais ou desigualdades territoriais: Fundamentos de conflitos também socioespaciais?

Durante muito tempo, na Geografia, as desigualdades expressas pelas paisagens no espaço geográfico, como sempre se diz, eram chamadas de Regiões. Assim ficava nítida uma diferenciação evidenciada pela paisagem e facilmente denominada. O tempo era lento e as paisagens se mantinham duradouras, como se fossem eternas. A Região definia os limites das desigualdades assim expressas. Hoje, contudo, nem as fronteiras tão decantadas pelos geopolíticos se sustentam como limites do que quer que seja, especialmente das coisas! Para as pessoas, tenta-se estabelecê-los! Mas, como sabemos, em vão! O Mediterrâneo, as fronteiras secas da América Latina desmentem essa intencionalidade.

Milton Santos sugere uma tese central para discutir essa questão, e com isso nos aproximarmos do grande tema do século XXI proposto por estes simpósios que nos acolhem na Universidade Federal de Alfenas, qual seja: Conflitos e Desigualdades Territoriais (Desigualdades nos Usos do Território) na Sociedade Contemporânea:

A capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos (SANTOS, 1987, p. 59.)

Assim, a questão do território usado é colocada para que a simplicidade da descrição de “espaços diferenciados”, denominados Região no passado, possa fazer avançar o método geográfico e, com isso, o conhecimento de um dos problemas mais perversos da atualidade que

são as desigualdades socioespaciais. Com um agravante: a velha metodologia de regionalização que usamos para compreender a realidade revela, hoje, o quanto esse conceito foi e só pode ser utilizado como ferramenta político-ideológica, como fazemos ao usá-la com propriedade em nossas propostas de regionalização de gestões públicas e regionalizações administrativas.

Jamais conseguimos no Brasil utilizar na gestão pública a regionalização como um instrumento democrático do poder político, ainda que minimamente. Tentativas já foram feitas, propostas têm sido sugeridas; no entanto, a estreiteza da prática política em nosso país ainda impede um mínimo de avanço nessa questão que, ao contrário do que se imagina, fortaleceria o poder político, agilizaria a gestão e o “todo político” se aperfeiçoaria. Regionalizar significa, para o processo de planejamento, descentralizar democraticamente os usos do território. Questão eminentemente geográfica, logo política.

As pesquisas e os estudos geográficos não avançaram muito nessa questão. Algumas outras disciplinas têm procurado caminhar nesse sentido, mas sua compreensão ficará parcial se o território usado não for considerado como categoria de análise social e, por conseguinte, exibidor das paisagens desiguais que desaparecem nas pesquisas que aprofundam a questão mais metafórica do que cientificamente, valendo-se, por exemplo, da metáfora da inclusão social, do desenvolvimento sustentável e de outras palavras que dão sustentação ao discurso político, mas não resolvem os graves problemas sociais contemporâneos.

Basta examinar a literatura e as políticas de governo disponíveis.

Começemos com Marx, para quem a manutenção da miséria é utilizada como um instrumento pelas classes dominantes. É aqui, por exemplo, que reside a minha crítica à esquerda neoliberal, que fala em “inclusão social” no capitalismo, criando inclusive programas de governo, rasgando nosso dinheiro! E pior: chegam a denominar essas políticas, em teses de doutorado, “políticas públicas”!

Marx propõe, como todas e todos, sabem que a desigualdade é criada pela organização da sociedade em classes, definidas entre os que detêm os meios de produção (burguesia, as chamadas classes dominantes) e os que contam apenas com sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência (proletários, a classe trabalhadora).

Não há dúvida de que as paisagens produzidas pelas diferentes classes sociais são visíveis a olho nu, revelando possibilidades distintas de uso do território. Não há como discutir a desigualdade sem considerar a instância espaço geográfico historicizada pelo uso do território, ou seja, a disputa pelo uso que passa pelo acesso à propriedade da terra e, por decorrência, ao pertencimento a uma classe. As desigualdades são, conceitualmente, socioespaciais e territoriais, existencial e historicamente falando.

Segundo Weber a *classe* é indicada pela expressão social do poder econômico, pelo *status*, identificado pelo prestígio social dado pela classe, e pelo *poder* o poder, politicamente expresso pela classe e pelo *status*, o chamado poder político, que nas democracias é outorgado pelo voto do povo. Tais são, segundo o sociólogo maior, as três fontes de desigualdade social. Como Marx, Weber considera que o conceito de classe é caracterizado pelo poder econômico, embora este expresse o poder econômico em termos de riqueza e de renda.

Mas nenhum desses grandes pensadores cita ou considera o espaço geográfico como categoria central para pensar a desigualdade como uma dupla perversidade: a social (classe, *status* e poder) e a espacial, qual seja a impossibilidade existencial de ter acesso, quando necessário, às mínimas condições para uma vida digna ditada pelo próprio capitalismo: emprego, para obtenção de salário e com ele poder existir. A atuação do governo eleito com o voto da classe pobre, oferecendo equipamento e serviços de interesse coletivo lá onde o pobre não vive nem mora, revela uma perversidade agravada cada vez mais nesta fase do capitalismo financeiro, improdutivo.

Demonstrarei cientificamente essa exigência de introduzir o espaço geográfico como instância social, como condição central para compreender a vida humana, como o são a economia, a cultura e a política. Estas, insisto, não levitam, não pairam no ar. E não se “desterritorializam”: usam perversamente os territórios, deslocando-se espacialmente, valendo-se sempre de objetos técnicos existentes. Lembremos que o espaço geográfico é uma totalidade em movimento – um sistema indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, como propõe Milton Santos. Não há possibilidade de rupturas, de “*des*” seja lá do que for.

Poderíamos também citar outros autores nesta reflexão sobre as desigualdades, como Jean-Jacques Rousseau, um dos seus precursores, Amathia Sem, John Rawls, Anthony B.

Atkinson (professor de Thomas Piketty, que recentemente surpreendeu o mundo com sua versão de *O Capital*) e tantos outros neoliberais e reformistas que têm participado da discussão sobre as desigualdades socioespaciais, como denominamos esse processo insistente, crescente e perverso produzido pela globalização atual.

Atkinson (2015), no seu livro bastante reformista, elabora seu pensamento sobre propostas de ações, muitas das quais têm inspirado governos, inclusive no Brasil. É bom ler, aprender a pensar, aprender a pesquisar... Entre outras coisas, esse autor propõe que a economia é antes de tudo uma ciência social e moral. Vale a pena conhecê-lo, para verificar o quanto é difícil viabilizar um poder político que, de fato, encare estruturalmente as desigualdades socioespaciais. Asseveram muitos economistas do século XX que a questão das desigualdades foi abolida de suas preocupações.

Atkinsons (2015, p. 37) cita Dalton Hughes, ministro da Economia durante o governo trabalhista inglês do pós-guerra, que afirmava que quando estudante de economia ele estranhava o fato de que não se falava em desigualdades, logo em teorias da distribuição, em suas aulas na Inglaterra:

*A distribuição entre pessoas, por ser um problema de interesse mais direto ou óbvio, ou tinha sido completamente removida de nossos livros, ou era tratada apenas de forma superficial, como que para sugerir que nenhuma questão fosse levantada, visto que tais perguntas não poderiam ser respondidas por generalizações sobre os fatores de produção ou por lentas investigações estatísticas, o que era algo que os professores de teoria econômica estavam satisfeitos em deixar para homens de menor importância*⁷ (HUGHES, 1911, p. VII).

Essa questão, hoje, cria um problema ético sério para a prática científica e acadêmica dos geógrafos (e também para os economistas) por não fazê-la corretamente. Deixamos de cumprir um papel social essencial, como professores e pesquisadores, na definição dos rumos da História. O conhecimento sobre o espaço geográfico é um fundamento da sociedade democrática, já que falamos de “Geografia Política”!

⁷ O grifo é nosso.

Mas finalizaremos com a Geografia. As desigualdades socioespaciais se realizam como desigualdades reveladas pelas restrições ao uso do território, impostas socialmente, como produto das relações sociais. É dever do geógrafo estudá-las como tal porque, além das justificativas teóricas insistentemente apresentadas até aqui, elas são visíveis, a olho nu, nas paisagens.

O estudo refinado do uso do território, do território praticado dirigido pelo acesso à propriedade da terra e por pertencimento de classe e *status* social, como nos ensina Weber e Marx, é o caminho sugerido pela própria definição de espaço proposta por Milton Santos, que precisa sempre ser entendido pelo uso de suas quatro categorias de análise: forma, função, estrutura e processo, identificando, portanto, objetos e ações, estas exigindo a identificação dos seus sujeitos.

Não há tempo aqui para examinar criticamente alguns textos existentes no campo da denominada Geografia Política, realizados em outra perspectiva metodológica. Alguns, sem dúvida, revelam “geografias” existentes entendidas apenas como a extensão do fenômeno estudado, sempre relacionado com o poder; mas outras não sugerem a introdução do espaço geográfico e do território usado. Apenas localizam o discurso do poder. Mas nem por isso podem ser entendidas como “desterritorializadas”. Deixo a conclusão para o meu leitor.

Onde buscar a reflexão sobre o poder, que é essencialmente política na Geografia, ciência do espaço geográfico, do território usado, do lugar, da região e da paisagem? Como falar em desigualdades na Geografia permanecendo geógrafa?

Aprofundarei essas ideias aqui e citarei, ainda que brevemente, alguns estudos feitos na Geografia, onde a diferenciação dita espacial, revelada pela região, pretendia exibir aquilo que hoje denominamos desigualdades socioespaciais ou desigualdades territoriais.

Essa ideia valeria a pena ser tratada em um simpósio crítico em relação à Geografia Descritiva, dada a quantidade de trabalhos que muitos de nós produzimos, para estudar o Brasil, valendo-nos tanto dos ensinamentos da Escola Francesa quanto da americana com sua geografia quantitativa e suas análises fatoriais, as quais eu percorri, todas elas, em meu

doutorado, mais como experimentos, aprendizados, sobre a discussão do método do que para uso definitivo desses estudos na minha produção geográfica (SOUZA, 1975).

Lembro, então, os Subsídios à Regionalização (1968), as Regiões Funcionais Urbanas (1972), as Microrregiões Homogêneas (19), estudos comandados e realizados pelo FIBGE de então e que propiciaram um conhecimento importante e, sobretudo, útil para o planejamento regional que foi realizado desde então no país – exercido pelas superintendências regionais: Sudam, Sudene, Sudeco, Sudesul. Esse processo só existiu na região Sudeste, onde São Paulo tomou a liderança e instituiu a ação regional como política de governo no final dos anos 1960, definindo a primeira regionalização administrativa do país e sua primeira região metropolitana.

Como se pode ver, o poder de manipular o espaço é evidente, significando estudos, ações, regulações. Anuncia-se o sempre inacabado e perigoso processo de planejamento territorial em nosso país, uma geografia política de que os urbanistas tomaram conta, com a realização de planos diretores tardiamente tornados obrigatórios, com metodologias técnicas despolitizantes porque formais, normativas, bem distantes da prática política para as quais tais planos serviam, e servem, de pesada orientação e desvios de condutas. Elaboram-se os Planos sem o acordo que necessariamente precisa ser feito pela política, cuja expressão eleitoral, existente apenas no Brasil, não tem servido de moeda de troca, especialmente para a maioria de eleitores, constituída pelos pobres. Basta estudar qual a eficiência e eficácia (como os marginalistas da economia gostam de nos ensinar) desses planos. Temas de políticas territoriais responsáveis por enormes conflitos territoriais nas cidades!

Desde a “abertura política” no Brasil, com a volta do processo eleitoral, retomei a minha cruzada para tornar o território objeto do planejamento, iniciada em meados dos anos 1960 sob a coordenação de Luiz Carlos Costa, arquiteto e urbanista planejador, atuando como aprendiz de planejadora na SAGMAPS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Processos Sociais), vinculada ao movimento internacional de economia e humanismo, fundado na França e liderado pelo padre dominicano Jean-Louis Lebreton.

Nesse exemplo, tudo o que diz respeito ao que entendo como Geografia Política está envolvido, embora, politicamente, não possa ser tratada com tal: os limites político-administrativos entre municípios ou fronteiras, no caso dos países. De fato são limites a serem

superados não pelas normas (leis, decretos etc.), que são totalmente impotentes nos dois casos: cito o exemplo, de que tratarei aqui, do município de São Paulo, centro de uma das maiores regiões metropolitanas do mundo, como poderia trazer o caso da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, que há anos me intriga como planejadora territorial.

Quero com isso ressaltar que, quando se domina o método geográfico, todo o existente é passível de ser geograficamente estudado. E isso é fundamental para a prática política, como busco fazer nestas reflexões.

Adianto que, sendo o processo de planejamento um exercício de política, suas ferramentas de ação – o plano, o programa e o projeto –, sem a explicitação política do uso do território, não servem para nada em termos de promoção democrática e de combate às desigualdades socioespaciais. E este aspecto tem estado ausente dos planos dos governos democráticos. A cidade, o regional, o planejamento são tratados como setores pela gestão pública, numa disputa desigual e criminosa do uso do território.

Por isso trago aqui esta reflexão para explicitar os conflitos territoriais e as possibilidades concretas que a análise geográfica e o planejamento territorial nos oferecem para resolvê-los. Falar sobre cidade não significa fazer planejamento territorial. Aliás, em nosso país ela tem servido apenas para viabilizar os interesses hegemônicos e ampliar as desigualdades. A falta de resolução quase que absoluta dos problemas da cidade para a maioria dos cidadãos não foi, ainda, enfrentada com nossos cem anos de planejamento dito urbano. O MST (Movimento dos Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), por exemplo, não me deixam mentir. Onde estão a Reforma Agrária e a Reforma Urbana, por exemplo?

Quando apontamos o território como categoria de análise social, indicamos que o uso é um direito e que esse uso é condição da existência. Mas é preciso explicitar que essa existência humana exige certos atributos mínimos: abrigar-se, alimentar-se, preservar a saúde, ter direito ao trabalho, à mobilidade e ao lazer. Princípios e direitos humanos e urbanísticos já sobejamente conhecidos. Mas sempre setorialmente tratados, como se faz no governo e nas lutas políticas. No entanto todos, juntos, são direitos existenciais.

O território usado é a categoria que possibilita essa unidade dos direitos junto ao cidadão. Os usos básicos precisam estar contíguos ou próximos aos cidadãos. É esse o princípio

básico do planejamento territorial, como também da resolução dos conflitos socioespaciais na cidade, ou seja, buscar atender às demandas dos cidadãos, seus direitos em correspondências aos seus deveres que a maioria, aliás, sempre cumpre! Pagam-se impostos e não se tem creches, esgoto, água, luz, coleta de lixo. Territórios excluídos, opacos, dos homens lentos, em detrimento dos territórios alienados para implantação do meio técnico-científico informacional⁸. Meio técnico de constituição de densidades técnicas, espaços luminosos das empresas e das classes abastadas para justificar o conjunto de equipamentos e serviços, sobretudo o de interesse privado, para viabilizar a fluidez do capital. Meio técnico-científico informacional criado em detrimento do mínimo necessário de atendimentos das demandas dos pobres em equipamentos e serviços de interesse coletivo para a manutenção da vida.

Proposição metodológica nova que ainda não interferiu nas velhas narrativas, como se diz hoje, para vestir outra roupagem na velha Geografia Urbana, ainda inspirada em escritos de meados do século passado, fundados em realidades diversas da de um país pobre como o Brasil, malgrado a ideologia de emergente que lhe tentam atribuir. Emergente, mas de emergências, como costume dizer.

A partir destas colocações teórico-técnicas, estudando a cidade de São Paulo com vistas à elaboração de Planos de Governos para candidatos que me convidam ou contratam para fazê-los, fui aperfeiçoando minha visão acadêmica com vistas a compreender a Geografia que faço e colocá-la a serviço do planejamento territorial, ou seja, a serviço da Política (pactos territoriais) e da Ação (políticas de governo de interesse coletivo).

⁸ Meio técnico-científico informacional é aqui denominada a extensão territorial das melhorias técnicas e tecnológicas no território: modernas rodovias, ferrovias, implantação de aeroportos, portos, extensão das redes técnicas de toda ordem, de modo a inserir a cidade e a região nos requisitos prementes da modernidade. Podemos então dizer que esse meio é o território usado pelas técnicas, a serviço especialmente das empresas. Não fora isso, as populações não teriam carências em hospitais, escolas e outros equipamentos de interesse e consumo coletivo inexistentes ou inoperantes. Ou como nos ensina Milton Santos: “Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, p. 190).

Assim, tive o dever de compreender essa relação entre território, poder e existência para, como planejadora, usar e fazer valer nos territórios carentes (complexos territoriais deficitários socialmente) esses três conceitos usados como ingredientes da análise geográfica.

Para tanto é preciso atuar com rigor científico no processo de trabalho, aprimorando conceitos como, por exemplo, o de cidade e urbano, tratados grosseiramente pela denominada Geografia e pelo planejamento urbanos.

Na realidade duas coisas estão sendo confundidas graciosamente, alegremente: a cidade e o urbano. Há duas coisas que se pode fazer separadamente ou conjuntamente: a história da cidade, a história do urbano. O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o exterior. A cidade é o particular, o concreto, o interno”. E prossegue Milton Santos: “O estudo da cidade exige a necessidade de articular-se o conceito de espaço, antes de começarmos nosso trabalho, sem o que nem mesmo saberemos do que vamos tratar. Assim será inútil querer fazer-se história urbana porque os resultados serão confusos. O espaço é uma categoria de análise histórica, e, por conseguinte, o seu conceito muda, já que se acrescentam novas variáveis no curso do tempo. Temos, então, de obter o mínimo de acordo em relação ao que o espaço é, ainda que isso possa parecer extremamente difícil” (SANTOS, 1992, pp. 241-244).

Foi-se criando, assim um método de trabalho resultante do diálogo multidisciplinar liderado pela Geografia e pelo Planejamento Territorial.

Entendemos perfeitamente que o espaço geográfico é uma totalidade em movimento e que o território usado é a possibilidade única de poder, a partir de sua compreensão, planejar para a sociedade como um todo usando-o, de fato, como categoria de análise social, vale dizer, também política, e única maneira de realizar a tarefa de atendimento às demandas do cidadão, com relação aos requisitos que a vida urbana impõe, deixando de continuar a falar, por exemplo, em intersetorialidade no planejamento. O planejamento democrático só pode ser territorial, como será demonstrado, empiricamente, mais adiante.

No entanto, a organização do governo para esse atendimento ao cidadão é setorial, obedecendo àquilo que é setorial, ou seja, os interesses hegemônicos. Não existe a menor possibilidade do planejamento intersetorial, como sempre é tratado pelos profissionais desse campo, pois, sendo ele político, sempre estará em disputa o poder e, em assim sendo, ele jamais

resolverá a questão das desigualdades socioespaciais que geram na cidade conflitos territoriais sempre insolúveis.

Um problema político sério acobertado por um equívoco secular de organização do governo: secretarias e ministérios setoriais, quando as demandas da população, do ponto de vista político, é que ela tenha acesso facilmente pelo menos aos equipamentos e serviços básicos de que necessita diariamente. Isso não pode ser feito setorialmente, usando conceitos marginalistas, como metas (um milhão de casas populares) ou padrões: reduzir a mortalidade da mulher no puerpério, uma calamidade mundial e brasileira, como propõem a OMS (Organização Mundial da Saúde) e a OPAS (Organização Pan-americana de Saúde)⁹.

Os geógrafos precisam ter clareza sobre a importância do nosso trabalho nessa estrada da penalização da maioria, com relação à intensificação das desigualdades socioespaciais ou territoriais. Ainda aqui, não há tempo para estender teoricamente essas discussões devido a essa duplicidade conceitual. Elas foram introduzidas por uma questão didática. De fato, elas são socioespaciais como conceito e territoriais como práxis.

Foi a partir dessa constatação e da facilidade para a construção do método de trabalho da Geografia Nova que a discussão opondo o planejamento setorial ao planejamento territorial é explicitada, ou seja, opondo politicamente os *pactos setoriais* aos *pactos territoriais* propostos aqui.

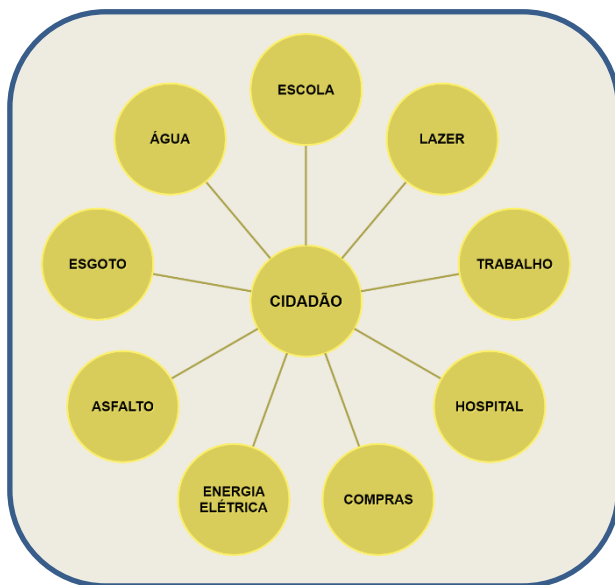
Na Figura 1 sintetizo, singelamente, os usos essenciais do território necessários à vida digna de qualquer cidadão. Esse esquema deve ser considerado como fundamento da política e do planejamento, tendo o cidadão como referência, como expressão da totalidade mundo, como orientador de decisões políticas, opondo-se ao que se faz usualmente, ou seja, atendendo-

⁹ “A taxa de mortalidade materna nos países em desenvolvimento em 2015 é de 239 por 100 mil nascidos vivos *versus* 12 por 100 mil nascidos vivos em países desenvolvidos. Existem grandes disparidades, entre os países e dentro dos países, entre mulheres com baixas e altas rendas e entre a população rural e a população urbana. O risco de mortalidade materna é mais alto para adolescentes menores de 15 anos e as complicações na gravidez e no parto são uma das principais causas de morte entre esse grupo em países em desenvolvimento”. No Brasil, essa taxa varia regionalmente, embora existam taxas parecidas entre Estados do Sudeste, como as regiões metropolitanas de São Paulo e Nordeste como a de Fortaleza, com dados de 2010. Fonte:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5741:folha-informativa-mortalidade-materna&Itemid=820 consultada em 13/05/2019, as 11h34.

se apenas aos interesses hegemônicos, que sempre decidem sobre localizações vinculadas ao mercado.

Figura 1 - PACTOS TERRITORIAIS: território usado, como direito.



Essa figura traduz esquematicamente a ideia da constituição dos lugares pelo cidadão através do uso do território dos equipamentos e serviços de que necessita para viver, implicando toda a complexidade que caracteriza o espaço geográfico.

Um dos conflitos socioespaciais que assustam o mundo contemporâneo hoje é a possibilidade de retomada da guerra em escala mundial. O que os geógrafos têm a dizer sobre isso, não se travestindo de geopolíticos?

Nessa perspectiva de luta entre a Geografia, o Planejamento e a Política, na resolução de conflitos socioespaciais graves é fundamental, ou mesmo essencial, não esquecer que a população se constitui em uma sociedade com poderes, cultura, história e um cotidiano. Tudo isso existindo e se expressando pelos acontecimentos que constituem os lugares. O mundo não paira sobre os lugares. Ele se constitui através das pessoas nos lugares, se aceitarmos o conceito de mundo proposto por Ortega y Gasset. E também os ensinamentos essenciais de Jean-Paul

Sartre no que diz respeito aos pares conceituais forma/conteúdo e inércia/dinâmica. Não é este o momento de desenvolver esses aspectos, mas eles são pressupostos essenciais para a discussão geográfica que nos propomos, todas e todos os participantes, para fazer avançar nestes Simpósios em que nos reunimos aqui no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Alfenas.

É no lugar, fundamento da prática política seja ela qual for, que a vida se expressa pela vivência do tempo social, histórico e do tempo da vida cotidiana. Existência e cotidiano são a essência da vida vivida pelo e no lugar. Sem isso, não há sociedade democrática que avance, pois os compromissos políticos, mesmo dos candidatos ditos de esquerda, não consideram essa formulação e, pior, o território em seus discursos e compromissos não passa de retórica, de toponímia. Jamais é categoria de análise, além de ser deformado pelo economicismo e pelo “financismo” dos quais, os homens “pobres e lentos”, como diria Milton Santos, nem chegam perto.

Figura 2 – Pactos Setoriais, hegemônicos, realizados em função do mercado.



A contribuição da análise do território usado e da constituição dos lugares é essencial para mostrar as desigualdades socioespaciais e apontar prioridades de ação para o processo de definição de políticas e planejamentos territoriais. Como se trata de um ensaio de formulação

de uma pequena teoria sobre o uso do território, logo uma teoria geográfica e política, partimos do princípio de que ela pode contribuir, em múltiplas escalas, para o método geográfico e atualizar o fundamento da denominada Geografia Política pela velha escola de Geografia. A Cartografia Temática e Digital dos aspectos que interessam à existência humana, ou seja, a sociedade existindo, realizando e agindo social e, logo, territorialmente é a ferramenta indispensável do trabalho geográfico.

Vamos desenvolver aqui dois argumentos baseados em dois conceitos essenciais para a Geografia e a Política: a identificação de subespaços integrados que denominamos *Complexos Territoriais*, numa perspectiva essencialmente geográfica, e a maneira de resolver os conflitos territoriais na cidade, para enfrentamento dos quais eles são identificados com vistas à definição de *Pactos Territoriais* para seu enfrentamento. Daí decorre a estratégia de *Ação Regional do Governo*, a que se exerce próximo ao cidadão, lá onde ele vive, onde ele de fato existe. Esse é um aspecto desconhecido pelos profissionais do planejamento, pelos urbanistas, cientistas políticos, economistas e sociólogos que nele intervêm e, por decorrência, pelos agentes políticos que de fato executam as ações setorialmente, ignorando o espaço geográfico, considerando-o apenas como localização estratégica para os interesses do mercado.

Estando o território usado totalmente ausente nos compromissos, estratégias e discursos políticos, as recomendações ficam sempre vagas para o cidadão. Existimos no território que usamos, seja lá para o que for! As práticas políticas precisam falar com o cidadão, lá onde ele vive! Isso é o território de que tantos falam, mas que deixam ausente na hora da prática e da gestão pública.

Para a identificação dos Complexos e Pactos Territoriais, o conhecimento da teoria regional, tão cara à nossa disciplina, é indispensável. Sabendo-se que hoje a região é entendida como um evento ideológico, uma ferramenta para a ação – como, aliás, sempre foi –, ela nasce de pactos resultantes de interesses que precisam ser identificados *a priori* – como no caso dos Complexos Territoriais – e *a posteriori*, na confecção dos Pactos Territoriais. Não seriam estes os conceitos fundamentais para entender o Brasil e o mundo? O que são as nossas macrorregiões senão mega-subespaços brasileiros ou mundiais, reveladores de problemas e

potencialidades, tais como os que identificamos hoje no planeta, como a guerra no Oriente Médio, a dominação de um Império falido sobre a América Latina ou o protagonismo da Ásia?

Como estudar isso permanecendo geógrafo e colocando em prática uma disciplina imprescindível para o conhecimento do presente do mundo?

Assim, estamos propondo a lida geográfica com temáticas tão contemporâneas como os conflitos e as desigualdades socioespaciais. Vejamos, a seguir, um exemplo dessa aplicação.

Demonstrando as desigualdades socioespaciais pelo uso do território. Pactos territoriais *versus* pactos setoriais. Buscando resolver conflitos socioespaciais. Um exemplo: o município de São Paulo.

Segundo informações do FIBGE, a cidade de São Paulo tem em 2019 cerca de 12,2 milhões de habitantes, sendo a mais populosa do país e a décima no *ranking* mundial.

Quadro 1 – População das maiores cidades do mundo (2016)

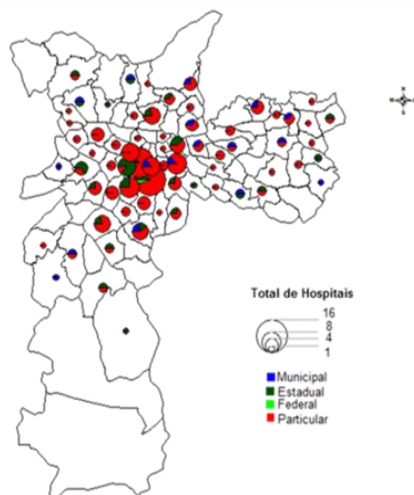
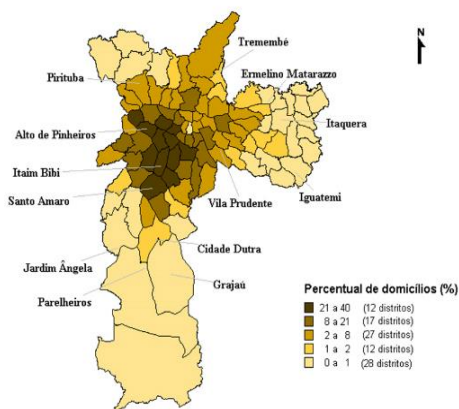
Rank	Geography	Urban Area	Population Estimate	Land Area		Population Density		Source: Pop.Area (See Note)
				Square Miles	Square Kilometers	Per Square Mile	Per Square Kilometer	
1	Japan	Tokyo-Yokohama	37,750,000	3,300	8,547	11,400	4,400	C.B
2	Indonesia	Jakarta	31,320,000	1,245	3,225	25,200	9,700	C.B
3	India	Delhi, DL-UP-HR	25,735,000	835	2,163	30,600	11,900	A.B
4	South Korea	Seoul-Incheon	23,575,000	1,000	2,590	23,600	9,100	C.B
5	Philippines	Manila	22,930,000	630	1,632	36,400	14,100	C.B
6	India	Mumbai, MH	22,885,000	340	881	67,300	26,000	C.B
7	Pakistan	Karachi	22,825,000	365	945	62,500	24,100	C.B
8	China	Shanghai, SHG-JS-ZJ	22,685,000	1,500	3,885	15,100	5,800	L.B
9	United States	New York, NY-NJ-CT	20,685,000	4,495	11,642	4,500	1,800	N.N
10	Brazil	Sao Paulo	20,605,000	1,045	2,707	19,700	7,600	C.B

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/791228/ranking-2016-las-ciudades-mas-pobladas-y-las-mas-densas-del-mundo-segun-demografia>. (Consultado em 07/05/2019).

O último relatório da ONU sobre o processo de urbanização no mundo, de cinco anos atrás 2014, já nos alertava sobre o processo no qual as cidades da Ásia superam em tamanho as do Ocidente, que até há bem como tempo, no século passado, lideravam esse *ranking*. De qualquer modo, a cidade de São Paulo está entre as dez maiores do planeta, com todo o significado dessa posição e de seu tamanho com relação à apresentação de desigualdades

socioespaciais evidenciadas pela pobreza estrutural que ainda caracteriza a urbanização brasileira, onde está disseminada em cidades de outros tamanhos. Logo, não é o tamanho que dita esse processo, mas a estrutura e a dinâmica da sociedade revelada nos usos do território, como veremos a seguir, valendo-nos de algumas poucas cartografias elaboradas para o município de São Paulo, ilustrando o que temos exposto até aqui nesta reflexão.

Esses dois mapas, abaixo exibidos, são reveladores de uma contradição que se constitui em um princípio da urbanização brasileira, revelada pela cidade: os pobres se localizam na periferia, lá onde a criminalidade, a falta de emprego e os baixos rendimentos coexistem. Essa contradição é a reveladora explicitada pelas cartografias das desigualdades socioespaciais.

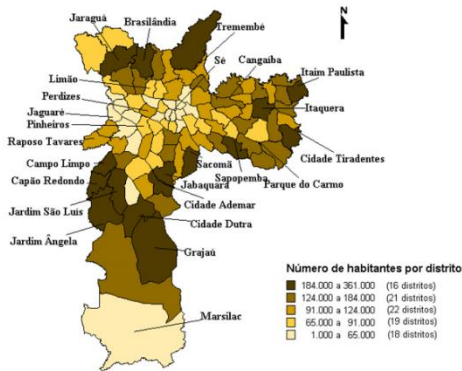


Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo 2010. Elaboração cartográfica: Campanha Gabinete Chaila Prefeito 2012.

Repare-se que onde há maior número de pessoas a variação populacional também é maior. Obviamente, nas periferias pobres nasce mais gente, ali onde tem mais gente.

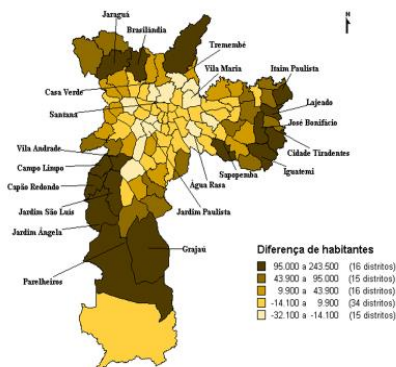
Independentemente do uso que possamos cartografar, pois pessoas e atividades não levitam no espaço, essa realidade se apresentará. Poderíamos exibir um atlas do município de São Paulo em que ela estará presente. Os lugares de existência das pessoas variam em suas geografias pela deformação social no uso do território. Prossigamos com algumas cartografias e constataremos a contradição sempre gritante entre os usos do território pela quantidade de pessoas e de acordo com o que elas ganham.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: População por distrito, 2010.



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2010. Elaboração cartográfica: Campanha Gabriel Challa Pretto 2012.

MUNICÍPIO DE SAO PAULO: Variação populacional por distrito no período 1980-2010.



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos 1980 e 2010. Base

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: Domicílios com renda superior a 20 salários mínimos, por distrito. 2010.

MUNICÍPIO DE São Paulo. Distribuição dos Hospitais, por vinculação. 2009.

Percebe-se nos dois mapas acima a correlação direta entre altos rendimentos por domicílio e acesso a equipamentos e serviços de interesse coletivo: lá onde está a população que tem um rendimento mensal de mais de vinte salários mínimos também estão à disposição o maior número de hospitais públicos, exacerbando, no entanto, a quantidade dos hospitais privados, em vermelho no mapa.

Desnecessário trazer as cartografias para exibir os argumentos que comprovam que lá onde existem mais pessoas o salário é menor, o emprego inexistente, os homicídios de jovens são mais ocorrentes, contrariando a situação dos que ganham acima de vinte salários mínimos.

A demonstração da desigualdade socioespacial, ou seja, de um imenso e intenso processo de seletividade socioespacial dos ricos, onde tudo existe para que sua condição de vida, paga por todos, seja impecável!

Mas não é apenas esse o processo que as desigualdades exibem. Elas revelam, sobretudo, a perversidade das políticas de governo (equivocadamente chamadas de públicas, quando lamentavelmente a maioria delas não o é!). São políticas, como mostramos acima, que atendem exclusivamente aos interesses hegemônicos, inclusive pela própria organização administrativa do governo. Essa mesma teoria é válida para todas as escalas geográficas, variando no entanto a natureza da constituição dos lugares que as forja: na cidade o uso de

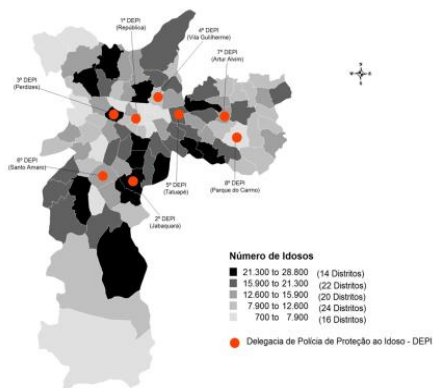
equipamentos e serviços de interesse coletivo e as condições de vida, no mundo a seletividade dos recursos naturais considerados estratégicos etc. etc., mas a metodologia de análise e a teoria geográfica permanecem as mesmas. O problema é que ainda não usamos esse método, especialmente na dita Geografia Política, que discute geopolíticas e não geografias.

Vejamos a seguir o que nos revelam algumas poucas cartografias que exibem escancaradamente a distorção, logo a impossibilidade de resolução de conflitos, entre as demandas da sociedade e a atuação da gestão do governo dissociada da política, umas exibindo o agravamento dessa situação, outras exibindo uma desigualdade reversa, como a denomino: a população de rua e os dependentes químicos coexistindo com os altos salários e, por consequência, sendo tratada como lixo humano.

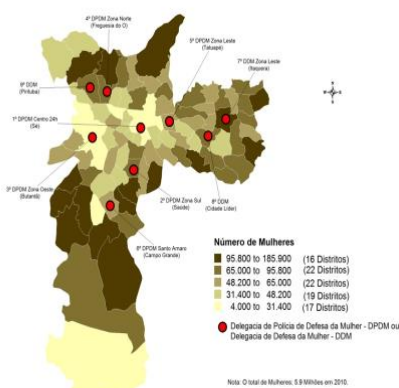
Mas o que mais chama a atenção é a incoerência das políticas de governo no enfrentamento dos conflitos gerados por essa perversa condição de existência dos mais pobres.

Percebe-se nos mapas a seguir a perversa dissociação entre, por exemplo, as delegacias de idosos e de mulheres localizadas lá onde as populações respectivas não são as mais numerosas. Vê-se aí, com clareza, a necessidade de mudanças na qualidade da gestão e a necessidade de firmeza na definição de um pacto territorial na cidade de São Paulo, onde a desigualdade socioespacial é gritante. Esse mesmo desatino pode ser verificado com equipamentos de educação – culturais, de lazer e por aí vai! Essa política das localizações de equipamentos e serviços de interesse coletivos raramente consideram a cidade como um todo para poder compreender os conflitos e enfrentá-los lá onde eles estão.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: Idosos em 2010 e Localização das Delegacias de Proteção ao Idoso por Distrito



MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: Mulheres em 2010 e Localização das Delegacias de Defesa da Mulher por Distrito



Nota: O total de Mulheres: 8,9 milhões em 2010.

Fonte 1: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010.
Fonte 2: Roteiro de Defesa do Cidadão, acessado em agosto de 2012.
Elaboração cartográfica: Campanha Gabriel Chalita Prefeito 2012.

Nota: O total de idosos: 1,3 milhão em 2010.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010.
Elaboração Cartográfica: Campanha Gabriel Chalita Prefeito 2012.

Política e gestão setoriais dissociadas das necessidades expressas territorialmente pela população idosa e pelas mulheres e as respectivas delegacias para atendimento. Isso revela a ausência de uma política territorial para o município de São Paulo.

Essa mínima exemplificação empírica sobre o conhecimento das desigualdades socioespaciais paulistanas nos estimulara a buscar uma pequena teoria que pudesse contribuir para a instalação de um governo territorial onde a dimensão setorial permanecesse no campo da ação concreta e não, como tem sido feito, no campo da escolha política feita pelo “mercado” para a localização dos equipamentos e serviços que, sendo em sua maioria de interesse privado, agregam um custo de implantação ou extensão do meio técnico-científico informacional¹⁰, sempre em detrimento do interesse público, do interesse da maioria, do interesse coletivo.

Assim também é hoje a dinâmica do mundo onde o interesse do capital financeiro se espalha globalmente para sugar economias, privatizar interesses públicos e aniquilar países inteiros com sua complexidade também vinculada à produção da guerra. Finalmente, as diferentes “caras” do capital funcionam sob o comando de apenas uma delas: a financeira. As análises geográficas – digo geográficas, e não geopolíticas – nessa escala podem seguir a mesma metodologia, o ponto de entrada da produção do conhecimento sendo sempre os usos do território, descobrindo-se nesses usos a indissociabilidade entre objetos e ações, sejam elas quais forem. Daí o atrevimento desta reflexão em uma genuína reunião de Geografia Política.

Concluo esta reflexão examinando a proposta de construção dos Complexos Territoriais para definição dos pactos dela decorrentes, indicando as áreas da cidade onde a desigualdade socioespacial é extrema e onde a intervenção das políticas governamentais se faz urgente e necessária para minimizar os conflitos de toda a cidade, uma vez que aqui o espaço geográfico é considerado uma totalidade em movimento.

¹⁰ Retomando o conceito de meio técnico-científico informacional nestas circunstâncias: o meio geográfico em via de constituição (ou de reconstituição) tem uma substância científico-tecnológico-informacional. Não é nem meio natural nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É também a informatização, ou antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre as coisas. Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização (SANTOS, 1994, p. 51).

Evidentemente não há espaço, neste texto e nesta mesa–redonda, para detalhar as análises territoriais realizadas e os estudos para definição dos complexos territoriais¹¹.

Conclusões sobre esta reflexão: Complexos e Pactos Territoriais na resolução de conflitos na cidade.

Diante do exposto nos itens anteriores, e buscando fundamentar teórica e empiricamente esta reflexão, pudemos então definir uma metodologia de identificação do que ainda estamos denominando Complexos Territoriais.

A ideia é contrapor ação setorial e ação territorial. Os Complexos Territoriais buscam dar a ideia de que, com vistas a enfrentar o grave problema das crescentes desigualdades socioespaciais das cidades, há que se considerar a totalidade¹² do espaço geográfico.

Esses dois conceitos foram criados como princípios e fundamentos do Planejamento Territorial, base do Governo Territorial. E sua tese geográfica central é a proposta por Milton Santos, já citada no início do item 2 e com a qual concordamos: embora pareçam estar juntos, o uso do território separa os homens e seu acesso aos bens e serviços de que têm necessidade para viver.

Assim sendo, esse planejamento e um governo territorial direcionados para os complexos territoriais a serem definidos e priorizados teriam como objetivos:

- a) atenuar as desigualdades socioespaciais;
- b) interferir no processo de acessibilidade dos cidadãos a todos os equipamentos e serviços de interesse coletivo;
- c) promover a justiça socioespacial;
- d) resgatar a urbanidade e a cidadania;
- e) racionalizar a gestão pública e privada;

¹¹ O resultado desse processo consta de um livro já pronto desde a eleição anterior para a Prefeitura de São Paulo, escrito a partir das experiências feitas em 2014 para aquelas eleições municipais.

- f) implantar um processo permanente de negociações e Pactos Territoriais através da regionalização e da descentralização da gestão e do poder.

Disso resultou uma busca geográfica do modo de oferecer esquemas analíticos que servissem de base para a ação política expressa pelo planejamento, pelos programas e projetos sempre implementados pelos governos, atuando concreta e organicamente nos Complexos Territoriais.

Algumas das centenas de cartografias realizadas para proceder à análise qualitativa e, obviamente, quantitativa do processo e natureza do uso do território pela população foram exibidas no item anterior. Essa pesquisa foi aprofundada pelo teste das possibilidades de constituição dos lugares na cidade, especialmente nas regiões onde as desigualdades eram mais gritantes. Evidentemente, uma literatura já existente nos permitiu formular algo e buscar testar nossas hipóteses no campo: lugares, como são aqui entendidos, se constituem nos pontos de ônibus, nos botecos, nas padarias, em torno de lideranças, de certos tipos dos raros equipamentos de interesse social, mais privados que públicos, existentes na periferia.

Aplicou-se então, à cartografia feita essas hipóteses testadas com a ajuda de *softwares* especiais, e foi possível em um primeiro momento indicar as conexões geográficas (Souza, 1992) e as “centralidades” existentes na cidade para ajustar as análises cartográficas e definir os Complexos Territoriais¹³.

Esses Complexos Territoriais são subespaços, áreas prioritárias da ação governamental, logo das ações políticas, a serem desenvolvidas de modo a maximizar a dinâmica e o funcionamento do todo (o espaço geográfico), única maneira de combater as desigualdades. Cada complexo territorial se diferencia do outro por suas características, seus problemas, o perfil de sua população etc. A homogeneidade não é nem nunca foi um atributo do espaço geográfico, como chegou a propor, equivocadamente, o nosso mestre Chico de Oliveira em seu *Elegia para a Re(li)gião*, posteriormente corrigido com um posfácio.

¹³ Este trabalho foi desenvolvido, dentro da equipe, pelo arquiteto Manoel Lemes da Silva Neto, orientado meu no mestrado e de Milton Santos no doutorado. Fácil o diálogo quando há conhecimento da obra do autor inspirador desta criação.

As conexões e centralidades existentes comportavam-se de maneira a chegar ao quadro abaixo. Desde logo, um conceito de metrópole que assumimos como sendo São Paulo uma metrópole corporativa, fragmentada e informacional, juntando a proposta de Milton Santos àquela que agregamos para compreensão do que é essa grande metrópole mundial.

A partir daí, numa análise cartográfica refinada e conceitualmente, foi que definimos os Complexos Territoriais, espaços privilegiados e prioritários da ação governamental no município de São Paulo.

Repare-se na facilidade com que podemos identificar agrupamentos (centralidades), em um espaço geográfico altamente conectado com a totalidade mundo, que nos anos do século passado denominamos conexões geográficas (SOUZA, 1992), criticando o conceito de rede e hierarquia urbana, tristemente usado fora de propósito até hoje!

Da análise da cartografia produzida identificamos, como mostra o quadro abaixo, sete Complexos Territoriais com a seguinte grandeza em termos populacionais:

Complexos Territoriais	População Total (2010)	Área (hectares)	Km²
1. Cachoeirinha/Brasilândia	584.071	2.896,49	28,96
2. Capão Redondo/J. Ângela/S. Luís	612.984	2.770,50	27,71
3. Grajaú/Cidade Dutra	184.118	983,59	9,84
4. Jaçanã/Tremembé	265.052	1.459,81	14,60
5. Jaguaré/Rio Pequeno	13.987	164,05	1,64
6. São Mateus	622.952	3.581,47	35,81
7. São Miguel/Itaim Paulista/Lajeado	748.370	4.067,06	40,67
TOTAL	3.031.534	15.922,97	159,23

Esses Complexos Territoriais, correspondentes a um ou vários distritos de São Paulo, se constituem em prioridades territoriais de ação para o governo municipal. Eles refletem, e com eles interagem de modo sistêmico, todos os problemas existentes pela natureza do uso do

território da cidade de São Paulo, configurados pelo meio técnico-científico informacional, prioritariamente a serviço dos interesses hegemônicos, criando na cidade espaços seletivos para ricos e para pobres. Podemos inclusive denominá-los diásporas paulistanas.

Bom lembrar rapidamente as implicações, para a cidade, da deformação no uso do seu território, como buscamos demonstrar neste texto:

- a) crescente processo de desigualdades socioespaciais;
- b) aumento permanente do número de pobres;
- c) insegurança e violência urbanas;
- d) congestionamentos gigantescos de trânsito;
- e) sucateamento e deficiência de equipamentos e serviços de interesse coletivo;
- f) perda da memória e deterioração do centro da cidade;
- g) usos alternativos e constituição de territórios alienados e/ou proibidos na cidade: dos ricos, dos pobres, dos *gays*, dos moradores de rua, dos dependentes químicos, reveladores da seletividade socioespacial da cidade, contrariando o sentido maior da Pólis.

Considerando que a temática central dos Simpósios é Conflitos e Desigualdades Territoriais na Sociedade Contemporânea, imaginei que o estudo dessa grandiosa metrópole paulistana pudesse suscitar a curiosidade ao menos da comunidade de geógrafos aqui reunida em Alfenas, para um encaminhamento da questão política no campo restrito da nossa disciplina.

O método é um sistema coerente de ideias.

Proponho aqui um método para o estudo do Uso do Território, questão central da política e da racionalidade contemporânea da Pólis, do mundo e do Planeta.

Referências (inspiradora desta reflexão)

- ATKINSON, Anthony B. *Desigualdade. O que pode ser feito?* São Paulo, Leya, 2015.
- BALIBAR, Etienne. *Saeculum Culture, Religion, Idéologie*. Paris, Galilée, 2012.
- BAUDEILLARD, Jean. *As Estratégias Fatais*. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização. As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- CHESNAY, F., DUMENIL, G., LEVY, D. WALLERSTEIN, I. *Une nouvelle phase du capitalisme?* Paris, Editions Syllepse, 2001.

- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- COSTA, Wanderley M. da. *Geografia Política e Geopolítica. Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1992.
- FIBGE. *Subsídios à Regionalização*. Rio de Janeiro, Divisão de Geografia, 1968.
- FIBGE. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 1972.
- GEORGE, Pierre. *Géographie des inégalités*. Paris, Presses Universitaires de France. Col. Que sais-je? 1981.
- HUGHES, Dalton. *Some Aspects of the Inequality of Incomes in Modern Communities*. London, Routledge, 1920.
- LACOSTE, Yves. *La Géographie, ça sert d'abord à faire la guerre*. Paris, Maspero, Paris, 1976.
- LEVY, Jacques (org). *Géographies du politique. Espaces temps*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.
- ONU. *World Urbanization Prospects. The 2014 Revision. Highlights*. New York. 2014.
- PAPON, Pierre. *Bref récit du futur. Prospective 2050, Science et société*. Paris, Albin Michel, 2012.
- RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris, Techniques, 1980. 249p. Collection Géographie économique et sociale, XIII.
- RAWLS, John. *Théorie de la justice*. Paris, Éditions du Seuil, 1997.
- ROSANVALLON, Pierre. *La Société des égaux*. Paris, Editions du Seuil, 2011.
- SANTOS, Milton. “A Cidade e o Urbano como Espaço-Tempo”. In: *Cidade & História*, organizado por Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes. Salvador. UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; Salvador, ANPUR, 1992.
- _____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987. Coleção Espaços.
- SEN, Amathia. *Desigualdades Reexaminadas*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2008 (2. ed.).
- SIEGFRIED, André. *Tableau Politique de la France de l'Ouest*. Paris, Imprimerie Nationale, 1995. 635 p. Collection Auteurs de l'Histoire.
- SORRE, Max. *Fundamentos Biológicos de la Geografía Humana. Ensayo de una Ecología del Hombre*. Barcelona, Editorial Juventud, 1955.
- SOUZA, Maria Adélia, TOLEDO JUNIOR, Rubens, CATAIA, Marcio A. *Território, Lugar e Poder. A Expressão Territorial do Voto no Ceará*. Sobral/Campinas, Edições UVA/Territorial, 2002.

SOUZA, Maria Adélia. *A Identidade da Metrópole. A Verticalização em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Hucitec, 1992.

_____. “Conexões Geográficas: Um Ensaio Metodológico (Uma Versão Ainda Preliminar)”. *Boletim Paulista de Geografia* 71, 1.º semestre de 1992. São Paulo, 1992, pp: 113-127.

_____. *São Paulo. Ville/Région. Propositions méthodologiques*. Tese de Doutorado e Terceiro Ciclo apresentada na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), sob a direção de Michel Rochefort. Paris, 1975.

ZANFOLIN, Doraci Elias. *Geografia Eleitoral: Reforma Política e Uso do Território Brasileiro*. São Paulo, 2006. Dissertação de Mestrado, 137 p. Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de Geografia.

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA AMÉRICA LATINA: CAMPEPINATO, TERRA E COMIDA

Bernardo Mançano Fernandes¹⁴

Movimento socioterritorial é um conceito geográfico para analisar os movimentos que produzem e são produzidos por territórios. A existência dos movimentos socioterritoriais não pode ser compreendida sem o território. Neste artigo, analisamos os movimentos camponeses na América Latina em sua formação e luta pelo território. O território é terra, comida e a gente que os produz e pelo território são produzidas. Esta perspectiva indissociável tem como referência a materialidade da existência no fazer-se da classe camponesa em nossa América Latina.

Analisamos a relação entre os regimes alimentares, os impérios alimentares e os movimentos alimentares, propondo uma nova leitura da questão agrária e do desenvolvimento territorial. O campesinato sempre atuou na produção de alimentos como condição de manutenção de sua existência. Ameaçados constantemente pelos grandes proprietários, governos, corporações nacionais e multinacionais, os camponeses organizam-se em movimentos ou outras instituições para resistir aos processos de expropriação. Os movimentos camponeses da América Latina estão entre os mais ativos do mundo. Uma das razões de seu alto nível de organização é sua história. Formados em territórios dominados por colonizadores, escravizados, subordinados, lutaram pela independência e pela liberdade. Apesar que, nas últimas décadas, o agronegócio tenha se territorializado sobre as ruínas das comunidades camponesas, a perseverança do campesinato promove a persistente resistência na contínua luta pela terra e pela reforma agrária.

Conhecer as realidades dos movimentos camponeses na América Latina permite compreender a razão da sua existência, não pelo desenvolvimento da agricultura capitalista, mas pelo processo contínuo a formação da agricultura familiar que se distingue cada vez mais agricultura convencional. Desde a década de 1970, o campesinato tem construído uma via

¹⁴ Universidade Estadual Paulista – UNESP
mancano.fernandes@unesp.br

agroecológica contra o agronegócio que desenvolve, cada vez mais, a plantação de commodities com agrotóxico para a produção de alimentos ultraprocessados. Essas realidades estão permanentemente nos nossos cotidianos, basta prestar atenção nos tipos de alimentos que estão nas nossas mesas no café da manhã, almoço e jantar. Poucas pessoas compreendem a importância do campesinato no nosso cotidiano. Eles são tão importantes como os médicos, porque também cuidam de nossa saúde, e porque produzem a maior parte dos alimentos que comemos.

Movimentos socioterritoriais na América Latina.

Os movimentos camponeses mudaram muito desde os estudos clássicos de Wolf, 1955, Hobsbawm 1959 e Shanin, 1966. Estas mudanças estão relacionadas a persistente resistência do campesinato na luta contra o capitalismo, a emancipação dos movimentos, a hegemonia do agronegócio e o processo de globalização da economia. As recentes formas de organização camponesa mantêm algumas das particularidades do passado, atualizaram seus repertórios políticos e criaram novas perspectivas. Mudanças, permanências e perseverança estão entre as principais características da formação continuada dos movimentos camponeses.

O campesinato é uma classe social que se organiza em movimentos para produzir e defender suas condições de existência. A estrutura organizativa camponesa tem como base a terra, família, trabalho, comunidade, produção e qualidade de alimentos, conhecimentos diversos sobre modos de cultivo, reprodução de sementes e mercados que definem seus modos de vida, suas culturas e suas paisagens. É impossível compreender o campesinato separado da terra e é por essa razão que os movimentos camponeses são socioterritoriais, eles têm o território como condição de existência. O território não é só o espaço geográfico de um país, mas é também as frações desse país, e uma dessas unidades é a terra onde os camponeses produzem seus espaços de vida. O sentido desta compreensão do território em múltiplas escalas está no fato de que uma política agrícola que atinge o país também atinge o agricultor e vice-versa. Na América Latina, como em outras regiões do mundo, os movimentos camponeses tornaram-se a forma política de defesa de uma agricultura sustentável para garantir

suas condições de existência. A luta pela terra e, portanto, pelo território, está presente em toda a história do campesinato. Esta é uma de suas principais lutas e está associada a luta contra o trabalho assalariado, porque o campesinato só pode existir pelo trabalho familiar e ou comunitário, associativo, cooperativo na produção de alimentos, no beneficiamento e na industrialização etc.

Um movimento começa quando um grupo de pessoas se reúne para reivindicar uma causa e ou se defender de uma ameaça. A organização permanente é um modo de sobrevivência, porque o campesinato vive constantemente ameaçado por relações sociais que o subordina e ou expropria. Lutas contra sua destruição e por condições dignas de existência tem sido a pauta política dos movimentos camponeses.

As colonizações espanhola e portuguesa dominaram grande parte da América desde o século XVI até o século XVIII no que foi denominado de pré-história dos regimes alimentares (MCMICHAEL, 2016). A exploração dos recursos naturais foi a política econômica utilizada e começou com o trabalho escravo das populações nativas, que foram denominados genericamente de índios pelos colonizadores. A extração de minérios, árvores e a produção agrícola e pecuária foram as primeiras atividades praticadas por diferentes categorias de relações de trabalho: escravo, servo e assalariado. Os povos indígenas resistiram à escravidão e os colonizadores portugueses trouxeram escravos da África para trabalharem no monocultivo de açúcar, denominadas de plantations. Os colonizadores espanhóis adotaram em menor proporção o trabalho escravo africano, principalmente no Peru, Colômbia e Venezuela, associado a servidão e o trabalho livre nas grandes propriedades, onde os indígenas eram obrigados a morar. No interior das plantations de açúcar no Brasil predominava o trabalho dos escravos africanos que viviam nas senzalas, e havia o trabalho livre, em menor proporção, que utilizava uma pequena porção de terra para plantar em troca dos cuidados da manutenção da infraestrutura do latifúndio (CHONCHOL, 1994; FERNANDES, 2000).

Confinados em grandes propriedades (latifúndios, haciendas) indígenas, escravos africanos, trabalhadores livres resistiam a exploração dos colonizadores. Eram constantes as fugas de escravos, servos e trabalhadores livres que criavam comunidades nas regiões ainda não controladas pelos exploradores. As fugas e as buscas por terras livres, como por exemplo as

insurgências no México, Peru e Paraguai, as terras sem mal dos povos guarani (CLASTES, 1975), os quilombos dos escravos africanos e as posses de camponeses foram os primeiros movimentos de resistência (FERNANDES, 2000). Essas lutas são referências para compreender a origem dos movimentos camponeses, porque foi a relação e a miscigenação do indígena americano, do escravo africano, do colonizador europeu que formaram os camponeses da América Latina.

No século XIX, as colônias espanholas e portuguesas tornaram-se independentes e este processo de emancipação também resultou na libertação dos escravos. A expansão do capitalismo na América Latina desde meados do século XIX se apropriou da estrutura fundiária concentrada em grandes propriedades para manter as plantations com a produção de monocultivos em grande escala para exportação. O controle territorial é um dos componentes do primeiro regime alimentar controlado pelo império britânico (MCMICHAEL, 2016). Com este modelo, a América Latina “libertada” continuou a ser uma região de extrativismo mineral e agrícola, que persiste até o século XXI, subordinada ao regime alimentar britânico. É neste contexto que surgiram movimentos camponeses para reivindicar terra de trabalho e políticas de reforma agrária, que levaram às primeiras guerras camponesas, como por exemplo a guerra de Canudos, em 1896 no Brasil (FERNANDES, 2000), e a revolução mexicana, em 1910 (WOLF, 1969).

Do final do século XIX e durante o século XX, grandes corporações dos Estados Unidos e da Europa implantaram imensas áreas de plantation na América Latina, e passaram a criar as “repúblicas de commodities” que começou com a produção de bananas para exportação e continuou com a laranja, cana-de-açúcar e soja. Em meados do século XX, durante o segundo regime alimentar, a “revolução verde” determinou a estrutura do modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura com o uso intensivo de agrotóxicos e da mecanização. Este modelo teve grande impacto nas comunidades camponesas, provocando a desapropriação e a migração para as cidades.

Por causa da grande utilização de pesticidas, o campo deixou de ser um lugar para morar, obrigando a população rural a migrar. A “revolução verde” desconectou o campo da cidade e a comida da natureza. O campesinato assistia a ruína de seus territórios. A produção

de alimentos dependia cada vez menos dos agricultores e passou a ser controlada cada vez mais pelas grandes corporações. Isso significou o aumento da concentração da propriedade da terra. Evidente que essas mudanças não aconteceram sem resistência.

Os movimentos camponeses iniciaram lutas por reforma agrária em diversos países: México, El Salvador, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Chile, Peru, Nicarágua e Brasil. Movimentos camponeses locais, regionais e nacionais lutaram pela terra e pelo desenvolvimento da agricultura familiar. Começaram a disputar o território de seus países com as corporações multinacionais, lutando por um pedaço de terra para trabalhar e produzir alimentos. O poder extrativista havia capturado as jovens repúblicas latino-americanas, transformando o extrativismo colonial em extrativismo neocolonial (Burbach & Flynn, 1980). A longa trajetória dos movimentos camponeses que lutaram contra os colonizadores continuou na luta contra as corporações que controlam a maior parte dos territórios dos países latino-americanos.

As ditaduras militares implantadas nas décadas de 1960 e 1970 reprimiram duramente os movimentos camponeses na maior parte do continente. Perseguidos pelos governos totalitários, os movimentos continuaram a lutar pela reforma agrária com o apoio dos partidos comunistas e diversas igrejas cristãs. Depois de quase cinco séculos de luta e resistência, populações indígenas e camponesas ainda não têm seus territórios regularizados pelos governos nacionais. Continuam subordinados ao modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura e dependentes dos mercados controlados por grandes corporações.

Movimentos socioterritoriais e questão agrária

A crescente subordinação e expropriação do campesinato pelo capitalismo produz um problema estrutural denominado de questão agrária. A essência da questão agrária é a renda capitalizada da terra, que acontece através do controle dos preços agrícolas pelas corporações, que se apropriam da maior parte da renda fundiária, expressa no valor da produção agropecuária camponesa. Este problema cria comunidades de baixa renda com o empobrecimento contínuo das famílias camponesas que são obrigadas a vender suas terras.

Mas, também gera resistência das famílias que ocupam terras, reivindicam a reforma agrária e procuram se desvincular das corporações, criando mercados populares em escala local, para venderem seus produtos diretamente aos consumidores.

Em meados do século XX, o capitalismo integrou diversos sistemas produtivos e criou o agronegócio, fortalecendo os impérios alimentares e determinando-se como modelo hegemônico de desenvolvimento iniciando o terceiro regime alimentar (Davis & Goldberg, 1957; McMichael, 2016; Ploeg, 2008). Controlando os sistemas agrícola, pecuário, industrial, comercial, financeiro e tecnológico, o agronegócio é um complexo de sistemas organizado em rede que envolve empresas de todos os setores da economia, partidos políticos e governos. Com essa estrutura as corporações capitalistas passaram a controlar as sementes e as tecnologias, além da terra, do trabalho e da produção. Desse modo, a participação do campesinato no modelo de desenvolvimento do agronegócio é sempre marginal e subordinada aos interesses das corporações. O uso do trabalho assalariado é predominante, embora esteja diminuindo por causa da intensificação da mecanização e da robotização.

Não basta ao capitalismo controlar o complexo de sistemas se não tiver fácil acesso à terra. E de fato este não é um problema para as corporações, porque a herança colonial deixou uma estrutura fundiária altamente concentrada em poder de famílias tradicionais que controlam grandes propriedades de terra, conhecidos como latifundiários (CHONCHOL, 1994) e vivem de alugar as terras para as corporações. Embora os grandes proprietários e as corporações tenham o controle sobre a terra, os camponeses também têm defendido, mantido suas propriedades e realizado novas ocupações de terras. Os camponeses colombiano, equatoriano, peruano, boliviano, chileno, brasileiro, argentino e mexicano são exemplos dos que possuem maior participação relativa no controle das terras agriculturáveis (FERNANDES, 2014). As terras dos camponeses e dos grandes proprietários são permanentemente disputadas pelas corporações nacionais e multinacionais para a expansão da produção de commodities para exportação.

Para os grandes proprietários que não são agricultores é um bom negócio arrendar suas terras para o agronegócio. Os grandes agricultores produzem commodities, como soja, cana-de-açúcar, milho etc., de acordo com os pacotes tecnológicos das corporações e são conhecidos

como fornecedores. É importante lembrar que esses agricultores são parte do sistema agrícola do agronegócio. Também fazem parte desse sistema, alguns agricultores familiares ou camponeses, que participam da produção de algumas commodities como banana, laranja, tomate, batata, cebola, alface, pepino, pimentão etc. Todavia, em desvantagem porque além de não dominarem os conhecimentos dos pacotes tecnológicos, não podem competir com os grandes produtores por causa da escala de produção.

A modernização da agricultura no capitalismo é paradoxal porque utiliza antigas relações sociais que já foram banidas da história. Por exemplo, no Brasil, a modernização não evitou que grandes proprietários e corporações utilizem trabalho forçado (THÉRY, E. MELLO, N. A. HATO, J. & GIRARDI, E. P. 2012). Muitos trabalhadores são regimentados por empresas e grandes proprietários para trabalho em fazendas distantes dos locais onde vivem. O custo do deslocamento produz uma dívida impagável e os trabalhadores são proibidos de saírem das propriedades e dormem em lugares insalubres, caracterizando o que ficou conhecido como “trabalho escravo moderno”.

Neoliberalismo e movimentos socioterritoriais: terra e comida

No início do século XXI, o avanço do neoliberalismo criou novos elementos na questão agrária. A financeirização da agricultura promoveu uma nova onda de compra de terras, conhecida como estrangeirização da terra. Estes investimentos visavam a mudança gradual da matriz energética, dos combustíveis fósseis para a biomassa que provocou uma grande crise alimentar no ano de 2008. Este é um processo recente de concentração fundiária com a compra ou aluguel de grandes extensões de terras em países de baixa renda e média renda, através de megaprojetos.

Este processo cria enclaves de produção de commodities em diversos países afetando o meio ambiente, expropriando comunidades de camponeses. O avanço de políticas neoliberais ampliou a participação do capital financeiro representado por fundos de pensões, fundos soberanos e fundos privados, que investem em corporações para produção de commodities flexíveis (energia e comida), através da aquisição de vastas extensões de terra, controlando

porções dos territórios dos países latino-americanos. Além dos Estados Unidos e da Europa, a financeirização da agricultura trouxe investimentos de outros países para a América Latina, com especial destaque para o Brasil, como a China, Índia, Arábia Saudita etc. (RINCÓN & FERNANDES, 2018; GIRARDI, 2017). Há também corporações “*translatinas*” de capital brasileiro e argentino que tem adquirido terras no Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia.

A extração de recursos naturais para produção de commodities através do controle territorial e a expropriação de populações camponesas são estratégias do modelo hegemônico do agronegócio que na América Latina é predominantemente agroextrativista, o que significa dizer que tem como base a extração de recursos naturais em um país e a industrialização em outro país, por exemplo, o café produzido no Brasil e na Colômbia é industrializado na Alemanha, que vende cápsulas de café para vários países do mundo. O agroextrativismo é produtor e produto do neocolonialismo baseado na economia da dependência e na desigualdade (PETRAS & VELTMEYER, 2015).

O Paraguai é um dos exemplos de estrangeirização da terra com grande parte de seu território agrícola está sob controle de investidores brasileiros e argentinos. As empresas translatinas também estão presentes no Chile, controlando superfícies superiores a 1000.000 hectares na produção de monocultivo de árvores e de vinho. Na Colômbia estão presentes corporações dos Estados Unidos, Japão, Israel, Chile e Espanha na produção de monocultivos de árvores, café, soja, cacau e milho. Estudos recentes da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) analisaram os tipos de investimentos e suas origens, identificando diversos países e o conjunto de commodities, mas não captaram os conflitos entre as corporações e os movimentos camponeses (GOMEZ, 2011; BORRAS, FRANCO, KAY & SPOOR, 2011).

O fato é que o processo de estrangeirização impactou o campo de diversos países com forte expropriação de comunidades camponesas. É necessário destacar que estamos nos referindo ao agroextrativismo que não necessita de camponeses para o trabalho agrícola ou pecuário, pois atua com alta tecnologia praticando uma agricultura intensiva, utilizando sistemas técnicos informacionais, com o objetivo de se apropriar da renda fundiária. Este é o mais novo desafio dos movimentos camponeses e suas comunidades, que têm baixo poder de

negociação, e necessitam enfrentar grandes corporações globais com muito poder para impor seus interesses. Também é preciso destacar que todos os partidos políticos e governos da América Latina, sem exceção, apoiam o modelo do agroextrativismo, porque representa uma porção considerável do produto interno bruto que, todavia, mantém esses países subalternos.

E neste contexto, os movimentos camponeses resistem, são perseguidos, cessam, desaparecem, recomeçam. Há movimentos organizados em várias escalas: local, regional e nacional, alguns reúnem dezenas de pessoas, outros reúnem dezenas de milhares. Organizam seus territórios de forma coletiva, como por exemplo, a maior parte dos ejidos mexicanos, ou individual, como por exemplo, a maior parte dos assentamentos brasileiros de reforma agrária, mantém áreas comuns e preservam áreas de acordo com suas culturas. Alguns mantêm uma forma de organização simples sem estrutura formal, outros se transformam em sindicatos, associações, cooperativas, coordenações, comitês, frentes, federações ou confederações. Alguns são temáticos como os movimentos de jovens, mulheres camponesas, agroecologia etc. Também formam coalisões e articulações em rede para ampliar seus poderes de negociação. Os camponeses habitam todos territórios, desde as florestas da Amazônia internacional com porções dos territórios do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, na savana do planalto brasileiro, no pampa argentino, na cordilheira dos Andes chileno, argentino, boliviano, peruano, colombiano e venezuelano, nos pântanos do Brasil e Paraguai, na planície de Yucatán e na selva de Lacandona no México e Guatemala, nas regiões semiáridas do Brasil e Argentina e nos litorais de todo o continente.

As corporações do agronegócio e corporações mineradoras também estão em todo o continente e com apoio dos governos e partidos políticos implantam megaprojetos para exploração de commodities agrícolas e minerais. Para otimizar o escoamento das commodities, criam projetos de logística para integração de regiões de produção que inclui ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, terminais, armazéns etc. Evidente que estes megaprojetos impactam ainda mais as comunidades camponesas. Os camponeses representam quase metade da humanidade e tem seus territórios constantemente ameaçados. Em 2012, movimentos camponeses de todo o mundo apelaram para a Organização das Nações Unidas para a elaboração de uma declaração dos direitos dos camponeses. O Conselho de Direitos Humanos

da ONU criou uma comissão intergovernamental para propor o manifesto. Presidida pelo governo da Bolívia, a comissão realizou múltiplas consultas aos governos dos países signatários e em 2018 apresentou uma proposta, que foi votada e a maior parte dos países membros do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovaram a resolução que concluiu a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de populações rurais em geral. A resolução aprovada teve 3 votos contra (Reino Unido, Austrália e Hungria), 11 abstenções e 33 votos a favor. O Brasil foi o único país da América Latina que se absteve.

A Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses, criada em 1992 (DESMARAIS, 2007) foi uma das principais protagonistas desse processo. Os movimentos camponeses da América Latina, vinculados a Via Campesina, avaliaram a Declaração¹⁵ e afirmaram que este documento contribui na resistência contra as expropriações, principal causa da perda de seus territórios, contra a estigmatização, prisões e assassinatos dos ativistas que lutam contra os megaprojetos que afetam seus territórios. O documento também é uma referência para tratar da desvalorização dos preços da produção agropecuária camponesa e defender o comércio justo. Reconhece os direitos às sementes e será uma importante ferramenta dos governos para diminuir os conflitos agrários.

Movimentos socioterritoriais: resistências e superações

Da Terra do Fogo (Argentina) até Juarez (México) encontramos milhares de movimentos camponeses de vários tamanhos e formas de organização. A maior parte desses movimentos atuam em escala local e pode estar articulado com organizações que atuam em escala nacional ou continental. Um exemplo é a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), fundada em 1994, que representa os 63 movimentos camponeses vinculados a Via Campesina na América Latina (ver tabela 1).

¹⁵ <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RuralAreas/Pages/5thSession.aspx>

Tabela 1 – Movimentos socioterritoriais camponeses da América Latina.

Nome	País
Asociación de Pequeños Productores del Noreste de Córdoba (APENOC)	Argentina
Consejo Asesor Indígena (CAI)	Argentina
Coordinadora de Organizaciones campesinas, indígenas y de Trabajadores Rurales (COCITRA)	Argentina
Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE)	Argentina
Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI)	Argentina
Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa” (FNMCB)	Bolivia
Confederación sindical de comunidades interculturales de Bolivia (CSCIB)	Bolivia
Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB)	Bolivia
Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST)	Bolivia
Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ)	Brasil
Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)	Brasil
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	Brasil
Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)	Brasil
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Brasil
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	Brasil
Pastoral da Juventude Rural (PJR)	Brasil
Asamblea Nacional Mapuches de Izquierda	Chile
Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)	Chile
Confederacion Ranquil	Chile
Consejo Nacional de Productores de Chile (CONAPROCH)	Chile
Coordinador Nacional Agrario (CNA)	Colômbia
Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO-CUT)	Colômbia
Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA)	Colômbia
Mesa Nacional Campesina de Costa Rica (MNC-CR)	Costa Rica
Unión Nacional de Productores Agropecuarios Costarricense (UNAG)	Costa Rica
Unión de Pequeños Agricultores y Ganaderos (UPA Nacional)	Costa Rica
Asociación Nacional de Trabajadores Agropecuarios (ANTA)	El Salvador
Asociación de Veteranos de la Guerrilla Salvadoreña (AVEGSAL)	El Salvador
Asociación y agropecuaria y Pesquera de la Cuencia del Lago Ilogango (APRIL)	El Salvador
Federación de Cooperativas de la Reforma Agraria Región Central (FECORACEN de R.L.)	El Salvador
Federación Nacional de Asociaciones de Cooperativas de Producción Agropecuarias (FENACOPAZ)	El Salvador
Fundación de Promotora de Cooperativas (FUNPROCOP)	El Salvador
Movimiento Vida y Equipad Campesina (MVEC)	El Salvador

Unión Nacional de Trabajadores Agropecuarios (UNATA)	El Salvador
Confederación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino de Ecuador (CONFEUNASSCE)	Equador
Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras (FENOCIN)	Equador
Confederación de Pueblos, Organizaciones indígenas Campesinas del Ecuador (FEI)	Equador
Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador (FENACLE)	Equador
Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro (CNC)	Equador
Comité de unidad campesina (CUC)	Guatemala
Coordinadora Nacional Indígena y Campesina (CONIC)	Guatemala
Asociación para el Desarrollo Rural de Honduras (ADROH)	Honduras
Central Nacional de Trabajadores del Campo (CNTC)	Honduras
Consejo para el Desarrollo Integral de la Mujer Campesina (CODIMCA)	Honduras
Unión Campesina e Indígena de Honduras (UCIH)	Honduras
Union Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autonomas (UNORCA)	México
Asociación de Trabajadores del Campo (ATC)	Nicaragua
Mesa Agropecuaria y Forestal (MAF)	Nicaragua
Organización Campesina CIOCESANA 15 de Mayo (EMBALSSES)	Panamá
Union Indígena y Campesina (UIC)	Panamá
Unión Campesina Panameña (UCP)	Panamá
Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI)	Paraguay
Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC)	Paraguay
Movimiento Agrario y Popular (MAP)	Paraguay
Movimiento Campesino Paraguayo (MCP)	Paraguay
Organización Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay (ONAI)	Paraguay
Organización de Lucha por la Tierra (OLT)	Paraguay
Confederación Nacional Agraria (CNA)	Peru
Confederación Campesina del Perú (CCP)	Peru
Federación Nacional de Mujeres Campesinas , Indígenas, Nativas y Asalariadas de Peru (FENMUCARINAP)	Peru
Red de Mujeres Rurales de Uruguay (RMRU)	Uruguay
Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ)	Venezuela
Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora (FNCEZ)	Venezuela

Fonte: <https://viacampesina.org/es/quienes-somos/regiones/americadel-sur/>
<https://viacampesina.org/es/quienes-somos/regiones/americacentral/>
<https://viacampesina.org/es/quienes-somos/regiones/americadel-norte/>

Esse conjunto de movimentos camponeses da América Latina é uma representação do campesinato na sua luta constante pela existência que reúne lutas diversas, desde a terra, produção de alimentos saudáveis, mercados populares até educação, saúde e moradia. Diferente das várias outras instituições, os movimentos camponeses são os mais ameaçados por uma das maiores forças do capitalismo: o agronegócio. A Via Campesina tem construído diversas experiências internacionais entre os seus membros e criado novas perspectivas através da soberania alimentar e da agroecologia.

Reconceitualizando a reforma agrária para a transição agroecológica

A luta pela terra é, ao mesmo tempo, uma das mais antigas e uma das mais atuais formas de resistência, por causa do constante processo de expropriação dos camponeses. Desde o começo da colonização até as recentes políticas neoliberais, o extrativismo agrícola e mineral tem sido a principal causa dessa expropriação. Há séculos, camponeses e outros povos são expropriados pelas diversas fases do desenvolvimento da produção de commodities através da exploração dos territórios dos países da América Latina. Este é um problema que persiste porque é uma questão estrutural do capitalismo que se desenvolve expropriando o campesinato (CHONCHOL, 1994; BURBACH & FLYNN, 1980; BARTRA, 2011).

A concentração fundiária herdada da colonização beneficiou o desenvolvimento capitalista na agricultura que a mantém. A estrutura fundiária da América Latina é a mais concentrada do mundo (GOMEZ, 2011, p. 9). O índice de Gini, um indicador entre 0 e 1, em que 1 representa a concentração máxima, aplicado à distribuição de terras na região alcança 0,79, superando a Europa (0,57), a África (0,56) e a Ásia (0,55)¹⁶. De acordo com os poucos dados disponíveis, os países com estrutura fundiária mais concentrada são: Chile, Venezuela, Brasil, Colômbia e Equador. Ver tabela 2.

¹⁶ <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/en/c/878998/>

Tabela 2 - Índice de Gini de países da América Latina.

País	Ano	Índice
Brazil	1996	85
Chile	1997	91
Colombia	2001	80
Equador	2000	80
Nicaragua	2001	72
Panama	2001	52
Uruguay	2000	79
Venezuela	1997	88

Fonte:

http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/documents/publications_studies/statistical_yearbook/FAO_statistical_yearbook_2007-2008/f05.xls

Accessed September 02, 2018

Por causa da histórica concentração fundiária e do caráter expropriatório do capitalismo, a reforma agrária é uma política pública que se mantém atual para redistribuir terra. Esteve na pauta política dos países durante todo o século XX e continua no século XXI, por exemplo, desde a revolução mexicana em 1910 até o projeto da reforma agrária brasileira nas décadas de 1990 e 2000, nesse período houveram várias outras experiências em países latino-americanos.

No início do século XXI, a reforma agrária começou a ser reconceitualizada. Deixou de ser uma política distributivista que visava atender os interesses capitalistas para ser uma política de desenvolvimento territorial para atender os interesses do campesinato. Essa mudança aconteceu porque os governos latino-americanos abandonaram as políticas de reforma agrária por causa dos fracassos para atingir os objetivos do modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura e por causa da nova postura dos movimentos camponeses em assumirem a proposição de uma política de reforma agrária popular, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2014).

Com a reforma agrária distributivista, o governo desapropriava uma grande propriedade e dividia em pequenas propriedades, distribuindo entre as famílias camponesas, com o objetivo

de criar condições para que os camponeses se capitalizassem e se tornassem novos produtores capitalistas (CHONCHOL, 1994; FERNANDES, 2000). Com o objetivo de ser uma política para o desenvolvimento do capitalismo, este tipo de reforma agrária desconcentra e concentra novamente a estrutura fundiária.

A desconcentração acontece quando o governo desapropria a grande propriedade e divide em pequenas unidades familiares. A concentração acontece quando poucas famílias se capitalizam e compram a maior parte das outras unidades, aumentando o tamanho e diminuindo o número de propriedades. Ou quando as corporações compram várias unidades familiares para criar uma grande propriedade destinadas para produzir commodities. Esses processos podem durar décadas.

O modelo capitalista de reforma agrária foi implantado em todos os países latino-americanos e resultou na formação de poucos agricultores capitalistas, uma pequena parte de camponeses que conseguiram uma renda média e uma grande parte de camponeses que foram empobrecidos por causa da renda capitalizada da terra (BARTRA, 2011; FERNANDES, 2014). A ineficiência da reforma agrária distributivista para criar produtores capitalistas fez com que a maior parte dos governos da América Latina abandonassem essa política. No final do século XX e início do século XXI, até mesmo o Banco Mundial defendeu a reforma agrária, não como uma política desapropriatória, mas como uma política de compra e venda de terras, que denominou de reforma agrária de mercado. Na América Latina, Brasil e Colômbia foram laboratórios dessa experiência fracassada (PEREIRA & FAJARDO, 2015).

Para os interesses neoliberais, a reforma agrária não é uma política viável. Por essa razão, os governos neoliberais a abandonaram. A agricultura camponesa também foi abandonada e sobrevive por meio de políticas públicas compensatórias, que tem por objetivo atender parcialmente as reivindicações dos movimentos camponeses. Desse ponto de vista, a agricultura camponesa é secundarizada nos países da América Latina, que priorizam os investimentos no agronegócio.

Convencidos pela história e pela própria experiência, os movimentos camponeses persistem na criação de uma nova política de reforma agrária voltada para o desenvolvimento dos seus territórios e não como um degrau para o capitalismo. Entre as estratégias para resistir

em suas terras, as famílias camponesas evitam produzir commodities. O maior desafio dos movimentos camponeses tem sido a criação de um modelo de desenvolvimento para se contrapor ao agronegócio. Isso significa defender um modelo sustentável de desenvolvimento da agricultura.

Uma primeira iniciativa foi o Movimento Camponês a Camponês, que incentivou a troca de experiências desde o saber camponês sobre a agricultura (HOLT-GIMÉNEZ, 2006). Essa atitude emancipatória retirava a postura subalterna dos camponeses que dependiam de pacotes tecnológicos das corporações multinacionais. Essa iniciativa também reverteu a tendência de que os conhecimentos sobre cuidados com solos e com as diversas culturas deveriam ser ensinados por técnicos extensionistas. Os camponeses assumiam o protagonismo e promoviam uma intensa troca de saberes que rapidamente se tornou muito popular, criando uma das primeiras experiências de movimentos alimentares.

Essa pedagogia camponesa começou a pensar um modelo de desenvolvimento territorial e uma economia política camponesa, visando uma agricultura sustentável, o que significa o não uso de pesticidas ou outros produtos que os tornavam dependentes do modelo do agronegócio. Desse modo fortaleceram a produção orgânica e a produção agroecológica. É necessário enfatizar que esta iniciativa surgiu como uma resistência imediata ao modelo da “revolução verde”, implantado nos anos 1950/60 em todo mundo, com o uso intensivo de agrotóxicos, eliminando a diversidade para favorecer a produção de monocultivos em grande escala.

Entre as pessoas que lutaram contra esse modelo, podemos citar Carson, 1962 que publicou um dos primeiros livros narrando os problemas de saúde humana e saúde ambiental nos Estados Unidos. No Brasil, Ana Maria Primavesi também foi pioneira no manejo ecológico dos solos em regiões tropicais (KNABBEN, 2016). Na década de 1970, em vários países da América Latina, como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia México, Nicarágua, Panamá, Uruguai e Venezuela, haviam muitas experiências de produção orgânica e agroecológica. A “revolução verde” ativada pelo agronegócio separou a comida da cultura e vinculou ao negócio. As experiências agroecológicas reconectaram a cultura, a comida, a natureza e a comunidade. Além de lutar pela terra, os camponeses lutam contra os impérios alimentares na construção

de um modelo próprio de desenvolvimento a partir de políticas públicas emancipatórias garantam a produção de alimentos saudáveis. O agronegócio havia globalizado seu modelo hegemônico e a Via Campesina havia globalizado a luta e a esperança (PLOEG, 2008; VIA CAMPESINA, 2016).

O movimento camponês torna-se cada vez mais em um movimento alimentar, que tem como preocupação o cuidado com a natureza, garantia de alimentos de qualidade que promovam a saúde da terra e das pessoas. A ideia principal é transformar os sistemas alimentares em sistemas sustentáveis, sem a crescente utilização de insumos sintéticos, mas sim através da biodiversidade. A participação das mulheres camponesas tem sido fundamental na produção orgânica e agroecológica, que também inclui os jovens. Por meio deste movimento, em 1996, a Via Campesina apresentou o conceito de soberania alimentar na Cúpula Mundial sobre a Alimentação realizada em Roma pela FAO que significa: “um direito fundamental de todos os povos, nações e Estados para controlar seus alimentos e seus sistemas alimentares e a decidir suas políticas assegurando a cada um, alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados. Isto inclui o direito dos povos a definir suas formas de produção, uso e intercâmbio tanto ao nível local como internacional” (ZANOTTO, 2017, p.69).

Este conceito recupera a autoridade soberana dos governos na gestão estratégica da produção de alimentos, que foi capturado pelas grandes corporações. Defende a produção em pequena escala, agroecológica, e o comércio local, contra a produção de commodities em grande escala, com produtos que viajam milhares de quilômetros, visando prioritariamente o mercado internacional. Os princípios da soberania alimentar defendem que os camponeses evitem a produção de commodities destinada principalmente para a indústria de alimentos e promovam a transição agroecológica, utilizando insumos orgânicos para substituir os insumos químicos, que são componentes de pacotes tecnológicos de grandes corporações multinacionais e que tornam os agricultores dependentes de seus produtos e mercados. A construção do conhecimento sobre insumos orgânicos é participativa, organizada por movimentos camponeses e instituições públicas em diversas comunidades e seus resultados são

considerados patrimônios das comunidades camponesas. Este processo também acontece com a produção de sementes, com as técnicas de produção agrícola, pecuária e florestal.

Ao contrário do agronegócio onde tudo é transformado em mercadoria, a agroecologia é um compartilhamento comunitários de culturas e diversidade. Há décadas, os movimentos camponeses da América Latina, através do método camponês a camponês tem promovido a troca de saberes agroecológicos, construindo um novo conhecimento científico. Enfoques agroecológicos reúnem os conhecimentos de diversos tipos de campesinato: agricultores, coletores, pescadores, pastores, pescadores, fornecendo novas compreensões para melhorar os sistemas agroecológicos nos variados biomas do continente. A agroecologia tornou-se uma ciência extensa que compreende desde os estudos dos solos, da diversidade vegetal e animal, mas também das culturas e dos povos, superando a visão mercadológica. O registro contínuo e a publicação dessas experiências multiplicam os processos de transição na produção de comida e energia.

O projeto “Alimergia” (comida e energia) é parte de um novo paradigma dos sistemas camponeses de produção. Inspirado pela ideia de soberania alimentar, este projeto também defende a soberania energética através do trabalho comunitário associando a produção de alimentos e a produção de energia. Por meio do mapeamento dos recursos naturais dos territórios camponeses, trata de preservar a vegetação nativa e utilizar parte da floresta para produção consorciada de vegetais e criação de animais soltos. Os resíduos da produção vegetal e animal são utilizados para a produção de energia. Há culturas que também podem ser utilizados na produção de energia, como o Dendê e a Cana-de-açúcar. Este tipo de projeto exige um alto nível de organização da comunidade e dos movimentos camponeses porque relaciona vários sistemas produtivos como a agricultura, pecuária e indústria. Este é o grande desafio dos movimentos camponeses: constituir um plano de desenvolvimento para a produção de comida e energia, mercado, indústria familiar para produção de alimentos minimamente processados (GÖRGEN, 2017). O conhecimento científico também é fundamental na construção deste novo paradigma. Na América Latina há várias experiências em curso, por exemplo sobre sementes no Brasil, mercados na Colômbia, biodiversidade no México, convivência com o semiárido no Brasil e Argentina etc.

Projetos de transição agroecológica recebem pouco ou nenhum financiamento dos governos latino-americanos que apoiam o uso de agrotóxicos por meio de subsídios e financiamento de pacotes tecnológicos das corporações multinacionais. Todavia diversas universidades têm investido em pesquisa para estudar as experiências da transição agroecológica para uma alimentação saudável e os problemas de saúde humana e ambiental causados pelo agrotóxico e a produção de alimentos ultraprocessados. O uso de veneno na produção de alimentos e seu ultraprocessamento correspondem a uma importante parte dos produtos alimentícios consumidos pelo mercado global. Esta é a força e a fraqueza do agronegócio.

A transição agroecológica e o aumento da produção de commodities para a industrialização de ultraprocessados são representações desiguais da emergente agricultura sustentável e da intensa mercantilização das commodities, que separam cada vez mais a distância entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Também nas cidades da América Latina, a produção agroecológica, por meio da crescente agricultura urbana, tem se tornado uma boa opção para os consumidores que não querem comer comida ultraprocessada e com agrotóxico.

A transição agroecológica necessita de políticas públicas, em escala nacional, com estruturas que fortaleçam a produção agrícola e pecuária, a produção de alimentos in natura e minimamente processados e mercados alternativos ao mercado capitalista. Os mercados populares, como as feiras livres, são experiências antigas em todo o continente e recentemente novos mercados foram criados pela sociedade civil e por governos. As experiências das várias iniciativas de consumidores que apoiam agricultores estão acontecendo em quase todo o mundo. No final do século XX e começo do século XXI, políticas públicas de financiamento da agricultura camponesa, da educação camponesa, a indústria familiar, cooperativas e a criação de cotas para os mercados institucionais, por meio de leis, aconteceram pela primeira vez na América Latina. O Brasil foi a principal referência dessas políticas que inspiraram governos da Argentina, Costa Rica, Bolívia, Colômbia etc.

O grande desafio para o futuro dos movimentos camponeses é a associação das políticas públicas com os saberes tradicionais do campesinato para a renovação tecnológica necessária

ao desenvolvimento da agroecologia. Outro desafio futuro é a relação com o Estado, que precisa estar mais atento para as propostas da soberania alimentar na produção de uma agricultura sustentável. O modelo hegemônico do agronegócio já está no seu limite, o que abre novas perspectivas para a agricultura camponesa. O século XIX, foi marcado pelas lutas de independência e libertação, o século XX assistiu o agronegócio monopolizar a agricultura através da artificialização da comida, no século XXI, as pessoas deverão repensar qual alimento querem comer. Esta atitude poderá mudar completamente o atual sistema alimentar.

Considerações finais

Embora sejam quase metade da população mundial, poucas pessoas conhecem as realidades dos movimentos camponeses de seus próprios países. Há uma forte discriminação contra essa população que é gerada por um profundo desconhecimento. Por essa razão é fundamental que a população urbana conheça mais da população rural e vice-versa. A presença do campesinato pode estar na fruta que consumimos todos os dias, nos legumes e verduras que estão na salada que comemos e em diversos outros alimentos. Mas dificilmente estará no hambúrguer e outros alimentos processados que a maior parte das pessoas consomem nas lojas de comida rápida. Em um lanche de uma loja de sanduíches, a presença do campesinato pode estar no pepino e no tomate, mas esta presença sempre será uma presença da exploração, da subordinação. Também pode estar na banana que todos consomem em diversos países do mundo e que vem de vários países da América Latina, em que o camponês recebe o equivalente a uma banana para cada caixa de banana vendida.

Nos últimos séculos, o capitalismo separou o campo da cidade, a comida da cultura, o alimento da natureza. Nos últimos cinquenta anos, o campesinato tem tentado recuperar o atraso que o capitalismo promoveu com a artificialização da comida. O campesinato reinventou a comida com o conceito de soberania alimentar e com a agroecologia. Luta para retomar o percurso da agricultura sustentável. O campesinato tem sido visto como uma forma de organização social do passado, mas é um dos principais grupos sociais que está construindo o

futuro. Porque o futuro não está na produção de alimentos produzidos com veneno, mas sim na produção de comida saudável.

Referências

- ALTIERI, M. (2017). *Historia de la agroecología en América Latina y España*. Lima: Sociedad Latinoamericana de Agroecología.
- BARTRA, Armando. *Os novos camponeses*. Cultura Acadêmica: São Paulo, 2011.
- BORRAS, S. M. FRANCO, J. C. KAY, C. SPOOR, M. (2011) *El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia*. Roma: FAO.
- BURBACH, Roger and Flynn, Patricia. *Agribusiness in the Americas*. New York: Monthly Review Press, 1980.
- CARSON, R. (1962) *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin.
- CLASTES, H. (1975). *La Terre Sans Mal*. Paris: Éditions du Seuil.
- CHONCHOL, J. (1994). *Sistemas Agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Fondo de Cultura Económica: Santiago.
- DAVIS, J. H. GOLDBERG, R. A. (1957). *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University Press.
- DESMARAIS, A. A. (2007). *La Via Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Winnipeg: Fernwood Publishing.
- FERNANDES, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. Editora Vozes: Petrópolis.
- FERNANDES, B. M. (2014). Cuando la agricultura familiar es campesina. In Hidalgo, F. Houtart, F. Lizárraga, P. *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos*. Quito: Editorial IAEN.
- GIRARDI, E. et al., 2017. *Relatório DATALUTA Brasil 2016*. Presidente Prudente: NERA.
- GOMEZ, S. (2011) *Reflexiones sobre la dinámica reciente del Mercado de la tierra en América Latina y el Caribe*. Roma: FAO.
- GÖRGEN, F. S. (2017) *Trincheiras da resistência camponesa*. Instituto Cultural Padre Josimo: Candiota.
- HOBSBAWN, Eric J. (1959). *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. WW Norton.

- HOLT-GIMÉNEZ, E. (2006). *Campesino a campesino: voices from Latin América's Farmer to Farmer Movement for sustainable agriculture*. Oakland: Foodfirst Books.
- KNABBEN, V. M. (2016) "*Ana Maria Primavesi, histórias de vida e agroecologia*". São Paulo: Editora Expressão Popular.
- MCMICHAEL, Philip. (2016). *Regimes Alimentares e Questões Agrárias*. São Paulo: Porto Alegre: Editora da UNESP/Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MST (2014) *Programa Agrário do MST*. São Paulo: MST.
- PEREIRA, J. M. M. FAJARDO, D. (2015) A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial na Colômbia e no Brasil (1994-2002). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70001>
- PETRAS, J. & VELTMEYER, H. (2015) *Extrative Imperialism in the Americas: capitalism's new frontier*. Chicago, Haymarket Books.
- PLOEG, J. D. (2008) *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- RINCÓN L. F. & Fernandes, B. M. (2018) *Territorial dispossession: dynamics of capitalist expansion in rural territories in South America*, *Third World Quarterly*, DOI: 10.1080/01436597.2018.1458297
- SHANIN, Teodor, 1966, The Peasantry as a Political Factor, *Sociological Review* 14: 5-27.
- THÉRY, E. MELLO, N. A. HATO, J. & GIRARDI, E. P. (2012). *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*. São Paulo: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.
- Via Campesina. (2016) *Annual Report*. Harare: International Secretariat.
- WOLF, E.R., 1955, 'Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion', *American Anthropologist*, Vol.57, No.3.
- WOLF, E.R., 1969, *Peasant Wars of the Twentieth Century*. London: Faber & Faber

RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO JAPÃO A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE IMIGRANTES DO BRASIL: DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA/ETNIA E GÊNERO E NEGAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

*Aline Lima Santos*¹⁷

*Rosa Ester Rossini*¹⁸

Este texto propõe a reflexão sobre Direitos Humanos, Raça/Etnia e Gênero enquanto fenômenos geográficos. Desta maneira, assume como ponto de partida a questão: em que medida a Geografia pode contribuir para pensar essas categorias e conceitos (direitos humanos, raça/etnia, gênero) com seu instrumental teórico-metodológico?

Para atingir este objetivo entende-se ser necessário a adoção de um raciocínio geográfico, o qual significa contextualizar fenômenos naturais e humanos no espaço-tempo, identificando suas interações e dinâmicas. Assim, localizar e datar os fenômenos geográficos é um primeiro passo importante para buscar semelhanças e diferenciações entre eles, nexos, distribuições e extensões, elaborando-se, a partir desses princípios, a compreensão de tais conteúdos dos arranjos espaciais em um dado período.

Diante deste pressuposto, o desafio colocado será realizado tendo como foco as migrações de brasileiros decasséguis para o Japão. A complexidade das migrações evoca direitos humanos e deles é um conteúdo, afinal, conforme estabelecido na Declaração Universal de 1948 (DUDH), em seu artigo XIII parágrafo 2: “todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.

Também o tema das migrações do Brasil para o Japão traz em seu bojo questões de raça/etnia que salientam diferenças, impondo desafios a efetivação do estabelecido no artigo I da DUDH: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Por fim, ainda pondo a prova esse artigo I, os movimentos migratórios impõem a problemática de

¹⁷ Pós-doutoranda sob supervisão da Profa. Dra. Rosa Ester Rossini no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

¹⁸ Professora Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

gênero, especialmente porque a presença de mulheres nos processos de deslocamentos populacionais mundiais nunca foi tão representativa e autônoma, tampouco tão sujeita a vulnerabilidades e riscos.

A Geografia da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Como se sabe, a DUDH surgiu em 1948, no imediato pós Segunda Guerra Mundial. Foi resultado de um processo histórico que teve como precedentes, por exemplo, o cilindro de Ciro, escrito por volta de 539 a.C. na Pérsia; a Declaração dos Direitos de 1689, no Reino Unido; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, na França; a Carta dos Direitos dos Cidadãos de 1791, nos Estados Unidos.

A análise desses documentos foge do escopo da proposta desse trabalho, mas mencioná-los visa ilustrar o processo cumulativo de avanços no reconhecimento das pessoas enquanto seres humanos dotados de direitos. Vale destacar, porém, que a DUDH tem como especificidade a grande abrangência. Se os documentos até então existentes diziam respeito a esfera doméstica dos Estados, substituindo a precedente ênfase no “dever dos súditos” pela exaltação dos direitos dos cidadãos, a DUDH foi elaborada com pretensões de caráter universalista, e o processo de sua formulação envolveu diversos atores internacionais reunidos em torno da Organização das Nações Unidas (LAFER, 1995).

Esse passo se deu em resposta as atrocidades da guerra, geradora de anseio pela paz internacional. O próprio preâmbulo da DUDH explicita isso ao considerar:

[...] que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum.

Desde então outros avanços tem sido conquistados adotando-se a perspectiva da universalidade da humanidade, conforme se observa em documentos como a Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio (1948), a Convenção sobre o Status dos Refugiados (1951), Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de

Discriminação Racial (1968), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

Tal arcabouço normativo foi construído lentamente em um contexto internacional de bipolaridade e tensões. Sua aplicação colocou certos limites à soberania estatal em sua própria esfera doméstica; fato que constituiu transformações significativas no funcionamento das relações internacionais e de posturas geopolíticas. Apesar disso, a seletividade em relação a observância dos direitos humanos tem sido uma realidade.

O contexto geoeconômico: emergência e consolidação do modelo japonês

O contexto de desenvolvimento do aparato jurídico sobre direitos humanos também foi de grandes mudanças geoeconômicas no mundo. Aos objetivos aqui propostos, vale destacar o caso japonês. Tendo sido um dos perdedores da guerra, o Japão em pouco tempo viria a se tornar uma potência econômica e tecnológica.

Vale ressaltar que, “apesar de os EUA serem responsáveis pela destruição total de duas cidades japonesas, o Japão nunca demonstrou oficialmente sentimentos de revolta ou revanchismo” (WATANABE, 2011, p. 8). Antes, porém, o país optou por adotar uma postura de alinhamento aos Estados Unidos, denominada “Doutrina Yoshida”, assumindo como prioridade o estímulo ao crescimento econômico e a modernização sócio-espacial do Japão. Tal modernização foi conduzida pelo Estado japonês com foco principal no setor industrial e o desenvolvimento e implementação da produção flexível.

O ambiente internacional de bipolaridade fez do Japão um aliado estratégico dos interesses estadunidenses de contenção do socialismo soviético e chinês na Ásia; o auxílio financeiro à reconstrução japonesa veio a ser um instrumento americano nesse sentido. Por sua vez, as Guerras da Coréia e Vietnã, deram um estímulo extra às relações Estados Unidos – Japão, este último respondendo às demandas de armamento e suprimentos logístico, bem como constituindo-se em base miliar americana na Ásia (WATANABE, 2011; ARRIGHI, 1996).

A reconstrução japonesa foi o cenário da elaboração de modelos produtivos alternativos ao fordismo/taylorismo (HIRATA, 2016). Pode-se considerar que a emergência do Toyotismo teve seus primórdios com a visita do engenheiro japonês Eiji Toyoda (1913-2013) a fábrica da Ford em Detroit, Estados Unidos, no ano de 1950. Nesta ocasião o jovem observou possibilidades de aumentar a eficiência da produção de modo adaptado à realidade japonesa.

Geograficamente, o Japão é desprovido de condições naturais e sociais para a produção em massa resultante do modelo fordista. Um pequeno território, a pouca disponibilidade de recursos naturais, o reduzido mercado consumidor interno e o contexto de reconstrução pós guerra eram fatores que contingenciavam a produção conforme a empresa americana.

Assim, a opção era a criação e aplicação de um modelo flexível, o que foi realizado de modo precursor pela empresa automobilística Toyota. Na prática o novo modelo significava, dentre outras mudanças organizacionais: reduzir os estoques de acordo com a demanda e articular o fornecimento da matéria-prima à demanda da produção, isto é, usar a técnica *just in time*.

Os resultados foram: a redução dos espaços para estocagem de mercadorias e matérias primas; a oscilação da quantidade produzida, em grande medida determinada pela demanda do consumo; o barateamento dos gastos; o aumento da agilidade da produção e da circulação; o incremento da dependência de meios de comunicação e transporte eficientes.

O sistema toyotista se difundiu no mundo, levando à potencialização da globalização e à transformações significativas na Divisão Internacional do Trabalho, trazendo impactos significativos ao mercado de trabalho global e local. No geral, observa-se redução do número de empregos, sobretudo no setor industrial.

No Japão, assim como em outras grandes potências econômicas, isso tem sido intensificado pelo desenvolvimento tecnológico, que tem criado autômatos aplicados à produção. Simultaneamente, o setor de serviços cresce, levando a terciarização da economia.

Cabe mencionar brevemente as condições das relações da Toyota com seus empregados: após a Segunda Guerra, pressionada pela depressão, a Toyota demitiu um quarto de sua força de trabalho, gerando enorme crise. Esta atitude teve duas consequências: o afastamento do presidente da empresa e a construção de um novo modelo de relação capital-trabalho que acabou tornando-se a fórmula japonesa, com seus

elementos característicos como emprego vitalício, promoções por critérios de antiguidade e participação nos lucros (WOOD JR, 2009, p. 236-236).

As demissões não se restringiram à Toyota, mas se deram em outras ocasiões e em distintas grandes empresas. A massa dos trabalhadores dispensados encontrou algumas oportunidades nas empresas de pequeno e médio porte, incapazes de adotar com profundidade e na velocidade necessária as novas tecnologias aplicadas à produção e, por isso, mais carentes de mão de obra.

As empresas de pequeno e médio porte, geralmente prestadoras de serviços e subordinadas às grandes empresas, adotaram e adotam outra postura em relação aos seus trabalhadores. A precarização do trabalho tem sido sua marca no que se refere à relação capital-trabalho que estabelecem. O resultado geral, portanto, é o mercado de trabalho segmentado: duas categorias de trabalhadores distintas, uma com estabilidade, direitos e até regalias, outra instável, precária, sem direitos (HIRATA, 2016).

Crise demográfica no Japão: envelhecimento, natalidade e migrações

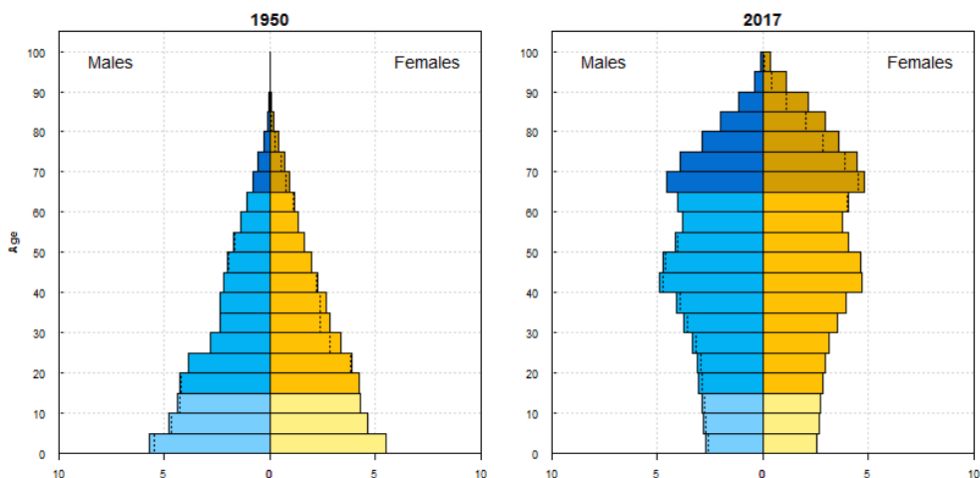
Esse processo socioeconômico de intensas transformações organizacionais, iniciado na Toyota do imediato pós guerra e intensificado, porque difundido para outras empresas e disseminado espacialmente para outras regiões do país e do mundo a partir dos anos 1970, engendrou movimentos migratórios. O Japão tem privilegiado, desde então, sobretudo as entradas de descendentes de japoneses no país. É neste contexto que emerge a imigração brasileira decasségui.

Motivado pela crise político-econômica pela qual atravessava o Brasil e pela imaginação geográfica que representa o Japão como potência econômica, polo tecnológico mundial e país organizado onde “as coisas funcionam” comparativamente à “bagunça” e a falta de segurança brasileira, esse movimento populacional iniciado nos anos 1980, adquiriu expressividade sobretudo nos anos 1990. Às condições adversas enfrentadas no Brasil, somou-se as alterações legais para aquisição de vistos no Japão, cujo conteúdo principal dizia respeito a ampliação da definição da categoria nikkei, isto é, descendentes de japoneses nascidos fora do país:

Nos anos 60 e 70, a obtenção de vistos para nikkeijin da segunda ou da terceira geração era muito difícil até para visitas curtas ao Japão, porque a maioria deles não dispunha de um passaporte japonês, pré requisito para o visto [...]. Somente em 1985 a situação mudou, porque o governo japonês reviu e aumentou a definição da categoria nikkeijin. Até então, a categoria se aplicava somente em pessoas que tinham os dois pais e os avós com nacionalidade japonesa e sua esposa e filhos. Em 85, o fato de ter um parentesco de quarto grau com um cidadão japonês se torna a condição *sine qua non* para obtenção do visto de residente no Japão [...]. Desde a última mudança da lei japonesa para refugiados (Immigration-Control and Refugee-Recognition Act) em 1990 [...] mais categorias de trabalho ficaram acessíveis aos nikkeijin e além da permissão de trabalho, eles obtiveram também a permissão de residência no Japão até três anos renováveis. Isso desviou a atenção das empresas de médio e de pequeno porte particularmente para os nikkeijin, porque o trabalho com imigrantes ilegais era severamente sancionado e não compensava mais se aventurar nisso. [...] Entre 1988 e 1991 a demanda de vistos para o Japão aumentou de 8.602 para 61.500 em São Paulo. O número de pessoas reconhecidas como nikkei aumentou de 750 em 1986 para 94.870 em 1993. Sobre o total de nikkeijin reconhecidos no Japão, os brasileiros representavam 42,7% (SELLEK, 1997 op. cit. LASK, 2000).

As mudanças na legislação japonesa, referente a imigração deve ser compreendida, dentre outros elementos, como resposta à situação de crise demográfica enfrentada pelo país. O Japão possui hoje uma população que beira os 127 milhões de pessoas e destaca-se no mundo dentre as sociedades em que o envelhecimento populacional é mais acelerado e significativo no total da população (ver gráficos da figura 1. Japão: Pirâmide Etária - 1950, 2017). Estimativas preveem retração da população japonesa a partir do quinquênio 2015-2020, sendo que em 2100 as tendências apontam para uma população inferior a 85 milhões de pessoas (UN, 2017).

Figura 1 - Japão: Pirâmide Etária - 1950, 2017.



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, custom data acquired via website.

Essa retração reflete a associação de elevada expectativa de vida ao nascer e baixa taxa de fecundidade no país. Atualmente, a expectativa de vida ao nascer para ambos os sexos está no patamar dos 83 anos, sendo 87 anos para mulheres e 80 para homens. Ao que se soma a diminuta taxa de fecundidade, inferior ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher) desde o quinquênio de 1975-1980 e hoje correspondente a 1,48 (UN, 2017).

O significativo número de pessoas com mais de 50 anos, que nunca se casaram e que não têm filhos no Japão também merece ser sublinhado. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa Populacional e de Seguridade Social no Japão, se em 1970 a taxa de homens que se enquadravam no perfil mencionado foi de 1,7%, em 2010-2015 ela foi de 23,4%. Já para as mulheres, a taxa foi de 3,3% em 1970 e 14,1% entre 2010 e 2015 (MRE, 2018).

A formação de novas famílias japonesas, portanto, está diminuindo. Talvez, isso reflita a existência de pouca pressão social pelo casamento e constituição familiar. A referida pesquisa, porém, revela que preocupações materiais/financeiras são obstáculos à constituição de famílias; aproximadamente 40% da mão de obra japonesa é formada por trabalhadores com contratos

temporários. Isso justifica que a instabilidade econômica e a baixa remuneração sejam citadas como motivos para que as pessoas protelem ou evitem se casar e ter filhos (MRE, 2018).

Em termos geopolíticos e geoeconômicos a população tem sido considerada pelos Estados, empresas, dentre outras organizações, como recurso. Disso decorre a ideia de crise demográfica. Vale recorrer às considerações o geógrafo francês Claude Raffestin (1993, p. 75) sobre as informações populacionais:

Essa informação não é somente útil à organização estatal que vê no habitante um contribuinte e um soldado potenciais; interessa, do mesmo modo, à organização econômica, à empresa, que vê no habitante um produtor e um consumidor potenciais. Seria fácil arrolar aqui o que cada organização vê na unidade abstrata que é o "homem estatístico" do recenseamento. Esse homem estatístico é a unidade de cálculo de todo poder, que está integrado em todos os cálculos estratégicos, seja como soldado, como contribuinte, produtor, consumidor, eleitor, fiel guerrilheiro etc. Toda relação de poder coisifica o ser humano: este "não é", ele é qualquer coisa que se "tem", que não se tem, que se terá ou que não se terá. Desde então, o recenseamento se torna o balanço de um trunfo e o referencial abstrato das possíveis relações de poder.

Nessa perspectiva, população é um recurso insuficiente no Japão. Isso se manifesta, dentre outras situações nas demandas por produtores e consumidores em diversos setores que já ultrapassam a oferta de mão de obra. É o caso, por exemplo, da demanda por serviços de saúde e cuidados advinda da população idosa, a qual tende ao crescimento.

Situações de crise demográfica como essa experimentada pelo Japão colocam as seguintes opções para a formulação de políticas populacionais: promover a natalidade e/ou facilitar as migrações. Conforme Raffestin (1993) assinala, o resultado de privilegiar uma ou outra opção não é o mesmo.

Isso porque o estímulo à natalidade traz resultados mais demorados, enquanto às migrações trazem resultados mais rápidos. Além disso, se a natalidade não coloca problemáticas referentes a questões raciais, étnicas, linguísticas, religiosas, culturais enfim, obriga que o Estado assuma responsabilidades relativas à reprodução social, especialmente em matérias de saúde, cuidados, educação, moradia, emprego etc., tendo nas mulheres importante grupo social a ser considerado e beneficiado nestas políticas. Já as migrações, ao modificar a composição

populacional em termos qualitativos, coloca uma série de desafios ao Estado, especialmente no que diz respeito ao seu ideal de coesão e homogeneidade (Raffestin, 1993).

No caso japonês identifica-se a combinação de ambas estas possibilidades de políticas populacionais. O país tem lançado mão de políticas de incentivo à natalidade especialmente a partir dos anos 1990, entretanto os resultados são aquém do esperado. Estudiosos tem apontado as raízes da ineficiência das políticas nas condições do mercado de trabalho japonês. Conforme observa a cientista política americana Patricia Boling (2008, p.307), esse mercado:

[...] cobra altos custos de oportunidade dos pais que interrompem suas carreiras para criar filhos, impede que os trabalhadores ideais tenham tempo para suas famílias, assume e reforça uma ideologia de gênero tradicional e contrata poucos jovens trabalhadores para bons trabalhos [tradução nossa].

As leis e políticas japonesas de apoio à família estão, desta forma, em contradição com as práticas econômicas e com a precarização das condições de vida das mulheres japonesas. Há que se ressaltar que o modelo produtivo japonês, promotor de terciarização, traz impactos para divisão sexual do trabalho. O setor terciário, em expansão, emprega cada vez mais as mulheres. Porém, seus salários são inferiores aos dos homens e não há liberação de funções domésticas que a elas são tradicionalmente destinadas. Disso resulta a dupla jornada de trabalho: manifesta no acúmulo de afazeres e tempo dedicado ao trabalho, fato que contribui para queda da fecundidade.

Por sua vez, quanto às migrações, recorda-se que o sistema internacional contemporâneo está organizado de modo que o Estado é o ator político que detém e monopoliza a legitimidade da mobilidade (REIS, 2004). Apesar de a DUDH reconhecer o direito de emigrar e retornar, não se manifesta no que toca ao ato de imigrar como direito humano, deixando essa definição para a alçada da soberania estatal. Apesar disso, as políticas migratórias, que visam gerir, controlar e administrar os fluxos populacionais, são resultantes de consensos e disputas, interesses divergentes e contraditórios entre Estado e grupos sociais, econômicos, políticos presentes em sua esfera doméstica (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, A.L. 2016).

No bojo desta realidade, o Japão tem adotado políticas restritivas às migrações. Há uma postura pouco aberta à diversidade e à aceitação de uma sociedade intercultural. As leis migratórias japonesas, embora mais flexíveis a partir dos anos 1990 discrimina positivamente os descendentes de japoneses fora do Japão, como estratégia clara de manutenção das características identitárias de seu povo. Ou seja, o fundamento das políticas migratórias japonesas tem sido o de promover o mínimo de impactos possíveis às “qualidades genuinamente japonesas”, disso decorre privilegiar em seu arcabouço normativo a imigração de nikkeis.

Vale um parêntesis sobre alguns aspectos da problemática racial. Um dos desdobramentos da expansão europeia no mundo, do século XV ao século XIX, foi a elaboração da racialização da alteridade e simultânea entronização do branco europeu como norma. O “outro”, não europeu, racializado, tornou-se sinônimo de atraso: seu lugar geográfico e social seria, naturalmente, o da subalternidade. Muito dessas ideias ainda alicerçam discursos e imaginações geográficas que sustentam hierarquias sociais, políticas e econômicas.

Mesmo derrotado na Segunda Guerra Mundial, o Japão logrou rápido destaque econômico e tecnológico de 1950 a 1980. Diante disso, interpretações eurocêntricas do sucesso japonês se desenvolveram, considerando o caso como uma excepcionalidade, uma vez que se tratava de um país não ocidental, portanto destinado ao atraso (PIRES, 2017).

Paralelamente, o processo de reconstrução do Japão teve um aspecto relacionado à questão nacional e a identidade: era necessário resgatar a autoestima japonesa e o sentido de nação. Desenvolveram-se, assim, teorias *nihonjinron*, isto é, teorias sobre o “ser japonês”. Baseadas em concepções essencialistas e a-históricas; suas ideias entendiam a cultura japonesa como “homogênea, imutável, impermeável e determinista” (PIRES, 2017).

O excepcionalismo eurocêntrico e as teorias *nihonjinron* colaboraram para a constituição de uma visão hegemônica, adotada pelo Estado japonês na produção de um discurso oficial e mítico sobre a homogeneidade racial do seu povo. A “niponicidade” era definida por três critérios fundamentais e imbricados: raça/sangue, cultura/língua e território. Essa suposta característica justificava, naturalizava e legitimava o sucesso do modelo capitalista em emergência (MATSUE & PEREIRA, 2017; PIRES, 2017).

Para a antropóloga Regina Yoshie Matsue a herança do nacionalismo japonês, característico do período imperialista anterior a segunda guerra, presente nos descendentes de japoneses no Brasil, incrementada pelo subsequente discurso hegemônico de homogeneidade racial possibilitou os fluxos de nipo-brasileiros para o Japão. A ancestralidade (raça/sangue) oferecia, e ainda oferece, os vínculos necessários ao acesso à imigração regular. Mas a língua e o comportamento, marcas culturais definidoras do “ser japonês” colaboram para a exclusão desses “diferentes”. Nos termos da autora:

[...] a supervalorização de uma suposta “niponicidade” entre os migrantes no Brasil ainda era um reflexo do forte nacionalismo que predominou no Japão até a derrota na Segunda Guerra Mundial (Maeyama 1984). No trabalho de campo constatou[-se] que a tão vislumbrada “conexão” se torna dramática no momento em que os nipo-brasileiros se deparam com sua condição de estrangeiros no Japão. Assim, muitos que se consideram “japoneses no Brasil” tornam-se “brasileiros no Japão” (MATSUE & PEREIRA, 2017, p. 428).

A partir dos anos 1980/90 o mito da homogeneidade racial do Japão tem sido contestado. Estudos diversos tem dado voz e visibilidade para minorias étnicas como os okinawanos, os ainu, os burakumin e de migrantes como coreanos, chineses etc (PIRES, 2017). Resulta daí a compreensão de que a sociedade e cultura japonesas são mais complexas, contraditórias, conflituosas. Apesar disso, muito da maneira como o Japão e os japoneses se colocam e são vistos no mundo tem no mito da homogeneidade uma ideia força.

Nipo-brasileiros/as no Japão

Desde os anos 1980, os fluxos e estoque de imigrantes brasileiros/as no Japão sofreram movimentos de expansão e contração (ver figura 2. As ondas brasileiras no Japão). Essas dinâmicas em grande medida evidenciaram conjunturas políticas e econômicas nos dois países, fazendo sobressair o caráter laboral do fenômeno, o que justifica o uso do termo decasségui, o qual refere-se àquelas pessoas que trabalham longe de sua terra natal.

Figura 2 – Imigração brasileira para o Japão 1989-2018.



Fonte: FLEURY, F. Imigração brasileira para o Japão volta a crescer após dez anos. In R7, Internacional, 26/08/2018. Acesso online. Dados com base no Consulado Geral do Brasil em Tóquio.

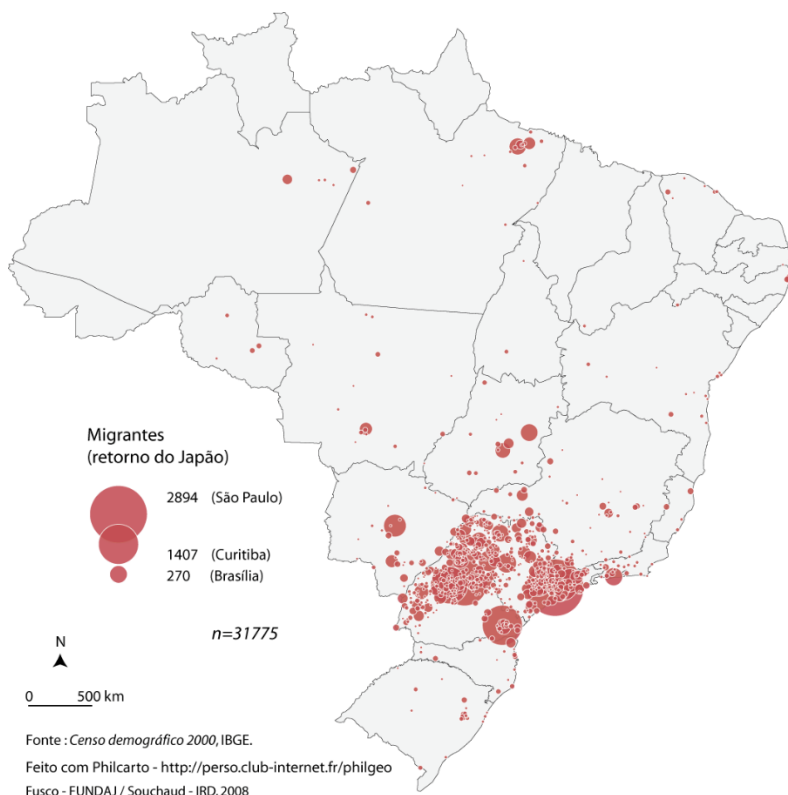
A presença brasileira no Japão já atingiu um estoque de 300 mil pessoas, constituindo-se na terceira maior comunidade estrangeira no país antes da crise econômica de 2008. Os reflexos dessa crise para o Japão, associados aos Sismo e Tsunami de Tohoku em 2011, eventos naturais de caráter catastrófico, promoveram o retorno de parte importante desses imigrantes ao Brasil.

Esse retorno foi expressivo até meados da década de 2010, quando a emigração para o Japão volta a crescer, em resposta a crise política, econômica e ambiental que marcam a conjuntura atual brasileira. Em 2017, dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil apontam para aproximadamente 185 mil pessoas brasileiras vivendo em

território nipônico. Isso corresponde a cerca de 7% dos estrangeiros no país e representa a quinta comunidade mais numerosa, atrás de chineses, coreanos do sul, filipinos e vietnamitas, em ordem de importância numérica (MRE, 2018).

No início desses deslocamentos, o contingente populacional emigrado do Brasil com destino ao Japão saía de áreas em que se instalaram, no início do século XX a imigração japonesa. Isto é, sobretudo, os estados de São Paulo e Paraná.

Mapa 1 - População nascida no Brasil que declarou residência anterior no Japão segundo município de residência em 2000.



Fonte: FUSCO, W.; SOUCHAUD, S. De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior In Confins [online], nº 9, 2010, 17 jul. 2010. Acesso em 23/05/ 2019.

Esse fato geográfico explicita a característica de uma emigração de descendentes, revelando os nexos entre fenômeno imigratório e emigratório. Ao analisar a distribuição populacional de retornados no Brasil (ver Mapa 1. População nascida no Brasil que declarou residência anterior no Japão segundo município de residência em 2000), o demógrafo Wilson Fusco e o geógrafo Sylvain Souchaud (2010) também comprovaram as conexões entre tais vertentes migratórias ao afirmar: “a simples existência de descendentes de japoneses numa localidade determina uma alta probabilidade de encontrarmos retornados do Japão”.

Nos fluxos do Brasil para o Japão predominaram inicialmente homens de idade média avançada, casados, chefes de família, que falavam o idioma japonês e que iam com perspectiva temporária. Dados compilados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil referentes a 2017 indicam algumas permanências nas características desse perfil.

Os homens ainda predominam nessa imigração, representando 54% do estoque (101.252 pessoas do sexo masculino). Quase 70% da população brasileira residente no Japão pertence a faixa etária dos 20 aos 59 anos. É preciso sublinhar, porém, o significativo percentual de menores de 19 anos, correspondentes a 23% desse contingente populacional estrangeiro, revelando a existência de importante parcela da população em idade escolar. Adiciona-se também que as pessoas acima dos 60 anos constituem 8% dessa comunidade. Considerando que se trata de uma migração de pelo menos 3 décadas, iniciada por pessoas de idade média avançada, infere-se que o Brasil acaba sendo a opção privilegiada para a residência no período da aposentadoria (MRE, 2018).

No Japão a presença brasileira está difundida territorialmente, embora haja alguma concentração mais representativa nas províncias de Aichi (com população brasileira de quase 53 mil pessoas) e Shizuoka (com população brasileira de cerca de 27 mil pessoas) (Ver figura 3. Brasileiros no Japão). É nesta última província que se localiza a cidade com maior número de brasileiros e brasileiras: Hamamatsu, na qual esse contingente estrangeiro é de quase 10 mil pessoas (MRE, 2018).

As estatísticas oficiais japonesas informam que os tipos de visto que respaldam a presença regular da população brasileira no país é sobretudo de caráter permanente, documento possuído por cerca de 112 mil pessoas (aproximadamente 60% da comunidade), os vistos

temporários remetem a 28% da comunidade, sendo o restante representativo de outras situações (MRE, 2018).

Apesar da magnitude dos vistos permanentes, o trabalho é central na estadia autorizada a brasileiros e brasileiras no Japão. Tal fato faz jus à formulação teórica do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad, para quem:

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e migrante são, neste caso, quase um pleonasma) mesmo se nasce para a vida (e para a imaginação) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração) como imigrante, continua sendo um trabalhador definido, tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento. A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho... (1998, p. 54-55).

A atuação de empresas que recrutam pessoas do Brasil para o trabalho no Japão é uma realidade (Ver figura 4. Propagandas de empresas recrutadoras de trabalhadores para o Japão). Embora existam empresas idôneas, há possibilidade de que haja problemas aos migrantes devido, sobretudo, ao desconhecimento da língua japonesa quando esses assinavam documentos que obrigavam a pagar taxas exorbitantes na execução de serviços prestados pelas empreiteiras (ROSSINI, 2004).

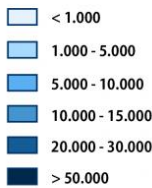
Figura 3 – Brasileiros no Japão, 2018.

BRASILEIROS NO JAPÃO

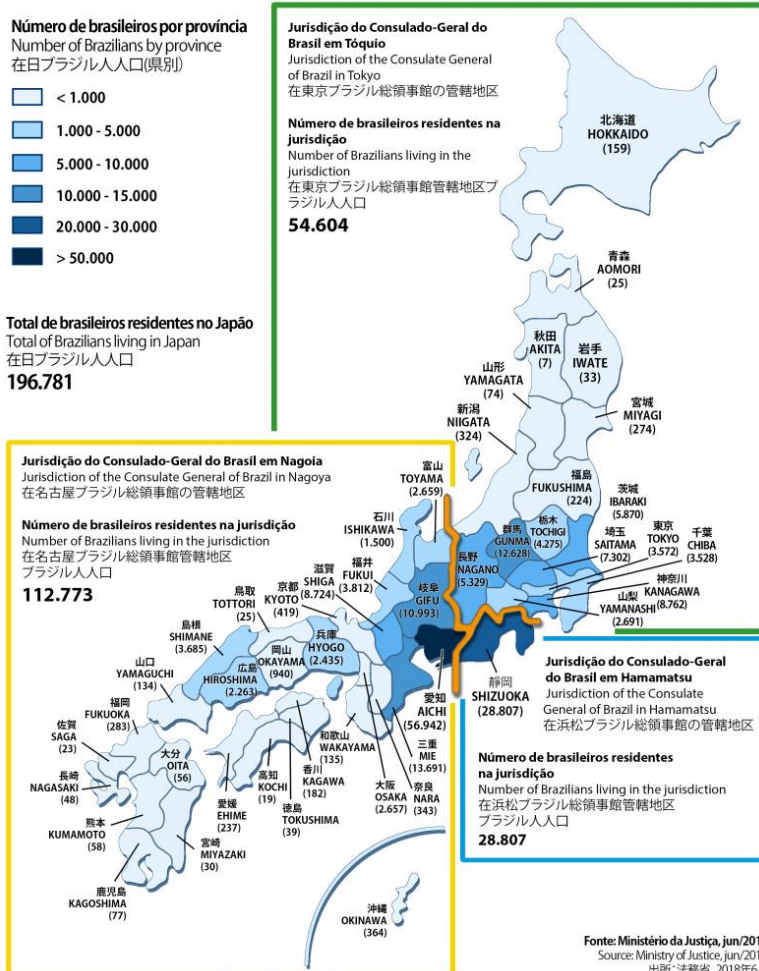
Brazilians in Japan

日本在住のブラジル人

Número de brasileiros por província
Number of Brazilians by province
在日ブラジル人口(県別)



Total de brasileiros residentes no Japão
Total of Brazilians living in Japan
在日ブラジル人口
196.781



Fonte: Ministério da Justiça, jun/2018
Source: Ministry of Justice, jun/2018
出所: 法務省, 2018年6月

Fonte: MRE. Estatísticas do Consulado Geral do Brasil em Tóquio. [online] MRE, 2018. Acesso em 26/05/ 2019.

Figura 4 - Propagandas de empresas recrutadoras de trabalhadores para o Japão.

Emprego no Japão
CADASTRE-SE
e receba propostas
de trabalho de várias
empresas
especializadas
trabalhonojapao.com.br

Trabalhe no Japão!
✓ As melhores vagas nas melhores regiões,
exclusivas para cônjuges
ou descendentes de Japoneses!
✓ ¥ 1.500 por hora + Benefícios + Prêmios.
✓ Vagas para pessoas com até 70 anos.
Cadastre-se!

EMPREGO NO JAPÃO
-Para Descendentes e Cônjuge
-Homem, Mulher, Casal, Casal com Filho
-Auto Peças , Componentes , Alimentos , e Outros
-Aichi, Shizuoka, Nagano, Shiga, Gunma ...
-Emprego e região definido no Brasil
-Vagas para pessoas que pegaram ajuda no Japão
-Atendemos em sua cidade
-Providenciamos sua documentação
-Financiamos a sua passagem
NH Service
Rua Santa Clara ,452 Centro Sorocaba-SP
nh.service@hotmail.com
(15)99785-2494 VIVO/(15)98119-2264 TIM
(15)3036-2466

O engajamento dos imigrantes brasileiros decasseguais no mercado de trabalho se dá especialmente em pequenas e médias empresas. Dados da Associação Brasileira de Decasseguais (2007) informam que 84% dos brasileiros trabalham em firmas com menos de 300 funcionários. A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras inserem-se no setor industrial, sendo os ramos de autopeças e eletroeletrônicos os que mais absorvem essa mão de obra. O setor de serviços também usufrui da presença destes trabalhadores/as, principalmente a construção civil, em especial no contexto de obras para as Olimpíadas de 2020, em empresas de limpeza, hotelaria, restaurantes, dentre outros.

O trabalho disponível aos brasileiros e demais estrangeiros no Japão exigem intensas e exaustivas jornadas de trabalho, oferecem contratos informais e temporários. Sobretudo no setor de serviços destaca-se a realização de trabalhos considerados sujos, árduos e perigosos, que japoneses se recusam a realizar.

Conforme já mencionado, o mercado de trabalho japonês é cada vez mais apto à absorção do trabalho de mulheres, inclusive estrangeiras e particularmente brasileiras. As condições para as mulheres imigrantes, porém, reproduzindo as desigualdades de gênero a que estão sujeitas as japonesas de uma forma mais intensificada e cruel, são de jornadas mais extensivas, contratos mais informais e salários mais baixos do que a de seus compatriotas.

Para exemplificar, vale ressaltar a existência de contratos temporários que preveem que o trabalho da mulher seja realizado para a empresa em casa. Nessas situações, as jornadas de trabalho profissional e doméstico das mulheres se confundem e se mesclam. A perda de direitos trabalhistas e de saúde laboral é patente. Há extremos de omissão de gravidez com receio de perda de oportunidades econômicas.

Sobre brasileiras e brasileiros nikkeis recaem expectativas de comportamento “adequados”. Apesar de serem considerados racialmente japoneses, seus modos de andar, gesticular, falar, vestir, o que escutam, o que comem etc., são identificados como “brasileiros”. Para as mulheres imigrantes brasileiras em especial a discriminação envolve assédios morais no contexto do trabalho. Conforme indica a antropóloga Regina Yoshie Matsue (2017, p.438):

[...] sempre havia queixas [das mulheres brasileiras] sobre o comportamento insolente (sukebe) por parte dos homens japoneses nos locais de trabalho. Tocavam-nas geralmente nas nádegas ou em outras partes do corpo. E, quando elas se queixavam, os superiores argumentavam que o fato de as mulheres brasileiras usarem roupas apertadas, expondo o corpo, gerava este tipo de comportamento em alguns homens japoneses.

Tais casos trazem à tona que é na percepção dos corpos, na corporalidade, que se origina o preconceito. Ao discutir o “ser cidadão” como indivíduos dotados de direitos, o geógrafo Milton Santos (1996/97, p. 135) infere que a corporalidade abrange a localização, a mobilidade, a destreza etc. Afirma o autor: “e aí aparece em resumo, o meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo. Eu sou visto, no meio, pelo meu corpo”. A percepção dos corpos das brasileiras e brasileiros no Japão os coloca como alteridade, o reserva lugar de subalternidade social, econômica, política e espacial.

A falta de domínio do idioma por parte de parte da população brasileira no Japão é outra dificuldade, a qual a impede de auferir melhores postos de trabalho e investir em formação. A alfabetização é tema correlato que preocupa cada vez mais. A evasão escolar de crianças e adolescentes brasileiros é alta. A falta de flexibilidade do sistema de ensino japonês quanto à relação série-idade, o desconhecimento total ou parcial da língua, os elevados custos dos cursos são fatores que contribuem para a ausência da presença na escola. É preciso sublinhar que o Estado japonês pouco tem se preocupada com a criação de políticas públicas e ações de reversão desse quadro. Tal fato fere direitos humanos previstos especificamente para crianças e adolescentes em Declaração de 1959. Segundo o que é estabelecido no princípio 7 do referido documento:

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade. [...] A sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

Detaca-se também a questão previdenciária relativa a tais imigrantes. Nem todos contribuem para o sistema previdenciário japonês, o que ocorre tanto pela existência de contratos de trabalho temporários e informais, como por legislação acordada entre Brasil e Japão. A falta de proteção social daí decorrente traz prejuízos econômicos a trabalhadores em idade de se aposentar, sendo uma alternativa comum o regresso ao Brasil, onde a Previdência ainda dispõe da possibilidade de concessão de benefício de um salário mínimo, valor muito aquém do auferido quando se era imigrante no Japão.

Vale ressaltar igualmente que o fenômeno da precarização do trabalho no Japão tem intensificado problemas de saúde física e psíquica, tanto de estrangeiros como de japoneses. Problemas de morte por excesso de trabalho e de suicídio são uma realidade (HIRATA, 2016).

Considerações finais

Diante do exposto, espera-se ter evidenciado que os imperativos do capital no Japão (e em outras partes do mundo) têm resultado na negação dos direitos humanos a muitas pessoas,

dentre as quais aquelas brasileiras imigrantes. Para essa afirmação considera-se principalmente as condições analisadas e o que foi estabelecido no artigo XXIII da DUDH:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Nos traços atuais do mercado de trabalho global e, particularmente do mercado de trabalho japonês, esses direitos não se cumprem para todos. O acesso facilitado dos imigrantes aos setores mais precarizado evidenciam hierarquizações e discriminações de gênero e de raça/etnia, o que se desdobra na seletividade da aplicação dos direitos humanos.

As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes brasileiros no Japão envolvem, dentre outros elementos, a falta de domínio do idioma e de possibilidade de ascensão econômica e social, rotinas exaustivas de trabalho, conflitos de identidade, diferenças culturais, preconceitos e discriminação. Na análise geográfica e de outras áreas das ciências humanas e sociais, a consideração das categorias de raça e gênero dessa imigração possibilitam examinar relações socioespaciais e distribuições de recursos e de poder, permitem examinar experiências subjetivas e identidades coletivas, bem como compreender sistemas de significação que se desenvolvem no espaço-tempo (SCHUCMAN, 2012).

O caso oportuniza reflexões que ainda estão em aberto e carecem de debate. A fim de estimulá-lo, vale algumas referências importantes. Inicia-se com a crítica radical do filósofo alemão Robert Kurz (2003) aos fundamentos dos direitos humanos. Para o autor, sob a égide do capitalismo:

Somente um ser que ganha dinheiro pode ser um sujeito de direito. A capacidade de entrar numa relação jurídica está ligada, portanto, à capacidade de participar de alguma maneira no processo de valorização do capital. Conforme essa definição, o ser humano tem de ser capaz de trabalhar, ele precisa vender a si mesmo ou alguma coisa [...], sua

existência deve satisfazer o critério da rentabilidade. Esse é o pressuposto tácito do direito moderno em geral, ou seja, também dos direitos humanos.

No trecho citado Kurz corrobora à ideia sublinhada por Milton Santos (1996/97, p. 138): o que importa e é central na atualidade é o mercado, não os seres humanos. Por sua vez, Sayad (1998, p. 55) ressalta que o imigrante existe e é considerado humano pelo trabalho: “sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz morrer o imigrante que decreta sua negação ou que empurra o não ser”.

Os/as imigrantes brasileiros estão vivendo no Japão como trabalhadores. De algum modo, segundo as citações supra reportadas, isso deveria ser suficiente para serem vistos, considerados e respeitados como seres humanos. Porém, conforme analisado, nota-se a negação de uma série de direitos humanos a essas pessoas.

Max Sorre ([1955] 1984, p. 126), geógrafo francês que produziu nos anos 1950 importantes reflexões sobre migrações, destacava que “o grupo humano é inseparável de suas condições de existência”. À esta ideia clássica se coaduna a reflexão do mesmo autor de que ao migrar o ser humano carrega consigo o meio no qual antes vivia. Uma possível interpretação destes postulados nos dias atuais pode ser no sentido de compreender o próprio corpo (a corporalidade) como resultado de relações socioespaciais e, simultaneamente, esse mesmo corpo como desafiador de velhas e instigador de novas relações socioespaciais.

A corporalidade é, portanto, complexa e reclama para sua análise a superação de interpretações economicistas. As dinâmicas e interesses do capital, as características do mercado, a condição de trabalhadores são fundamentais para compreender a negação de direitos, mas são insuficientes. Há nuances simbólicas concretas de gênero, de raça/etnia, de origem geográfica, que promovem hierarquias, valorizando mais uns do que outros. E tais hierarquias variam no espaço e no tempo. Disso decorre que o valor dos indivíduos (e sua corporalidade) dependerá do seu lugar. Por fim, vale parafrasear Milton Santos, a possibilidade de ser mais ou menos ser humano depende, em larga proporção, do ponto do espaço geográfico onde se está.

Referências

- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEKASSEGUI. *Histórico do Fenômeno Dekassegui*. [online] Disponível em <http://www.abdnet.org.br/conteudo.php?id=64>. Acesso em 26/05/2019.
- BARSTED, L.L. Os direitos humanos na perspectiva de gênero. *I Colóquio de Direitos Humanos*. São Paulo, 2001. Disponível em http://dhnet.org.br/direitos/textos/a_pdf/barsted_dh_perspectiva_genero.pdf. Acesso em 25/05/2019.
- BOLING, P. (2008), Demography, Culture, and Policy: Understanding Japan's Low Fertility. *Population and Development Review*, 34: 307-326. doi:10.1111/j.1728-4457.2008.00221.x
- FERREIRA, D.C.; RATT'S, A. Geografia da diferença: diferenciações socioespaciais raciais. *Revista GeoAmazônia* [online], Belém, v.4, nº7, jan/jun 2016, p.97-105.
- FLEURY, F. Imigração brasileira para o Japão volta a crescer após dez anos. In R7, Internacional, 26/08/2018. Acesso online. Dados com base no Consulado Geral do Brasil em Tóquio.
- FUSCO, W.; SOUCHAUD, S. De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior », *Confins* [online], nº 9, 2010, publicado em 17 jul 2010. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/6469> ; DOI: 10.4000/confins.6469. Acesso em 29/05/2019.
- HIRATA, H. Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais In *Revista da ABET*, v.15, nº1, jan/jun 2016, p.9-21.
- KURZ, R. *Os paradoxos dos Direitos Humanos: inclusão e exclusão na modernidade*. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz116.htm> . 16 de março de 2003. Acesso em 29/05/2019.
- LAFER, C. A ONU e os Direitos Humanos. In *Estudos Avançados*, vol 9, São Paulo, Set./Dez., 1995. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000300014&script=sci_arttext&tlng=pt . Acesso em 17 de maio de 2019.
- LASK, Tomke. Imigração brasileira no Japão: o mito da volta e a preservação da identidade. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre , v. 6, n. 14, p. 71-92, Nov. 2000 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400004&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832000001400004>. Acesso em 30 /05/2019.

- MATSUE, R. Y.; PEREIRA, P. P. G. “Quem se diferencia apanha” (deru kui ha watareru): experiência etnográfica, afeto e antropologia no japão. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 427-454, Ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132017000200427&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442017v23n2p427>. Acesso em 28/05/2019.
- MRE. *Estatísticas do Consulado Geral do Brasil em Tóquio*. [online] MRE, 2018. Disponível em http://cgtoquio.itamaraty.gov.br/pt-br/estatisticas_e_bibliografia.xml#estatisticas%202015. Acesso em 26/05/2019.
- PIRES, R.S. O Nihonjinron e o mito do excepcionalismo japonês (1950-1980). In *Anais do VIII Congresso Internacional de História*. 9 a 11 de out. 2017. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3810.pdf>. Acesso em 28/05/2019.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. Crítica da Geografia Política Clássica. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- REIS, R.R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *RBCS*, v.19, n°55, jun 2004, p 149-164.
- ROSSINI, R.E. O Brasil no Japão: a conquista do espaço dos nikkeis do Brasil no Japão. In *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambú-MG, 20-24 de setembro 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1293/1257>. Acesso em 29/05/2019
- SANTOS, A.L. *Sistema migratório Brasil-Portugal: hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e contrafluxos populacionais no limiar do século XXI*. Doutorado. DG/FFLCH/USP, 2016.
- SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. In LERNER, J. (ed.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, pp. 133-144.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Doutorado. Instituto de Psicologia/ USP, 2012.
- SORRE, M. Migrações e mobilidade do ecúmeno. IN MEGALE, J. F. *Max Sorre: Geografia*. São Paulo: Ática, 1984.
- UN. *Declaração dos Direitos da Criança*. Genebra: Organização das Nações Unidas, 1959. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em 28/05/2019.

- UN. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Genebra: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 23/05/2019.
- UNITED NATIONS, *Department of Economic and Social Affairs, Population Division* (2017). *World Population Prospects: The 2017 Revision*, custom data acquired via website. Disponível em <https://population.un.org/wpp/DataQuery/>. Acesso em 27/05/2019.
- WATANABE, P.D. A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial. In *ANAIIS 3º Encontro Nacional ABRI*, 2011. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300033&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27/05/2019.
- WOOD, Thomaz (coord.). *Mudança Organizacional*. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

GEOGRAFIAS DE TEMPOS DE DOMINAÇÃO E BARBÁRIE: OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E AS ESCOLHAS GEOGRÁFICAS QUE NEGLIGENCIAM A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Nilson Cesar Fraga¹⁹

Estas reflexões acerca das geografias não registradas sobre os tempos de dominação e barbárie, no decorrer do processo de formação territorial brasileira, que são movimentos socioterritoriais, como descreve Bernardo Mançano Fernandes (2005), estão envoltas pela discussão do território na Geografia brasileira, como conceito que abarca as relações sociais, considerando a multidimensionalidade conceitualmente.

Numerosos são os movimentos socioterritoriais registrados no Brasil, muitos deles no período Colonial, outros tantos no decorrer do Império e vários sobre o domínio republicano. Alguns se tornaram famosos e são estudados pelas ciências humanas, incluindo a própria Geografia, mas dezenas deles são negligenciados, sobretudo pela ciência geográfica.

A Geografia brasileira tem se envolvido mais com os movimentos socioterritoriais ligados à luta pela terra contemporaneamente, sobremaneira, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas ramificações na luta pela terra. Dalperio (2012) traz uma análise com dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) que se trata de uma das atividades desenvolvidas no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA - do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente. O DATALUTA é resultado do convênio UNESP/MST na criação do Centro de Documentação do MST, estabelecido no Centro de Memória e Documentação da UNESP – CEDEM. A autora traz um quadro com quase 120 movimentos

¹⁹ Geógrafo - Pesquisador do CNPq
Universidade Estadual de Londrina/Departamento de Geociências – DGEO/UEL
Coordenador do Observatório da Região e da Guerra do Contestado – ORGC/UEL
Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito – GEOTMAC/UEL
nilsoncesarfraga@hotmail.com

diversificados de atuação no campo e considera que tais movimentos socioterritoriais são caracterizados como empecilho para o desenvolvimento do país e considerados como criminosos (pela burguesia, pelos meios de comunicação e outros segmentos da sociedade) ao questionarem o modelo de desenvolvimento, a legalidade das terras e as políticas sobre este tema feitas pelos três entes nacionais.

As atuações de tais movimentos estão ligadas a relação espaço-tempo na formação do país e a Geografia produz poucos estudos sobre a gênese destes, geralmente se reporta a um Brasil pós-Canudos, com leve inserção nas Ligas Camponesas e tem como marco central, a criação e atuação do MST a partir do final da última ditadura civil-militar.

Então questiona-se: como entender as desigualdades e a violência existentes hoje, tanto no campo, quanto na cidade, sem consideramos o processo histórico de penetração e consequente formação do território? Onde se esconde toda a origem de uma sociedade que concentra terra e riqueza e é marcada por uma história de violência?

A gênese desse processo está nos movimentos socioterritoriais seculares que marcaram o Brasil por meio da dominação e da barbárie contra os povos originários e os que ergueram este país, sejam eles africanos, europeus ou asiáticos. Essa é uma terra manchada pelo sangue de milhões de pessoas que carregam, hoje, nos seus ossos as lutas pela vida nesse território e que se caracterizam como produtores de movimentos geradores de territórios, fazendo do Brasil, uma constelação de múltiplas e complexas territorialidades, uma terra que vive uma constante desreterritorialização e em um processo contínuo desreterritorializante.

Mas a Geografia negligencia os processos cujas origens sejam mais distantes no tempo, sendo que a maioria está ligada à terra e a luta pela vida nas cidades coloniais e depois nacionais. Alguns destes movimentos socioterritoriais são conhecidos pelo fato de constarem como temas nos livros didáticos de história e geografia, outros são desconhecidos da população e dos pesquisadores – ou negligenciados. Dentre os conhecidos, mesmo assim pouco estudados pela Geografia, estão Canudos, Contestado, Balaiada, Sabinada, Conjuração Mineira, Revolução Farroupilha, Revolta da Vacina, Guerra dos Mascates, Conjuração Baiana, Guerra dos Emboabas e a Cabanagem.

Porém, há toda uma gama de movimentos socioterritoriais que a Geografia vem deixando de estudar e que são importantes para que se possa entender a gênese dos processos formadores do território nacional. Dentre muitos, alguns até aparecem com breves citações em estudos geográficos, tais como o Levante do Posseiros do Sudoeste do Paraná e a Guerra de Porecatu, ambos de meados do século XX, sobretudo por terem a terra como centro de luta e revolta. Outros, quase invisíveis nos estudos da Geografia do Brasil, que envolvem a luta contra a escravização de africanos e indígenas, o mandonismo, o coronelismo, as invasões estrangeiras, os interesses liberais das elites e a miséria de parte da população, se espalham por quase todo o território brasileiro, tais como a Confederação dos Tamoios, a Confederação do Equador, a Revolução Pernambucana, a Revolução Liberal na Bahia e no Pará, a Incorporação da Cisplatina, a Independência da Bahia, a Guerra dos Mascates, a revolta de Beckman, a Guerra dos Aimorés, o Saque do Recife, a França Antártica, a Guerra de Iguape, o Motim do Nosso Pai, a Revolta de Amador Bueno, a Confederação do Cariri, a Revolta do Sal, a Guerra dos Manaus, a Revolta de Felipe dos Santos, a Resistência Guaicuru, a Conjuração Carioca, a Revolta dos Mercenários, a Noite das Garrafadas, a Cabanada, a Federação Guanais, a Revolta do Ano da Fumaça, a Revolta de Carrancas, a Rugas, a Guerra dos Cabanos, a Revolta dos Malês, a Revolta dos Liberais, a Revolta dos Lisos, o Motim do Fecha-fecha, o Motim do Mata-mata, a Insurreição Praieira, a Revolta do Ronco da Abelha, o Levantes dos Marimbondos, o Motim da Carne sem osso, a Revolta do Quebra-quilo, a Guerra das Mulheres, a Revolta do Vintém, a República de Cunani, a Revolta da Fazenda Ibicaba, a Independência Acreana, a Sedição de Juazeiro, o Levante Sertanejo da Bahia, a Revolução Mineira, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, a Revolta dos Barcos dentre outros.

Mesmo na Geografia Política, temas como os da Revolução Paulista, da Revolta dos 18 do Forte, da Coluna Prestes, da Revolução Paulista, da Revolução de 30, da Revolução de 32, da Revolução da Princesa, da Intentona Comunista, da Luta Armada, da Guerrilha do Araguaia e da própria Guerra Civil, conhecida como Revolução Federalista são negligenciados, na sequência, há oito pequenas imagens que ilustram algumas das guerras e revoltas dos tempos de dominação e barbáries.

Figuras 1 a 8: Fotos e telas sobre guerras e rebeliões brasileiras.



Revolta de Vila Rica. 1720, MG



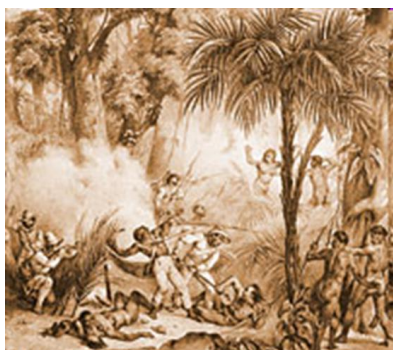
Revolta dos Malês, 1835, BA



Guerra de Canudos, 1893/97, BA



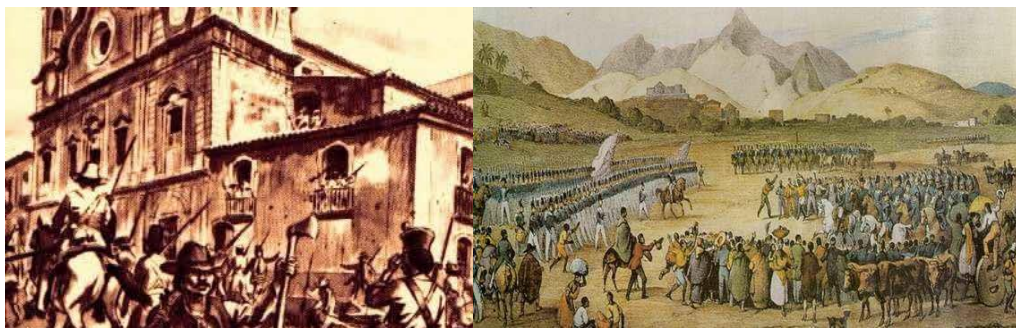
Guerra do Contestado, 1912/16. SC/PR



Confederação dos Cariri, ou Guerra dos Bárbaros, 1683-1713, RN, CE, PB



Guerra Civil ou Revolução Federalista, 1893-1894, RS, SC, PR



Guerra dos Cabanos – Cabanagem, PA, 1834- Guerra dos Bem-te-vis ou Balaiada, MA, 1838-41

40

Fontes: Banco de dados das guerras e revoltas encontras em sítios na internet, dos devidos estados federados onde ocorreram, cuja busca foi feita em 29/05/2019.

Não se pode esperar que os geógrafos e as geógrafas deem conta de centenas de detalhes e movimentos socioterritoriais, mas mesmo nos estudos regionais, os temas apontados não são tratados, pois há na formação universitária todo um direcionamento curricular global, que acaba por tornar invisíveis os acontecimentos locais e da região - há um ensino geográfico com base no agrário, no urbano, nas geotecnologias e, mesmo, no ensino da Geografia. Dessa forma, temos no Brasil uma Geografia onde os/as estudantes precisam conhecer e compreender as afinidades entre a sociedade, a dinâmica da natureza e suas paisagens. Assim, o ensino sobre o conhecimento regional não está vinculado a região vivida, mas a uma regionalização genérica sobre as realidades do país, sobretudo voltada ao olhar do Brasil a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, predominantemente.

Mesmo que os programas de pós-graduação em Geografia tenham se espalhado por todos os estados, formando e capacitando geógrafos e geógrafas a partir das geografias regionais, estes seguem currículos formadores clássicos, com poucos projetos voltados aos movimentos socioterritoriais locais/regionais, pois a produção científica ainda prioriza as bases impostas pelas agências de fomento e elas, direta ou indiretamente, direcionam estudos para as questões agrárias e urbanas contemporâneas. Tratar de temas locais, como os movimentos aqui demonstrados, mesmo que sejam fundamentais para se entender os processos formadores do Brasil, acabam por lançar o(a) profissional para longe do centro pensador de uma Geografia

brasileira, tornando-o(a) periférico(a) no contexto dos debates mais centrais dos conchaves dessa Geografia centralizadora e, mesmo, opressora, uma Geografia que carrega o próprio espírito desta Federação herdada da Guerra Civil de 1893-1895.

No Brasil, entre os anos de 1980 e 1990, os movimentos sociais, ou socioterritoriais, viveram seu auge na vida pós-ditadura, mas, na sequência entraram em profunda crise, sobremaneira a partir do século XXI, tais movimentos foram protagonistas no imaginário da transformação da sociedade depois de longo período de clandestinidade. Hoje, os movimentos sociais vivem uma profunda crise e estão longe da proibição e da clandestinidade imposta pelos governos autoritários, mesmo considerando o atual governo que assumiu em 2019.

Fora isso, a análise de tais movimentos socioterritoriais e suas reivindicações, além de suas próprias contradições, foi marcada pela ampliação e manutenção de movimentos de luta pela terra, pelo direito à cidade e pelo meio ambiente, outros movimentos desapareceram ou perderam força a partir do final do século XX.

Se os movimentos mais robustos sofreram reveses e precisaram se adaptar à realidade contida pelo neoliberalismo dos governos democráticos, assim como reconhecidos pela Constituição de 1988, eles passam a uma atuação mais alinhada aos governos progressistas de Lula e Dilma, perdendo a força da radicalidade que possuíam no final do século anterior. Hoje, tais movimentos tendem a ampliação da luta, rompendo certa letargia dos anos anteriores, sobretudo pelos readventos de governos neoliberais a partir de Temer e, mais ainda, com a eleição e posse de Bolsonaro, cujo governo ultrapassa as possibilidades de se viver sobre o manto neoliberal, na realidade, um governo de poucos meses que coloca em risco avanços sociais e civis alcançados apenas neste início de século.

A derrocada e o vira-latismo nacional vivido a partir de 2016, lança os movimentos socioterritoriais ainda mais para as margens e sombras do processo formador territorial nacional, que já era pouco analisado pela Geografia, pois há demandas, incluindo as de luta, que tornam invisíveis os processos pretéritos seculares brasileiros. Mas isso não tem sido diferente em muitos dos países da América Latina, estando na contramão disso, o México, que recentemente elegeu um governo progressista.

Nesse curto século XXI, não se pode negar a cooptação de muitos movimentos socioterritoriais pelos governos progressistas, colocando em debate suas autonomias. Mas, e, ao mesmo tempo, se convive com uma agenda emancipatória com o surgimento de novos movimentos socioterritoriais envolvidos pela crise civilizacional a partir dos movimentos de gênero, indígenas, ambientalistas e anti-globalização. Tais movimentos surgem nas entranhas da crise vivida no Brasil, na América Latina e, mesmo, em nível global – impossível dissociá-los das realizações do Fórum Sociais Mundiais que se iniciaram no Brasil, em junho de 2001, em Porto Alegre, objetivando encontrar alternativas para uma transformação social global, marcado pelo slogan de que um *outro mundo é possível*.

Todos os movimentos socioterritoriais passam e convivem com mudanças e metamorfoses na sua relação espaço-tempo, pois cada momento histórico pressupõe uma inovação, que leva a uma renovação de tais movimentos, mas isso não elimina sua gênese, ou seja, as lutas sociais, a marginalidade, o grito dos desviantes, o (re)aparecimentos dos pequenos e mais frágeis assim como o rompimento da invisibilidade destes grupos aos olhos da sociedade contemporânea. Hoje, as liberdades de cada ser/sujeito busca imprimir sua externalidade, quando cada indivíduo se vê a partir de si para poder se reconhecer e fazer-se reconhecido. Mas isso tem uma origem bem distante, desde que todos os seres buscavam existir nos seus momentos históricos, assim, a gênese dos movimentos socioterritoriais estão representados no DNA das lutas pretéritas pela vida em sociedade, nos territórios de conflito e resistência de cada povo, ao passo que, os de hoje, trazem nos ossos, toda uma história de luta, de lutar pela vida, de lutar pela (r)existência.

A gênese de todos os movimentos socioterritoriais está cravada na história de vida das sociedades, sendo impossível ver, analisar e atuar sobre os movimentos urbanos, peri-urbanos, rurais e peri-rurais, sem o devido deslocamento até a origem de todo esse processo geográfico.

A partir do exposto, os questionamentos sobre as ações e os fazeres da Geografia brasileira, que negligencia e mantém na obscuridade os movimentos socioterritoriais pretéritos, se fazem necessários. Mas esse texto não se esgota em si, longe disso, ele apenas abre uma discussão necessária na ciência geográfica que está assentada na zona de conforto entre as urbanidades, as ruralidades, as bases físicas entremeadas no urbano e rural e as geotecnologias,

sendo que a questão do meio ambiente tem sido transversal nesse processo, ou, em alguns casos, auto-proclamada independente.

Mesmo que os movimentos socioterritoriais apareçam em formas paragrafáis em muitos trabalhos geográficos, eles não recebem, no decorrer da história da geografia brasileira, a devida e necessária atenção – sendo meros detalhes do passado que apenas trazem ligações com as situações vividas na contemporaneidade.

Praticamente todas as segregações socioterritoriais atuais possuem uma origem no passado, no processo de formação territorial, na sua gênese e tudo isso envolve a soberania da (re)existência das pessoas no território. Mas a soberania, na escala do ser/sujeito sobre os territórios está ligada a capacidade de definição de quem importa e quem não importa, em quem são os descartáveis nas sociedades. Achille Mbembe, filósofo e pensador camaronês, estabelece “que a expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, razão pela qual “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais.”

Desta forma, “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” E, no conjunto dos movimentos socioterritoriais ocorridos nos 519 da formação contínua do território brasileiro, passíveis de serem analisados, os seres/sujeitos, mesmo invisibilizados pelas ciências Humanas e Sociais, são “o principal autor controlador do seu próprio significado”, Mbembe preocupa-se, sob uma ótica inteiramente diversa, “com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações.’”. Contestado e Canudos são, dentre mais de uma centena de movimentos socioterritoriais, os que mais se aproximam da eliminação de um povo a partir da destruição material dos corpos humanos e populações. Mas, nesse caso, o Contestado, tido por Eduardo Galeano como um dos maiores movimentos sociais com caráter de guerra civil do continente americano é muito superior enquanto exemplo.

Guerras, como a do Contestado, caíram no esquecimento, seu silenciamento não a distancia da própria estupidez que a marcou. Essa foi a sua maior condenação, o esquecimento pelas ciências Humanas e Sociais brasileiras, que mantém insepultos milhares de corpos. Em

tão alto grau no Contestado, como em Canudos, a ordem era matar todos e todas, aniquilar aqueles movimentos socioterritoriais, limpar a terra e entregá-la para a recolonização. Nesse sentido, as ações legalistas que empreenderam rotas sangrentas pelos sertões, formaram o conceito de que o Exército brasileiro é conciliador e que o povo brasileiro tem uma índole pacífica. A destruição humana e material nesses territórios sertanejos, tinha como objetivo não deixar sobreviventes, pois não deveriam deixar veteranos, para que esses não contassem sua versão da história; a história e a geografia desses movimentos socioterritoriais deveriam ser escritas pelos vitoriosos, pelas forças legalistas federais – pela república do diabo, como bem dizia o povo caboclo do Contestado.

Indiscutíveis as raízes sociais dos movimentos apontados nesse ensaio, sendo que a ampla maioria era socioterritorial, pois há toda uma base geográfica nesses movimentos, sobretudo quando se trata da base existencial da vida – uma porção de terra para viver, seja no campo, seja na cidade. E desses movimentos mencionados, o Contestado é o maior, mais complexo e mais profundo de todos, pois envolve relações pré-capitalistas e do capitalismo imperialista estudunidense que tomou conta do território secular vivido pela comunidade cabolca “esquecida” pelas elites catarinenses, paranaenses, e mesmo brasileiras, daquela época, assim como as de hoje. Não diferente doutros movimentos socioterritoriais, o Contestado era marcado por uma política rançosa e preconceituosa em relação ao povo caboclo, quase sempre, tratados como vagabundos, fanáticos religiosos, horda de facínoras, dentre outros estereótipos, pois a formação cabocla era forjada por uma mescla indígena, negra, escravizados e libertos, foragidos, sobreviventes de outras guerras e rebeliões centro-sulistas, imigrantes europeus que viviam no sertão desde meados do século XIX, além de descendentes de portugueses e espanhóis da gênese da ocupação meridional. Era um povo simples que vivia em territórios onde o Estado não chegava, mas que promoveu práticas de guerrilha de resistência contra as forças federais e milicianas, por quatro anos de guerra – praticamente uma epopeia esquecida, pois o que vale no Brasil, são as epopeias militares do Estado.

O poder excessivo nas mãos dos coronéis brasileiros, grandes latifundiários, herdeiros das capitânicas hereditárias e das sesmarias e, as submissões dos poderes destes coronéis aos interesses estrangeiros, desde o período colonial, é responsável pelos seculares movimentos

socioterritoriais brasileiros, afinal, para eles que formavam as elites agrárias, o Brasil nunca corporaria aquelas gentes indesejáveis e “mestiças” dos sertões e grotões. Por certo, essas são questões necessariamente debatíveis, pois há produções em períodos e enfoques diferenciados, mas, parte dessa produção de ideias acabam contribuindo, e deixando de contribuir, para a necessária repercussão desses movimentos nas ciências Humanas e Sociais e na sociedade nacional.

Das mãos dessa elite agrária nasce o Estado brasileiro e, nele, nasce o Exército brasileiro, cuja atuação mais absurda, desproporcional e vergonhosa, ocorreu durante sua formação e institucionalização, isso no decorrer da Guerra do Paraguai – fundadora do mito do grandioso Exército nacional. Durante seis anos, 1864-1870, o Brasil promove um genocídio sobre a população paraguaia, onde se estima que quase 75% da população masculina tenha sido eliminada. Na última batalha (Acosta Ñu), todos os soldados mortos eram crianças, sendo que muitas foram sumariamente executadas pelo Exército do Duque de Caxias. Mas, a guerra foi também terrível para milhares de brasileiros negros e “mestiços”, retirados dos grotões do Império, gente pobre que lutava por um pedaço de terra ou um lugar para viver nas vilas e cidades do país, foram levados para o Paraguai para encontrar a morte, sendo esse um mecanismo eficaz de eliminação de uma população pobre que exigia terra para plantar e viver do lado de cá do rio Paraguai e Paraná. Considerando o momento histórico vivido ao final do século XIX, onde as terras brasileiras estavam sendo colonizadas por europeus brancos, eliminar mais de 50 mil pessoas, sobremaneira pretas e “mestiças”, fazia parte do pacote de branqueamento da sociedade nacional. Dos, aproximadamente, 160 mil brasileiros que foram para o Paraguai, quase 100 mil retornaram para a pátria que não os desejava, muitos desses, inválidos permanentemente, outros cegos, surdos, decepcionados e, muitos destes enlouquecidos pelos horrores da guerra. O Brasil, Imperial e imperialista, estava se constituindo como uma nova Europa em céus da América, como bem diria o jurista Osny Duarte Pereira. Mas era apenas o estopim de um futuro fratricida, pois na sequência viria Canudos, Contestado e outros levantes populares de luta por terra, por justiça e pela vida em solo pátrio.

Calcula-se que, pós-Paraguai, 20 mil pessoas tenham sido mortas no Arraial de Canudos, sendo considerado como o segundo crime de genocídio cometido pelo Exército brasileiro,

entre os anos de 1896-1897, no sertão da Bahia. Canudos teve um grande narrador, Euclides da Cunha, que produziu *Os Sertões*, publicado em 1902. A obra narrativa euclidianiana é um misto de literatura, sociologia, filosofia, história, geografia, geologia e antropologia. Determinista, Euclides da Cunha assegura que o homem/mulher é influenciado/determinado pelo meio onde vive, assim como pela raça e pelo momento histórico, em síntese, sua obra percorre o meio, a raça e o momento que culmina com a luta em Canudos.

Já o Contestado teve a sorte de não ter um narrador da envergadura de Euclides da Cunha, pois a partir dos relatórios militares foi, e é, possível construir diversos estudos analíticos sobre a Guerra do Contestado, cujos primeiros trabalhos científicos estão ligados a antropologia, isso nos anos de 1950. Desse período em diante, jornalistas, historiadores, cientistas sociais e auto-didatas promoveram uma série de (re) leituras sobre o episódio. A partir de meado dos anos de 1980, com a redemocratização do país, começam a surgir dissertações e teses sobre essa temática. Mas os trabalhos mais robustos, são defendidos no século XXI, com muitos estudos científicos na história e, também, na geografia.

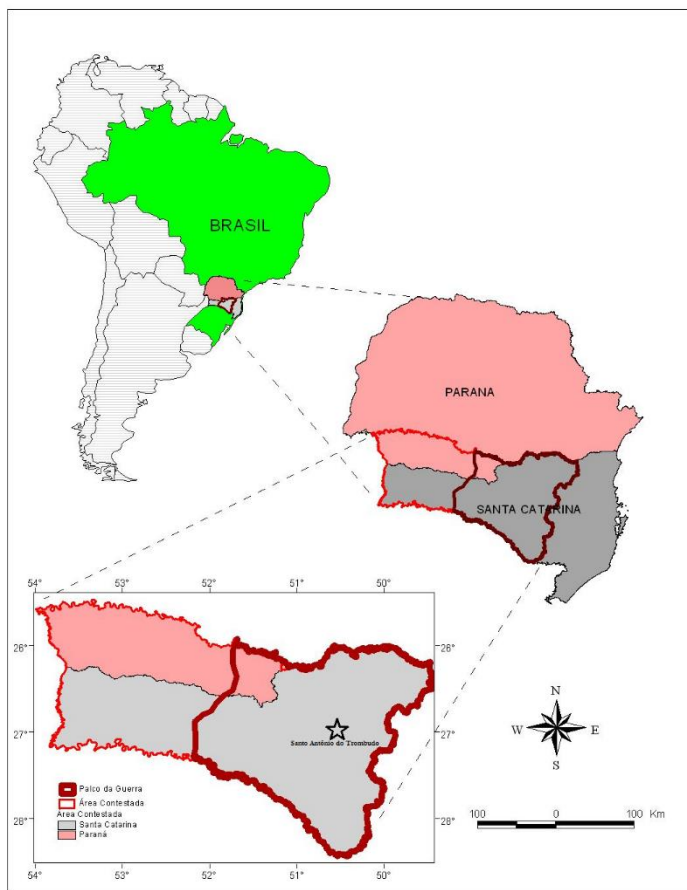
Com toda a produção científica dos últimos 30 anos, é possível dizer que dentre as ações internas promovidas pelo Exército brasileiro, a Guerra do Contestado, ou mesmo o movimento socioterritorial do Contestado, foi o maior, o mais longo e o mais dispendioso conflito registrado, sendo ele, o terceiro genocídio promovido pelo Estado nacional, isso sem considerar o secular e permanente genocídio sobre os povos indígenas brasileiros, sendo que todos eles estão relacionado ao processo de formação territorial do país.

A Guerra do Paraguai pode configurar como um tema mais voltado para a Geografia Política brasileira, mas ao mesmo tempo está incrustada no processo de formação territorial, isso quando se considera o fato de os soldados nacionais serem, na maioria, um corpo de milícia contratado por coronéis latifundiários de homens escravizados ou mesmo libertos, cujas perspectivas sociais eram nulas, num Império que já caminhava para a abolição da escravização e não viria a garantir meios sociais para a reincorporação dessa população ao seio da sociedade, garantindo-lhes terra e trabalho, desta forma, tal guerra é, também, uma guerra da formação territorial brasileira. Em Canudos e Contestado, há tramas que envolvem, também, possibilidades analíticas por meio da Geografia Política, porém, a questão territorial se sobressai

na reorganização humana de algumas porções do território nacional – a terra e a vida no centro das questões. Há que se considerar, ainda, que as elites nacionais não queriam povoar o território com a população negra que seria, na sequência, libertada, o objetivo eram os imigrantes europeus que clareariam o território, tais pressupostos estariam voltados para uma Geografia da População, mas essa também é periférica na hegemonia da Geografia Urbana e Agrária brasileira.

Negligenciada pela Geografia brasileira, isso desde o seu nascimento formal em meado dos anos de 1930, a Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, ambiental, sejam de ordem religiosa. Esses elementos são os responsáveis pela atual formação territorial regional paranense e catarinense, numa área de mais de 50 mil quilômetros quadrados, envolvidas pela cultura cabocla e pelos conflitos geradores da guerra, sendo que a parte que envolveu os combates e ações legalistas perfazem 30 mil quilômetros quadrados da área total da região do Contestado, ou hoje, das regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Paraná e, Planalto Norte, Planalto Sul, Meio Oeste e Oeste de Santa Catarina, o mapa 1, permite verificar a extensão das terras contestadas e da área que envolveu a Guerra do Contestado em si.

Mapa 1: Região contestada e área da Guerra do Contestado.



Fonte: Fraga, 2017.

No que se refere ao processo de ocupação e formação territorial regional, faz-se importante mencionar que a referida região assentada pelos conflitos, oficialmente, de 1912-1916 ainda era trabalhada como sertão inculto no final do século XX, isso pelo pouco que a

Geografia nacional se referiu sobre este tema, com uma terra de bandidos, cheia de máculas, vista por meio de muitos outros estereótipos, tanto em Santa Catarina, como no Paraná, leitura regional que é repassada, inclusive, para pesquisadores. Para além dos estados envolvidos, o Contestado ainda é marcado por leituras impregnadas de preconceito no final do século passado, Lobato Corrêa (1997), por exemplo, menciona que do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná vieram foragidos da justiça, que encontraram naquele sertão excelente refúgio, transformando-o num “perfeito valhacouto de bandido”. Essa visão deturbada do povo da região do Contestado não mudou muito com a chegada ao século XXI, até hoje, ainda há quem defina a região como uma terra de bandidos, essa é uma das mais profundas heranças deixadas como sinal para o povo contestadense, fruto da história oficial, escrita pelos ditos vencedores e, lamentavelmente, assinada pela ciência.

O papel dos vencedores, ou seja, os coronéis das oligarquias regionais com auxílio pesado das Forças Armadas federais e das polícias estaduais, acrescida a uma milícia de mais de três mil homens armados pela própria República, é marcado pelo poder que fica claramente assinalado pela divisão territorial e estabelecimento da Linha Wenceslau Braz – nome dado aos limites entre o Paraná e Santa Catarina, que vão do Oceano Atlântico até a fronteira com a Argentina -, que impôs uma profunda mudança na vida regional, gerando, inclusive, uma nova socioterritorialidade. Neste sentido, a mudança mais clara, quando se refere apenas à Guerra do Contestado, foi a permanência de toda a zona de guerra dentro dos limites atuais de Santa Catarina e uma pequena mancha territorial do lado paranaense, bem tênue, nos territórios municipais de General Carneiro, Rio Negro, União da Vitória e outras cidades limítrofes. Essa linha, onde se encontram os dois estados e numerosos municípios é, hoje, uma linha de pobreza, pois uma parte considerável da população vive sobre o manto dos piores índices de desenvolvimento humano regionais e, até mesmo nacionais.

O Acordo de Limites de 1916, gerador dessa atual linha de pobreza, se constitui como um dos atos mais arbitrários da história republicana no que concerne a organização socioterritorial brasileira, obedecendo a critérios e interesses dos três chefes de Estado de então: Wenceslau Braz (presidente da República), Affonso Camargo (governador do Paraná) e Felipe Schmidt (governador de Santa Catarina). O tratado por eles assinado no Palácio do Catete é

representativo do poder centralizador e opressor republicano herdado da vitória florianista na Guerra Civil de 1890, pois sua validade é questionável quando se considera a determinação legal do Supremo Tribunal Federal (FRAGA, 2006).

A Guerra do Contestado foi um evento bastante violento com consequências socioterritoriais para todo o Sul do Brasil, principalmente no que concerne a cultura cabocla regional. Nela, se sobrepuseram vários níveis de conflitos: divergências entre Argentina e Brasil, questões de posse de terras entre diferentes coronéis, a questão de divisa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e os conflitos socioterritoriais entre fazendeiros e caboclos, entrelaçados pela entrada do capital imperialista estadunidense, na construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e sua milícia de mais de 200 homens estrangeiros armados que expulsavam a população cabocla das suas terras ancestrais e da implantação da Companhia Madeireira Lumber, esta última devastando toda a floresta de Araucária, ambiente que marcava o modo de vida caboclo (FRAGA, 2017).

Os caboclos e as caboclas do Contestado, cansados, desacreditados, e imbuídos de um sentimento de revolta pelos abusos que sofriam, se uniram na crença do catolicismo popular, aderindo às pregações do monge José Maria que os teria incentivado a lutar pelos seus direitos – a fé inabalável, se constituiu como o maior fator de coesão popular sertaneja que os manteve em guerra civil durante quatro anos contra o maior esforço de guerra promovido pelo Exército brasileiro, dentre suas ações internas ao território nacional.

O Exército Encantado São Sebastião e São João Maria contou com quase 10 mil pessoas armadas, homens, crianças e mulheres juntos, tanto jovens como velhos. Lutando assim, a população inteira pela sua sobrevivência econômica e cultural, e devido sua forte fé, resistiram até ao fogo armado acreditando que isto faria parte da sua glória. Mas os caboclos e as caboclas venceram moralmente a guerra, pois seus princípios éticos prevalecem até os dias atuais.

Apesar da inferioridade numérica, os militares dispuseram de melhor aparelhamento bélico; assim, utilizavam canhões, metralhadoras, bombas, aviação de guerra, espadas e fuzis, contra facões de pau, velhas espingardas, mosquetões e revólveres dos sertanejos, mas defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, disciplinado, formado por pessoas

conhecedoras do terreno e da natureza, numa verdadeira guerra de guerrilha, que, em muitos aspectos, faz lembrar a Guerra do Vietnã.

Por fim, a tática militar foi cercar os camponeses numa região menor e nela ir penetrando ainda que lentamente onde não deixassem entrar alimentos e munições aos redutos, enfraquecendo os sertanejos. As doenças foram exterminando os revoltosos, sendo que alguns fugindo da morte acabavam se entregando as forças oficiais, sendo, a maioria, executada sumariamente (FRAGA, 2005).

Não se tem um número preciso sobre o total de mortes na Guerra do Contestado, mas estima-se que gire em torno de 10 mil, podendo chegar a 30 mil, pois o Exército brasileiro ergueu numerosos crematórios de cadáveres pela região deflagrada, eliminando, desta forma, milhares de corpos (FRAGA, 2006). Já que nos anos posteriores ao final da guerra, forças policiais e milícias contratadas realizam ainda junto aos coronéis da região buscas pelos sertões com o propósito de impor a ordem e acabar com possíveis resistências do Exército Encantado de São Sebastião e São João Maria. O que se sabe é que estas forças realizaram uma verdadeira limpeza étnica na região do Contestado, matando os caboclos refugiados no meio do mato, sem discriminar quem quer que fosse encontrado: homens, mulheres, velhos ou crianças, todos eram executados, muitos destes eram cremados, outros eram lançados ao mato, servindo de alimento para os porcos e as aves de rapina.

A Guerra do Contestado é, antes de tudo, marcada pelo crime de guerra, por crimes contra a humanidade. Os relatos militares, mesmo que discretamente, apontam para isso, mas, acima de tudo, a história oral trazida pelos sobreviventes apontam para isso, dentre o material publicado nos últimos anos, o pequeno fragmento demonstra um pouco dos fuzilamentos sumários ocorridos na região:

Fuzilamento. Um raro relatório militar comprova a execução de prisioneiros. O documento enviado por Manoel Onofre, comandante da Coluna Norte, ao general Setembrino de Carvalho, a 21 de fevereiro de 1915, descreve que cinco rebeldes foram mortos depois de serem rendidos pela patrulha do capitão Potyguara no dia 17. "Em diversos telegramas passados a V.Ex. tive o prazer de vos comunicar, sucessivamente, os grandes serviços prestados pelo operoso capitão Tertuliano Potyguara, de quem deveis já fazer juízo seguro, por isso, agora, me limito a súmula do que o consegui de sua actividade, de 10 a

19 do corrente. Dia 10 - 4 fuzilados que resistiram a prisão. Dia 11 - 9 mortos. Dia 13 - 25 mortos. Dia 14 - seis mortos. Dia 17 - 30 casas incendiadas e 5 jagunços mortos, presos com armas na mão." No dia 18, Potyguara matou outros 16 rebeldes. "Morreram o famigerado negro Vieira, filho e mais 14 bandidos, seus companheiros", descreve Manoel Onofre. (NOSSA & JUNIOR, 2012).

Concluída a campanha militar republicana na Semana Santa - Páscoa -, em abril de 2015, tem início a perseguição aos sobreviventes, iniciando um processo de limpeza socioterritorial que perdurará por alguns anos.

A 6 de abril de 1915, Setembrino enviou telegrama ao capitão Vieira da Rosa, determinando perseguição os rebeldes que conseguiram escapar do reduto durante os combates. "Capitão, em vista ter sido tomado o reduto Santa Maria, tendo o inimigo perdido em combate mais de seiscentos homens e sendo arrasadas cinco mil casas, muitas igrejas e ranchos, está terminada a campanha, devendo-se effectuar perseguição aos fugitivos em todas as direções. Saudações, general Setembrino."

O general Setembrino de Carvalho passará a história como o grande herói da Guerra do Contestado, tendo sido ele que, depois de quatro anos, colocou fim a rebeldia cabocla regional. Muitos militares que estiveram em Canudos, agiram sobre o Contestado, mesmo já tendo conhecimento sobre as atrocidades cometidas em Canudos e denunciadas por Euclides da Cunha, os relatórios militares expõem o massacre cometido sobre a região. Mas, desde que Setembrino assumira o comando das operações, havia ficado clara a opção por uma guerra total, até a vitória, sobre o povo caboclo. Nem todos os oficiais que atuaram no Contestado tinham as concepções dos oficiais que atuaram em Canudos, mas, mesmo assim, a matança foi geral

Embora Setembrino tenha optado por uma guerra total contra os caboclos do Contestado, recorrendo a práticas denunciadas por Euclides da Cunha, relatórios feitos durante a sua campanha expõem de forma escancarada a divisão de concepção de ação entre os oficiais que lá atuaram. As ações, em muitos casos, foram superiores às registradas em Canudos, pois o genocídio fica confirmado, quando se tem a cremação de cadáveres, as execuções sumárias, as degolas, as atrocidades sexuais. Nos combates finais, na guerra de arrasamento, os militares incendiavam todas as casas e lavouras caboclas encontradas pela região, deixando uma legião

de pessoas sem abrigo e sem acesso à comida, forçando, desta forma, a rendição e a facilitação das execuções da população. Respeitando princípios cristãos, as forças legalistas alimentavam os caboclos e caboclas capturados, incluindo crianças, velhos e enfermos, na sequência, depois de alimentados, eram apartados para uma área de degola ou fuzilamento sumário, geralmente na beirada de um rio, na beirada de uma cova ou perto de um crematório de cadáveres, a figura 9 mostra uma família sendo alimentada antes de ser eliminada.

Figura 9 - Família cabocla sendo alimentada antes de ser eliminada.



Fonte: Fotógrafos das forças legalistas, contratados para mostrar uma guerra limpa, provavelmente, nos primeiros meses de 1915.

Não se pode duvidar que a República era refém do regime das oligarquias agrárias, que era dominada pelos coronéis do latifúndio, cujas instituições eram corruptas e que não davam conta de evitar os desarranjos políticos naquela época. O Contestado retrata a realidade da Velha República, por isso o Contestado foi condenado ao mais profundo esquecimento, pois

as atrocidades cometidas, apenas atestam que os coronéis queriam eliminar toda a população cabocla, pois esta tinha assegurado seu direito à terra, pela posse da mesma.

Os coronéis, que são o mandonismo regional no Contestado, não diferem dos demais que dominaram todo o país, pois tiveram sua força e apoio jurídico na Guarda Nacional, instituição do Império (criada em 18 de agosto de 1831) e se mantiveram até, praticamente, o final da República Oligarquica. Essa Guarda Nacional que pertencia aos fazendeiros e chefes políticos rurais, recebiam o título de coronel e eram vários os que mandavam na região do Contestado. Esses senhores de terras com jurisdição local/regional tinham suas próprias intrigas, causando conflitos regionais, muitos dos quais tiveram que ser resolvidos por força do governo central, tanto imperial como republicano, pois formavam uma camada social com estatuto de nobreza. Seus poderes estavam no prestígio, na riqueza representada na extensão da terra e do rebanho, nas zonas de influências e no curral elitista da época, sendo que alguns desses vão se envolver diretamente com os problemas do Contestado, desde agosto de 1912, dois meses antes do início da guerra. São esses coronéis que, ao final da expedição do Exército brasileiro, a partir de abril de 1915, ficaram com o armamento do Exército, e contrataram as milícias (vaqueanos/jagunços) para eliminar a população cabocla que havia sobrevivido ao cerco militar-republicano.

Por conta da atuação dessas milícias dos coronéis, os conflitos, perseguições e execuções que culminam com o massacre caboclo no Contestado se estenderam até 1918, por meio da limpeza da terra para a recolonização, sobretudo, do vale do rio do Peixe, mas também no Planalto Norte e Oeste Catarinense, Sudoeste, Sudeste e Sul Paranaense. Mas esse período pode ser ampliado na medida que faltam informações sobre os anos posteriores a guerra. Entre 1918 e 1930, período que coincide com a República Oligarquica, há um vácuo de subsídios para se atentar a atuação dos coronéis e suas milícias de caça aos caboclos e caboclas. A partir desse período já surgem mais dados, sobretudo relacionado as indústrias madeireiras na região, que promovem a segunda limpeza dos terrenos que estavam sobre domínio da madeireira estadunidense Lumber. Não se pode duvidar, que tais milícia tenham atuado e perseguido o povo caboclo até os anos de 1920, podendo ir além disso, pois no vale do rio do Peixe, na

região de Arroio Trinta e Salto Veloso, área de recolonização europeia, há farto registro sobre os colonos “italianos” queimando casas caboclas e expulsando os mesmos.

Assim, se pode afirmar que os conflitos na região do Contestado foram os mais longos do Brasil, iniciando com a concessão das terras para a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande em 1888, passando pela Guerra do Contestado entre 1912 e 1916 e seguindo daí, pelas mãos e armas milicianas, até a década de 1930, caindo junto com a República Velha, se é que não seguiram além disso.

Esses tempos de dominação e barbárie, tão longos, ocorridos nesses sertões sulistas, não diferem da permanência e surgimento de outros conflitos socioterritoriais registrados em solo nacional. Da mesma forma não se abre mão de dizer que são formadores do território nacional, pois a formação territorial é permanente para um país que possui apenas 519 anos de domínio Europeu e de colonialidade, seja física, seja mental.

O domínio do horror, do extermínio e da barbárie estão registrados em todo o território, mas nenhum possui a dimensão socioterritorial e temporal conflitiva do Contestado. Pois é no Contestado que todo o gene da maldade das Forças Armadas, notadamente do Exército, floresceu dos palácios republicanos, seja na sede da República, seja nos palacetes dos coronéis oligarcas.

Devido aos fatos mencionados que resumem a Guerra do Contestado, mas considerando que a mesma possui dezenas de outros elementos e passagens de resitência, criou-se um imaginário profundo na população regional, com consequências psicológicas importantes. A forte atuação do Estado durante e depois da guerra, faz com que ainda se discrimine por meio de várias imagens estereotipadas a população cabocla. Assim, a suposta inferioridade acaba por fazer parte do próprio imaginário da população local/regional, que sente não só o esquecimento, mas até a rejeição desta cultura pelo poder oficial. O Exército e as elites chamam, até hoje, os caboclos de *fanáticos* e *jagunços* maculando a imagem de um povo unido pela fé e sua cultura, que lutou pelo seu inexorável direito à vida e à terra. Vencidos oficialmente, foram silenciados e se tornaram invisíveis até mesmo pela Geografia brasileira, sua história foi eliminada dos documentos oficiais e, para buscar entendimento e analisar o movimento socioterritorial do Contestado, é preciso buscar informações nas fontes de dados

dos vencedores, notadamente, nos relatos militares e nos historiadores oficiais. Além disso, se tem, mas de cem anos depois da Guerra do Contestado, sobreviventes de primeira geração, que trazem as memórias da guerra sobre seu território, assim como descendentes de segunda geração, cujos pais e mães, transmitiram os acontecimentos do início do século XX, com informações cruciais para o entendimento da formação socioterritorial dessa região do país (FRAGA, 2013).

Nas geografias possíveis sobre o Contestado se tem a nítida certeza de que aquele território segue coisificado pela construção do seu mundo real, mas não apenas por ele, pois numa relação espaço-tempo, a região ainda é dominada pelas coisas que dão sentido incontestável ao cabocismo contestadense, há toda uma gama de fragmentos relictuais que permitem ver e sentir o Contestado como região com forte base identitária, mesmo que o reconhecimento cultural caboclo ainda esteja gatinhando, na escala local e regional.

No cinquentenário do fim oficial da Guerra do Contestado, Osny Duarte Pereira resumia a epopeia cabocla ao questionar e responder sobre os atos e fatos da resistência cabocla em tempos de guerra: “como explicar que gente tão humilde, tão pobre, tão ignorante, tão primitiva tenha enfrentado fôrças tão poderosas e durante quase quatro anos sua resistência e seu protesto? Resistência e protesto que, sabiam, teria fim e que não poderia prevalecer, nem lhes garantir uma vitória. As páginas de audácia, coragem, malícia, habilidade, sangue-frio, fraternidade, destemor aos obstáculos, improvisação nas vicissitudes, transformando o frágil em forte, o rígido em flexível, preparando suas próprias armas, instituindo seus hospitais de sangue, sua disciplina na guerrilha, sua organização de retaguarda e de abastecimento, enfim, tôda a estrutura de uma nação em guerra?”. Cinquenta e sete anos depois de Osny Duarte Pereira, não se duvida que a epopeia cabocla possua o mesmo significado, inclusive ampliado, pois hoje se tem maiores informações sobre a resistência e a grandiosidade das ações promovidas pelo povo do Contestado, em defesa do solo pátrio e da natureza dos campos intercalados com florestas de araucárias.

Não diferente da Guerra do Paraguai e da Guerra de Canudos, nos fatos e ações que envolveram a Guerra do Contestado, não deve haver dúvida de que o crime de guerra e de genocídio cometido contra a população cabocla do Contestado, no sertão de Santa Catarina e

do Paraná, foi de lesa-humanidade e, portanto, imprescritível pois, “são crimes contra a humanidade, o assassinato, o extermínio, a escravidão, a deportação e qualquer outro ato desumano contra a população civil, ou a perseguição por motivos religiosos, raciais ou políticos, quando esses atos ou perseguições ocorram em conexão com qualquer crime contra a paz ou em qualquer crime de guerra” (GOMES, 2009). Desta forma, à luz desse preceito, a Guerra do Contestado marcada pelos assassinatos em massa, pelo extermínio, pela perseguição, pela violação do corpo (estupros), pelo bombardeio de igrejas repletas de caboclos e caboclas, pelo cerco gerador da fome em Santa Maria, pela cremação de cadáveres para eliminação das provas etc., é de fato, um crime de guerra (FRAGA, 2015).

Dantas (2016) menciona que “incluem o cometimento de atos inumanos, como o assassinato, perpetrados em um contexto de ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil. Basta que dentro do contexto descrito só um ato ilícito como os mencionados seja cometido, para que se produza um crime de lesa-humanidade (...) é uma norma de *ius cogens*, e a penalização destes crimes é obrigatória de acordo com o direito internacional geral”.

Não se abre mão em dizer que a região do Contestado viveu a Guerra do Contestado e mais, uma guerra de genocídio, cujo crime é imprescritível. A terra e o território caboclo precisam passar por um processo de reconhecimento e valorização a partir da base local, para que a região possa se ver como - Contestado -, espaço da vida de muitos, no passado e no presente. A terra foi, e é, o suporte básico da vida e do modo de vida, é constructo da identidade secular cabocla. Só o reconhecimento dos atos, fatos e ações, mesmo que doloridos, que marcam a existência de um território identitário do Contestado no Sul do Brasil, vai garantir a certeza de futuro para o povo que habita a região.

A Geohistória ajuda no entendimento do movimento socioterritorial do Contestado, inclusive permite entender os fatores que levaram á guerra e a guerra em si. Acontecimentos como esse envolvem múltiplas geografias, mas de que geografia estamos falando quando nos referimos aos movimentos socioterritoriais? O apelo para uma Geografia Agrária é salutar, mas a Geografia Urbana se torna secundária, pois a urbanização terá um agravo maior a partir da formação das cidades da colonização europeia no pós-guerra.

A Geohistória, aqui, por opção e sem hífen, se caracteriza por analisar as formas espaciais, temporais e históricas de um determinado lugar, região ou mesmo território, se se optar pela perspectiva territorial dos estudos, incluindo, inquestionavelmente, os trabalhos de campo que serão o suporte primário para entendimento dos fatores que se busca provar. Pouco trabalhada na Geografia universitária brasileira, a Geohistória acaba por de (com)fundir como sinônimo de Geopolítica ou mesmo como ramo da Geografia Histórica. Não se faz necessário aqui, trazer os estudos de Terezinha de Castro, na obra “Estudos de Geo-história”, pois seu viés é mais Geopolítico. Porém, Fernand Braudel, sugere a adoção dessa terminologia. Para ele, os subsídios que integram os numerosos ramos das ciências Humanas, apontam que a Geohistória deveria ser empregada para uma integração entre geógrafos e historiadores sob os mesmos objetivos, ou seja, fazer com que o historiador passasse a se atentar mais com o espaço geográfico e o geógrafo mais com o tempo. Mas os estudos geográficos, sobretudo os territoriais tiveram um aprofundamento das relações espaço-tempo nos seus estudos contemporâneos, o que pode mostrar que a Geohistória se fundiu com a Geografia brasileira, mesmo que a mesma, a partir de suas produções, não faça menção aos debates que envolveram a Geohistória nas últimas décadas – sendo quase um usar sem perceber, ou mesmo, um esquecimento voluntário.

Um florescimento dessa questão, ou seja, novos repensares sobre a Geohistória na Geografia, poder ser renovador, sobretudo sobre fatores que seguem negligenciados e demandam a resolução de problemas que teoricamente exigem a multiplicidade de olhares disciplinares das ciências Humanas e, mesmo, as Sociais. Os processos de formações socioespaciais e/ou socioterritoriais, cujas gêneses estão “perdidas” no tempo histórico, são fundamentais para se entender as dinâmicas socioterritoriais atuais, por exemplo, no Contestado, ou Canudos.

A decomposição do tempo histórico em três diferentes escalas, proposta por Braudel auxilia, ainda, o geógrafo ou geógrafa que percorre as fronteiras dos conhecimentos produzidos pelas ciências Humanas: o tempo de curta duração ou dos eventos, o tempo de média duração ou das flutuações cíclicas e o tempo de longa duração, onde as mudanças são tão lentas que se tornam muitas vezes imperceptíveis ao observador. No caso do Contestado, ou mesmo

Canudos, sem citar aqui outros dos exemplos de movimentos socioterritoriais trazidos no início, se tem uma escala temporal de pouco mais de cem anos, cujos eventos estão marcados no espaço e podem ser estudados pela Arqueogeografia, proposta por Fraga (2018), que se baseia em relações fixas, ou quase fixas, entre as sociedades e o espaço geográfico, no caso em questão, usou o território, com suas materialidades e imaterialidades. Sendo, hoje, uma Geografia que trata do passado, que busca suas bases explicativas nos objetos do passado e estes territorializados, que demandam ser (re)significados conceitualmente pela Geografia – sendo, antes de tudo, marcados por traços que unem a Geografia Humana e Física, no fazer-se uma Geografia que não despreze, ainda, os elementos socioculturais impregnados de elementos socioambientais e marcantes nos processos contínuos desreterritorializantes contemporâneos.

Fundamentalmente, o Contestado nessa relação espaço-tempo pode ser considerado pela formação socioterritorialmente de gentes pobres, crentes e abandonados, cercados por uma pequena e poderosa elite de coronéis donos das terras e das pessoas. Essa gente dominada, vivia como peões nos latifúndios ou como pequenos posseiros. Mas, em geral, esse povo usufruava a terra, sem se importar em ser proprietário, pois na cultura secular cabocla, a terra era um bem comum, que não se apropriava individualmente, apenas se usufruía, se vivia - aí está o cerne do modo de vida do povo caboclo. Tanto que da natureza se tirava o sustento da vida, mas era uma vida precária e sempre no limite a subsistência. Naquele sertão contestado, não havia escolas e no máximo meia dúzia de vilas muito distantes, cada vila tinha um coronel fruto do mandonismo regional. O isolamento geográfico e social eram enormes. Esse povo descendia dos bandeirantes seiscentistas, acasalados com indígenas Kaingang (denominação genérica para todo o povo) e LaKlanõ (gente do sol) e de grupos de africanos escravizados ou livres, esses últimos cruzavam o sertão em tropeadas ou viviam em quilombos de resistência. Essa seria a gênese da formação dos caboclos e caboclas do Contestado. Conforme o jornal “O Paraná”, de Ponta Grossa, de 21 de fevereiro de 1914, portanto um olhar sobre eles e elas publicado em plena Guerra do Contestado, suas características eram: “a indolência, a inatividade mais absoluta (...) como o produto dos suínos engordados pelo pinhão, o caboclo prevê as suas poucas necessidades. Uma muda de roupa, um revólver Smith-Wesson, ou uma

carabina Winschester basta à sua ambição. O mais é tocar sanfona e dormir. A ingnorância dessa gente é absoluta. A maioria não sabe contar além de cem”.

Há que se mencionar que o povo caboclo foi responsável desde meados do século XIX pela colheita, secagem e acondicionamento da erva mate nos sertões do Paraná e de Santa Catarina, a formação das elites do mate está intimamente ligada ao trabalho caboclo na floresta de Araucária, de onde eles extraíam a erva que enriqueceu Curitiba e Joinville, principalmente.

Essas intepretações estereotipadas sobre o povo caboclo e seu modo de vida era, naturalmente, a dos dominadores, das elites, dos próprios coronéis, que tudo julgavam a partir do seu modo de vida opulento e, isso, era transmitido pelos editoriais conservadores dos jornais daquela época, semanários que muitas vezes lhes perteciam. A população cabocla, por certo, jamais se enquadrou no sistema vigente e dominante, que seja nos aspectos econômicos, sociopolíticos, religiosos ou educacionais. Tendo uma cultura diferente, deveria ser compreendida e respeitada, tanto na época como nos dias atuais. Era uma população pobre, mesmo para os padrões da época, mas não era miserável, vivia no limite da vida, mas era um povo bondoso e dividia o pouco que tinha, e isso se deve a base da sua formação cultural, herdada dos ensinamentos dos Monges peregrinos que passaram pela região – João e José Maria.

A religiosidade era a grande fortuna cabocla, pois possuíam um sistema religioso próprio que não se enquadrou ao catolicismo que os padres alemães tentaram lhes impor. O catolicismo rústico caboclo seguia valores cristão fundamentais, com liturgias e devoções herdadas dos portugueses que primeiro chegaram ao Brasil, marcado, principalmente, pela presença do Divino Espírito Santo e pela fé em São Sebastião e, depois, tudo isso unido com os ensinamentos dos Monges que lhes liam passagens da bíblia. Esses elementos, pobreza e fé, uniram caboclos e caboclas no movimento socioterritorial que tinha apelo messiânico, a exemplo do de Canudos, gerando consciência sobre as injustiças a que eram submetidos.

Talvez, diferente de Canudos, o povo caboclo do Contestado lutou pela felicidade e isso estava acima da vida de pobreza que levavam e a partir disso e das injustiças sociais lá existentes, se uniram ao redor da melhor possibilidade que lhes foi apresentada para ter uma vida digna, pois eles não tiveram uma teoria de classe ou mesmo consciência de classe no

sentido da que estava nascendo no início do século XX, mas, mesmo assim, propuseram uma luta de classe e sustentaram uma revolução dos pobres pelo direito à terra e à vida.

No Contestado, assim como em Canudos e em muitos dos movimentos socioterritoriais apresentados nesse ensaio, se teve o afloramento da luta pela terra, da luta pela vida e pela felicidade, cujos problemas impeditivos remontam às terras indígenas que vem sendo tomadas deles e delas, desde 1500, perpassando pelas ocupações violentas da colonização, pelos imigrantes europeus do século XVIII e XIX, sem esquecer a Lei de Terra de 1850, assim como as colônias militares sobre o território etc.

Mas a ousadia, a criatividade e a resistência dos movimentos socioterritoriais, representados principalmente pelos oprimidos, mostram que não se pode esquecer a causa na hora de produzir os estudos geográficos, pois os conhecimentos não podem ser imediatistas para apenas cumprir os objetivos factíveis exigidos pelos departamentos, pelas universidades ou pelos órgãos de fomento.

Praticamente todo o processo de formação territorial brasileiro é marcado por movimentos socioterritoriais, que vão desde levantes populares, motins, revoltas, revoluções, conjurações e guerras. Urge, na Geografia brasileira, romper as amarras das geografias mais tratadas e mais difundidas. Há uma guerra entre geógrafos e geógrafas pela primazia em duas áreas clássica, fortes e muito difundidas – a urbana e a agrária. Por conta disso, geografias locais e regionais, cujos temas não são o centro do universo da Geografia dos conchaves nacionais, são relegadas a uma invisibilidade que soa a arrogância dentre os pares dos grupos dominantes. Não é a toa que temas mais distantes na relação espaço-tempo seguem silenciados dentro do Brasil, pois não chegam a ter importância nem nos livros didáticos, nem nas apostilas que apenas estão preparando cidadãos e cidadãs para os vestibulares. Falta toda uma formação sobre as realidades brasileiras, sobre os brasis que foram esquecidos nas sombras de uma Geografia hegemônica, de uma Geografia que esquece do fato de que a institucionalização da violência e repressão à pobreza, possuem mais de cinco séculos de formação e são mais complexas e profundas dos que as questões agrárias e urbanas que as cercam.

Há todo um Brasil que foi forjado sobre o sangue dos fracos, mas chegará a hora em que esses fracos se unirão pela luta da classe, desde os grotões do interior que planta o alimento,

até as bordas dos opulentos condomínios fechados do país. Esses se levantarão a partir dos latentes conflitos que eclodirão entre as classes das diversas camadas sociais nacionais. Contestado, Canudos, Tromba, Formoso, Araguaia, Iguacu, Itajaí, Doce, qual nome terá? Nesse momento é impossível, inclusive, saber onde a Geografia brasileira estará. A Geografia brasileira tem um obrigação com o povo brasileiro, do campo até a cidade, a Geografia deveria estar mais profundamente junto aos movimentos socioterritoriais, pois como disseram alguns poucos caboclos que tinham o domínio da escrita, “Nós não tem direito de terra, tudo é para as gentes da Oropa” (de um caboclo assassinado no início de 1915) e “o Governo da República toca os Filhos Brasileiros do terreno que pertence a nação e vende pros estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os nossos direitos” (bilhete encontrado na Estação S. João após a ofensiva de setembro de 1914).

No Contestado, assim como em Canudos, ou noutros movimentos socioterritoriais, sempre houve o mais absoluto desprezo pelo povo do sertão, pelos pobres de maneira geral, no caso do Contestado, para colocar fim nesse ensaio, tresloucadamente, a partir de 28 de março começou um frio muito forte e fora de época. Foi quando as tropas de Potyguara deram início a destruição do último reduto de resistência cabocla, com 500 homens bem armados, foram queimando tudo – foram incendiadas 11 igrejas, muitas das quais com centenas de pessoas dentro para economizar munição, 5.531 casas caboclas foram reduzidas a cinzas, muitas mulheres, incluindo crianças, foram estupradas e assassinaram, sumariamente, centenas de caboclos. O genocídio fora, oficialmente, concluído em 05 de abril de 1915 – era o dia da Páscoa para os cristãos.

A ganância dos ricos, das elites, de parte do Paraná e de Santa Catarina, foi construída sobre a miséria, o sangue e as cinzas dos pobres e fracos. A história atesta que os 2.999.984\$745 gastos do tesouro nacional, para sustentar a Guerra do Contestado, são testemunhas, nos dias atuais, de que a força dos fracos é invencível enquanto a justiça não se fizer direito de todos e todas. Os pobres brasileiros e brasileiras parecem fracos, mas resistem há mais de 500 anos sobre o manto da violência dos poderosos que vivem sentados em tronos de veludo vermelho. Num dado momento, os fracos rompem o silêncio e a passividade, e se despertam como gigantes, colocando em pânico a soberberba dos opulentos.

A memória histórica dos oprimidos precisa ser territorializada, para que eles e elas possam vir a fazer parte dos movimentos socioterritoriais atuais, pois são a base dos que lutam e resistem hoje.

Cabe o Geografia fazer suas escolhas, romper esse ciclo atual, que negligencia os movimentos socioterritoriais do processo de formação territorial do Brasil, trazendo à luz da sociedade, as muitas geografias de tempos de dominação e barbárie.

Referências

- ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. K. *et al.* (orgs.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 163-164.
- AURAS, M. *Guerra do Contestado – a organização da irmandade cabocla*. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.
- CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- CARVALHO, A. V. *Reforma Agrária: Significado e Viabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CASTRO, T. *Estudos de Geo-história*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1971.
- CLASTRES, P. *Infortúnio do Guerreiro Selvagem*. In: Guerra, Religião, Poder. São Paulo: edições 70, 1980. p. 117 - 159/ cap. 1.
- DANTAS, W. R. S. *A imprescritibilidade dos crimes políticos e a não recepção da Lei de Anistia pela Constituição da República de 1988*. Incluindo: Parecer técnico sobre a natureza dos crimes de lesa-humanidade, a imprescritibilidade de alguns delitos e a proibição de anistias. Solicitado pelo Ministério Público Federal, Procuradoria da República em São Paulo/SP pelo Ofício nº PR/SP – GABPR12 - EAGF – 352/2008 de 04 de julho de 2008. Procedimento nº1.34.001.008495/2007. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7184 . Acessado em 24 de agosto de 2016.
- FERNANDES, B. M. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. Revista NERA, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf> . Acesso em: 15 jun. 2012.
- FRAGA, N. C. (Org.) *Contestado em Guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil (1912-2012)*. Florianópolis: Insular, 2012.
- FRAGA, N. C. (org.). *Contestado, o território silenciado*. 2ª. Ed. Florianópolis, Ed. Insular, 2017.

- FRAGA, N. C. *A Guerra do Contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo*. Geografia do Contestado - 50 anos de fazer geográfico. 1 ed. Curitiba, PR: Editora Íthala, 2016, p. 29-44.
- FRAGA, N. C. *Contestado a grande Guerra Civil Brasileira*. In: SCORTEGAGNA, A.; REZENDE, C. J. e TRICES, R. I. (Orgs). Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 22-255.
- FRAGA, N. C. *Contestado, a Guerra que manchou de sangue os sertões do Paraná e de Santa Catarina - 100 anos depois, o silêncio e a invisibilidade sobre a luta camponesa ainda imperam no Brasil*. In: Ana Inês Souza, Jonas Jorge da Silva e Ricardo Prestes Pazello. (Org.). Lutas Populares no Paraná. 1ª ed. Curitiba, PR: Editora do Centro de Formação Milton Santos - Lorenzo Milan e Instituto de Pesquisa, Direitos e Movi, 2017, p. 99-128.
- FRAGA, N. C. *Contestado, cidades, reflexos e coisificações geográficas*. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2016.
- FRAGA, N. C. *Contestado, redes no geográfico*. Florianópolis; Ed. Insular, 2017.
- FRAGA, N. C. *Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil*. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2006.
- FRAGA, N. C. Por uma Arqueogeografia do Contestado - a Guerra do Contestado como Crime Contra a Humanidade. *Anais do VIII Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriais e Ambientais*. Universidade do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 08 a 10 de agosto de 2018, p. 174-196. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portaunioeste/arquivos/eventos/ANAIS_VIII_CIET_A.pdf, acessado em 26 de maio de 2019.
- FRAGA, N. C. *Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011.
- FRAGA, N. C. Turismo de Guerra: a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco Inicial – Guerra do Contestado (1912-1916). Curitiba: *Revista PerCurso* – Curitiba em Turismo, a. 1, n. 1, p.43-76.
- FRAGA, N. C. *Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul*. In: Arno Wehling; Augusto César Zeferino; Aureliano Pinto de Moura; Gunter Axt; Helen Crystine Sanches. (Org.). 100 Anos do Contestado: memória, história e patrimônio. 1 ed. Florianópolis, SC: Ministério Público de Santa Catarina, 2013, v. 1, p. 369-392.
- FRAGA, N. C. *Vale da Morte: o Contestado visto e sentido - "entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná"*. 2ª. ed. Blumenau, SC: Editora Hemisfério Sul, 2015.
- GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. (trad. Galeano de Freitas). Rio de Janeiro, 1978.

- GOMES, L. F. *Crimes contra a Humanidade: Conceito e Imprescritibilidade (Parte II)* Disponível em <http://www.lfg.com.br>. 05 de agosto de 2009.
- GOMES, P. C. C. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GRAZZIANO, N. *A Tragédia da Terra: o fracasso da Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1991.
- LOBATO CORRÊA, R. *Trajelórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MOREIRA, T. O.; CARVALHO, J. S. Os crimes de lesa-humanidade imprescritíveis da ditadura militar. *Revista Transgressões – Ciências Criminais em Debate*, v. 1, n. 2, 2013, p. 140-163.
- NOSSA L; JUNIOR C. Esquecida, região vive clima de miséria. *Jornal Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/esquecida-regiao-ainda-vive-em-climade-miseria,834527> . Acesso em: 20 de maio de 2019.
- PEIXOTO. D. *Campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- PEREIRA, O. D. O cinquentenário da guerra sertaneja do Contestado, Paraná-Santa Catarina. *Revista Civilização Brasileira*, ano 1, n. 9-10, set./nov . 1966, p. 235-246.
- QUEIROZ, M. V. *Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RANGEL, I. *A História da Dualidade Brasileira*. São Paulo: Revista de Economia Política, v. 1, n. 4, out./nov./1981, pp. 5-33.
- RIBEIRO, H. *Contestado: a força dos fracos*. Florianópolis (texto digitado), Instituto Teológico de Santa Catarina, 1983, 13p.
- SACHWEH, M. S. *Educação: dominação e liberdade na guerra santa do Contestado*. Florianópolis: Imprensa Oficial de SC, 2002.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, S. C. *Nova história de Santa Catarina*. 4. ed. ver. Ampl. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- THOMÉ, N. *Trem de ferro: a ferrovia do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- TOLSTOI, L. *Guerra e Paz*. 2. ed. São Paulo: Editora Globo, 1955.
- TZU, S. *A arte da Guerra*. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- WACHOWICKZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Ed. Professores. 1967.

WRIGHT, Q. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.1988.

GEOPOLÍTICA E IDEOLOGIA: O NEOEURASIONISMO E A QUESTÃO DA QUARTA TEORIA

José Gilberto de Souza²⁰

Felipe Rodrigues de Camargo²¹

A primeira questão que se coloca nessa análise é sobre os riscos epistêmicos da apreensão relacional entre geopolítica e ideologia estar eivada de idealismos e abstracionismos estéreis. Em uma perspectiva em que as ideologias geográficas ou geoideologias, como expressões de representação do real, são tomadas como referências em si mesmas, desconsiderando as questões materiais constitutivas destas representações. Moraes (1996) já apontava para esta questão ao mencionar que nas ideologias geográficas o

[...] grau de abstração dos debates (sua pouca concretude histórica) é bastante intenso, sem que isso corresponda a um enriquecimento diretamente filosófico, Certas mediações imprescindíveis numa reflexão que se almeje política, entre elas as de cunho nacional e conjuntural, são totalmente perdidas. Isto implica que se tome o discurso geográfico e a ideologia como abstrações universais vazios sem determinações históricas (p.42).

Estas questões também foram pautadas por Souza (2011), em um ensaio crítico, sobre as diferenciações entre Geografia Política e Geopolítica e a necessidade de reconhecer que as determinações conceituais precisam ter rebatimento no real e a ele articuladas. Na mesma direção Iná Elias de Castro explicitara a perspectiva relacional entre política e território na análise Geopolítica.

Entre os temas por ela privilegiados, tem sido recorrente o problema das relações entre a política e o território, componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades. Na realidade, como muitas questões e conflitos de interesses que surgem das relações sociais se materializam em disputas territoriais, as tensões e arranjos que daí

²⁰ Professor Associado do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, UNESP (Universidade Estadual Paulista) Campus de Rio Claro, ig.souza@unesp.br

²¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP (Universidade Estadual Paulista) Campus de Rio Claro, feldecamargo@gmail.com

surge definem não apenas uma abordagem, mas um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se define o campo da geografia política. (CASTRO, 2010, p.15-16).

Evidentemente que reconhecemos que o conceito de Geopolítica passou a ser utilizado pelas demais ciências e objetivaram construir análises específicas sob este título como bem reconhece Vesentini. O autor, busca assentar sua afirmação de que a Geopolítica é um “campo de estudos” de caráter interdisciplinar e, também justifica tal “descolamento” da Geografia pelo *roll* de sujeitos sociais e diferentes áreas de conhecimento que realizam análises acerca das problemáticas que integram espaço-território e política. O fato é que estes argumentos não nos parecem suficientes para consolidar o conceito como exterioridade à Geografia.

Tampouco queremos ratificar que esta demarcação nos impele a concluir que os conceitos de Geopolítica e ou Geografia Política se configurem como particularidades, exclusividades analíticas de geógrafos. A própria noção argumentativa de conceito interdisciplinar nos parece frágil para o enfrentamento e ou demarcação analítica em relação à Ciência Geográfica, porque vai resigna-la ao campo da espaciologia, tal como procurou fazer Johan Rudolf Kjellén em suas críticas ao pensamento ratzeliano. Ao advogar - a palavra aqui está distante de ser conotativa - o conceito para o campo da Ciência Política, o jurista sueco, quando utilizou geopolítica, em 1905, em sua obra “As grandes potências” deixava claro que a dimensão interdisciplinar já se colocava como premissa, ao objetivar o aprofundamento de suas análises sob várias disciplinas:

Dans son étude de l'État, Kjellen considère cinq parties diferentes:
1° L'étude de l'État comme organisme géographique, comme phénomène spatial; et il nome l'étude de cet aspect géographique de l'état, la géopolitique ;
2° L'étude de l'État comme organisme économique, ce qu'il appelle Yécopolitique ;
3° L'étude de l'État comme peuple, ce qu'il appelle la démopolitique ;
4° L'étude de l'État comme société, ce qu'il appelle la sociopolitique ;
5° L'étude de l'État comme organisme de défense et de force, ce qu'il appelle la cratopolitique. (DUMONT, 1955, p.154)

Demopolítica, Ecológica, Cratopolítica, Sociopolítica, mas só a Geopolítica ganhou repercussão e teve continuidade de uso. Talvez esse fato explique mais sobre a Geografia, do que efetivamente sobre o conceito e sua possibilidade de independência explicativa na Ciência Política. Principalmente porque a construção do conhecimento Geográfico, há muito, não se caracteriza pela área, pela espacialidade, e seu processo formativo sempre denotou o apanágio interdisciplinar como dos mais importantes.

Souza (2011) ao refletir sobre esta dualidade conceitual afirma tratar-se de uma falsa questão. Considera que há um

(...) entendimento clássico de oposição de terminologias, de reflexão semântica, que trata especificamente de Geografia Política e Geopolítica. Autores como Vesentini, Becker, e mesmo intelectuais ligados às linhas de concepção militares, como Delgado de Carvalho, definem estas estruturas semânticas como se fossem elementos distintos, ainda que para alguns fortemente imbricados. Uma primeira perspectiva assume a Geografia Política como sendo uma leitura do mundo sustentada em uma ambiência acadêmica, mais reflexiva e que trata de elementos políticos de maneira geral e como se articulam ao Estado, à sociedade e ao território.

A segunda visão recorre à compreensão da Geopolítica como um elemento estratégico, pragmático, do ponto de vista de uma intervenção prático-territorial (até mesmo bélica), por si mesma. Um conceito que dada sua apropriação por Haushofer, associado ao Nacional Socialismo Alemão, o Nazismo, acabou por estar carregado de extrema carga ideológica. Segundo Mattos a teoria do **lebensraum** - espaço vital - que dominou o espírito geopolítico da Alemanha nazista, foi responsável pelo seu descrédito como ciência. (Mattos, 1979, p. 4), o que, em verdade, também não liberta o conceito de Geografia Política e a produção do conhecimento geográfico como um todo de suas apropriações e amarras teóricas e ideológicas. (SOUZA, 1991).

Ocorre que Geografia Política e Geopolítica podem ser entendidos como elementos únicos. Tanto do ponto de vista dos desdobramentos que as concepções teóricas apresentam sobre as dimensões práticas humanas e, nesse caso, estamos compreendendo não apenas a teoria como uma dimensão científica, mas também de seus aspectos formuladores de racionalidades e entendimento do real e que se fundem em ideologia. O que revigora a consideração de Marx e Engels, em Ideologia Alemã, acerca do papel de determinadas representações sociais de mundo e o quanto elas podem efetivamente determinar comportamentos dos homens e das instituições.

Por outro lado, a dimensão da Geopolítica como estratégia faz criar uma perspectiva também idealista de que os conceitos e as práticas socioespaciais podem estar isentas, isoladas dos contextos, dos projetos

e das ideologias, como simples praticismo. Quase como acreditar na existência de em uma prática sem teoria, ou uma prática que não pudesse ser teorizada e, assim, desvendadas as suas articulações políticas e ideológicas, por sua vez, teóricas a respeito do espaço e das sociedades como um todo. Esta divisão teoria (Geografia Política) prática (Geopolítica), são determinantes de uma relação direta entre a separação da ação política do Estado e da ação política da sociedade, como se estes dois elementos não estivessem inscritos na Geografia e na Política. Em verdade se fortalece um discurso de que o espaço da ação Geopolítica se restringe ao Estado.

Vesentini (1987), em *Imperialismo e Geopolítica Global*, ainda que reconheça as imbricações destes conceitos considera que a expressão geografia política remonta aos séculos XVII, XVIII e XIX, e considera que a geografia política moderna, como um estudo geográfico da política, ou como o estudo das relações entre espaço e poder, nasceu com a obra *Politische Geographie* [Geografia Política], de Friedrich RATZEL, publicada em 1897, mas que a partir do segundo quartil do século XX ganha outra configuração.

O próprio autor reconhece que Ratzel, na verdade, não criou o rótulo "geografia política", apenas redefiniu o seu conteúdo, apontando para o que seria um verdadeiro estudo geográfico da política, mostrando que o estudo da geografia política se vincula ao meio ambiente - as características "naturais" do território (localização, formato, proximidade do mar, etc.) - desde que isso tenha relações com a vida política. Ratzel procurou estabelecer uma série de temas pertinentes à geografia política, que continuam a ser atuais: o Estado e quais as suas relações com o território, a soberania, a política territorial, as fronteiras, a potência mundial, o domínio territorial, com a importância ou o uso do espaço geográfico na guerra ou no exercício do poder estatal. (p. 3-4)

De uma forma mais objetiva Souza (2011) define quatro análises pseudoconcretas que aparecem nos discursos acadêmicos como justificativa de distinção entre Geografia Política e Geopolítica:

a) Espaço e Política. Este elemento se revela própria argumentação de Kjéllen sobre a obra de Ratzel, ao apontar que Geografia Política se refere ao processo de formação do Estados e sua distribuição no Globo, e que a Geopolítica estabelece uma análise dos conflitos territoriais dos Estados e suas resoluções diplomáticas, que estariam no âmbito da Geopolítica. Nesta análise há um reducionismo analítico por parte de Kjéllen em relação ao pensamento do geógrafo alemão, considerando suas reflexões nomotéticas acerca da formação dos Estados e suas determinações históricas fundamentadas na relação com outros Estados. Destaca-se os aspectos da cultura e dos "recursos", que em verdade explicitam, dão materialidade, ao conceito de Espaço Vital, e que reúnem rebatimento concreto nas disputas fronteiriças com a França. Portanto não há na origem do conceito diferenciações que possam expressar a Geografia Política de Ratzel como simples distribuição dos Estados no

espaço mundial e que o conceito do diplomata suéco, que se debruça sobre os conflitos e a política entre Estados.

Este recorte disciplinar atribui ao Estado a centralidade da política e subalterniza as relações e os enfrentamentos do Estado com os interesses contraditórios que emergem de uma sociedade. A redução da política à instância estatal abstrai a economia, a estrutura de organização social e converte todas as questões no simples embate territorial entre nações.

b) Estática e Dinâmica. Esta segunda diferenciação também se articula à uma perspectiva epistemológica da Geografia. Para alguns autores a Geografia Política é estática. Esta compreensão de um lado associa a Geografia a simples representação cartográfica e se aproxima da concepção anteriormente apresentada de que a Ciência Geográfica se ocupa da distribuição dos fenômenos na superfície da terra. Esta aproximação direta da Geografia Clássica, com o que se denominou de Geografia Tradicional Escolar, é também fruto de um reducionismo primário que associa a Geografia à representação da localização, desconsiderando outros elementos analíticos dos fenômenos. A Geopolítica seria dinâmica, porque estaria envolvendo fatos contemporâneos, ações diretas dos Estados. Neste caso, não se trata de valiar a determinação de uma ação estatal como geopolítica ou não, mas como ação política sobre uma espacialidade é analisada pela ciência geográfica e outras ciências indelentemente de seu turno de análise.

c) Teoria e Prática. A Geografia Política Teórica e a Geopolítica Prática para Souza (2011) essa separação parece se transformar em um anacronismo dentro do debate acadêmico-científico, dada sua finalidade de produzir teoria. Esta interpretação, sobre a qual já trouxemos alguns apontamentos, se filia ao pensamento de Spykman, que considera o praticismo da Geopolítica como ação de Estado. Em verdade tal concepção objetiva, como afirmamos, fazer crer que uma teoria não tem rebatimentos empíricos e que uma prática não possa ser teorizada. Estes aportes assumem que a ação prática se distancia de uma teoria e, também, se insenta de ideologias.

d) Ideológica e Científica. Observa-se na literatura que esses quadros analíticos encontram níveis de contradição. O caráter ideológico da Geografia Política de Ratzel, fundamentada no espaço Vital, se assenta em sua derivação prática e Ideológica de dominação, que reverbera no nacional Socialismo e no Nazismo. Parece-nos que há um reducionismo nas interpretações ratzelianas e uma transferência muito imediatista em relação aos projetos do expansionismo alemão dos anos 1940. Natter (2005, p. 184) demonstra que Ratzel afirma ser “uma opinião totalmente errônea acreditar que um povo é mais forte em todos os aspectos” (Ratzel, 1906) e, referindo-se às suas experiências nos Estados Unidos, explica: “Eu vi tantas aparentes diferenças entre os povos e que vêm sendo apagadas, que eu não posso acreditar na interminável perpetuação dessas diferenças ” (Ratzel, 1905, citado por Natter, 2005). Estes posicionamentos difusionistas e outras demarcações teóricas são importantes para evitar tais imediatismos simplistas e marcadamente ideológicos. O fato é que em oposição à Geopolítica

ratzeliana (pré-nazista, do Estado hitleriano, [sic]) uma nova Geopolítica, verdadeira, passa a emergir contra essa forma de dominação ideológica. Constrói-se neste processo uma demonização da Geopolítica da Alemanha e um discurso atenuante sobre as ações territoriais anglo-estadunidenses. Vincula-se esta estratégia ao também ideológico discurso dos “vencedores”.

Esta separação entre terminologias (Geografia Política e Geopolítica) se estruturam em falsas questões, pouco reveladoras de suas manifestações concretas no real (SOUZA, 2011). Todos estes processos denotam a relação intrínseca da Ideologia com a Ciência e, em particular, entre Geografia e Ideologia. Significa dizer que grande parte destas discussões conceituais em verdade trazem em profundidade a relação entre geografia e ideologia, o que aparece como debate meramente terminológico ganha efetividade nas intencionalidades discursivas, tal como as Teorias Políticas e as Geoideologias, ou Ideologias Geográficas, e que precisam efetivamente ser analisadas.

Estas questões foram apontadas por Antonio Carlos Robert de Moraes (1996) ao tratar das formas apropriativas dos fenômenos espaciais como elementos ideológicos, discorre sobre as escalas (local, regional, nacional, global) e como esses processos se realizam, como política e cultura se recombina e se amalgama sobre o território. Em certa medida as “ideologias geográficas” podem passar pelos mesmos e pueris jogos de palavras, “geoideologias”, mais uma vez abstracionistas se se quer apor o conceito antes mesmo da realidade.

Diante do exposto, estabelecemos que ideologia se refere a um processo de representação social do mundo e que se assenta sobre uma base material e, simultaneamente, ela mesmo se torna uma materialidade. Esse constructo teórico tem dimensões concretas e objetivas, porque conduzem as formas de relação do ser social. Os seus constructos se estabelecem por processos de alienação, por processos de intermediação, não são falsidades de consciência, são consciência, uma forma de consciência do real e, simultaneamente, realidade, ainda que não seja diretamente sua explicação, ainda que não seja o real concreto. (MARX, ENGELS, 2007; KOSIK, 1969.)

A questão que se coloca nesse processo é como se estabelecem as representações espaciais e a ideologia, não a ideologia como um todo, mas aquela que se remete às práticas sócio-político-espaciais. Diante do fato de que tais

[...] ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e de sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política. (MORAES, 1996, 44)

Neste sentido, a análise crítica da questão exige pautar a formulação de uma suposta quarta teoria geopolítica e seu constructo histórico. A Teoria Neo-Eurasiana foi construída por Aleksandr Dugin, acadêmico dedicado à temática da formação social russa tendo como referência as atuações geopolíticas construídas nos governos de Vladimir Putin, mas que já se estabeleciam desde sua primeira inserção nas estruturas de Estado Russo. As obras de Dugin objetivaram a construção de uma nova Teoria Política, implicando, também, uma nova proposta interpretativa, ou de uma nova narrativa para as ações geopolíticas da Rússia, que tem procurado reestabelecer sua importância no cenário geopolítico mundial.

Dugin debruçou-se em compreender as relações internas da sociedade russa com sua espacialidade buscando aproximar a dimensão geográfica da prática política. Neste processo o autor privilegia um movimento interno e externo de amalgama, considera que o primeiro se consolida em suporte para formação identitária e o segundo como elemento de afirmação de alteridade e de protagonismo mundial.

A geopolítica da Rússia não é a mera aplicação de um arsenal geopolítico ao governo russo. A geopolítica russa, por outras palavras, não pode ser criada externamente, como uma mera aplicação mecânica de leis “universais” a um objeto concreto e bem definido. A problemática é que a geopolítica russa só é possível tendo por base uma análise profunda da sociedade russa, tanto ao seu presente quanto ao seu passado histórico. Antes de tirarmos qualquer conclusão acerca de como o governo russo se correlaciona com o espaço, devemos analisar escrupulosamente a sociedade russa nas suas constantes estruturais e principalmente rastrear a formação e a evolução dos pontos de vista dos russos acerca do mundo que os cerca; ou seja, temos que estudar o modo como os russos compreendem e interpretam o mundo e seu ambiente. (DUGIN, 2014a, p.9).

Intenciona o autor promover uma teoria particular à Rússia, pautada em observações profundas de suas estruturas que originaram sua formação social, mas ao mesmo tempo estabelecer nesse processo a *Kultur* como elemento constitutivo das demais formações sociais (Estados nacionais, ou regionalizações), fazendo com que suas (re)afirmações identitárias provoquem um reequilíbrio de forças, realinhamentos políticos e, neste sentido, uma multipolaridade no poder mundial. Assim, excluindo leis universais e exteriores à sua própria identidade tais centralidades, multipolaridades, poderiam se opor ao “globalismo”, ao “ocidentalismo”, ao “atlantismo”, referindo-se, todos eles, ao “liberalismo forçado” pelos Estados Unidos, na padronização comportamental de sociedades, instituições e do próprio Estado.

Dugin faz alusão às leis universais pois a Rússia, em seus últimos governos, promovera adaptações de projetos de Estado originados de outras formações sociais e que alteraram a essencialidade da sociedade russa. Neste aspecto, afirma que a União Soviética apresentava diretrizes socialistas advindas da teoria social do alemão Karl Marx. E na década de 1990, com os governos liberais, particularmente de Boris Yeltsin, professou uma subserviência ao globalismo, ao atlantismo, estadunidense e de outras potências da Europa Ocidental, destituindo a relevância política internacional da Rússia. Desta maneira relata:

Mais, a atitude da sociedade russa perante várias formas de política e de governo permanecem em aberto. Se no período marxista fomos guiados pela teoria do progresso e das alterações das formas político-econômicas, considerando a experiência dos países da Europa Ocidental como “universal”, já hoje em dia este esquema reducionista já não é adequado e devemos construir um modelo novo de história sociopolítica russa, estudar a sua lógica e propor generalizações estruturais que reflitam aquelas particularidades características às relações da nossa sociedade, nos seus vários estágios históricos, ao nosso sistema político e governamental. Sendo este o caso, então temos apenas umas poucas obras de relevo enquanto teorias marxistas, bem como o exemplo da aplicação direta dos métodos do Ocidente liberal à história russa e à sociedade russa, que deu origem a notáveis caricaturas, tendo por base o exagero e a violência para com fatos históricos e principalmente contra a sua relevância. (DUGIN, 2014a, p.10).

Essas experiências não se apresentaram totalmente “adequadas” as particularidades da sociedade russa, por isso Dugin (2014a) afirma que a sociedade russa está em aberto para uma

nova proposta teórica, que emana de si mesma, de suas identidades espaciais. Professa uma Teoria Política que tem como objetivo sanar a ausência de um projeto particular russo e, em meio a esse processo, a proposição do Neo-Eurasianismo se consolida como uma quarta via, diferente das demais teorias políticas: a primeira o Liberalismo; a segunda o Comunismo e a terceira o Fascismo, nas duas formas que operou na Itália e na Alemanha (DUGIN, 2012). A Quarta Teoria Política emerge com base nas próprias características sociais e territoriais da Rússia.

Russian history and statehood. Eurasianism viewed Russian culture not as simply a component of European civilization, but also as an original civilization, encompassing the experience not only of the West but also — to the same extent — of the East. The Russian people, from this perspective, must not be placed either among the European nor among the Asian peoples; it belongs to a completely unique Eurasian community. Such originality in Russian culture and statehood (displaying European as well as Asian features) also defines the distinct historical path of Russia and of her national and state program, which does not coincide with that of the Western-European tradition. (DUGIN, 2014b, p.13).

Observa-se que a construção teórica dugniana inicia-se na tradição histórica, na delimitação de uma área, como espectro espacial. Esta demarcação é a grandeza de sua extensão, sua continentalidade. Um terceiro componente de sua construção se revela no povo e sua particularidade cultural formativa, sua distinção não europeia e não asiática, seu hibridismo eurasiático, sendo que espaço e povo se integram na figura do Estado Nacional. Assim Dugin não escapa das “conformações históricas possíveis pelas quais uma coletividade afirma sua unidade política e realiza seu destino”. (FREUND, J. apud BALANDIER, 1967 p.145), e neste caso, tal conformação histórica, se resume no Estado nacional.

O modelo de proposição teórica que se propõe como novo se alicerça nos mesmos pressupostos ratzelianos (Território, Sociedade e Estado). Raffestin (1993) destaca que para Ratzel “o elemento fundador, formador do Estado, foi o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais” (p.13). Destaca ainda o autor que esse movimento teórico centraliza a Geografia Política no Estado, determinando uma visão monolítica da teoria do poder. Embasa suas considerações apontando para uma necessária inflexão analítica da Geografia Política, da Geografia do Estado para a Geografia do Poder, na

construção de uma perspectiva relacional do poder, uma vez que tal perspectiva apenas ratifica o comportamento ideológico do conhecimento que sustenta esta centralidade. Raffestin (1993) discorre, assim, sobre os elementos epistemológicos centrais da Geografia Política do Estado a população, o território e a autoridade (soberania). Toda a Geografia Política do Estado deriva desta tríade e, exatamente nela, se assenta a proposição de Dugin, uma vez que passa a estabelecer, em seu conjunto, até mesmo críticas ao regime “democrático liberal-ocidental”. Sinaliza para as características do povo russo como únicas, mas que estão sendo moldadas pelas culturas ocidentais, mas não pertencendo a ela particularmente. Por isso necessita de um projeto particular.

A teoria de Dugin, como asseveramos, tem um movimento interno e externo e se aproxima inicialmente das teses de inclinação da potencialidade natural dos Estados, partindo da valoracnao dos seus espaços (físico-territoriais), conforme aponta Manuel Correia de Andrade:

Designamo-las assim, não porque as teorias englobáveis neste âmbito se limitassem a equacionar a influência do espaço na consolidação e ampliação do poder a nível nacional, mas porque foi aí que os principais teorizadores incidiram as suas atenções. Alguns deles, mesmo dos mais destacados, não deixaram, porém, a partir dessa consolidação, de equacionar a tendência natural dos Estados fortes para alargarem as suas zonas de influência, ou mesmo de domínio, nomeadamente através da expansão colonial. (CORREIA, 2010a, p.147).

A uma primeira impressão a teoria neo-eurasiana apresentaria certa incongruência enquanto projeto de poder, enquanto uma “Teoria Política Mundial” centrada em um Estado, ou unidade territorial (Eurásia), que deveria ter fundamentos gerais e universais. No entanto, sua determinação particular (interna) como centralidade evoca as particularidades de outras espacialidades, considerando que seu objetivo maior é demarcar uma necessária multipolaridade (externa).

Ideologia, Território e Cultura na Teoria Neo-Eurasiana

Segundo Dugin (2012) sua teoria tem forte caracterização filosófica, que perpassa por várias esferas do conhecimento material e imaterial. Sua consolidação como ideologia política se autoreferência como a Quarta Teoria Política (DUGIN, 2012).

First of all, Eurasianism is a philosophy, and as all true philosophy it implicitly contains a political perspective, an approach to history and the possibility of being transformed into an ideology. Eurasianism as a philosophy is based on structural analysis and it is not a coincidence that the founder of Eurasianism, Count Nikolai Trubetzkoy, was a leading figure in structuralist linguistics. Eurasianism is a type of structuralism with the accent placed on the multiplicity and synchronicity of structures. The structure is viewed as a whole that is something much more than the sum of its parts. This is the rule of Eurasianism. It is holism dealing with organic, structural entities. (DUGIN, 2014b, p.7).

A centralidade de suas proposições ideológicas pode ser identificada na identidade da civilização, que tem como referência a formação social russa.

The primary concern of Eurasianist philosophy is civilization. There are different civilizations, not only one. Each of them has its own structure that defines the elements of which it consists, and which gives them meaning and coherence. We cannot apply the rules and structure we find in one such structure to those we find in other civilization — not in a diachronic or a synchronic way. Each civilizational structure possesses its own sense of time (*la durée*) and its own space. They are thus incomparable with one another. Every human society belongs to a particular civilization and should be studied only in accordance with its own criteria. This brings us to the starting point of modern anthropology, which began with Franz Boaz and Marcel Mauss, which insists on the plurality of human societies in the absence of any universal pattern. It is therefore no mere coincidence that Claude Lévi-Strauss, the well-known father of structural anthropology, studied under Roman Jakobson in the United States. Jakobson had been a colleague and friend of Trubetzkoy. (DUGIN, 2014b, p.7).

Dugin resgata aqui um ponto central do pensamento geopolítico clássico, pois sustenta suas considerações no amalgama, na unidade homogênea interna e na demarcação da diferenciação externa. Para dentro do Estado a cultura é única e o processo se revela por um projeto de hegemonia, sem contradições internas, uma vez que a unidade está centrada no

Estado (campo interno da política), que se prestigia em povo (russo) com suas “características históricas e tradicionais”. O que está posto é a perspectiva ratzeliana de que o Estado é a síntese entre território e cultura.

Por sua vez, externamente, é o Estado nacional que também ocupa o espaço e a centralidade da política, que abarca e resume interesses de confrontação externas, como nacional, quer transparecer assim que a “guerra política, implica em guerra entre culturas, é uma invenção própria de nosso tempo, o que lhe assegura um lugar isigne na história moral da humanidade”. (BENDA, 1965, p. 24).

Este ponto central ideológico, da teoria de Dugin, deve ser melhor explicitado. O autor estabelece como referência um debate entre cultura e civilização, ou a determinação das culturas nacionais frente ao hegemon, que se sustenta em uma Teoria Política neoliberal destruidora das particularidades culturais do mundo.

Ao tomarmos as reflexões de Norbert Elias (1994) quanto ao conceito de civilização, compreendemos os laços “territoriais” que Dugin quer construir:

“Civilização”, porém, não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais. Acima de tudo, é grande diferença entre a forma como os ingleses e os franceses empregam a palavra, por um lado, e os alemães, por outro. Para os primeiros, o conceito resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade. Já no emprego que lhe é dado pelos alemães *Zivilisation*, significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendido apenas a aparência externa de seres humanos, a sua superfície de existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*. (ELIAS, 1994, p.23-24).

Destaca-se que a forma como Dugin conceitua o termo civilização, não se coaduna com o sentido ocidental, para o pensador russo, os referenciais de particularidade, singularidade, são determinantes para ação geopolítica. A visão ocidental trata o termo em um sentido que agrega juízo de valores, relativizando as sociedades, o que é amplamente negado por Dugin, quando se refere tanto às particularidades das formações sociais, quanto às suas estruturas e elementos definidores. Embora Dugin não aponte literalmente para Norbert Elias, é preciso reconhecer que em essência suas formulações sobre Estado, Território e Sociedade, se filiam ao

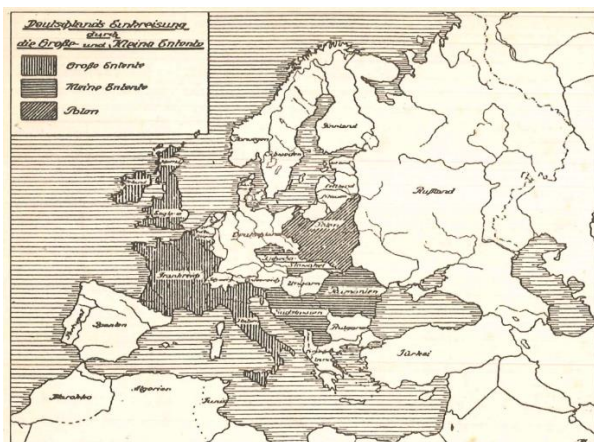
pensamento alemão ratzeliano, para o qual a dimensão da cultura é fundamental em suas análises sobre a formação do Estado (unificação alemã de Bismarck) e, simultaneamente, para o processo de “apropriação territorial” e ou sua demarcação fronteiriça como espaço vital (*lebensraum*).

A proximidade do pensamento territorialista (telurocrático) alemão e russo sempre se estabeleceu como debate central na Geografia Política. Um dos elementos marcantes desse processo é a própria teoria do Cordão Sanitário de Halford John Mackinder.

Assessorando a diplomacia inglesa nas negociações de paz, Mackinder propôs que as potências vitoriosas criassem no leste europeu uma cadeia de Estados-tampão desde o mar Báltico até os mares Negro e Adriático. Esta proposta está na origem da criação dos Estados bálticos, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária e Romênia, com territórios arrancados aos três impérios desaparecidos: o russo, o alemão e o austro-húngaro. A função estratégica desse "cordão sanitário" era separar e impedir uma futura aliança entre as duas potências marginalizadas pelo sistema de Versalhes: a Alemanha vencida e a Rússia bolchevique. (MELLO, 1994, p. 61).

Da mesma forma de uma perspectiva interna denominada a “teoria do cerco”, ou de confinamento alemão com base nas cartografias formuladas por Haushofer.

Figura 1 - O Cerco da Alemanha pela Grande e Pequena Entente – Haushofer (1925).



Fonte: Raffestin, et Al. 1995.

Em outra perspectiva o próprio o conceito de *heartland* de Mackinder se configura na zona eurásiana:

A noção de Eurásia é a moldura na qual se insere o conceito estratégico de Heartland — coração continental/ terra central/ região-pivô — que constitui a pedra basilar da teoria do poder terrestre. A Eurásia abrangia uma extensão de 54 milhões de km² e abrigava em suas regiões marginais dois terços da população do planeta. Seu núcleo interior media 23 milhões de km² e era esparsamente habitado por belicosos povos nômades-pastoris. Em termos descritivos o Heartland abarcava o centro e o norte da Eurásia, abrangendo em suas linhas gerais o território da Rússia czarista do início do século.

(...)Segundo Mackinder, a exploração dos inesgotáveis recursos da região basilar da Eurásia daria ao Estado que a controlasse condições para desenvolver um inexpugnável poder terrestre. Entrincheirado no coração do continente, esse poder terrestre poderia resistir ao assédio do poder marítimo, cujo raio de ação limitava-se às quatro regiões marginais da Eurásia. Se o Estado-pivô conseguisse apossar-se de uma vasta frente oceânica poderia canalizar os recursos do Heartland para a edificação de um poder marítimo. A ascensão de um poder anfíbio, sem igual no continente eurasiático e capaz de rivalizar com a Inglaterra nos oceanos, acabaria por suplantando o poder marítimo inglês na luta pela preponderância mundial. (MELLO, 1994, p. 56-57 e 59).

Essa mesma área, o *heartland* de Mackinder, é requerida como o “significado espacial” (“*Raumsinn*”) da Quarta Teoria de Dugin. Nessa unidade espacial também se reafirma como centralidade geopolítica a partir do conceito de *Rimland* de Spykman, e neste sentido ratificam a moderna perspectiva ocidental acerca da unidade territorial de Alemanha e Rússia.

Em um artigo de fevereiro de 1938, por exemplo, ele informou ao leitor que: “O centro do poder mundial deixou a Europa ocidental; ou melhor, não há mais um centro de poder mundial. Uma época na história do mundo chegou ao fim. Característica do novo período é a descentralização do poder e a criação de grandes esferas dominadas por diferentes centros - as Américas dos Estados Unidos, o Extremo Oriente do Japão, o coração da Eurásia a partir de Moscou, e o Atlântico Leste e Oceano Índico da Europa”. (...) SPYKMAN, “Geography and Foreign Policy, I”, 45, 1938. (...) O estilo nessas palavras que acabamos de citar é indicativo de que um estudioso avançou bastante no caminho da convicção de que está expressando a verdade revelada. Dada a prevalência de insignificantes dúvidas típicas nos escritos acadêmicos, não é difícil entender por que o estilo de Spykman pode influenciar as

sensibilidades liberais: Sua análise geográfica, que continha tanto raciocínio político quanto geográfico físico, acomodou um esforço muito mais construtivista do que era típico do período. (GRAY, 2015, p. 876-877).

Todas estas teorias reconhecem a unidade territorial, a perspectiva telurocrática que se assenta na trajetória cultural (*Kultur*) de povos germânicos e eslavos e uma necessidade de controle e impedir alianças políticas entre os mesmos. Não por acaso é do conceito de *Kultur* que Dugin estrutura seu discurso neo-eurasiano. Essa *Kultur* é como os indivíduos da sociedade apresentam a consciência de si mesmos e definem sua identidade. Como referido por Elias (1994):

Em contraste, o conceito alemão de *Kultur* dá ênfase a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos. Principalmente em virtude disto, o conceito adquiriu em campos como a pesquisa etnológica e antropológica uma significação mais além da área linguística alemã e da situação em que se originou o conceito. [...] Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes pergunta a si mesma “Qual é, realmente nossa identidade?” (ELIAS, 1994:25).

O neo-eurasianismo compreende as ações e realizações dos indivíduos, as suas artes, sua religião, seu desenvolvimento intelectual e suas técnicas em um sentido comum que reiteram os princípios eslavófilos, que se opõem ao projeto “civilizatório” do liberalismo, à dominação atlantista.

The Eurasian project was developed in the form of a political philosophy on the basis of the multipolarity of civilizations, anti-imperialism, anti-modernism and on the structure of Russia itself. This last was defined in terms of the principles of the Slavophiles, along with the important addition of a positive evaluation of the cultural elements which had been borrowed by the Russians from Asiatic societies beginning with the period of the Mongols. Indeed, one of the most important books of the Eurasianist movement, also written by Trubetzkoy, was called *The Legacy of Genghis Khan*. Therefore for the Eurasianists the West was in the wrong — a purely regional phenomenon pretending to universal status via imperialism; thus it follows that modernity, which was also a Western phenomenon, is also entirely a product of this locale and

is inherently imperialistic. Russian history was considered as the struggle of Eurasian civilization against the West, and in the last centuries also as the struggle against modernity. Russia's Eurasian future should be built in a form that corresponds to the specificity of Russia's structure and in accordance with its values and basic beliefs. The Eurasianists proposed to take and affirm these qualities as its norms. They said "no" to progress. They saw social development as a cycle, not in terms of capitalist notions of development. They called for an organic, agricultural economy, not materialism, and for ideocracy (the power of ideas). They also said "no" to democracy, favoring popular monarchy. They rejected the notion of purely individualistic, superficial liberty, and advocated for social responsibility and spiritual, inner freedom. (DUGIN, 2014b, p.8)

Nessa passagem compreendemos a posição contrária da *Kultur* russa aos "valores" ocidentais. O que Dugin descreve como características anti-imperialista – contra as ingerências externas –, anti-modernista – contra a globalização – e a valorização das multiplicidades das civilizações (*Kultur*), precisam ser pontuadas para além de um discurso ideológico, mas como tal processo apresenta rebatimentos concretos de oposição às condições materiais de reprodução social hegemônica. Em outras palavras em que medida é possível consolidar a Teoria Neo-eurasiana como uma nova Teoria Política? Em que esta teoria se diferencia do liberalismo, do comunismo e do fascismo para se colocar como quarta via?

Outra questão a dar destaque para além da dugniana apologia ao tradicionalismo se refere à posição de um sistema de governo, com regime político militar, mas que não se configura como "democrático" ("monarquia popular"). Este último ponto é uma incógnita nas proposições do autor considerando que o sistema eleitoral na Rússia tem se colcoado em um continuun. De forma mais objetiva, Wladimir Putin assumiu o seu terceiro mandado em 2012, já com uma aleração de 4 para seis anos, e foi reeleito para seu quarto mandato em 2018, que se encerra em 2024, tendo em sua trajetória presidencial, por força constitucional, apenas o período de 2008-2012, sob a Presidência de Dmitry Medvedev, seu fiel aliado e atual primeiro ministro. Esse jogo de poder estabelecido por Putin, sob amparo constitucional, de certa forma destoa com as proposições de Dugin acerca de uma "monarquia popular".

Além das pontuações intrínsecas à cultura eslavófila, temos a indicação na Quarta Teoria a centralidade territorial euroasiática, como apontamos anteriormente, o "*Raumsinn*", o

significado espacial de sua teoria, em que Dugin resgata o conceito geopolítico clássico de Mackinder, a teoria do *heartland*, que se vincula totalmente a eurásia.

A geopolítica clássica advém do fato de o território da Rússia contemporânea, anterior à URSS, e ainda antes desta o império russo [Rossiiskii], construir a Heartland; ou seja, o centro terrestre (telurocrático) de todo o continente eurasiático. Mackinder apoda esta zona de “pivô geográfico da História”, do qual historicamente emanaram a maior parte dos impulsos telurocráticos (desde os ancestrais nômades das estepes – citas, sármatas, etc. – até ao cerne da colonização imperial russa [Rossiiskii] dos séculos XVI a XIX e à expansão comunista do período soviético). O conceito de “Heartland”, “Terra Média”, é um conceito geopolítico típico. Não significa a pertença à Rússia no sentido de pertença a um governo e não possui um significado exclusivamente geográfico. Aqui lidemos com um “significado espacial” (“Raumsinn” de acordo com F. Ratzel), o qual se pode transformar no legado da sociedade radicada nesse território, e neste caso será compreendido como tal e integrado no sistema social e, numa última análise, irá expressar-se por si mesma na história política. (DUGIN, 2014a, p.12-13).

Nas palavras de Dugin (2014a) podemos acrescentar mais duas características a *Kultur* russa, a característica física geográfica que atribuiu os valores telurocráticos (características físicas do território com foco nas extensões contínuas sem influência dos mares, culminando como singular potencialidade geopolítica) à sociedade russa e sua espacialização. A definição de *Raumsinn* (*sentido de espaço*), ou seja, o espaço físico que a produção da cultura (*Kultur*) compreende como seu território, ratificando sua aproximação ao pensamento geográfico alemão.

Em Qbit (2009) assevera que os povos telúricos são assim identificados dada a vinculação territorial, que interpretamos como uma relação de dominância da *Kultur* na configuração do território.

Son imperios continentales en los que su fuerza depende del control del territorio. Surgen de países que por su naturaleza geográfica tienen necesariamente vocación terrestre. Es decir, países con mucho territorio continental. (QBIT, 2009, s.p.)

Essas questões em muito se aproximam das concepções de Ratzel (2011, p.98) quando afirma que a: “... sociedade é o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo. Segue-se que

as relações da sociedade com o solo afetam a natureza do Estado em qualquer fase de seu desenvolvimento que se considere.” Ou seja, o Neo-Eurasianismo, como Teoria Política, tem por base a consolidação identitária de uma *Kultur* russa, que proclama os “valores telúricos” da *Heartland*.

Desta maneira, se as bases ideológicas do Neo-Eurasianismo são as definições da *Kultur* russa, a consolidação territorial de *Heartland* o projeto teórico é a própria identificação e descrição dessa *Kultur*, que se revela em espacialização, em localização e, portanto, como uma geoideologia.

Considerando as questões apontadas por Dugin acerca de um resgate das tradições e das essencialidades do povo russo, sua alteridade, as características da *Kultur* russa passam a ser exaltadas e se materializam em uma representação de Estado e território. Churro (2013), sobre a constatação das características sociais do povo russo, afirma que de

(...) uma maneira geral, o Eurasianismo alimenta-se de uma eslavofilia. O russo, eslavo de alma, ortodoxo de crença, não deve sucumbir aos caprichos e ganâncias do homem europeu católico-protestante. Não lhe deve ser subserviente mesmo que isso cause impacto na economia do seu país. Os eslavos foram um povo que surgiu há muitos séculos atrás e que sofreu influências da antiga Pérsia, do Norte da Europa e de outros cantos da Eurásia, mas nunca da Europa Ocidental. O povo eslavo do qual derivam os russos deveria orgulhar-se das suas raízes e da sua exclusividade. E por ser tão especial e único, estava-lhe reservada uma missão divina e ao mesmo tempo político-nacional: a da evangelização da Ásia, como forma de uma vez por todas renunciar as atrações e consequentes dependências que eram exercidas pelo Ocidente. Os russos não se sentem nem europeus nem asiáticos, mas sim simplesmente “Russos”. Existe uma clara percepção no povo russo que a sua pátria é única e pioneira, não tendo igual no mundo inteiro. Outros ainda advogavam que o segredo da grandeza da Rússia enquanto Potência Mundial estava no facto dela ser tanto europeia como asiática, afirmando a capacidade congregante da nação russa como única esperança do mundo. (CHURRO, 2013, p. 69).

Segundo Churro (2013), a *Kultur* russa não tem origem no ocidente, nem no oriente, como compreendemos atualmente, mas de rincões da Eurásia. Sua matriz espiritual é o ortodoxismo cristão, oposicionista à ganância dos católicos e dos protestantes do ocidente. A

natureza do sentimento de pertencimento a essa nação exclusiva, se materializa, também, no patriotismo:

Por outro lado, o homem russo é por natureza extremamente patriótico e o seu sentimento de amor e dedicação à Pátria só encontra comparação com os ideais de Liberdade e Democracia defendidos pelos norte-americanos (também eles muito patriotas). As suas diferenças de opiniões, origens e outras posições são imediatamente postas de lado, quando surge um perigo (externo) que ameaça a Pátria-Mãe. Todo este etnocentrismo da alma russa é herança do cristianismo ortodoxo de Bizâncio: a Rússia enquanto Terceira Roma, seria a protetora e única representante divina da verdadeira fé cristã, não sucumbindo às heresias ocidentais (católicas) nem aos infiéis orientais (muçulmanos). (CHURRO, 2013, p.74-75).

A religiosidade e o patriotismo ganham um espaço de destaque na compreensão da *Kultur* russa, seu patriotismo denota a defesa do território como um bastião de seu cristianismo ortodoxo. Recriando uma correlação do território como base material de sua fé, ao que se denominará como Terceira Roma, Rússia como herdeira do Império Romano e do Império Bizantino. Destaca-se que o discurso do nacional, como apontara Robert de Moares (1996) se constitui base das ideologias geográficas. Segundo Souza (2016) o nacional, como parâmetro conceitual, ganha o corpo de Estado e o território sua base material-espacial. Nessa interpretação o território não é um constructo, está dado a priori no conceito de Estado-Nacional (p.65-66) e, evidentemente, a força e a expressão histórica desse Estado para Dugin é o Estado Nacional russo.

Segundo Souza (2016)

Lenin, ao situar a interpretação do imperialismo sobre a dimensão espacial do Estado-Nacional, reconheceu que essa, ou qualquer outra dimensão espacial, ou mesmo extraeconômica, têm pouca importância a não ser quando se revertem em necessárias à lógica de acumulação. (p.68).

Afirma ainda o autor, ao analisar as reflexões de Rosa Luxemburgo, que tanto em uma perspectiva do socialismo, tanto quanto capitalistas o Estado-Nacional se configura em um projeto de dominação ideológica.

Para Luxemburgo, a questão do nacional iniciou-se exatamente pelo entendimento de que a experiência russa não poderia manter-se em si mesma. Tratava-se, afirmava a economista polonesa, de um episódio, de um fenômeno da história mundial, na trajetória do processo revolucionário dos proletários e camponeses frente ao capitalismo (LUXEMBURGO, 1988). Muito além de uma análise pontual sobre a organização do Estado socialista, para ela, a questão nacional se vinculava ao processo revolucionário, na medida em que se concentrava nesse discurso os entraves à revolução socialista, ao internacionalismo proletário e ao combate à essencialidade do imperialismo, que para a autora, era entendido como um método histórico de preservação do capitalismo.

“Hoje, tornou-se atual também na Rússia, já que o desenvolvimento dos acontecimentos revolucionários coloca todas as classes e todos os partidos políticos diante da necessidade de solucionar a questão nacional do ponto de vista da política prática e de seus objetivos diretos. (...) A respeito da questão nacional como de qualquer outra, a posição do partido operário deve diferenciar-se claramente, por seu próprio método e pela concepção básica do problema, das posições adotadas pelos partidos burgueses, inclusive os mais radicais, e também das posições dos partidos pseudo-socialistas da pequena burguesia”

(...) A social-democracia, que baseia toda sua política no método científico do materialismo histórico e na luta de classes, não pode fazer uma exceção da questão nacional. Significa dizer que o pensamento crítico não pode ancorar suas análises acerca do desenvolvimento do capitalismo e de suas estratégias de reprodução e acumulação na esfera do Estado-Nacional, ou, aqui, particularmente, no antiamericanismo. O que resulta em importância na lógica de acumulação, não é efetivamente a mediação do Estado estadunidense sobre as estratégias de controle territorial na zona do petróleo e nas outras esferas de apropriação dos recursos naturais (SOUZA, 2016, p. 69-71).

No mesmo sentido que o nacional como *corpus* teórico da teoria dugniana a cultura estabelece um fundamento comum nos discursos político-religiosos. Trata-se de um processo de instrumentalização de elementos identitários russos, que se revelam, portanto em um destino manifesto de guardião da ortodoxia, dos valores da família, do trabalho, que em verdade se cristalizam na imagem do Estado e do poder que se exerce na figura de Vladimir Putin.

Outra grande formulação da relação sociedade e território de Ratzel (2011), é o que Churro (2013) afirma acerca das características muito únicas, implicando em condições intrínsecas a uma potência mundial:

Por outro lado, o próprio povo russo desde sempre foi farto em características muito únicas que favoreceram o poder do Estado, sendo determinantes para a afirmação mundial da Rússia. A População (quanto mais população, maior era o poder militar e econômico do Estado), o Patriotismo (amor, entrega e sacrifício pela Pátria-Mãe sem paralelo na história mundial) e o Fatalismo (imunidade russa ao sofrimento e dificuldades constantes, sendo algo complicado de transpor pelos inimigos) são alguns dos traços mais genuínos do povo da Rússia e sem os quais esta nunca se poderia ter destacado na cena internacional. (CHURRO, 2013, p.171).

Dídimo Matos (2012) também classifica, por meio dos valores russos, os princípios do Neo-Eurasianismo:

- Diferencialismo: pluralismo de sistema de valores contra a dominação obrigatória de uma ideologia;
- Tradição: contra a supressão de culturas, dogmas e descobertas das sociedades tradicionais;
- Os direitos das nações: contra os “bilhões de ouro” e a hegemonia neocolonial do “norte rico”;
- As etnias: como valores e sujeitos da história contra a despersonalização das nações, aprisionadas em construções sociais artificiais;
- Justiça social e solidariedade humana: contra a exploração e humilhação do homem pelo homem.

Os valores particulares russos e o projeto Neo-Eurasianista, apresentam uma aparente contradição, uma vez que a supervalorização do povo russo e a defesa da multipolaridade, a partir do pluralismo no sistema de valores, se configura em uma ação política, que tem o objetivo de unificar o embate à globalização que homogeneiza as sociedades que domina.

Essa aparente incongruência não descaracteriza o Neo-Eurasianismo, mas sim aponta uma orientação política estratégica russa. Nas palavras de Matos:

O eurasianismo pretende em primeiro lugar, ser uma alternativa à globalização. Dugin entende o modelo de globalização atual como a representação do expansionismo dos EUA e de seus aliados da OTAN, ou seja, como a representação de um mundo unipolar que tem nos

estadunidenses o seu modelo econômico e filosófico e que querem impor ao mundo seus valores liberais, individualistas e democráticos. Como alternativa ao modelo de globalização atual, fornece um novo modelo de globalização, baseado na conjugação de ideias de Mackinder e de Haushofer. Retira de Mackinder a ideia de luta entre a terra e o mar e a de quem domina o coração da Eurásia domina o mundo. Defende, como Bzerzinski, que a Rússia é o coração da Eurásia e representa o centro das forças terrestres (eurasianistas) em luta contra as forças marítimas (atlantistas) guiadas pelos EUA. De Haushofer ele se inspira na ideia de pan regiões e as redesenha para defender, contra o mundo unipolar da globalização atual, um novo modelo de globalização multipolar com quatro Zonas Meridionais: a zona Anglo-Americana, a zona Euro-Africana, a zona Rússia- Ásia Central e a zona do Pacífico. A zona Anglo-Americana (Atlantista) seria contrabalançada pelas outras três zonas. (MATOS, 2012, p. 74-75).

A *Kultur* russa como base ideológica e cultural do Neo-Eurasianismo, apresenta sua origem na condição telúrica do território eurasiático. Como referido por Dugin (2014a), Matos (2012) e o próprio Mackinder, a telurocracia é oposição à talassocracia, denotando que, mesmo com o apanágio de moderno, não se desvincilha de uma estratégia geopolítica clássica, seja no âmbito cultura, seja no âmbito da perspectiva do poder de Estado, seja no caráter ideológico, amalgamado ao território.

O que está posto é a *raison d'Etat*, o Estado russo e o Neo-Eurasianismo, pois a proposta de *raison d'Etat* do Neo-Eurasianismo é a defesa da organicidade da *Kultur* russa.

In this way, the Eurasianist principles of government organically combine traditional and religious rights, and national and local traditions take into account all the riches of the sociopolitical regimes which formed in the course of the region's history. This system therefore offers a solid guarantee stability, security and territorial integrity. (DUGIN, 2014b, p.49)

Contudo, a retomada da defesa das características sociais endógenas da *Kultur* contraria a ordem pós-Guerra Fria aplicada pelos Estados Unidos. Vesentini (2009) apresenta esse período como um paradigma contrário à centralidade dos Estados.

Essa interpretação geopolítica é rica e inovadora na medida em que aponta elementos novos (como a ideia de apolaridade para certas circunstâncias ou a de pós-modernidade) na nova ordem mundial. Mas ela é igualmente pobre e pouco criativa na medida em que basicamente reflete uma perplexidade, uma “descoberta” da falência de modelos

clássicos para explicar a realidade. Isso é pouco, especialmente neste campo em que as ideias normalmente implicam ações efetivas. Exatamente esse é o ponto fraco das leituras que veem o real como caos ou falta de sentido: elas não conseguem encontrar uma lógica por trás da aparente desordem e, sub-repticiamente, passam a ideia de que seria melhor uma “ordem unívoca”, uma busca de estabilidade e segurança por meio do empobrecimento dos conflitos, dos atores, do pluralismo enfim. (VESENTINI, 2009, p.79).

O que Vesentini quer dizer, por meio da quebra de paradigma da Geopolítica Clássica, é a própria suplantação do sistema econômico sobre o Estado. (DEFARGES, 2012). Requerendo uma nova forma de compreender a geopolítica que abranja mais atores, além do Estado (RAFFESTIN, 1993).

Tal perspectiva é por demais complexa e mediada por um profundo caráter ideológico do fim das fronteiras, da aldeia global. As análises denotam que o Estado continua a ter papel fundamental nas lógicas capitalistas e nas formas de sua territorialização. Não se desconsidera a importância da inflexão epistêmica de Raffestin (1993) de mover o debate teórico da Geografia Política de Estado para a Geografia Política do Poder. Evidentemente esse processo abre a possibilidade analítica de reconhecer o Estado como estrutura capitalista e como suas ações se reverberam para a realização da forma valor (MASCARO, 2013).

Esse é um dos elementos centrais para entender o idealismo de John Hobson (1902) e Joseph A. Schumpeter (1961), ainda que com matrizes interpretativas diferentes os autores associam o Imperialismo como desvio estrutural do capitalismo e de simples captura do Estado. Rudolph Hilferding (1985) corrige essa interpretação ao refletir sobre a lógica financeira do capitalismo, Lenin ao refletir sobre a estrutura de monopólio e Rosa Luxemburgo ao demonstrar que o Estado tem papel fundamental, sobretudo pelo militarismo, em consolidar o Imperialismo como um método de reprodução capitalista. Ao apontar a questão do poder e não unicamente as estruturas de Estado capitalistas em suas estratégias de reprodução do valor, rompe-se a tese de captura do Estado por capitalistas gananciosos e inescrupulosos (Hobson e Schumpeter), evidenciando como os agentes econômicos e Estado atuam na lógica de reprodução do valor e na acumulação.

Nesse aspecto Dugin se encontra na mesma armadilha teórica ao não apontar para a base material, associando liberalismo ao atlantismo, como forças meramente políticas, sem

refletir sobre as condições econômicas, identifica-as como padrões culturais de consumo, de comportamento e padronização social e política (democracia representativa), em uma retórica contrária à globalização e não às formas de reprodução social capitalistas.

Segundo Fiori (2001) o economista John Kenneth Galbraith declarou que “a globalização não é um conceito sério e que nós, os americanos, a inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países, e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital que sempre são causa de grandes problemas”(p.63).

Batista Júnior (1998) demonstra claramente como se altera na ampliação da financeirização econômica a lógica da ação do Estado, mas que não diminui seu protagonismo desregulador, sua atuação na flexibilização dos instrumentos sociais de controle. A institucionalização e o monopólio da violência pelas estruturas estatais apenas demonstram como se amplificam sua estratégia de controle e seu papel fundamental na realização da forma valor.

Fiori (2001) afirma que

[...] os Estados não apenas nasceram juntos com o capitalismo, como estabeleceram com ele, através dos séculos, uma relação tormentosa, mas indispensável e frutífera para os donos do dinheiro, tanto quanto para os donos do poder político – uma verdadeira compulsão conjunta à expansão e à territorialidade (p.67).

Esse período, pós-Guerra Fria, foi descrito por Fukuyama (1992) como o Fim da História, ou seja, a efetivação do Estado como indivíduo econômico e subjugado ao modelo do liberalismo capitalista, um discurso ideológico de que o Estado perde sua *raison d'Etat*, posto que o mercado liberal assume a identidade reguladora das sociedades (sic).

Kissinger diz sobre esse período e revela o Estado (estadunidense) como referência no jogo mundial.

O modo hábil como Bush levou a Guerra Fria à sua conclusão turvou a lembrança de todas as disputas internas ao longo das quais o esforço americano tinha sido sustentado e que iriam caracterizar os desafios da etapa seguinte. À medida que a Guerra Fria se distanciava, o consenso americano afirmava que o principal trabalho de conversão tinha sido realizado. Uma nova ordem mundial pacífica iria agora se desenvolver, contanto que as democracias tivessem o cuidado de oferecerem

assistência à onda final de transformações democráticas nos países ainda sob regimes autoritários. A derradeira visão wilsoniana iria ser concretizada. Instituições livres, políticas e econômicas, se espalhariam terminando por fazer submergir antagonismos superados em meio a uma harmonia mais ampla. (KISSINGER, 2015, p.316).

Esse mesmo paraíso global era apontado por Schumpeter (1985) definindo que as guerras teriam fim com a expansão geográfica do capitalismo. Para Kissinger os Estados Unidos, como superpotência mundial, estabeleceriam sua visão de mundo liberal, uma “globalização feliz”, quando em verdade há um forte emprego de poder bélico em nome desse projeto.

[...] Esse caos, muito evidente nos dias atuais, já estava latente desde o início dos anos de 1990. A queda do Muro de Berlim gerou crença no início de uma era totalmente nova, uma “globalização feliz” sob a égide protetora dos Estados Unidos, ilustrada pela Guerra do golfo em 1990. Embora essa intervenção ainda estivesse circunscrita às as balizas definidas pela ONU, a década de 1990 revelou a tentativa, por parte do poder norte-americano, de autoritariamente forjar novas regras. O laboratório disso foi a Guerra do Kosovo, com seus promotores tentando formalizar um direito de ingerência nos assuntos internos dos Estados. Essa visão, temporariamente tornada possível pelo apagamento da Rússia e pela reserva chinesa, teve seu apogeu com a intervenção na Líbia, em 2011, revelando perigosas contradições [...] De aparência estável, essa nova ordem carrega as grandes tempestades atuais. Celebrada pela mídia e pelos pensadores dominantes, o questionamento do poder estatal vestifaliano poupa as grandes potências, como os Estados Unidos e a França na África, mas também países como Israel, que violam abertamente a lei sem ser incomodados. A proclamação de uma “comunidade internacional” pouco esconde o fato de que a virtude é imposta a alguns, enquanto o cinismo da realpolitik continua sendo prerrogativa de outros. Aliás, pouca atenção se dá à natureza e à legitimidade daqueles que definem os valores em questão e seus contornos precisos: a maioria ocidental. Impulsionada pela necessária luta contra a impunidade, a proliferação de tribunais penais internacionais também coincide com as fronteiras difusas do intervencionismo de geometria variável da “comunidade internacional”: Iugoslávia, Serra Leoa, Ruanda, Camboja. Mas especialmente a adoção do estatuto de Tribunal Penal Internacional (TPI), em Roma, em 1998, que deve consagrar o triunfo dos valores comuns de justiça e reparação, com objetivos de curar as feridas de populações martirizadas. Daí a possibilidade, confiada a tais cortes, de julgar inclusive dirigentes em exercício, derrotando assim o princípio da imunidade diplomática. Mas, quando se faz isso, postula-se a visão de uma justiça apartada tanto das

realidades locais como das relações de forças internacionais. (ROBERT, 2017, s.p.).

A questão que se coloca é que se o projeto da quarta teoria política e suas determinações territoriais seriam efetivamente diferenciadoras das ações neoliberais e dos processos profundos de acumulação que se realizam (ARRIGUI, 2007; FIORI, 2001; HARVEY, 2014; WALLERSTEIN, 1984). O embate central apresentado entre globalismo e regionalismo pode apenas figurar como geoideologias, como confrontações de culturas, ou de culturas com projetos “civilizatórios” (HUNTINGTON, 1997), sem desnudar a efetiva condição de expropriação, acumulação e exploração que os grandes agentes (Estado e empresas) econômicos realizam sob a égide da mundialização financeira e do discurso nacional.

Há duas imagens do poderio do Ocidente em relação às outras civilizações. A primeira é a de um predomínio ocidental avassalador, triunfante, quase total. A desintegração da União Soviética afastou o único desafiante sério do Ocidente e, como consequência o mundo está sendo e será moldado pelos objetivos, prioridades e interesses das principais nações ocidentais, com talvez uma participação do Japão. Na condição da única superpotência que restou, os Estados Unidos, junto com a Grã-Bretanha e a França, tomam as decisões cruciais sobre as questões políticas e de segurança, os Estados Unidos junto com a Alemanha e o Japão tomam as decisões cruciais sobre questões econômicas. O Ocidente é a única civilização que tem interesses substanciais em todas as outras civilizações ou regiões e tem a capacidade de afetar a política, a econômica e a segurança de todas as outras civilizações ou regiões. As sociedades das outras civilizações geralmente precisam de ajuda ocidental para atingir os seus objetivos e proteger os seus interesses. (HUNTINGTON, 1997, p.97).

Os Estados Unidos, dentro dessa definição de Ocidente, comportam segundo sua proposição de destino manifesto, a mensagem da democracia e de civilização ao mundo (ELIAS, 1994), ou seja, como superior e sempre triunfante, propiciando a aplicação de seus interesses sobre todas as outras nações.

A priori constituímos o entendimento de que à Ordem Mundial, designada pelo Hegemon, os Estados Unidos da América, impõe-se uma oposição, uma outra via de Ordem por parte do projeto neo-eurasiano, que se constitui em verdade em uma busca de retomada do protagonismo russo no cenário internacional, em que a via ideológica interna é a demarcação

de uma identidade russa, a *Kultur*, e externamente as estratégias de reequilíbrio de forças, descrito como multipolaridade das nações (DUGIN, 2014a; 2014b).

Dugin descreve a visão multipolar:

A third such example can be found in the Eurasianist (aka multipolarity, Great Spaces, or Great Powers) project, proposing an alternative model of world order based on the paradigm of civilizations and Great Powers. It presupposes the creation of different transnational political, strategic, and economic entities united regionally by the community of common civilizational areas and shared values, in some cases religious and in others secular and/ or cultural. They should consist of states integrated on regionalist lines and represent the poles of the multipolar world. The European Union is one such example, the nascent Eurasian Union proposed by Russia's Vladimir Putin and Kazakhstan's President Nursultan Nazarbayev, another. An Islamic Union, a South-American/Bolivarian Union, a Chinese Union, an Indian Union, a Pan-Pacific Union are other possibilities. The North-American Great Space, covering today's NAFTA, would be regarded as just one among several other more or less equal poles, nothing more. (DUGIN, 2012, p.93-94).

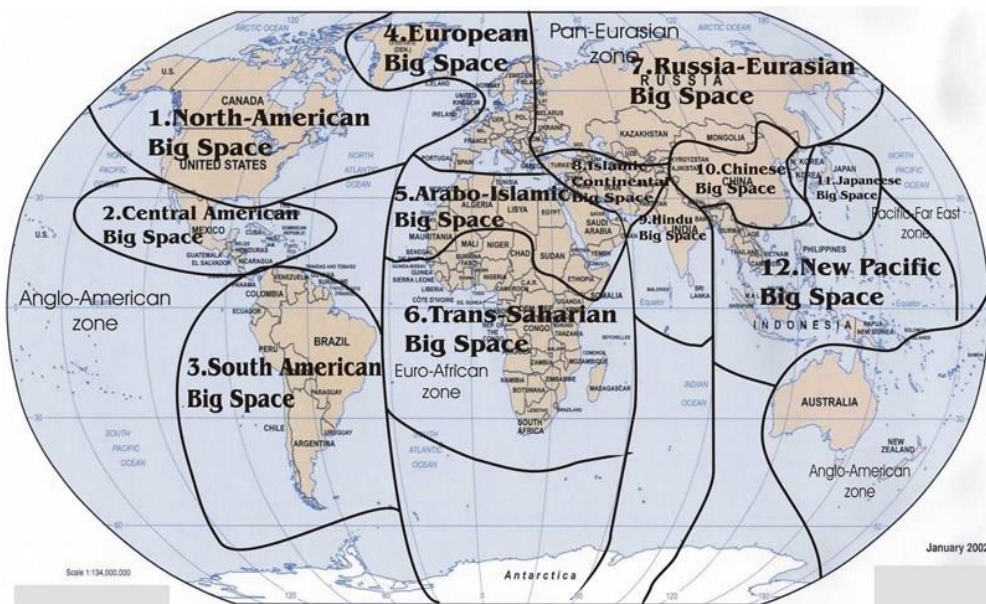
A visão de Dugin (2012), além de promover a suplantação da Ordem dos EUA, objetifica uma construção de grandes espaços pautados na *Kultur* de cada região. Indo ao encontro do que Huntington (1997) descreve como a construção russa de um bloco ortodoxo, entre outros blocos de poder.

De modo geral, a Rússia está criando sob sua liderança um bloco com um coração ortodoxo e uma zona tampão de Estados islâmicos relativamente fracos que ela irá, em graus diferentes, dominar, e nos quais ela tenderá excluir a influência de outras potências. Além disso, a Rússia espera que o mundo aceite e aprove esse sistema. Como disse Yeltsin em fevereiro de 1993, os governos estrangeiros e os organismos internacionais precisam “outorgar à Rússia poderes especiais como uma garantia da paz e da estabilidade nas regiões que eram parte da antiga URSS”. Enquanto a União Soviética era uma superpotência com interesses globais, a Rússia é uma potência importante com interesses regionais e civilizacionais. (HUNTINGTON, 1997, p.204).

Para além dessa pontuação de Huntington (1997), há a atuação da Rússia na esfera de desenvolver relações e estruturas multilaterais, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), Organização para Cooperação de Xangai (China, Rússia, Cazaquistão, Quirquistão, Tajiquistão e Uzbequistão) e União Econômica Eurasiática (Armênia,

Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Rússia), que compactuem com essa visão e se configurem como uma via para a economia e a segurança contra os interesses ocidentais e o estabelecimento de um novo jogo de poder mundial. Em certa medida as estratégias geopolíticas de Putin, se aproximam da leitura sobre o espaço mundial de Dugin e retomam as panideas de Haushofer (Figura 2)

Figura 2 - Grandes Espaços do Mundo Multipolar.



Fonte: <https://tendancecoatesy.wordpress.com>

Essa mesma direção, Vladimir Putin, como Presidente da Federação Russa, expressou, em uma entrevista a Oliver Stone. As críticas às ações impositivas ocidentais de seu modelo neoliberal por meio da retórica de democracia para os povos:

Na minha opinião, é errado impor sobre outros países e outros povos nossos próprios padrões e modelos. Em articular, eu me refiro à democracia. A democracia não pode ser imposta de fora. Ela só pode nascer no interior da sociedade. E a sociedade deve ser ajudada a seguir esse caminho. Porém, tentar impor a democracia pela força de fora é

absurdo, é contraproducente, é prejudicial. E quanto ao uso da força, incluindo forças terrestres, de vez em quando é necessário. Claro que é melhor se feito a convite do governo interessado ou de acordo com a lei internacional, e com base em uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas. (STONE, 2017, p.47).

Observa-se o alinhamento de Putin às teorias políticas neo-eurasianas de Dugin, opondo-se à atitude impositora de modelos, econômicos e sociais, às sociedades do mundo, realizada pelos Ocidentais e o estabelecimento de novo jogo no poder mundial.

Vladimir Putin para a Rússia e sua Geopolítica

Para compreendermos o projeto neo-eurasianista é fundamental pontuar a figura de Vladimir Putin, Presidente da Federação Russa, que apresenta uma imbricada relação com Aleksandr Dugin. O teórico do neo-eurasianismo tem ampla atividade como assessor político de Putin e, também ocupou importantes cargos dentro de seu governo. Para Segriolo (2010) as posições de Vladimir Putin, proclamadas ao ocidente, não o configuram como um extremista, o dirigente russo seria um ocidentalista moderado.

A qualificação de “moderado” é importante para distingui-lo dos ocidentais extremados, como são os membros de partidos políticos liberais no estilo ocidental como antigo SPS ou o Yabloko, ou mesmo de Yeltsin que, no espectro ocidentalismo/eslavofilismo, estava bem mais próximo do primeiro polo que seu sucessor. (SEGRIOLO, 2010, p.59).

De certa forma Putin, tem o privilégio de estar próximo ao poder no processo de desmembramento da URSS que ocorreu, efetivamente, em 25 de dezembro de 1991, por meio do Pacto de Belaveja, tendo a Rússia como principal herdeira do Estado soviético. Após este acontecimento, a Rússia, se encontrou em uma situação ímpar, na qual não mais era uma potência opositora, como figurou em uma Ordem Bipolar Mundial (Guerra Fria), e, também, não mais havia uma ideologia – socialismo - que lhe estruturasse.

Nas palavras de Teixeira:

Entender o pensamento geopolítico russo, após uma grande ruptura, tal qual ocorreu com a URSS, exige a adoção de uma perspectiva distinta, uma vez que a Rússia sempre foi um ator importante e diferenciado do sistema internacional, principalmente, por seu conhecido espaço de influência que sofreu um duro golpe, tanto geográfico quanto político [...] (TEIXEIRA, 2009, p.131).

O fim da União Soviética foi uma grande ruptura para a Rússia, pois tudo que a definia como um Estado forte e dentre os mais poderosos não mais se sustentava e, neste sentido, encontra-se um conjunto de novas relações políticas internas (a crise econômica e o afastamento dos Estados membros da Comunidade dos Estados Independente - CEI) e externas a guerra indireta com os Estados Unidos.

A estratégia indireta, que é um “modo” menor da guerra total, foi de todas as épocas (como, de resto, a estratégia direta). Seus aspectos modernos e sua grande voga decorrem de que, hoje, a grande guerra tornou-se racionalmente impraticável. Seu papel, por conseguinte, é na realidade, complementar ao da estratégia nuclear indireta: a estratégia indireta é o complemento e, de algum modo, o antídoto da estratégia nuclear. Quanto mais estratégia nuclear se desenvolver e, através de seus equilíbrios precários, chegar a reforçar a dissuasão global, mais a estratégia indireta será empregada. A paz será cada vez menos pacífica, e tomará a forma do que chamei em 1939 a “paz-guerra”, e que nós conhecemos, bem depois, sob o nome de guerra fria. (BEAUFRE, 1998 p.143).

Beaufre (1998) se remete ao conflito de guerra fria como “um modo menor de guerra total”, isso implica, como um todo, na alocação total dos recursos do Estado para o conflito, mesmo sendo nominalmente menor há desgastes estruturais severos, principalmente se mensurarmos 45 anos de conflito (1945 – 1991). Existiram políticas com o intuito de reestruturar internamente o sistema soviético, *Glasnost* e *Perestroika*. Mas como dito por Rodrigues:

Se de um lado a Glasnost foi rapidamente aceita e tornou-se irreversível, pois abriu uma torrente liberalizante sem controle na sociedade soviética, por outro, logo ficou claro que a Perestroika, ou seja, a reestruturação econômica, não produzia os resultados esperados em termos de dinamização econômica e redução das carências da vida cotidiana da população. Reconverter todo o imenso complexo industrial-militar, o que implicava mexer com poderosos interesses da burocracia, priorizar

e aumentar a produção no setor de bens de consumo corrente, gerar tecnologia para acompanhar o Ocidente e modernizar o equipamento produtivo: tudo podia ser fácil no discurso, mas demonstrou-se de difícil execução. (RODRIGUES, 2006, p.227).

A intencionalidade da política da *Glasnost* tinha era constituir abertura política e social, não mais mantendo uma estrutura repressiva entorno da fixação da sociedade na linha ideológica socialista soviética. A *Perestroika* era de viés econômico. Pois a antiga metodologia econômica baseada na planificação quinquenais chegou a um limite, a qualidade produtiva não se desenvolvia, não mais acompanhava as inovações dos produtos exteriores. O sistema de cotas produtivas se tornou dispendiosa e mais custosa, não havendo um revisionismo das cadeias produtivas (RODRIGUES, 2006; MEDEIROS, 2011). Sua intenção era remodelar o sistema econômico russo.

O modelo soviético não se sustentava a longo prazo, este foi o motivo de Gorbachev idealizar as políticas da *Glasnost* e *Perestroika*, como um meio de resolver os problemas originados por essa estrutura (INTRILIGATOR, 1996; RUTLAND, 2013). Contudo, essas políticas não foram suficientes em sanar os problemas internos da União Soviética e o resultado final foi sua dissolução. Com a experiência socialista findada, a Rússia apresentou três pensamentos políticos principais que disputavam a primazia do governo, dando um novo direcionamento ao Estado. A Internacionalista – Idealista, os Realistas e os Expansionistas Revolucionários. Essas teorias percorrem a construção do pensamento da Rússia, tornando a década de 1990 um campo de batalha político (REIS, 2015).

A corrente Internacionalista – Idealista, tem por bases os ideais liberais no sentido dos ocidentais, Marcu (2007) a descreve:

Idealistas consideram, em geral, que o mundo é amigável e favorável a Rússia, sem provocar graves ameaças para a segurança internacional, que somente a cooperação internacional era a única garantia possível para sua segurança nacional. Para os Idealistas, a Rússia estava em uma situação histórica sem precedentes, que permitia o início de uma cooperação com o Ocidente. (MARCUS, 2007, s.p).

Destro dessas afirmações, podemos dizer, também por meio dos autores Teixeira (2009) e Reis, (2015), que Boris Yeltsin, primeiro Presidente da Federação Russa identificava-

se com essa forma liberal ocidental, e acreditava que a liberalização econômica ao molde ocidental seria a forma de promover o desenvolvimento, enquadrando rapidamente a Rússia como potência novamente. Entretanto há um agravante, admitir a liderança dos Estados Unidos sobre o mundo (GASPAR, 1998), o que produziu desconforto e resistências internas, sobretudo para setores Realistas.

A linha Realista tinha por base o pensamento russo pré-soviético, o que Marcu (2007) reporta como:

Os realistas russos se dividem em: realistas agressivos e realistas defensivos. Ambos grupos aceitam que a segurança é o maior motivador dos Estados, contudo têm opiniões diferentes quanto aos métodos mais eficazes para a segurança nacional. Os agressivos afirmam que as ações ofensivas limitadas podem contribuir para a segurança, entretanto os realistas defensivos afirmam o contrário. As facções se apoiam nos postulados do eurasianismo clássico - corrente geopolítica russa da época czarista, que ganhou adeptos entre a população e os seguidores da elite política. (MARCUS, 2007, s.p.).

Portanto é constituído de uma visão política mais proativa da Rússia no cenário mundial, como uma força à contrabalancear com o poder dos Estados Unidos (SULTANOV, 1991), apresentando premissas, que somente, por intermédio de uma Rússia forte, restabelecida de suas fronteiras originais – retomada do conceito de *Heartland* –, se conduziria à sobrevivência e à prosperidade do Estado russo (GUMILEV, 1993).

Essa corrente política muito se assemelha com os ideais do Neo-Eurasianismo, pela própria retomada do pensamento eurasianista no sentido da defesa de um projeto próprio russo, advindo da época czarista. Se retornamos a Dugin confirmaremos isso:

A civilização russa possui algumas das mesmas características que a Europa e algumas das características da cultura asiática (acima do tipo turanense), representando uma síntese orgânica dos dois, e não pode, portanto, ser reduzida à mera soma de seus elementos ocidentais e orientais. Em vez disso, tem uma identidade original. (DUGIN, 2014b, p. 7-8).

A ideia de que a corrente Realista é um embrião do pensamento sistematizado neo-eurasianista torna-se concreta diante da proeminência da *Kultur*, caracterizando semelhança em

seus discursos, que não se dá por mero acaso, mas por um processo histórico de seu desenvolvimento (REIS, 2015).

Por fim, outra linha política de grande marco para a Rússia na década de 1990, foi demarcada pelos Expansionistas Revolucionários. Teixeira (2009) descreve sua visão:

Na visão expansionista, o sistema mundial permaneceria sendo bipolar, onde se confrontariam dois rivais geopolíticos: o Atlantismo e o Eurasianismo. Como consequência, promoviam o conceito de império em permanente ampliação, sendo que a Rússia deveria reorganizar o território eurasiático e conquistar espaços além da CEI, para obter a sua própria segurança. (TEIXEIRA, 2009, p.136)

Esta corrente tem por essência o restabelecimento do sistema bipolar da Ordem Mundial, contudo não mediante as ideologias capitalista e socialista como ocorrido na Guerra Fria, mas por meio da premissa de um conflito conceitual geopolítico clássico, o Atlantismo (Estados Unidos) e o Poder Terrestre do Eurasianismo (REIS, 2015). Pode-se dizer que é uma visão mais extremada da corrente Realista. Segundo Reis (2015):

A Escola Expansionista Revolucionária, também crítica ao governo Yeltsin, se situava na extrema direita do cenário político russo e acreditava que a expansão externa era o melhor caminho para garantir a segurança da Rússia. [...], essa escola, assim como a Realista, inspirava-se nas ideias de Mackinder, Mahan, defendendo a noção de potência continental. (REIS, 2015, p.75).

Apesar da presença dessas, três, correntes políticas, foi a linha Idealista com o então Presidente Yeltsin que dominou o cenário russo na década de 1990. Yeltsin encarregou-se de transformar a Rússia em um estado capitalista ocidental (SHPUY, 2013, p.35), contudo não obteve resultados positivos quanto à reestruturação do Estado russo.

Contudo, o Governo central da Federação Russa estava a falhar em todas as funções fundamentais da sua existência como Estado soberano: não controlava o território, não era reconhecido por parte da população e perdia a exclusividade da força armada. Resumindo, aproximava-se dos parâmetros correspondentes dos Estados falhados. A situação tornava-se insustentável e a opinião pública principiava a temer a separação final entre os territórios povoados majoritariamente por russos e os restantes. (SHPUY, 2013:36).

Segundo Shpuy (2013) Yeltsin não logrou em retomar um crescimento econômico e da qualidade de vida dos russos, o que provocou largo descrédito em seu modo de governar. O fato é que a situação na Rússia muda no ano de 1999, quando Vladimir Putin, membro do governo de São Petersburgo, foi convidado a assumir o cargo de Primeiro-Ministro e que, segundo o próprio Yeltsin (2002), ele era muito bem qualificado a exercer essa função.

Logo após essa escolha, Yeltsin, com a saúde comprometida se retira da política e aponta Putin para sua sucessão presidencial. Contudo, há uma grande diferença entre essas duas figuras, pois Putin tinha simpatias pela corrente Realista, ao qual Shpuy aponta os objetivos pretendidos por Putin:

Resumindo, o líder do Kremlin valoriza a retórica nacionalista, o monopólio do poder político como fator de estabilidade interna, o protecionismo econômico e a afirmação geopolítica da Rússia. Neste sentido, Putin propõe reforçar a cooperação econômica e a segurança com antigas repúblicas da esfera de influência soviética. (SHPUY, 2013, p.41).

Dugin suporta o apontamento de Shpuy em seu livro sobre Vladimir Putin reforçando que "*A missão de Putin é criar na Rússia um regime político estável, constituído do interesse nacional russo, do interesse do povo e as prioridades de sua geopolítica.*" (DUGIN, 2014c, p.68).

Desta maneira, pontuamos duas observações com a reação a conduta de Putin na Rússia, primeira como um ocidentalista moderado (Liberal) e como um estadista de afinidades Neo-Eurasianas. Como apontado anteriormente por Segrilo (2010), Putin como um ocidentalista, inscreve suas políticas econômicas com tendências liberais ocidentais. Por sua vez, Dugin, diante de sua perspectiva nacionalista, *a priori*, não apoiava o governo Putin, contudo foi chamado a ater participação mais ativa nas esferas do governo russo, durante os mandatos de Putin (MATOS, 2012).

Rutland (2011) acrescenta uma visão acerca do posicionamento de Putin a partir das três correntes políticas que dominaram a Rússia na década de 1990:

Putin's political philosophy was an eclectic mixture of elements from the three prevailing political philosophies. For liberals, he offered a commitment to the market economy and rule of law, and a surprising ability to forge close personal ties with Western leaders. For the

Communists, he offered nostalgia for the Soviet past – while recognizing that it was past, and could not be recovered. He brought back the Soviet national anthem (with new words), created new youth organizations that resembled the Young Pioneers and Komsomol, and reintroduced military training in schools. For the nationalists, he offered a vigorous assertion of Russian national interests – at first against the rebel Chechens, and then against perceived Russian enemies in Estonia, Georgia and Ukraine. He was more willing than Yeltsin to address his fellow - Russians using the ethnic term *Russkii* as opposed to the ethnically neutral term, *Rossiiskii*. (RUTLAND, 2011, s.p.).

Ou seja, Rutland nos põe a pensar que Putin promoveu uma política apaziguadora, na intenção de promover um ambiente político favorável e facilitar sua governabilidade. O que posteriormente Dugin (2014c) vai rever seu julgamento e relatar a flexibilidade política de Putin com relação a manobra do sistema político russo.

From the outset Putin embodied the politological formula: nationalism (patriotism) plus liberalism (economic reform). This formula became the staple of the Putin phenomenon. It matters more than his personality. One can argue that in this case it was his personality that was chosen to suit the formula and not the other way around. (DUGIN, 2014c, p.80-81).

Portanto, o liberalismo identificado na conduta de Putin é com relação as medidas econômicas, mas no direcionamento da estrutura administrativa política vai ser centralizador, como descrito por Desai (2005):

Putin's first term as president from 2000 to 2004 combined economic liberal- ization with constraints on democracy. For example, Putin's government success- fully steered measures through the Duma relating to the adoption of a tax code (a uniform personal tax rate at 13 percent and corporate tax rate lowering from 34 to 24 percent), a land transactions bill, a criminal code and joint stock company law. It also oversaw the conversion of the upper house of the parliament, composed originally of elected governors, into a rubber-stamping body of presidential appoin- tees; the politically motivated jailing of the oil tycoon Mikhail Khodorkovsky; the installation of Kremlin-vetted appointees in seven sectors of Russia with a view to making regional laws conform to federal norms; and media restrictions on the eve of the December 1999 Duma election. (DESAI, 2005, p.102).

Desai (2005) concorda com Dugin (2014c), relatando a centralização do governo em Putin e a liberalização no setor da economia. Contudo, as políticas para a economia se mostraram diferentes, após um período de crescimento em seus índices. A postura do governo foi em estatizar, novamente, as empresas dos setores energéticos, as que foram privatizadas no governo Yeltsin. Outra ação foi subjugar as oligarquias perante os interesses do Estado, com o risco de serem destituídos de suas empresas e presos. Pereira e Pedone (2013) relatam essa passagem:

Essas ideias contribuíram na implantação de uma “revisão” do rumo econômico que estava tomando o país. Houve uma reavaliação da relação Estado-mercado passando de um processo de “liberalização e privatização” para uma estratégia de “policimento e intervenção do Estado”. [...] Progressivamente o Estado foi ganhando espaço com a retomada do controle majoritário das empresas estatais como a Gazprom, que em junho de 2000 tinha 62% de suas ações em mãos de grupos privados. Outras empresas privatizadas no governo Yeltsin começaram a ser investigadas por evasão fiscal, gestão mafiosa, descumprimento de leis fiscais e ambientais, e até tráfico de influência por uso do poder econômico e controle da mídia para atacar o governo. Com essa reação do governo, muitos oligarcas foram presos pela “mão autocrata” de Putin, outros fugiram do país levando milhões de dólares em ativos das empresas, e outros abriram mão de suas empresas em troca de benefícios políticos. O mais famoso (e muito reportado e repudiado na mídia ocidental) foi o caso Yukos, que após uma investigação relatando diversos descumprimentos jurídicos e até assassinatos políticos (o caso Petrukhov) culminou com a prisão de vários funcionários da empresa, incluindo seu proprietário, Mikhail Khodorkovsky, o congelamento de ativos da empresa e sua subsequente aquisição pela estatal Rosneft em 2005. A Yukos foi declarada falida em agosto de 2006. Outras empresas privatizadas, como a Lukoil, bem administrada e com notável projeção internacional (refinarias na Europa e distribuidoras nos EUA), foram incentivadas pelo Estado através de investimentos e promoção de suas atividades no exterior, pois para o governo, essa empresa já conseguiu seu posto de “campeã nacional”. (PEREIRA; PEDONE, 2013, p.7-8).

Essa primeira atitude de Putin em um sentido liberal nos faz relacionar com a política econômica de Lenin, “um passo para tras, para dar dois para frente”. Pois, a atitude subsequente de colocar as empresas, dos principais setores russos, sob o interesse estratégico do Estado assemelha-se com princípios nacionalista do neo-eurasianismo:

•

- Strategic control of the branches that form the basis of the economy by the center in tandem with maximal freedom of economic activity at the level of medium- and small-scale businesses;
- The organic combination of the forms of economic management (the market structure) with the social, national and cultural traditions of the regions through the lack of a uniform economic standard in medium and large enterprises. (DUGIN, 2014b, p.50).

Estes apontamentos de Dugin abrem questões acerca do projeto econômico da Teoria Neo-Eurasiana, nas quais identificamos premissas liberais (econômicamente) e conservadoras (costumes), uma estrutura de mercado, em pequena e médias escalas, e que em tese os grandes recursos de interesse social ficariam sob regulação direta do Estado.

Podemos destacar que a ambiguidade na postura de Putin (DUGIN, 2014a) é originária da própria estrutura política do país, pois no quadro administrativo político há uma distribuição ideológica heterogênea dentro do governo. Essa flexibilidade, acompanhada de forte postura política condiz com a observação de Rutland (2011) quando descreve o líder russo como eclético. De modo geral, o discurso de uma particularidade política e econômica russa que objetiva dar sustentação ao neo-eurasiano, se realiza em constante presença de Dugin no governo e como influenciador em esferas políticas e militares.

Aleksandr Dugin pode ser caracterizado como geopolítico, filósofo, cientista político e sociólogo. Ele é também considerado um importante jornalista e analista político. É preciso enfatizar sua grande influência no pensamento geopolítico russo pós-soviético. Seu pensamento que a geopolítica é não somente uma ciência, mas possui muito de ideologia tem tido muita influência na política russa, e seus livros são utilizados pelas escolas geopolíticas militares e civis da Rússia. (MATOS, 2012, p.72-73).

Identificamos, também, por meio de uma entrevista dada por Putin, ao cineasta Oliver Stone, suas tendências ao neo-eurasianismo.:

[...] “A Rússia foi construída ao longo de mil anos. Ela possui uma tradição própria. Temos nossas noções do que é justo e injusto. Temos nosso próprio entendimento de como um governo eficiente deve funcionar. Quando digo que a Rússia do futuro deve ser muito móvel, que deve responder rapidamente aos desafios do tempo, que deve se adaptar de maneira eficiente, isso significa que devemos utilizar tudo que

temos como fundamento, mas ainda devemos olhar para o futuro.” [...] (STONE, 2017, p.281).

Putin apresenta uma conduta que ratifica o projeto neo-eurasiano, entretanto sua aplicação é de forma flexível frente ao ambiente político. No caso russo, há duas direções em que o poder (geopolítico) toma: a primeira, em direção à própria *Heartland*, e outra para o Mundo como um espaço comum. A consolidação política do território da Eurásia e a proposta de Ordem Multipolar.

Para a Rússia, em linhas gerais, a consolidação da *Heartland* é entendida como a retomada da área de influência que anteriormente era constituído o território soviético, pois com o desmembramento da União Soviética, os Estados Unidos e aliados europeus se empenharam em promover a exclusão da Rússia em sua antiga área de influência, principalmente as repúblicas que à compunham, essa política tinha como premissa trazer a região à esfera de influência estadunidense, privando a Rússia do espaço eurasiático.

Um caso de destaque se dá nos Estados bálticos (Letônia, Lituânia e Estônia) que se inseriram na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e investiram na promoção da interação econômica com a União Europeia. Outro foi à conturbada relação da Rússia com a Ucrânia, inicialmente apresentando relativo alinhamento político e econômico até 2014, quando ocorreu a Revolução Laranja²² e Kiev tomou claras tendências europeias neoliberais, distanciando-se politicamente de Moscou.

Desse distanciamento desenvolveu-se uma distensão política interna na Ucrânia, resultando no processo de cisão e anexação da República Autônoma da Crimeia pela Rússia. Putin resume os acontecimentos ucranianos em uma entrevista com Stone:

Tudo pode ser desvirtuado ou distorcido, milhões de indivíduos podem ser enganados se você monopoliza a mídia. Porém, no fim, acredito que ficou claro o que aconteceu para um espectador objetivo e imparcial. Ocorrerá um golpe de Estado. Tudo bem, se esse golpe tivesse promovido algumas mudanças positivas; mas, ao contrário, a situação se

²² Por meio da legação de fraudes nas eleições presidenciais por Viktor Yanukovich (Candidato Pró-Rússia) ganhador da eleição. A população protestou de forma ferrenha por novas eleições. Após confrontos entre civis e forças de segurança que perdurou meses novas eleições foram marcadas e então candidato Viktor Yushchenko (candidato Pró-Europa) ganhou a disputa.

deteriorou ainda mais. A Ucrânia perdeu território, não devido às ações russas, mas à escolha feita por aqueles que vivem na Crimeia. Essas pessoas não queriam viver sob a bandeira dos nacionalistas. Uma guerra civil irrompeu na região Sudeste da ucrânia, em Donbass.” (STONE, 2017, p.262-263).

O alinhamento ucraniano de certa forma se apresentou como uma manobra geopolítica para impactar os setores de defesa russos, uma vez que grande parte das peças e equipamentos militares, das forças armadas russas, adinham da Ucrânia. Destaca-se que as investidas de Putin em relação à Ucrânia e a ocupação da Crimeia foram encaradas com estrondoso silêncio pela Comunidade Econômica Europeia, particularmente a França e a Alemanha. Outro fator foi a retirada do controle da base militar de Sebastepol, o principal porto da armada russa no Mar Negro. Esta base é alugada à Rússia pela Ucrânia. Putin, em sua entrevista com Stone (2017), relata que o porto não é de grande impacto, pensamos que é um discurso dissuasório, mas com relação ao setor bélico há confirmação, quanto as dificuldades.

Perder a base em Sebastepol era uma ameaça, mas não muito sensível. Porque naquela ocasião... Neste momento, estamos contratando uma nova base militar. De fato, não muito longe daqui. Fica em Novorossiysk. O que estava causando certas dificuldades para nós era o rompimento dos vínculos entre as empresas do setor de defesa. Porque, no período soviético, os setores de defesa da Ucrânia e da Rússia eram um único sistema. Porém, concebemos todo um sistema para substituição de insumos, como chamamos. Neste momento, estamos superando todas essas dificuldades. Estamos criando novas empresas, do zero, e essas empresas produzem uma nova geração de equipamentos militares. E a indústria de defesa da Ucrânia que costumava dar apoio à Rússia, está agora simplesmente desaparecendo. Estou falando das indústrias de mísseis, aviões e motores. (STONE, 2017, p.264-265).

Nas regiões mais centrais, como o caso do Turcomenistão, Uzbequistão, Cazaquistão, Quirquistão e Tadjiquistão, estes mantiveram o alinhamento econômico e político com os russos, principalmente pelo vínculo da exploração dos hidrocarbonetos. O Uzbequistão destoa por ter apresentado uma base militar dos Estados Unidos em seu território, cuja finalidade era a retórica do conflito antiterrorista do Afeganistão, país vizinho (CORREIA, 2010b).

Havendo uma histórica relação econômica e política, entre a Rússia e os países da Eurásia, compreende-se a intencionalidade de as fortalecer, por outra perspectiva Lemonte (2013) observa essa relação da Rússia, com os países da Eurásia, como um de projeto imperial:

A restauração da Rússia como grande potência está diretamente ligada ao conceito de um grande espaço eurasiático comum, conceito tomado dos diferentes autores eurasiáticos e adaptado para casos empíricos de definição de política externa. Por trás do projeto de integração regional via União Eurasiática há presença também de muita retórica civilizacionista, comum entre os autores eurasiáticos, levada ao paroxismo, como vimos, com Gumilév, mas também presente em Dúgin e nos eurasiáticos clássicos. Autores ocidentais como Laruelle e Brzezinski, veem sob um aspecto negativo o projeto da União Eurasiática, como sendo uma nova roupagem para o projeto imperial russo no estrangeiro-próximo. (LEMONTE, 2013, p.9).

As palavras de Lemonte (2013) nos faz relacionar com a teoria do espaço vital de Ratzel (1990). Evidentemente não se trata de um projeto civilizacional, mas de resgate de uma *Kultur*, identitária, como síntese ideológica territorial (MORAES, 1996). A Rússia, com Putin, vem apresentando sua consolidação do espaço vital, *Heartland*, por meio de uma política multilateral de acordos, como: Acordo de Cooperação de Xangai, Organização do Tratado de Segurança Coletiva, CEI (Comunidade dos Estados Independentes), Comunidade Econômica Eurasiática. Todas, estes, apresentam foco na cooperação na esfera da segurança militar comum, antiterrorismo e união econômica, factualmente tornando o território da Eurásia sob o controle, indireto, dos russos, por meio de um discurso de cooperação, como referido por Meshcheryakov (2014).

A política externa russa na Ásia Central tem uma série de pontos fortes e inconvenientes. Entre as principais realizações da diplomacia russa, devemos notar que Moscou conseguiu construir um sistema bastante eficaz para a cooperação com a Ásia Central. Legalmente, quatro das cinco nações destaque (Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão) são aliados da Rússia, o Turquemenistão se apresenta como um parceiro estratégico. Além disso, nenhuma dessas repúblicas são membros de organizações internacionais que contrariam a influência russa (OTAN, etc.). (MESHCHERYAKOV, 2014, p.1749).

Este sistema de cooperação criado pela Rússia, nada mais é do que uma forma de, efetivamente, exercer seu controle sobre a região da Eurásia. Relaciona-se diretamente essa tática com as Leis do Crescimento Espacial dos Estados de Ratzel.

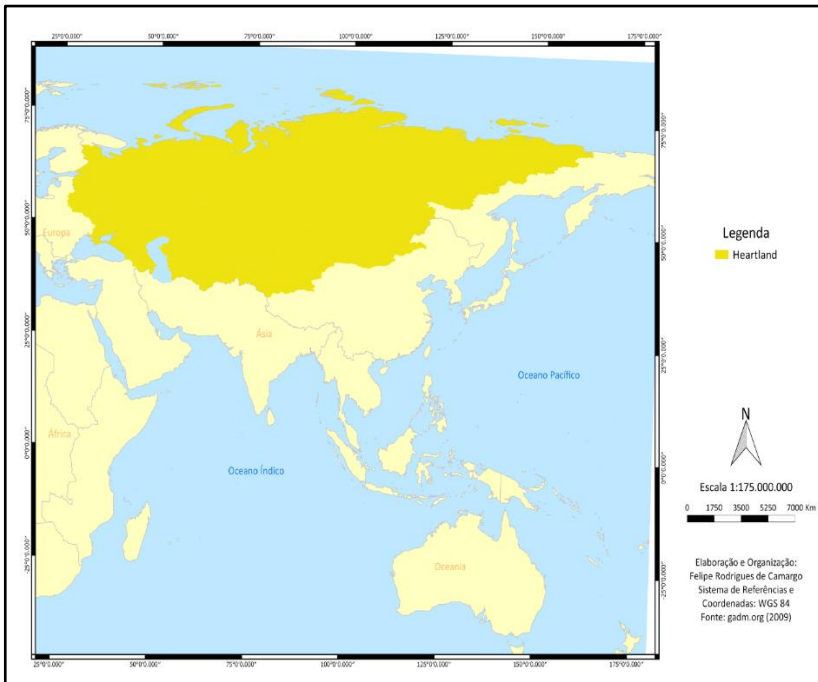
As dimensões do Estado crescem com sua cultura. A expansão dos horizontes geográficos, produto dos esforços físicos e intelectuais de inúmeras gerações, apresenta continuamente novas áreas para a expansão espacial das populações. Dominar politicamente essas áreas, amalgama-las e mantê-las unidas requer energia maior. Tal energia só pode se desenvolver lentamente pela e através da cultura. A cultura cria progressivamente as bases e os meios para coesão dos membros de uma população, e amplia continuamente o círculo daqueles que se reúnem pelo reconhecimento de sua homogeneidade. (RATZEL, 1990, p.177).

A base do Neo-Eurasianismo é a *Kultur* como civilização, como projeto ideológico-territorial identitário, ou seja, o apelo descrito por Ratzel (1990), em que a cultura é a base da progressiva coesão ao território controlado. Ratzel (1990) também apresenta a construção da relação do povo com a terra, algo já destacado por nós, anteriormente, por intermédio das palavras de Dugin (2014a). Descrevendo que a *Kultur* russa tem suas raízes na *Heartland*.

Da integração mecânica de área dos mais variados tamanhos, populações e níveis culturais, surge um crescimento orgânico, pela proximidade, comunicação em mescla de seus habitantes. [...] [...] De forma similar, esse processo de fusão de distritos regionais se beneficia da relação mais próxima do povo com sua terra. O crescimento do Estado na superfície da Terra pode se comparar ao crescimento em profundidade, que leva a um apego ao solo. É mais que uma metáfora dizer que um povo cria raízes. A nação é uma entidade orgânica que, no curso da história, torna-se cada vez mais apegada à terra onde ela vive. Exatamente como um indivíduo luta contra a terra virgem, até transforma-la em campos cultiváveis, uma nação também luta com sua terra, dela se apropriando cada vez mais, com sangue e suor, até que se torna impossível pensa-la separadamente. (RATZEL, 1990, p.183).

Grande parte da história do povo russo (1547 – 1991) teve sua presença fortemente firmada na região da *Heartland*. Podemos compreender dimensionalmente, por meio dos Mapas 2 e 3, a totalidade da *Heartland* e por quais países esse recorte territorial perpassa.

Mapa 1 – *Heartland*.

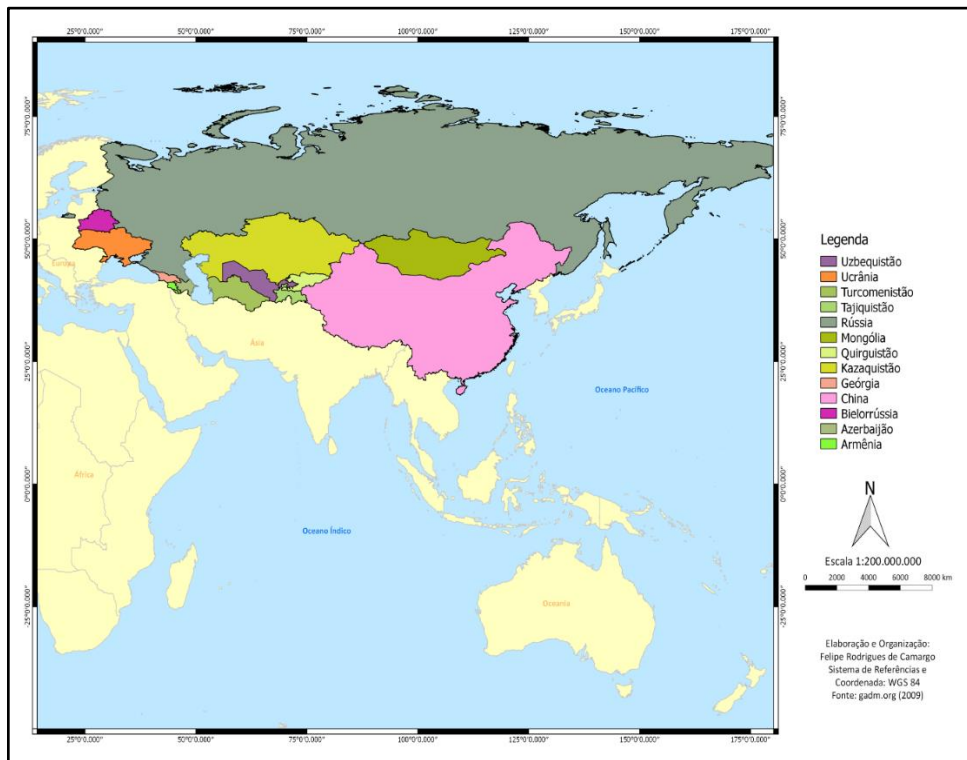


As entidades supranacionais, que a Rússia constituiu com os outros países da Eurásia, ganham uma perspectiva maior do que mero instrumento de consolidação da *Heartland*. Há uma dimensão geopolítica ligada com a própria organização da Ordem Política Mundial, a Multipolaridade. Putin prioriza a construção de diálogo por intermédio do multilateralismo, como: a Comunidade dos Estados Independentes, BRICS²³, Organização para Cooperação de Xangai, Comunidade Econômica Eurasiática, Organização do Tratado de Segurança Coletiva, Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, Organização das nações Unidas, Conselho de Segurança das Nações Unidas, Quarteto de Madrid, Diálogo a Seis, Conselho da Europa, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Conselho OTAN - Rússia).

²³ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

Esse projeto e estratégia russa da Multipolaridade, além de auxiliar a promoção da unidade da *Heartland*, facilita a construção de relações favoráveis e de alianças econômicas e militares. Segundo Mankoff (2012) uma opção estratégica também relatada por Dugin (2014b) como uma via oposicionista ao paradigma da globalização unipolar neoliberal.

Mapa 2 - Países que compõe a *Heartland*.



A realidade da visão de Dugin (2012), para a Multipolaridade, é a consolidação dos grandes espaços mundiais:

Um terceiro exemplo pode ser encontrado no projeto Eurasianista (também conhecido como da multipolaridade, Grandes Espaços ou Grandes Poderes), propondo um modelo alternativo a ordem mundial baseando-se no paradigma das civilizações e das Grandes Potências.

Pressupondo assim a criação de diferentes entidades políticas, estratégicas e econômicas transnacionais unidas regionalmente pela similaridade civilizacional e valores compartilhados, em alguns casos podendo ser religiosos, seculares e/ou culturais. Eles devem consistir em estados integrados em linhas regionalistas e representam os polos do mundo multipolar. A União Europeia é um desses exemplos, a incipiente união euroasiática proposta pelo Vladimir Putin da Rússia e pelo presidente do Cazaquistão Nursultan Nazarbayev, outro. Uma União Islâmica, uma União Sul-Americana/Bolivariana, uma União Chinesa, uma União da Índia, uma União Pan-Pacífico são outras possibilidades. O Grande espaço norte-americano, que cobre o NAFTA de hoje, considerando assim apenas um entre vários outros polos, mais um entre iguais, nada mais que isso. (DUGIN, 2012, p.94).

Esse modelo ressalta a valoração regional por meio da *Kultur*, englobar regiões (Grandes Espaços como os de Haushofer) ao estilo da União Europeia, emergiria União a Eurasiana, e da mesma forma se lançariam as principais nações desses espaços a alcunha de líderes e orientadores da macropolítica²⁴ mundial multipolar.

Contudo a ação de Putin demonstra uma realidade diferente dessa construção, pois estabelecer grandes espaços no globo não está dentro dos limites de poder dos russos, mas construir relações fortes com Estados parece ser a chave central do líder russo e, sobretudo, participar ativamente das entidades supranacionais, de caráter multilateral, o que se revelou extremamente viável.

A condução de Putin toma principal forma a oposição ao modelo neoliberal, por meio do estabelecendo de relações estratégicas bilaterais com o Irã, a Índia, a Venezuela, a Líbia e a Síria, também de forma multilateral como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), União Eurasiática, Pacto de Xangai e Cooperação Econômica Ásia-Pacífico. No caso do BRICS é mais uma coadunação de estratégias similares, do que união de similaridades, mas adentra pelo objetivo de um modelo alternativo a ordem mundial.

Podemos dizer que “A Rússia está trabalhando para construir um sistema Multipolar das relações internacionais que reflita a realidade multifacetada do mundo contemporâneo” (AFFAIRS, 2000, apud ZHEBIT, 2003, p.165). Essa pró atividade, russa, em construir uma

²⁴ Baseado na estratégia neo-eurasiana a macropolítica seria a administração de divergências internas dadas pela multiculturalidade e das relações entre outros Grandes Espaços.

nova visão sistêmica pode vir do que Churro (2013) diz ser a capacidade russa de se reerguer e retomar seu espaço de superpotência.

Desde a sua geografia, passando pelo rumo que a sua história seguiu, pela cultura nacional, pelas suas forças armadas, pela religião e até mesmo pelas orientações e características especiais do seu povo, quer se queira quer não, para o bem ou para o mal, a Rússia enquanto Estado Continental, foi, é e continuará a ser uma grande potência mundial, cujas potencialidades deixam adivinhar que, seguindo uma estratégia coerente, sólida e não excessivamente ambiciosa, pode mesmo aspirar a recuperar a posição de relevo que a URSS tinha no passado. Uma Rússia Superpotência não é um cenário mais que certo, mas não é de todo impossível. E apesar do grande declínio em que entrou após o fim da Guerra-Fria, a história já demonstrou no passado que outros gigantes continentais conseguiram reerguer-se e tornarem-se novamente protagonistas – caso da Alemanha ou do Japão após a I e a II Guerra Mundiais respectivamente. O futuro é rico em surpresas, mas uma coisa é certa: é escusado o Ocidente conceber uma ordem internacional sem a presença afincada da Rússia. É simplesmente impossível. (CHURRO, 2013, p.175).

Portanto, o projeto político aplicado por Putin, dentro das linhas gerais do neo-urasianismo é a retomada do território da *Heartland* e a promoção de relações entre estados dentro de uma ordem multipolar. Contudo o substrato político, desse projeto, tem se revelado de forma substancial na recuperação econômica russa e no seu protagonismo mundial.

Por fim, ainda em relação ao neo-urasianismo, como projeto político interno ao Estado, que como demonstramos se revela a partir dos governos Putin, se concretiza a recuperação econômica da Rússia e, simultaneamente, como projeto externo, a partir de suas ações e estratégias geopolíticas, recoloca o país como *player* no sistema mundo. Cabendo considerar que de forma ainda muito mais defensiva (Ucrânia, Criméia e Geórgia, por exemplo), com reduzidas ações globais (Síria e Venezuela). No âmbito de sua estrutura ideológica, a *Kultur*, como elemento embrionário identitário russo e como projeto de demarcação de alteridade para os outros países, que permite fomentar o projeto de multipolaridade, evidentemente pelo esforço diplomático e econômico de Putin, com as alianças bilaterais e multilaterais, tem logrado algum êxito.

No entanto, todos estes elementos não caracterizam a teoria neo-urasiana como uma terceira ou quarta teoria política. Parece-nos fundamental refletir aqui a diferenciação entre

Teoria Política e Ideologias Geográficas. Esta discussão, convém ressaltar, não visa separar Teoria Política de Ideologia, mas ter visibilidade sobre a amplitude e profundidade que uma Teoria Política exerce em seu nexos mais direto com as condições materiais de existência, com as determinações da reprodução social humana.

Esta distinção entre Teoria Política e Ideologia Geográfica não pretende ser perlocucionária, mas dar dimensão escalar de suas potencialidades e sobre a natureza material das mesmas, evidenciando que tal discussão caberia em outro tratado, mas nesse momento optamos por demarcar tal pensamento, para seu desenvolvimento ulterior. Assim, tomamos como referência de que Teoria Política, resgatando as clássicas reflexões de Rousseau, John Look, Marx, Engels, entre outros pensadores, estabelece um instrumento metodológico central de interpretação das condições de reprodução social humana e também por isso, como diria Gramsci (1992), uma relação orgânica com Ideologia. Ressaltando que Ideologia não se apresenta como uma falsa consciência, uma ilusão, mas como também Gramsci define, trata-se de uma teoria que se torna estímulo para uma ação concreta no mundo.

Ocorre que as Geoideologias também operam dessa forma, mas não operam como gênese de ações, tal como as Teorias Políticas, que expressam a condição de reprodução material dos homens, o econômico como formação social e não como estrutura (KOSIK, 1969), o que caberia dizer que temos duas teorias políticas econômicas, ou economias políticas com suas implicações histórico-materiais: o capitalismo e o socialismo real e teleológico, como projeto de organização societal de luta contra destruição capitalista, e que respondem como liberalismo e comunismo enquanto teorias econômicas e sociais.

No âmbito geopolítico estas teorias ganham formas concretas, espaciais e territoriais, que passam a ser franqueadas pelos lugares de onde emergem seus núcleos teóricos e práticos, o ocidentalismo, o atlantismo e que se tornaram hegemônicos e vencedores a partir do declínio ou da inflexão histórica do próprio socialismo, como forma de organização societal no mundo, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Neste sentido, pela base material da organização das relações sociais de produção (luta de classes) e de outros elementos constitutivos das lutas emancipatórias (gênero, raça, entre outros) que se constituíam em processos dominantes do capitalismo, os quais o socialismo real

não levou a cabo seu enfrentamento, nos encontramos historicamente presos a estas duas formações sociais.

As Geoideologias são constitutivos teóricos de Teorias Políticas, amalgamados aos territórios, consolidados por elementos culturais (modos de vida) e históricos identitários que se tornam em estímulos para ação de defesa e ou de expansão “material e imaterial” de suas espacialidades. Neste sentido, o ocidentalismo e seu projeto civilizacional, o fascismo e o nazismo com suas centralidades étnico-territoriais são expressões geoideológicas.

Tais teorias não são arcabouços de uma Teoria Política, mas produtos das mesmas, uma vez que seus pressupostos não alteram as condições materiais de reprodução social capitalista e seus instrumentos e métodos, em verdade respondem por formas de reprodução social do valor, em um processo de prestidigitação de interesses nacionais, regiliosos, étnicos e de visão social de mundo. Evidentemente que expressões da mesma ordem foram materializadas sob a bandeira do socialismo real, seja pelas “revoluções populares nacionais” e ou ocupações soviéticas (Hungria, Polônia, Iugoslávia, entre outros, seja no embate de classes, no que se refere aos *kolkhoses e sovkhoses* e ao extermínio de camponeses, seja no enfrentamento político com os *narodniks*.

Significa dizer que o neo-eurasianismo não se constitui uma quarta ou terceira teoria política. Em verdade não se revela como constructo teórico que possa se consolidar como uma “terceira via”, mesmo que se estabeleça como projeto hegemônico para a Eurásia, como aliança sino-russa, e ou como fomento às demarcações territoriais multipolares (Índia, Brasil (sic), África do Sul, Irã e ou Síria, a teoria neo-eurasiana é uma geoideologia, fazendo fileira aos constructos do atlantismo. Neste sentido, ao agregarmos alguns elementos conceituais analíticos às outras ideologias geográficas teríamos um quadro síntese:

Quadro 1 - Caracterização das Geoideologias.

	Ideologia	Sociedade	Economia	Política
Atlantismo/Ocidentalismo (Capitalismo/Liberalismo)	Igualdade Liberal	Propriedade privada e individualismo metodológico ²⁵	Livre-comércio, liberdade econômica e livre mercado	Democracia Burguesa, mercado acima do Estado
Socialismo Real (Comunismo/Estado)	Igualdade Social.	Sociedade igualitária e sem classes sociais	Economia planejada e meios de produção sob controle do Estado	Centralização total do Estado
Fascismo/Nazismo (Capitalismo/Liberalismo)	Supremacia étnica	Sociedade regulada, militarista e hierarquizada	Setores da econômica sob o controle do governo, mas preservando a propriedade privada	Governo centralizado e totalitário, ditatorial
Neo-Eurasianismo (Capitalismo/Liberalismo)	A <i>Kultur</i> como base política e social	Tradicionalismo cultural e Diferencialismo etnocultural ²⁶	Principais recursos sobre controle do Estado, liberdade econômica sob as diretrizes do Estado	Governo centralizado, Controle do mercado

O quadro 1, evidentemente como todas as classificações apresenta um certo reducionismo analítico, mas didaticamente ao menos define elementos essenciais do que consideramos como grandes matrizes geoideológicas contemporâneas e nesse caso, a partir de quatro conceitos analíticos: ideologia, sociedade, economia e política. Em resumo, na busca do sujeito histórico poderíamos definir que no Atlantismo é o indivíduo, no Socialismo real a classe em si, no Fascismo e Nazismo a raça (etnia) e no neo-eurasianismo o povo, que se

²⁵ O indivíduo como unidade básica, econômica, política e jurídica. Coletividade não deve ter direitos e deveres, somente se coincidir com os indivíduos do próprio coletivo.

²⁶ Defesa do pluralismo de sistemas e de valores contra a dominação obrigatória de uma ideologia.

expressa pela *Kultur*, mas que objetivamente não altera as condições de reprodução social humana.

Conclusões

As proposições teóricas de Dugin enquanto quarta teoria são em certa medida falaciosas, uma vez que a exceção de uma estratégia clara de Governo, sob o comando de Putin, de recuperação econômica, política e armamentística do Estado russo, o projeto neo-eurasiano em nada se distingue das condições materiais de reprodução social ocidental capitalista, nem mesmo pelo monopólio da violência exercido pelo Estado.

No campo ideológico se constitui como uma quarta teoria territorialista (ocidentalismo, socialismo, fascismo-nazismo e neo-eurasianismo). No capitalismo a expansão geográfica do capital de reflete sob uma lógica constante de sua reprodução (HARVEY, 2014; LENIN, 1990; ARRIGUI, 2007), no âmbito do socialismo como teoria e prática revolucionária tal estratégia territorial não se manifestou. A expansão territorial do socialismo real se estabeleceu como estratégia defensiva da URSS e que vincula ao poder de Estado e não a um processo de construção de sociedades libertárias socialista/comunistas.

Como teoria territorialista que suporta as ações geopolíticas de Putin, o neo-eurasianismo em nada se distingue do ocidentalismos. Assenta seus pressupostos nas teorias geopolíticas clássicas, tendo o Estado como centralidade de poder e de ação política e na consolidação de um amalgama (povo, território) pelo elemento cultural (*Kultur*). Nesse caso, busca os elementos do tradicionalismo, do conservadorismo e da religião como bases de seu constructo ideológico. O eurasianismo nesse aspecto está distante de se configurar como uma Teoria Política e pode se constituir, como vem operando na consolidação da unidade interna russa, na sua projeção mundial como *global player* e, por último, mas não menos importante, na formação de frentes de resistência ao poder estadunidense, como uma teoria territorialista, ainda que logre êxito multipolar, não ultrapassa a disputa territorial com os EUA, configura-se apenas como uma “nova” ideologia geográfica.

Referências

- ARRIGHI, G. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the twenty-first century*. London: Verso, 2007.
- BALANDIER, G. *Anthropologie politique*. Paris, PUF, 1967.
- BATISTA JR., P. N. Mitos da "globalização". *Estudos Avançados*. [online]. 1998, vol.12, n.32 [cited 2019-05-26], pp.125-186. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000100012&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 30 de mai. 2019
- BEAUFRE, A. *Introdução à estratégia*. Tradução por Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BENDA, J. *La trahison des clercs*. Paris, J. J. Pauvert, 1965.
- CASTRO, I. E. *Geografia Política: Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010
- CHURRO, J. M. B. M. *A geopolítica enquanto instrumento de afirmação mundial da Rússia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estratégia) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CORREIA, P. P. *Manual de geopolítica e geoestratégia Volume 1: Conceitos, teorias, doutrinas*. Coimbra: Almedina, 2010a.
- CORREIA, P. P. *Manual de geopolítica e geoestratégia Volume 2: Análise geoestratégica do mundo em conflito*. Coimbra: Almedina, 2010b.
- DEFARGES, P. M. *Introdução à geopolítica*. Tradução por José Pedro Teixeira Fernandes. Lisboa: Gradiva, 2012.
- DESAI, P. Russian retrospectives on reforms from Yeltsin to Putin. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 1, p. 87-106, 2005. Disponível em:
<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/0895330053147903> Acesso em: 30 de mai. 2019.
- DUGIN, A. *A Geopolítica da Rússia Contemporânea*. Tradução por Flávio Gonçalves e João Franco. Brasil: Versila, 2014a.
- DUGIN, A. *Eurasian mission: An introduction to Neo-Eurasianism*. Arktos, 2014b.
- DUGIN, A. *Putin vs Putin: Vladimir Putin Viewed from the Right*. Arktos, 2014c.
- DUGIN, A. *The Fourth Political Theory*. Arktos, 2012.
- DUMONT, M E. Géographie politique et géopolitique. In: *L'information géographique*, volume 19, nº4, 1955. pp. 151-159; Disponível em: <

https://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_1955_num_19_4_1513?pageid=t1_159/ > Acesso 30 de mai. 2019.

- ELÍAS, N. *O Processo Civilizador*: Volume I Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GASPAR, C. A Rússia e a segurança europeia. *Nação e Defesa*, 2ª Série; N° 84, p.61-75, 1998.
- Geography and the United States.” In B/Ordering
- GRAY, S. C. Nicholas John Spykman, the Balance of Power, and International Order, *Journal of Strategic Studies*, 38:6, 873-897, 2015.
- GUMILEV, Nikolay. *Los ritmos de Eurasia*. Moscú: Progres, 1993
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. New York. James Pott Co., 1902. Disponível em: <<https://oll.libertyfund.org/titles/hobson-imperialism-a-study>> Acesso 30 de mai. 2019.
- HUNTINGTON, S. P. *O Choque de Civilizações*: e a Recomposição da Ordem Mundial. Tradução por M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INTRILIGATOR, M. D. *Reform of the Russian economy*: the role of institutions. *International Journal of Social Economics*, v. 23, n. 10/11, p. 58-72, 1996.
- KISSINGER, H. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969.
- LEMONTE, M. V. Identidade Nacional e Política Externa: Impactos do Eurasianismo no Pensamento Geopolítico Russo. *Anais do IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa" San Tiago Dantas*. São Paulo:UNESP, 2013.
- LENIN, I. *O Imperialismo fase final do Capitalismo*. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history. *The geographical journal*, v. 23, n. 4, p. 421-444, 1904.
- MANKOFF, J. *Russian foreign policy*: the return of great powers politics. 2ed. Rowman & Littlefield Publishers Inc: Maryland, 2012. 345p.
- MARCU, S. La geopolítica de la Rusia postsoviética: desintegración, renacimiento de una potencia y nuevas corrientes de pensamiento geopolítico. *Scripta Nova*, v. 11, n. 253, 2007.
- MARX, K, ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boi Tempo, 2007.

- MATOS, D. G. A. O neo-eurasianismo e o redespertar russo. *Revista de Geopolítica*, v. 3, n. 2, p. 71-79, 2012. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/51/49> Acesso 30 de mai. 2019.
- MEDEIROS, C. A. A economia política da transição na Rússia. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org). *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. Brasília: Ipea, P. 13-37, 2011.
- MELLO, L. I. A. A geopolítica do poder terrestre revisitada. *Lua Nova*, São Paulo, n. 34, p. 55-69, Dec. 1994. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=f44pmLV6sTMC&oi=fnd&pg=PA55&dq=A+geopol%C3%ADtica+do+poder+terrestre+revisitada&ots=srz-j7FJzO&sig=B7tjgXTb0d6HHVSSyVM9-PwPo10#v=onepage&q=A%20geopol%C3%ADtica%20do%20poder%20terrestre%20revisitada&f=false>> Acesso 30 de mai. 2019.
- MESHCHERYAKOV, K. Ye. Russia's foreign policy in Central Asia: strengths, weaknesses and paths for improvement. *World Applied Sciences Journal*, v. 30, n. 12, p. 1749-1751, 2014. Disponível em: < <https://spbu.pure.elsevier.com/ru/publications/russias-foreign-policy-in-central-asia-strengths-weaknesses-and-p> > Acesso 30 de mai. 2019.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Natter, Wolfgang. 2005. “Friedrich Ratzel’s Spa-
- PEREIRA, T. L. B.; PEDONE, L. A importância dos recursos naturais na modernização econômica, militar e geopolítica da Federação Russa. *Revista de Geopolítica*, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2013. Disponível em: < <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/85/84> > Acesso em: 30 de mai. 2019.
- QBIT. *Geopolítica(1) :Talasocracias y telurocracias*. 2009. Disponível em: <<https://qbitacora.wordpress.com/2009/11/19/geopolitica-1-talasocracias-y-telurocracias/>> Acesso em: 30 de mai. 2019.
- RAFFESTIN, C; LOPRENO, D.; PASTEUR, Y. *Géopolitique et Histoire*. Paris: Payot. 1995.
- RAFFESTIN, C. *Por una geografía del poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. *Geografia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- RATZEL, F. O solo, a sociedade e o Estado. *Geosp - Revista do Departamento de Geografia*, v. 2, p. 93-101, 2011.

- REIS, T. N. *A geopolítica da Rússia: uma análise através da geopolítica clássica e do choque de civilizações*. 2015. f112. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Universitário de Brasília, 2015.
- ROBERT, A. C. Bombeiros Piromaniacos da Ordem Internacional. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, fev. 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/bombeiros-piromaniacos-da-ordem-internacional/>> Acesso em: 30 de mai. 2019.
- ROBERTO, W. M. O papel russo na crise síria e sua decorrência internacional. *Revista perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 5, p. 57-72, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/issue/download/2607/155#page=57>> Acesso em: 30 de mai. 2019.
- RODRIGUES, R. P. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. 2006. 295 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.
- RUTLAND, P. Neoliberalism and the Russian transition. *Review of International Political Economy*, v. 20, n. 2, p. 332-362, 2013.
- RUTLAND, P. Russian Political Thought In: BADIE, Bertrand; BERG-SCHLOSSER, Dirk; SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- SHPUY, O. *O sistema político russo*. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Universidade, Fernando Pessoa, Porto, 2013.
- SOUZA, J. G. *Geografia Política e Geopolítica: notas de um debate*. Rio Claro: UNESP-IGCE, 2011, Inédito, Impresso.
- SOUZA, J. G. Local-Global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L.P.. (Org.). *Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul*. 1ed.Curitiba-PR: Íthala, 2016, v. 1, p. 26-54.
- SOUZA, J. G. *O conceito de trabalho no livro didático de Geografia*. Presidente Prudente-SP:FCT/UNESP, 1991.
- STONE, O. *As entrevistas de Putin*. Tradução Carlos Szlak. Rio de Janeiro: Best Seller, 2017.
- SULTANOV, S. Cambiemos para sobrevivir. *Deni*, 1991. n. 6. p. 3-27
- TEIXEIRA, J. A. A. J. O pensamento geopolítico da Rússia no início do século XXI e a geopolítica clássica. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 122-146, 2009. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/397/297>> Acesso em: 30 de mai. 2019.

- VESENTINI, J. W. *Novas Geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- VESENTINI, J. W. *Imperialismo e Geopolítica Global*. Campinas: Papirus, 1987.
- W. Zierhofer, 171–186. Aldershot, UK: Ashgate.
- WALLERSTEIN, I. *The Politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press. 1984.
- YELTSIN, B. *Diários da Meia-Noite*. Brasília: Livros do Brasil, 2002
- ZHEBIT, A. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar?. *Revista brasileira de política internacional*, v. 46, n. 1, p. 153-181, 2003. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100008&script=sci_arttext> Acesso em: 30 de mai. 2019.

GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA: QUESTÕES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS

Eduardo Karol²⁷

A geógrafa Bertha Becker, há trinta e um anos, em importante artigo, afirmou que, “a nova geopolítica resultará da interação entre dois processos: a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais”. Três décadas se passaram e já é possível avaliar tal afirmação. É necessário dizer que aqueles processos estão condicionados pela produção de uma lógica de organização do espaço relacional (HARVEY, 2006). Espaço político entendido, “como um conjunto de relações entre indivíduos, grupos e instituições que configuram uma verdadeira interação política” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 91). Desse modo, não há discordância sobre a afirmação, pois é cada vez mais nítido que as redes sociais, capitaneadas por inovações tecnológicas e os diversos movimentos de contestação da ordem estatal/espacial multiplicam-se pelo mundo. Diante disso, é preciso ressignificar o papel do Estado na produção do espaço diante das inovações tecnológicas e dos movimentos de reivindicação por espaços mais justos e menos desiguais. O que foi dito para a geopolítica, também pode ser aplicado a Geografia na conexão entre espaço e política.

Em Geografia Política e Geopolítica, os autores já foram exaustivamente criticados por apresentarem as disciplinas somente com caráter unidimensional, onde atores envolvidos em relações conflituosas, são analisados a partir das relações estatais. Raffestin na análise da Geografia Política Clássica pergunta: “Geografia Política ou Geografia do Estado?”. Em Geopolítica, os especialistas também não escaparam da crítica. Vesentini escreve que “as geopolíticas [...] não apenas estavam centradas no Estado como o único ator ou agente, mas eram igualmente feitas por ele e para ele”.

A Geografia, muitas vezes, teve como base do estudo espacial o Estado e abusou em insistir no debate que a diferenciaria da Geopolítica. No entanto, seguindo Monteiro,

²⁷ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP
eduardokarol01@gmail.com

A presente análise foge de duas atitudes muito comuns quando se trata de geografia política e geopolítica. Uma é a de tomar os dois termos como sinônimos, atitude mais comum nos meios não acadêmicos onde não se demoram nas delimitações conceituais precisas. Outra, no extremo oposto, é a de considerar uma diferença essencial entre os dois termos, que servisse para delimitar campos epistemológicos bem definidos e mutuamente excludentes (MONTEIRO, 2018, p. 97).

A vontade de estabelecer as diferenças colocou de um lado a Geografia Política e de outro a Geopolítica. Não defendemos aqui que não há diferenças. No entanto queremos propor outro caminho. Estabelecer que a Geografia Política e a Geopolítica podem ser pensadas como um campo, favorece o debate das relações entre os atores e a produção do espaço. Desse modo, “avaliar os diversos atores e as inúmeras facetas das relações de poder na sua dimensão espacial” (VESENTINI, 2000, p.9) pode contribuir na configuração de um campo. Esse pode configurar e consagrar uma forma interdisciplinar, não se identificando com uma única disciplina e sim com um campo de estudos. Nesse sentido recorreremos as citações de Vesentini e de Machado para fundamentar nosso raciocínio:

Ao contrário do que proclamou Yves Lacoste, para quem “a geopolítica é a verdadeira geografia”, a recente revalorização dos estudos geopolíticos vê esse(s) objeto(s) como uma *problemática interdisciplinar*. Tal como a questão ambiental, estudada sob diversos prismas E na maior parte das vezes de forma interdisciplinar, a problemática geopolítica não mais se identifica com *uma única disciplina* (seja ciência ou arte; seja a geografia, a ciência política ou a estratégia militar) e sim como um campo de estudos. (VESENTINI, 2000, p.11).

[...] não é um exagero afirmar que a geografia política é atualmente um dos campos mais dinâmicos da geografia. Existe um número considerável de pesquisas empíricas e um interesse manifesto em conhecer suas possibilidades de aplicação à interpretação de fenômenos contemporâneos. (MACHADO, 1991, p.57).

A dificuldade se configura em estabelecer o campo. Assim, a ideia de campo é definida como o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social (BOURDIEU 1983, p. 122). Além da ideia de campo é preciso discutir também o conceito de habitus em interdependência com campo. O conceito de habitus auxilia a pensar a relação, a mediação entre os condicionantes sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos

(SETTON, 2002 p. 61). É definido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações — e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas... (BOURDIEU, 1983, p. 65). O entendimento de habitus e campo é condição para superar os determinismos das práticas entre sujeito e sociedade. As ações dos indivíduos, seus comportamentos, escolhas ou aspirações individuais não derivam de cálculos ou planejamentos, são antes produtos da relação entre um habitus e as pressões e estímulos de uma conjuntura (SETTON, 2002, p. 64).

Ressignificando o debate sobre Estado

O Estado — entendido a partir de sua existência quando uma população instalada num território exerce a própria soberania (RAFFESTIN, 1993, p. 22) — é considerado como o ator privilegiado por diversos geógrafos e geógrafas em Geografia Política e Geopolítica e o estudo suscita interpretações e significados que variam no tempo e espaço. Mesmo antes do aparecimento, em 1897, do clássico Geografia Política de Friedrich Ratzel, o Estado já era objeto de análises. Na Geografia, o tema se tornou obrigatório nos manuais, dicionários, dissertações e teses, periódicos, ou seja, publicações específicas da disciplina. Destarte, a uma observação mais cuidadosa notaremos que o significado é oferecido sem muita análise, como um dado da realidade que não precisa de apreciações. Diante disso notamos que ideias como “Estado ampliado” e “Estado como coalizão de investidores”, na produção e reprodução do espaço, não foram tratadas e analisadas pelos geógrafos que atuam no campo (KAROL, 2013).

Entre nós, a declaração de uma personagem envolvida na trama de relações constituídas na Geografia no Brasil, justificou sua escolha pela Geografia Política como campo de pesquisa, porque tinha o Estado como seu principal interlocutor (BECKER, 1993, p. 2) — esse fato pode indicar que ainda não “se tenha superado a limitação da centralidade do Estado”. Se tomarmos essa escolha como ponto de partida, poderemos intuir uma disputa institucional pela legitimação de correntes geográficas: aqueles que trabalham na construção de uma Geografia do Estado e os que se opõem e buscam construir uma Geografia que expresse as lutas de

movimentos sociais pela melhoria das condições de vida e, muitas vezes, proponentes da destruição do Estado e do sistema da mercadoria. A luta pelo monopólio da autoridade, seja de uma Geografia estatal, seja ligada aos movimentos sociais, tem como arena diversos espaços de luta da sociedade brasileira. É preciso dizer que mesmo os que se opõem e lutam contra a lógica estatal, se encontram envolvidos nas tramas de relações que engendram e são engendradas pelo Estado. Guntram H. Herb (2008)²⁸ afirma que os geógrafos políticos se envolveram com o Estado de três maneiras: apresentaram estudos que buscam facilitar o processo de maximizar o poder de Estado sobre o espaço; para manter e gerenciar sua existência territorial; e resistir ativamente e questionar suas ações espacialmente manifestadas.

Geógrafos políticos que priorizam o Estado como o ator mais importante, privilegiam a ideia sobre interesse nacional, e são decididamente realistas ou orientados para o poder. Eles empregam identidades de oposição (nós/eles, preto/branco) e oposições de poder (mar versus poder terrestre) para oferecer representações do mundo que deslumbram através da sua simplicidade. Eles têm uma postura e defendem a mudança ativista para conseguir o domínio do Estado em um mundo caracterizado pela competição e conflito. Como consequência, o seu trabalho centra-se em escalas do Estado global para a maior parte, porém divisões internas são reconhecidas como importantes para a força do Estado. Seus esforços são para privilegiar o papel do executivo estatal.

De outro modo, o trabalho dos autores que buscam manter e gerenciar a existência territorial do Estado, muitas vezes, nega motivos políticos e professa neutralidade e objetividade. O objetivo é manter um status quo equilibrado e pacífico ou para um equilíbrio homeostático em um sistema fechado. O Estado é visto como um dado e sua existência não é problematizada. O foco principal está na escala do Estado e de suas regiões administrativas. Os trabalhos são direcionados para a análise da gestão da administração política do Estado. Estão voltados para dentro e evitam o problema dos Estados em suas relações uns com os outros.

Recentemente ganhou força na literatura da Geografia, História, Ciências Sociais, um conjunto de autores que são críticos das atividades, propósitos e legitimidade do Estado. Eles

²⁸ Tradução livre por Eduardo Karol e Anna Borges.

reconhecem múltiplas escalas e expressões de poder dos corpos dos indivíduos nas redes globais. Alguns deles se concentram no estudo de classe e a influência dominante da economia mundial capitalista, outros direcionam sua atenção para diversos grupos e comunidades, abraçam a noção de hibridismo das identidades, e examinam o poder discursivo e produção de conhecimento. Eles estão unidos em seu compromisso com processo social, o que os torna distintos das outras interpretações. Os envolvidos na análise trabalham abertamente para transformar e alcançar desestabilização, resistência e/ou revolução. Eles são identificados com os grupos de oposição e os novos movimentos sociais.

A apresentação da distinção das disciplinas e o seu ator por excelência não são suficientes para pensar teórica e metodologicamente o campo. Que teoria produzir e qual caminho seguir? Mesmo considerando a tarefa hercúlea, me atrevo a fazer alguns apontamentos.

Geopolítica dos dominados e Antigeopolítica

Ao se dirigir aos pesquisadores universitários e professores de geografia, Lacoste adverte: “temos que assumir aquilo que sempre exorcizamos, isto é, nossa função de estrategistas, de saber-pensar o espaço para nele agir mais eficientemente. Superar o viés ideológico da geografia, nesses termos, nada mais seria do que encetar uma “geopolítica dos dominados”, um saber-pensar o espaço na perspectiva de uma resistência popular contra a dominação. Assim podemos refletir a Geografia Política e Geopolítica a partir dos conflitos espaciais que os movimentos sociais travam em diversas lutas no Brasil.

A importância não está em identificar se é Geografia Política ou Geopolítica, mas qual é a ação e como se produz a análise em diversas escalas espaciais. Temos aqui, no nosso entendimento a questão de fundo: saber-pensar o espaço a partir daqueles que precisam inventar o mundo cotidianamente. Ou seja, produzir vida diante das situações que produzem a morte. Para ilustrar, sugiro que consultem o texto de Porto-Gonçalves e Chagas, “Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA”.

No texto, os autores apresentam o conflito e as relações pormenorizadas protagonizadas pelos atores envolvidos. Deve-se ressaltar uma Geografia produzida em várias escalas, onde fica claro que a reação da população de Correntina foi de luta contra a empresa do agronegócio que foi dominando o recurso vital a sua existência. Temos aqui a ideia que nos apresentou Raffestin de que “a empresa do poder corresponde a resistência ao poder, e talvez aí resida o caráter ambivalente da população”.

Não destoando da nossa argumentação, Ivaldo Lima, traz a baila em 2013 o texto “A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica”. Nele faz homenagem a Bertha Becker e sistematiza as ideias de “uma epistemologia crítica implicada na renovação da geografia política contemporânea”. O autor afirma,

A geografia política crítica se traduz nos esforços de decifração do mundo contemporâneo, a partir da flexibilização da relação espaço – poder que passa a ser desdobrada em toda sua potencialidade e complexidade, escapando da armadilha do estadocentrismo através da reabilitação crítica de antigas temáticas, da incorporação de temas e questões inéditos e, sobretudo, da atualização do escopo de seu corpus teórico. Acresce a esse desdobramento uma reflexão teórica e uma abordagem prática mais ampla sobre a escala geográfica, concebida como uma arena política, que não se restringe, obrigatória e exclusivamente, à escala mundial. Em suma, emerge um renovado e muito bem-vindo repertório teórico-metodológico que inclui uma densa e diversificada geopolítica crítica referente às mais distintas escalas geográficas. (LIMA, 2013, p. 153).

A que se ressaltar que antigas temáticas são reapresentadas com outras leituras/escalas e temas, como o feminismo por exemplo, são incorporados suscitando a crítica e novas abordagens. A antigeopolítica seria a incorporação de personagens/organizações que lutam por superar as relações de dominação em todas as sociedades, lutas produzidas em diversas escalas. Lutas contra o racismo de Martin Luther King Jr., do Subcomandante Marcos, entre outros, são agora analisadas pelos geógrafos.

É possível concluir?

Nesse pequeno ensaio, objetivamos discutir alguns temas da Geografia Política e Geopolítica. Temas consagrados como a diferença entre uma e outra disciplina, a hegemonia

de um ator nas abordagens, a inserção de outros atores na reflexão, as rupturas que a atualidade está testemunhando com os processos complexos de luta por espaço e poder.

Os temas são inesgotáveis, podemos ir do mais simples cotidiano, onde a tecnologia tende a reger nossas vidas até disputas por conquista de “outros mundos”. O que nos faz crer que abordagens diferenciadas ainda vão ser produzidas, incentivando a criação e recriação da Novas Geografias. Isso pode ser demonstrado pela produção de trabalhos como Geografia Crítica: para detener el despojo de los territorios e This is not an atlas. No entanto, essa é uma conversa para outro momento.

Referências

- BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. In: *Revista Brasileira de Geografia*, n. especial, vol. II, Rio de Janeiro: IBGE, 1988
- BORDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- FONT, J.N.; RUFÍ, J.V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, D. Space as a key word. In: HARVEY, D. *Spaces of Global Capitalism*. London: Verso, 2006.
- HERB, Guntram H. The Politics of Political Geography. In: COX, K.R.; LOW, M. ROBINSON, J. (Edited by). *The Sage Handbook of Political Geography*. London: Sage Publications, 2008. p. 21-40.
- KAROL, E. Geografia política e geopolítica no Brasil (1982-2012). 2013, 257f. Tese (Doutorado, Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – São Paulo – SP.
- LACOSTE, Y. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas – SP: Papirus, 1988.
- LIMA, I. A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. In: *Espaço Aberto*, v. 3, n. 2, Rio de Janeiro: PPGG-UFRJ, 2013.
- MACHADO, L. O. Geografia Política e Ciências Sociais. In: ESCOLAR, Marcelo; MORAES, Antonio C.R. (Org.). *Nuevos Roles del Estado en el Reordenamiento del Territorio: Aportes Teóricos*. Buenos Aires: Ed.Universidad de Buenos Aires, 1998, p. 57-72.
- MONTEIRO, Licio Caetano Rego. “Linhas cruzadas: a geografia política e a geopolítica no século XX no Google Ngram Viewer e o debate no Brasil”. In: RÜCKERT, A. A.;

SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 96-113 DOI 10.21507/9788563800367-06.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; CHAGAS, S. B. das. *Os Pivôs da Discórdia e a Digna Raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA*. Disponível em: <http://www.lemto.uff.br/index.php/noticias/44-correntina>

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SETTON, M. da G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bordieu: uma leitura contemporânea. *R. Bras. Educ.* n.20, p. 60-70, 2002.

VESENTINI, J. W. *Novas Geopolíticas; as representações do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2000.

O NORTE DE MINAS: TERRITORIALIDADES, CONFLITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Ana Ivania Alves Fonseca*²⁹

*Cássio Alexandre da Silva*³⁰

*Marcela Alves Fonseca*³¹

Processos de formação histórica e espacial: antigas territorializações

A análise de uma vasta região nem sempre é uma tarefa fácil e ao tratar-se de uma região onde os atores são diversos e de formação diferente essa tarefa se torna ainda mais complexa. Para Fonseca (2012), a ocupação do Norte de Minas estabeleceu-se em grande escala em três momentos: na colonização, por volta do século XVII com a chegada dos bandeirantes na região, considerados, na época, os desbravadores do sertão e que adquiriram terras. Entre eles, o bandeirante Antônio Gonçalves Figueira que fundou a Fazenda Das Formigas, que outrora se tornou o principal polo de desenvolvimento da região, constituindo a fazenda dos Montes Claros que, mais tarde, veio a ser denominada Arraial das Formigas; em 1831, passa à categoria de Vila de Montes Claros e, em 03 de junho de 1857, é elevada à categoria de cidade de Montes Claros (OLIVEIRA, 2000).

O segundo momento foi a inauguração da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, no final do século XIX, fato que vem mudar a geografia urbana do estado e, conseqüentemente, a diferente configuração das cidades interioranas que faziam convergência com a capital. Em 1926, a região liga-se definitivamente a capital, por meio de um ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil; esta vai escoar as mercadorias de todo o Norte de Minas e

²⁹ Doutora em Geografia, Docente e Pesquisadora do Departamento de Geociências e PPGeo- Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES

anaivania@gmail.com

³⁰ Doutor em Geografia, Docente e Pesquisador do Departamento de Geociências e PPGeo- Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES.

cassioas27@gmail.com

³¹ Acadêmica do curso de geografia Unimontes

marcela.alvesfonsec@gmail.com

Sul da Bahia, e se manteve como principal elo entre as extensas regiões do estado da Bahia e do interior mineiro.

Essa ligação estabelece, no Norte de Minas, um entreposto comercial de onde saíam produtos regionais e entravam produtos industrializados de outras regiões. Seguramente, o produto mais comercializado pelo Norte de Minas era o boi de corte. Essa foi a dinâmica da economia dos municípios até 1960. Para Oliveira (2000):

Este panorama econômico se mantém por longo período de tempo sem que ocorressem significativas alterações. Só a partir do final da década de 1950, com a criação da SUDENE, é que a região passa de novo a apresentar transformações significativas na sua estrutura produtiva. (OLIVEIRA, 2000, p.51).

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE ao ser idealizada para o Nordeste, tem sua área aumentada devido a alguns fatores naturais e econômicos do Norte de Minas, região que muito se assemelha aos estados nordestinos. Segundo Oliveira (2000):

[...] o problema no Nordeste já se fazia presente na Constituição brasileira de 1934 (arts. 5º e 177) (arts. 5º e 198), nos quais determinaram, respectivamente, um mínimo de 4 e 3 % da receita tributária da união para combatê-lo. Da regulamentação destes artigos e aplicação dos recursos, surge a necessidade de definição da região da seca ou a polígono da seca, foi definido em 1936 (lei 175/36), não incluindo o Norte de Minas. Isso só seria feito em 1946, pelo decreto-lei nº. 9.857. A mesma foi ampliada (incluindo a área mineira) pela lei 1.348, em 1951, que consagrou em definitivo o termo “polígono da seca” (embora a lei de 1936 já falasse em linha poligonal). (OLIVEIRA, 2000, p.54).

Quando a SUDENE foi criada, em 1959 (lei 3.692), seu espaço de atuação foi definido como o Nordeste e a área do Polígono da Seca; Área Mineira do Polígono da Seca-AMPS. Para a SUDENE, o termo Nordeste englobava os estados do Sergipe e da Bahia, que fizeram parte da região Leste até 1969, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Anteriormente, o Banco do Nordeste-BNB já havia estabelecido sua área de atuação em função do Polígono da Seca. Dessa forma, a região norte de Minas Gerais também poderia usufruir dos empréstimos da instituição.

O Norte de Minas é considerado região de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiros; apesar de pertencer ao estado de Minas Gerais, possui diversas características socioeconômicas e físicas semelhantes àquelas verificadas nos estados nordestinos. Segundo Silva:

A Região Norte de Minas se caracteriza pela sua situação de transição ecogeográfica: do Sudeste para o Nordeste brasileiro; de um clima subúmido para o outro semi-árido. Essa realidade climática é determinante no tocante à presença dos ecossistemas do Cerrado e da Caatinga e de formação de transição, assim como condicionante o frágil equilíbrio hídrico da região. (SILVA, 1999, p. 163).

Em termos físicos, o relevo do Norte de Minas é marcado pela presença da Serra do Espinhaço, a qual atravessa toda a região central na direção Norte/Sul; caracteriza-se por topos de serras, chapadas e planícies, apresentando altitudes de 750 a 1200 m, com extensas áreas de terras planas ou levemente onduladas, de solos geralmente profundos e pobres, com coberturas vegetais predominantemente do cerrado para a caatinga, conforme Ribeiro (2001). “Nos anos de 1970 e 1980, tal vegetação foi rapidamente substituída pelas pastagens artificiais e pela monocultura de eucaliptos”, (CHAGAS, 1999, p.38). A enorme diversidade de ambientes e nichos ecológicos que se verifica no Norte de Minas pode ser explicada pelo fato de a região estar situada numa ampla área de transição; correlacionando diferentes formas de relevo, vegetação, clima e precipitações anuais.

A importância dos gerais na formação das territorialidades norte mineira

A região Norte de Minas é uma porção das Gerais³², e não das Minas; são os Gerais que retratam toda essa diversidade e riqueza cultural. A formação do Norte de Minas, apresenta

³²A denominação dar-se-a com referência aos Gerais, ou seja, planaltos, encostas e vales das regiões de cerrados. Os Gerais constituem um lugar no qual todos podem coletar seus frutos, como murici, pequi, mangaba, jatobá, coquinho azedo araçá, baru, entre outros; e que são vendidos pelas beiras das estradas, nas ruas, nos mercados e feiras para complementar a renda familiar; também é possível a extração de lenha para o cozimento dos alimentos. Além disso, é um lugar no qual o gado é criado solto; o seu uso é comum; o cercamento não impedia essas vivências e manejos.

uma estrutura espacial a partir das pequenas propriedades, dos quilombos, das terras indígenas e das grandes fazendas de criação de gado. Esse povoamento diverso permitiu a formação de uma região que produziu territorialidades e conseqüentemente conflitos inerentes a essas populações. Segundo Almeida (2003) essa mistura foi formada por índios, baianos, paulistas e escravos fugidos que aqui chegaram, em épocas diferentes, vindos das regiões de mineração e/ou regiões de monocultura da cana-de-açúcar; núcleos que aqui se instalaram. Daí, a origem do povo do sertão do Norte de Minas: camponeses que souberam extrair dessas terras um rico regime alimentar oferecido por suas áreas de brejos/várzeas, caatingas, encostas, chapadas, cerrados e matas secas, ensejando seus sistemas agrícolas (GONÇALVES, 2000).

Os Gerais nascem nesse contexto; onde se localiza uma interface de diversidades e de engenhosidades da natureza, sendo que, à primeira vista, a mudança da paisagem que ora é de um Cerradão, passa para uma Caatinga árida; sendo geograficamente caracterizado como pertencente ao semi-úmido para o semi-árido brasileiro respectivamente.

Segundo pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA (1991), essa região é marcada pela área de transição entre o Cerrado e a Caatinga. Embora 86% do semi-árido brasileiro estejam no nordeste, 11% deles estão em Minas Gerais, especificamente, no Norte de Minas. Nesse sentido, Gonçalves (2000) classifica muito bem a paisagem local: a semi-aridez da Caatinga e do clima tropical, o Cerrado, aliados a um relevo da Serra do Espinhaço, com suas formas acidentadas que quebram a continuidade das chapadas na porção ocidental.

As características dessa região não propiciam o cultivo da cana-de-açúcar, produto que plasmou a paisagem do Nordeste oriental úmido e que foi o carro-chefe de interiorização do Brasil. Foi o sentido Norte-Sul do complexo do Espinhaço que condicionou a drenagem, sobretudo, do rio Jequitinhonha e a oeste o rio São Francisco, o que facilitou e proporcionou as condições de acesso à região, a partir da colonização do Nordeste brasileiro. A região, hoje conhecida como Gerais ou região do Sertão do São Francisco, da qual o Norte de Minas faz parte, baseou, no passado, a sua organização socioespacial em dois ciclos, como já descrito anteriormente: o da cana-de-açúcar, que a ligava ao Nordeste, e o ciclo do ouro, que a liga à

região de Diamantina, Sabará, Mariana e Ouro Preto; esta, sim, a região das Minas (RIBEIRO, 2001).

Na atualidade, pouco se vê de interferência dessas regiões e desses ciclos - do ouro e da cana-de-açúcar- na região dos Gerais, principalmente nas áreas rurais, nas quais permanecem as populações rurais. Para Gonçalves (1999), a região teve de forjar suas próprias condições de auto-sustentabilidade. Ainda para Gonçalves (2000), a característica mais original dessa região é a de não ter sua dinâmica diretamente determinada por uma racionalidade econômica mercantil; e é nesta característica que está pautada a sociedade que reside nessa porção do estado de Minas Gerais. O fato de não ter tido, no passado, a dinâmica que a metrópole estabeleceu como a da cana-de-açúcar, fez a região moldar seu cotidiano em outros fazeres que não o movido exclusivamente pelo capital.

Para Barbosa (2008), a ocupação desigual do cerrado está em sua formação. O processo de expulsão das populações locais por fazendeiros é antigo, cerca de três séculos de conflito. Os fazendeiros não possuíam apenas o poder econômico, mas também o de fazer justiça com as próprias mãos. Essa hegemonia manteve-se no Vale do São Francisco, e é originária da apropriação desigual que se legitimou, inicialmente, com o apoio da coroa portuguesa e, posteriormente, com o do Estado (GUIMARÃES, 2000). No segundo caso, o cerrado norte mineiro foi ocupado pela expansão do monocultivo³³ da espécie exótica de eucalipto e pela manutenção de extensas áreas de pastagens para a criação de gado, pecuária extensiva; o que propiciou uma mudança nos Gerais, subsidiada pelo Estado, com o objetivo de colocar o Norte de Minas na mesma linha de crescimento econômico de outras regiões do estado.

A demanda por carvão vegetal para o polo siderúrgico da região central de Minas Gerais, e por madeira para as indústrias de papel e de celulose, veio gerar uma demanda nessas áreas. Nesse sentido, houve a manutenção dessas indústrias, com seus altos fornos, sendo que elas

³³Monocultivo, produção em grande escala, e não monocultura, como comumente é dito em alguns trabalhos, pois monocultura remonta a um plantio de grande extensão, mas que atenda principalmente o abastecimento interno e não é o que se observa no tocante ao eucalipto e às pastagens. O monocultivo, por outro lado, tem aumentado os impactos sociais e ambientais, além da disparidade econômica com uma produção intensa e geralmente voltada para o mercado internacional. E, isto, as empresas plantadoras sabem muito bem. Por isso, fazem grandes esforços publicitários para convencer as pessoas do contrário.

foram implantadas no estado de Minas Gerais, especificamente, na região do Norte de Minas, que ficou sendo a região que manteve a produção. Fonseca (2004) destaca:

A proximidade das grandes siderúrgicas do centro de Minas Gerais, ligação ferroviária e rodoviária com centros consumidores: topografia favorável à implantação de florestas homogêneas; baixo preço das terras e abundância de mão de obra a baixo custo. (FONSECA, 2004, p.15).

O desmatamento, normalmente praticado com correntões³⁴ (Figura1), as plantações extensivas de eucalipto, os frutos, juntamente com os seus simbolismos encontram-se, hoje, seriamente ameaçados. Entre as décadas de 1970 e 1980, a ideia de gerar capital nessa área foi reforçada e imposta pelas grandes reflorestadoras.

A importância dada aos lucros do capital e à modernização, propostos, na época, pelas empresas que viam nesse espaço grandes possibilidades de exploração, não levaram em conta os agricultores dessa região durante esse processo; assim, colocaram esse modelo perverso como a única forma de desenvolvimento para as populações da área dos Gerais (SILVA, 1999).


Um dos argumentos usados pelas empresas era de que as árvores tinham crescimento rápido, mas as plantações, normalmente, substituíram culturas, pastos ou florestas, tanto primárias como secundárias. Devido ao seu caráter estritamente comercial, raramente as plantações localizavam-se sobre solos degradados, considerando que seu objetivo era um rápido crescimento, em curtos períodos; além disso, era necessário que o solo tivesse um nível de fertilidade e houvesse disponibilidade de água.

Portanto, as grandes reflorestadoras, normalmente, ocuparam áreas que estavam sendo utilizadas de diversas formas pelas populações tradicionais³⁵ do cerrado. A região Norte mineira, como um todo, foi ocupada por máquinas que rapidamente a devastaram para diversos fins; entre eles, para o plantio de eucalipto e para a constituição de pastagem para o gado das grandes fazendas. Dayrell (2000) ilustra muito bem essa realidade em suas pesquisas:

³⁴Correntão é o nome dado para o modo de desmatamento que utiliza dois tratores que caminham, em paralelo, arrastando uma corrente pesada engatada às máquinas e que tomba as árvores expondo suas raízes.

³⁵Inclui não só os indígenas, mas quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, ribeirinhos, catingueiros, agricultores familiares, os sertanejos, etc.; que aprenderam, ao longo de séculos, a retirar do cerrado recursos para a sua alimentação, a valorização da agrobiodiversidade e convivências com os ecossistemas de seus biomas.

Na região de Estivinha, a chegada das firmas não encontrou muita resistência. O povo da redondeza soltava ali suas criações e fazia a caça, a pesca e a coleta livremente. O desmatamento teve início em 1976. Até esta data ainda chegavam moradores nas veredas. [...] Em 02/10/1975, através da Lei Estadual nº 637, o Poder Legislativo autorizou ao Poder Executivo do Estado de Minas Gerais a alienar à Metalur Florestal 8 glebas de terreno, totalizando uma área de 25.000 ha situados nos municípios de Riacho dos Machados e Grão Mogol. Cumprida esta exigência constitucional, agora o Senado Federal, através da resolução número 41 de 1976, sacramentou a transferência à Ruralminas em 01/07/1976 e, posteriormente, em 13/07/1978 e 14/08/1978 homologou três contratos de arrendamento das terras públicas por um período de 23 anos. Este contrato dava o direito à alienação das terras de US\$ 3,50 o hectare, desde que cumpridas todas as formalidades legais. (DAYRELL, 2000, p.133).

<p>Figura 1: Correntão, modo de desmatamento por meio de tombamento das árvores expondo suas raízes.</p>	<p>Figura 2: Voçorocamento do cerrado Norte mineiro.</p>
	
<p>Fonte: Centro de Agricultura Alternativa-CAA (1985)</p>	<p>Fonte: Centro de Agricultura Alternativa-CAA (1985)</p>

Esses contratos não levaram em conta as populações locais que ali já existiam, e muito menos foram pensadas as questões ambientais; fato que provocou um quadro de devastação e de agressão ambiental tanto para a fauna quanto para a flora, deixando intensas cicatrizes

ambientais, segundo Altieri (1994), devido a um modelo o qual preconiza a aplicação de práticas agrícolas intensas, baseadas no alto uso de insumo; isto, por sua vez, contribui com a degradação dos recursos naturais por meio da erosão dos solos, como podemos observar nas fotos a Figura 2. O autor ainda explicita que, além da erosão dos solos, a salinização, a contaminação com pesticidas, a desertificação, a erosão genética e a perda da biodiversidade acarretam a progressiva redução da produtividade.

De fato, esse processo contou com uma pequena parcela de ajuda das comunidades que receberiam o plantio, mas nem todas as famílias foram absorvidas pelas reflorestadoras; estas famílias foram para as cidades ou ficaram encurraladas em grotões³⁶ e áreas mais distantes. Para o senhor Elizeu:

A terra, a terra é dom de Deus. Deus criou a terra para todos, então, por que a terra estão nas mãos de alguns? E a maioria do povo está sem terra? Acho que o povo não está conhecendo que Deus criou, pediu que todos preservasse e zelasse e tivesse direito a da terra. Eu tenho refletido para muitas pessoas que as pessoas mais velha não conheceu eucalipto; nós conheceu as matas nativas com todas as criação que Deus criou e agora poucas tão tendo. Eu tenho lembrança; quando as firma chegaram eu era criança, mas eu lembro quando as firma estava quebrando. E lembro, quando tinha água abundante, nós tinha peixe, nós pegava traíra qualquer hora do dia. (Fala do senhor Elizeu na primeira conferência Geraizeira no Vale dos Guarás Norte de Minas Gerais/MG, 2007. Entrevista realizada em 25/08/2011).

A maioria da população não foi atendida, sendo invisibilizada nesse processo de desenvolvimento baseado na modernização do campo. São os invisibilizados pelo processo social, pelo qual há falta de números estatísticos que contem essa população como existente nessa região de Minas Gerais. A região era considerada, segundo Dayrel (2000), um vazio econômico e um vazio de gente. Esse novo modelo não alterou a estrutura agrária de caráter latifundiário, estabelecendo, assim, a modernização conservadora, a partir da aliança entre o Estado e a elite local (BARBOSA, 2003).

³⁶Depressão profunda que se situa entre montanhas de relevo fortemente desnivelado. Para algumas populações locais que estão se organizando, a região é dividida em grandes territórios, e a luta, agora, ocorre em torno desses reconhecimentos.

O Cerrado, cobertura vegetal encontrada em grandes áreas do Norte de Minas, sofreu com essa mecanização intensa. Para Ribeiro (2010), o Cerrado, desde a revolução verde, tornou-se um excelente negócio. Para ele, as áreas imensas de terras planas seriam ideais para a mecanização, com solos que podiam ser transformados pela química agrícola. Isto movimentou um negócio que ia de venda de máquinas agrícolas ao beneficiamento e venda de sementes; movimentou um mercado cada vez mais seletivo, no qual os ganhos financeiros ficavam nas mãos das grandes empresas e dos fazendeiros.

Procuramos entender a região como produto de processos políticos, econômicos, sociais e culturais, constituindo importante meio para explicar diferentes padrões de organização espacial.

A região do Norte de Minas possui especificidades que a diferenciam das outras no âmbito estadual, por apresentar uma formação socioespacial singular, o que nos permite fazer uma distinção entre o que é oficial e o que é reconhecido. O senhor Braulino Caetano, geraizeiro e ambientalista, coloca que:

A luta do geraizeiro, varzanteiro, caatingueiro, porceiro, assentado, indígena, quilombolas, agricultores familiares pelo seu reconhecimento; eles vêm descobrindo seu valor e que eles têm direito a seu território, e o direito de ser reconhecido como populações de um determinado território. Essa população começa a descobrir o valor de sê cidadão brasileiro, mas essa população ainda não foi quantificada, e, para ele, são milhares de pessoas que têm direito a seu território. (Entrevista realizada em 02/03/2010, na comunidade de Vereda Funda, Alto do Rio Pardo).

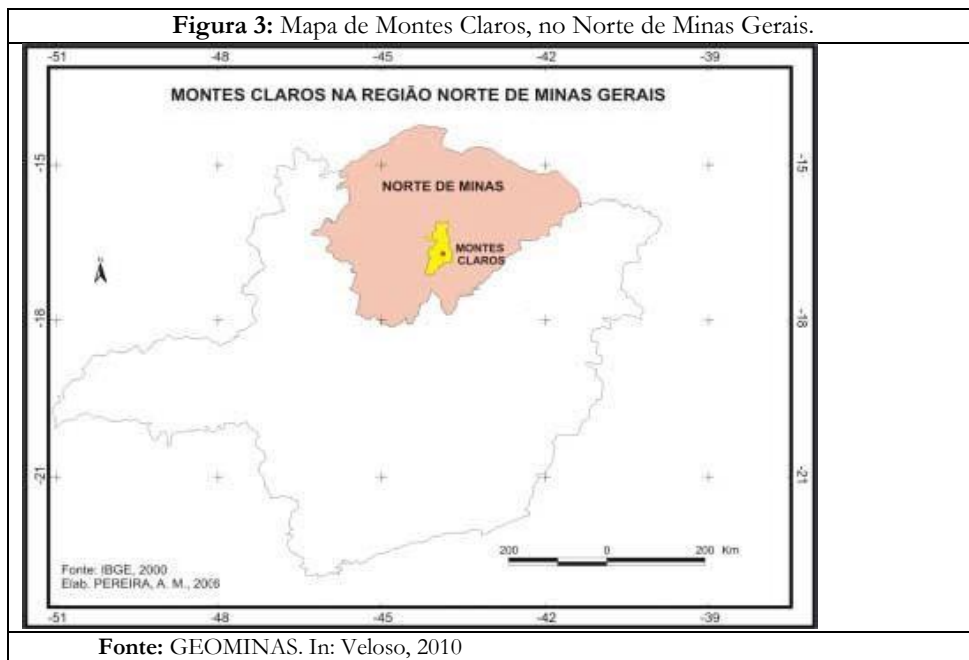
Na busca por esse reconhecimento, no dia 29 de setembro de 2011, a Presidente da República, Dilma Rousseff, assinou o Decreto 4887/2003 (que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos). Este Decreto permitirá, para fins de interesse social, desapropriações de imóveis rurais abrangidos pelo território do quilombo Brejo dos Crioulos³⁷, situado nos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia, na região Norte de Minas Gerais.

³⁷ Disponível em:

http://www.abpn.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1170:quilombolas-de-

Esses reconhecimentos vêm, portanto, reafirmar que as populações locais utilizam outras formas de regionalização que não a oficial. Mas, para fins oficiais, e conforme o mapa da Figura 3, essa é a maior região do estado em extensão territorial (122,9 mil km²), encontrando, em Montes Claros, a sua cidade polo e o centro dinâmico da região. O que podemos observar é que esse centro dinâmico fica bem ao Sul da referida região, e o que compõe os demais municípios são pequenos centros ou pequenas cidades de caráter rural. A referida região possui uma população significativa; nela, vivem, aproximadamente, 1,606 milhões habitantes (IBGE,2010)³⁸. Essa população não se distribui de forma regular pelo território, sendo que a maior concentração ocorre no município de Montes Claros. Esta cidade é considerada a polarizadora da região e congrega a maioria dos serviços públicos, como hospitais, comércio, escolas, faculdades e outros.

Figura 3: Mapa de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais.



Fonte: GEOMINAS. In: Veloso, 2010

brejo-dos-crioulos Reportagem com o título Quilombolas de Brejo dos Crioulos se acorrentam no Palácio do Planalto. Acessado em 20/03/2012.

³⁸ Base da dados básicos: <http://minasedados.fip.mg.gov.br/#dados-pa>, estimado aos dados do IBGE (2010), com projeção para 2020 de 1,704 milhões de habitantes.

A formação de Montes Claros ocorreu, como já descrito, pela formação das grandes fazendas de gado. Segundo Prado Júnior(1997):

[...] A carne, elemento essencial da alimentação da colônia, foi fornecida pelo gado que vinha das fazendas estabelecidas ao longo do curso médio do São Francisco. Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiam mais a margem do rio, alcançando o território que hoje é mineiro, e penetrando até o rio das velhas. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 75).

Essas populações foram se estabelecendo ao longo das margens do Rio São Francisco. Inúmeras fazendas de pecuária, com destaque para a bovinocultura, e, posteriormente, com os currais, foram se expandindo para o restante do vale do São Francisco e de seus afluentes. Disseminou-se, assim, um povoamento que, paulatinamente, daria lugar aos principais povoados e às cidades da região.

Territorialidades e populações tradicionais: visibilidades...

A sociodiversidade e a etnodiversidade existentes no Brasil são tão ricas quanto a variedade de biomas e de ecossistemas que possui; o legado cultural dos pioneiros desbravadores dos sertões, populações indígenas e colônias que preservam as tradições de lugares do Velho Mundo levaram o Estado brasileiro a reconhecer a importância e a riqueza dessas diferenças. No norte de Minas essas sociodiversidade e a etnodiversidade se mantém mais organizada a partir da constituição de 1988 que veio dar visibilidade a essas populações. Para Cunha (2012):

Estas populações, como muitas outras das várias regiões do país, passaram a ter visibilidade política a partir da Constituição de 1988, quando se iniciou um longo debate político incorporado pelo debate acadêmico sobre os seus direitos, seus conhecimentos tradicionais e sobre a importância de resguardá-los, tanto por simbolizarem resíduos históricos que contribuíram para a construção da nação brasileira como pelo fato de serem reconhecidos como os guardadores da biodiversidade dos territórios que habitam. (CUNHA, 2012, p. 133).

O papel importante exercido por essas comunidades na conservação ambiental e os conhecimentos acumulados na convivência com o ecossistema no qual estão inseridas torna-

as verdadeiras especialistas em estratégias de convivência com os elementos naturais e sociais em suas localidades. Oliveira (2005) afirma que:

[...] a noção de população tradicional, segundo Barreto Filho (2002), tem seus grandes marcos definidos no campo do conservacionismo internacional, especialmente na relação entre sócio diversidade e conservação da biodiversidade, tendo sido incorporada ao debate ambientalista no Brasil por meio da influência do antropólogo Antonio Carlos Diegues. (OLIVEIRA, 2005, p. 46).

As divergências conceituais estão presentes no tema ‘População tradicional’, semelhante ao que ocorre com as categorias camponês/agricultor familiar. A polêmica surge, talvez, em decorrência do mesmo engessamento de subjetividade, afirmando a impossibilidade ou a não aceitação do fato de que comunidades de populações tradicionais podem poupar, acumular e estarem conectadas à sociedade globalizante. Conforme Oliveira (2005):

[...] para as populações tradicionais a legitimidade conferida pela caracterização ou pela fidelidade a esses “traços culturais” lhes dá certo poder de negociação com o Estado quanto aos direitos territoriais e culturais específicos, mas veda-lhes o caminho para qualquer transformação sociocultural posterior, inviabilizando seu dever como sociedades e culturas diferenciadas, com direitos específicos. (OLIVEIRA, 2005, p. 47).

As categorias ‘populações tradicionais’, criada para delimitar e identificar grupos sociais detentores de características positivas para a conservação da natureza, funciona como o que se chamou de “guarda chuva conceitual”, acolhendo, por sua vez, os grupos com as seguintes peculiaridades:

- Relação com a natureza, marcada por saberes e por conhecimentos naturais forjados no local do qual se apropriam;
- Os ecossistemas nos quais estejam integrados deverão se encontrar na condição de derradeiras amostras de ecossistemas remanescentes e frágeis;
- Situem-se economicamente à margem da economia do mercado formador de preços;
- Sistemas de produção baseados na organização familiar e orientados para a subsistência;

- Modelos de usos sustentável dos recursos naturais e de baixo impacto.

Os critérios aqui apresentados para a definição de população tradicional estão estruturados na inter-relação entre biodiversidade e sociodiversidade, atendendo plenamente aos objetivos das relações do homem com a sua terra. De acordo com Oliveira (2005), dada à generalização do termo população tradicional a partir da função conservacionista, há ainda em comum a defesa dos seus direitos territoriais, com base na “razão histórica”, em confronto com a “razão instrumental do Estado Brasileiro”. Essa é a condição das populações que se encontra no norte de Minas, atualmente, em luta pela reterritorialização, pela reconversão agroextrativista e demandando a retomada de sua área extrativista. São o caso de Quilombolas; Geraizeiros; Veredeiros, Barranqueiros, Ilheiros e Ribeirinhos; Indígenas (povos originários) e dezenas de outras populações que se encontra nessa região do estado.

O território: uma categoria, resistências, lutas e conflitos

O território é uma das mais importantes categorias geográficas, aqui entendido como elemento vital e necessário à sobrevivência e à permanência da comunidade tradicionais. Extrapolando o sentido das relações de poder dentro do espaço social, o território geraizeiro atinge uma dimensão sociocultural, numa relação entre agroecologia e territorialidade, sem desprezo às demais abordagens que essa categoria geográfica possibilita. Assim, faz-se necessário apresentar os possíveis significados de território.

Leal e Fonseca (2009) afirmam que a categoria geográfica território tem suas raízes na geografia clássica, ligada à ideia de território nacional, ou seja, o domínio sobre as terras conquistadas. Estendendo a ideia clássica de território, Leal e Fonseca (2009) comentam a visão ratzeliana, que considera o território como espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-nação que o rege por meio de leis-, e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais e a sua formação social. Assim, Santos, *apud* Leal e Fonseca (2009), aponta que: O Estado-Nação [...] são essencialmente formado de três elementos: 1) o território; 2) povo; 3) soberania.

A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania. De

acordo com Leal e Fonseca (2009), o território conta com as perspectivas materialista, idealista e integradora, servindo, cada uma, ao aspecto dado a essa categoria em função da discussão que se pretende fazer. Dessa forma: “As perspectivas materialistas discutem território como materialidade, ou seja, fazendo alusão à posse de um espaço (terra) que não ocorrerá sem que aja disputa”.

Para entendermos a região em questão é necessário que introduzíssemos outras subcategorias como: desterritorialização, reterritorialização, multiterritorialização e as sobreposições de territorialidades e territórios pertencem ao contexto das perspectivas e do cotidiano dos lugares. Conforme a discussão de Leal e Fonseca (2009), as duas primeiras subcategorias são conceituadas da seguinte forma: a desterritorialização é o inverso da territorialidade, movimento pelo qual os grupos sociais desapropriam seus territórios; reterritorialização é um movimento de (re)construção, (re)significação de valores, costumes, cultura; sobreposição de territorialidades engloba várias lutas presente no mesmo espaço. Conforme Saquet (2007, p.78), “O processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) gera um espaço temporalizado em razão dessas informações que circulam e comunicam. Também há fatores culturais que condicionam a TDR”.

Nesse sentido, o norte de Minas apresenta em muitos casos essa sobreposição, em áreas de quilombolas que foram reconhecidas tardiamente, essa população, que já tinha se ocupada por outras territorialidades, à saber, Vazanteiros, Barraqueiros em áreas de parques³⁹ e projetos de irrigação⁴⁰. Todas essas funcionalidades dadas ao mesmo espaço geraram vários conflitos e lutas que se arrasta por décadas nessa região.

Para uma discussão que compreenda as territorialidades, mais especificamente, o espaço do “sertão norte mineiro”, faz-se necessária uma abordagem que, segundo Cunha (2012), “relaciona-se à sua apropriação por grupos diferenciados que forjaram identidades que os vinculam o meio físico em que se encontram”. É o território apresentado na sua dimensão econômica-cultural-social, são populações possuidoras de conhecimentos sobre o ambiente e

³⁹ No caso específico do Parque da Mata Seca, município de Manga-MG.

⁴⁰ No caso específico do Projeto Jaíba, município de Matias Cardoso-MG.

seu manejo racional caracterizado por práticas tradicionais e que elaboraram suas vidas num território específico e criaram estratégias de reprodução social.

As territorialidades (econômicas, políticas e culturais), são simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território num movimento de desterritorialização e reterritorialização: as relações sociais, as apropriações e as demais práticas espaço-temporais, ou seja, as territorialidades determinam cada território, influenciando, ao mesmo tempo, na sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo. (SAQUET, 2011, p.27).

Esta identidade sertaneja já se manifestava no passado, pelo isolamento, distante dos domínios sociais da administração colonial, construída de maneira própria em suas dinâmicas sociais, com singularidades mergulhadas no silêncio imposto pelo isolamento e ignorados no tempo e espaço, sem a presença do Estado. Ao longo da história e, no presente, reforça-se a construção de sua identidade. As políticas públicas implantadas principalmente nas décadas de 1960 a 1980 invisibilizaram essas populações e promoveram a exclusão dos seus territórios.

Territorialidades e conflitos: entre (en)volvimento e (des)envolvimento das políticas

As estruturas criadas para o atendimento de uma política desenvolvimentista inspirada em experiências ocorridas em espaços sociais de realidade totalmente diferentes do espaço norte-mineiro, não levaram em consideração as diferenças culturais, os modos de vida, os saberes e os fazeres das populações tradicionais que se encontravam nesse espaço, provocando uma verdadeira desterritorialização do saber e do fazer desses povos. “São muitas às mudanças diante do processo histórico entre a tradição e a modernidade, pensando-se na organização socioespacial (ambientais, econômicos, políticos e socioculturais) e o mundo globalizante.” (SILVA, FONSECA, FONSECA, 2018, p.86).

Ainda existem muitas imbricações entre fazendeiros, coronéis, posseiros, camponeses, grileiros, empresários do agronegócio, mineradores, mega-projetos governamentais de irrigação ladeados as unidades de conservação, as populações tradicionais, povos originários, agricultores familiares, associações e comunidades. Essas redes de interesses, apresentam realidades

conflitantes ao longo do tempo e espaço na região. Para Silva, Fonseca & Fonseca (2018, p.87-88), “A socioespacialização do norte de Minas Gerais é condicionada temporalmente por dois momentos distintos, sendo um anterior aos projetos desenvolvimentistas do Estado e o outro posterior. É na contraposição desses instrumentos e nas condições vivenciadas que compreendemos as condições de (en)volvimento e (des)envolvimento.”

Apresentaremos entre os “erros e acertos”, as possibilidades de (en)volvimento e (des)envolvimento, em que essas redes de interesses apresentam conflitos e articulações na possibilidade de buscar minimizar os impactos da realidade local e regional de seus territórios e lugares.

O modelo desenvolvimentista, implementado na região Norte de Minas com maior intensidade a partir das décadas de 1960-1970, teve como uma de suas estruturas a “modernização agrícola” dentro do processo da “Revolução Verde”. Para Gonçalves (2000), “os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou de concessão de terras públicas, gerais, foram colocados à disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora”. Para a execução dessa política desenvolvimentista, o governo brasileiro lança o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento-PND, que criaram, segundo Luz e Dayrell (2009), o Programa Polo Nordeste para o desenvolvimento do Noroeste e do Norte de Minas Gerais. Dessa forma, foi pensado o desenvolvimento da região norte mineira, vista como fronteira agrícola. As populações locais foram simplesmente ignoradas, com exceção das oligarquias políticas e econômicas.

Em decorrência dessa política, inicia-se, na região, um intenso processo de territorialização do capital estatal e privado, e a desterritorialização das populações tradicionais que habitavam essas terras e como resultado dessa política foi a privatização de terras públicas destinadas à monocultivo do eucalipto, impedindo o acesso dessa população aos recursos naturais que, anteriormente, lhes facultavam a sobrevivência. No conjunto de consequências da implantação dos projetos monoculturais, podemos citar também a degradação do solo, o secamento de nascentes e cursos d’água, e a destruição da flora e da fauna nativa. Esse processo é definido por Gonçalves (2000): “Temos, assim, a modernização conservadora ‘à la Norte de Minas’. Com ela o pequi virou carvão, ele que era, segundo a tradição indígena, o alimento que

surgiu dos céus para propiciar a vida no cerrado”. O processo “desconsiderou uma vastíssima riqueza de condições e apropriações específicas, entre outras, o direito histórico da população que usava as áreas de chapadas para a extração e solta do gado” (POZO, 2002). Paralelo aos vários conflitos de diversas magnitudes o que veio pressionar ainda mais foram às transformações espaciais ocorridas devido à implantação do monocultivo do eucalipto que ampliaram e provocaram desacordos pelo uso da terra. Essa problemática se instalou na região com o processo de modernização agrícola, com os incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, através de financiamentos de projetos como o Programa das Áreas Integradas do Nordeste-POLONORDESTE, que objetivava a ampliação da fronteira agrícola com base na irrigação, e do Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado-PRODECER, Programa de Desenvolvimento do Cerrado-POLOCENTRO, fornecendo suporte aos empreendedores na assistência técnica e auxiliando-os na concessão de crédito rural e na infraestrutura (AFONSO, 2008). Essas políticas não levaram em conta as populações locais e acirraram as disputas regionais.

Após a Constituição Federal de 1988 - “Constituição Cidadã” -, essas mudanças estabeleceram novos atores com novos discursos, articulações, parcerias, multidimensões de estratégias emancipatórias e de alargamento das lutas e resistências. São novos espaços de discussões e enfrentamentos sociais e institucionais, que de acordo com Santos (2011, p.69), “A função da prática e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representam formas de sociedades mais justas.” Esses espaços são as audiências públicas, conselhos, associações, eventos, movimentos sociais e coletivos organizados. A participação do cidadão local, proporciona a articulação dos discursos engajados e comunitários que por muitas vezes são contrários as institucionalizações do Estado e suas políticas que favorecem as economias neoliberais. Para Aceslrad (2001, p.88), “(...), para além das distintas construções discursivas que cercam a questão ecológica, as lutas socioambientais concretas opõem inelutavelmente diferentes modos de apropriação da natureza. E tais lutas vêm evidenciando cada vez mais seu caráter potencialmente democrático (...)”.

As políticas públicas de cunho sustentável, tanto no âmbito nacional e internacional, após a ECO-92, possibilitaram a repensar condições legais e práticas a partir da Agenda 21. A dificuldade de alinhar os interesses e o crescimento econômico *versus* a preservação e o conceito de desenvolvimento sustentável geram conflitos institucionais nessas novas políticas. Teorias como a Ecosocioeconomia de Sachs (2007) começam a germinar nessas condições políticas mundiais na virada do século. O desafio da sustentabilidade no país, remonta a um enorme debate socioambiental, onde os movimentos sociais também são precursores da construção democrática. Como afirma Gonçalves (2001, p.183), “os movimentos sociais diante da reorganização societária em curso”. Esse lugar de onde se fala, é a grande conquista dessas populações tradicionais, que se expõe aos novos e diferentes “campos de lutas políticas” pelas suas causas.

A partir da década de 1990, ocorreu um crescente interesse na agricultura familiar, desencadeado por movimentos sociais e por organizações de defesa dos interesses dos trabalhadores do campo, que reivindicaram, junto ao governo, a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e da Secretaria da Agricultura Familiar-SAF, foram criadas linhas de crédito específicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. Outra conquista foi o reconhecimento dos direitos do agricultor familiar à Previdência Social e, recentemente, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, em parceria com a Companhia Nacional do Abastecimento-CONAB, que compra parte da produção de origem familiar. Nesse contexto da agricultura familiar, a educação se apresenta como uma das ações afirmativas proporcionando o reconhecimento dos saberes e manejos ancestrais. A valorização das escolas e de suas comunidades reconhecem a educação do campo como uma realidade diante dos processos de resistência. Para os autores Silva, Fonseca e Fonseca (2018, p.93), “Muitas delas apresentam às Escolas⁴¹ Família Agrícola-EFA, que ajudam a firmar o propósito da luta, assim como de

⁴¹Além das Escolas, existem também os programas e projetos, como o caso do PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

maneira objetiva e convincente estabelecem e ampliam as possibilidades de um mundo melhor para às futuras gerações, antes visto como um caminho ‘utópico’.

A luta pela terra também se coloca nesse espaço de conflitos, muitos são os assentamentos oriundo dos movimentos sociais da luta pela terra, como é o caso do Assentamento Americana que está localizado no município de Grão Mogol-MG, e surgiu da luta pela terra em 1997, quando a empresa Florestas Rio Doce, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, começa a se desfazer das suas terras na região. Depois de vários conflitos, com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão Mogol-STR, e de outras entidades, como as ONG's e universidades, um grupo de trabalhadores rurais ocupou e conseguiu a expropriação das terras e a implantação do Assentamento Americana que hoje se estabelece como uma área de Agrossilvipastoril bem sucedido na região. Inúmeros outros conflitos existem nessa área e de naturezas diversas.

Outro conflito que permeia essa região é os dos quilombolas, exemplificamos aqui os quilombolas, vazanteiros da Lapinha, em Matias Cardoso-MG que foram sendo encurralados⁴², de um lado o Projeto Jaíba, e por outro, pela criação de unidades de conservação, no caso os parques que os circundam. Esses povos chegaram ao local por volta século XVII, quando os negros, escravos fugidos principalmente das fazendas da Bahia, se deslocaram em direção à Mata da Jaíba, nos vales do Rio São Francisco, Verde Grande e Gorutuba (COSTA, 2003). Estabelecendo-se na região, deram origem aos aglomerados humanos caracterizados de quilombos, nos quais manejam com o extrativismo espaços ambientalmente sustentáveis para a reprodução da biodiversidade. Com a sua cultura e a classificação de recursos naturais, o território se configura como afirmação dos princípios tradicionais, vinculados ao cotidiano e à singularidade da coletividade.

Em 2000, a lei 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC, e com ela os avanços nas áreas de conservação e preservação dos biomas e fauna, também trouxe impactos diretos, conflitos com as populações tradicionais e de seus usos e

⁴² De acordo com Araújo (2009, p.25): “Os processos vividos explicitam os conflitos que, desde os anos 1960, encurralam as populações em áreas territoriais restritas e coíbem as práticas tradicionais de manejo da natureza”.

manejos das tradições e produções nas terras. Com quase vinte anos dessa lei, já existem iniciativas de propostas de gestão compartilhada das terras vizinhas das unidades e áreas protegidas. É um esforço que tem a sustentabilidade como foco principal, assim como a manutenção dos territórios e lugares. O Mosaico Sertão Veredas Peruaçu⁴³ é uma dessas iniciativas e espaços, onde o seu Conselho Consultivo é formado pelos moradores das populações vizinhas as unidades, assim como a participação de instituições locais, e das esferas, regionais, estaduais e federais. Essas, apresentam suas reivindicações assim como propostas de projetos coletivos para a conservação de todo o território. Desde 2008, o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista-DTBC vem sendo o “guia” condutor de ações e projetos, e que atualmente passa por uma revisão devido as demandas locais e mudanças nas políticas públicas nacionais. Inúmeros projetos com participação direta de ONG’s e instituições de ensino superior e governamentais⁴⁴, apresentam-se como soluções de convivência com a seca de maneira sustentável. Esse é um grande desafio de gestão coletiva no território do Mosaico no norte de Minas Gerais.

Em 2007, o Decreto nº 6.040, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais-PNPCT. Essa “condição” de legalidade revela muitas oportunidades e propostas de emancipação, assim como novos discursos e olhares para uma realidade que já remontava a vários anos. O reconhecimento das populações tradicionais e de seus territórios, bem como suas identidades locais e regionais, substancia cada uma das organizações sociais e o seu modo de vida operante na sociedade moderna. Essa “possibilidade contraditória” dos saberes e fazeres ancestrais de comungar com as tecnologias da modernidade enfrenta obstáculos presentes em realidades distintas. Porém, é notória a capacidade dessas populações adaptarem conforme suas necessidades aos recursos oferecidos

⁴³ Instituído com base na Lei 9.985/2000 do SNUC, com a participação de 11 municípios e 16 unidades de conservação de várias categorias, com a área de 1,6 milhão de hectares. Fonte: DTBC- 2008. O referido do DTBC está em revisão e a área do Mosaico pode ampliar em números de municípios participantes, assim como de novas unidades de conservação, podendo ultrapassar a 2 milhões de hectares.

⁴⁴ Exemplos de instituições que participam do Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu: na esfera municipal (prefeituras e CODEMA); na (IEF, UNIMONTES), e federal, FUNATURA, CARTAS, (ICMBIO, IBAMA, FUNAI, UFVJM, IFNMG) e internacional (WWF), e diversas associações locais do território.

pela ciência para qualificarem sua organização social e busca do bem viver. Essas comunidades empoderaram-se com base no jargão popular de “pensar globalmente e agir localmente”, o que proporcionou principalmente desde a ECO-92, ações sustentáveis para um mundo melhor.

Diante dos 17 objetivos da Organização das Nações Unidas-ONU, que devem apresentar soluções e resultados até 2030, principalmente nos países de baixo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, onde os conflitos são gerados pela classe empresarial frente às necessidades básicas dos menos favorecidos, a participação de instituições e ONG, representam a comunhão de possibilidades de diálogos e enfrentamentos com as políticas públicas. Os resultados desses diálogos, produzem e reproduzem o alargamento das experiências dessas instituições juntamente com as populações tradicionais. São experiências de instituições que atuam na luta em todo o país, revelando inúmeras práticas e estratégias, assim como identificando as inúmeras interpretações das políticas públicas e seus resultados.

Dentre as instituições que atuam em todo o território nacional e sempre no enfrentamento de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida do homem em sua terra, mencionamos a Comissão da Pastoral da Terra-CPT. Suas lutas na Amazônia, contra madeireiros, mineradores, latifundiários, posseiros e grileiros, reverberam também no norte de Minas Gerais. A CPT acionou inúmeras comunidades pelos “gerais”, nas áreas de domínio do gado e nas margens do rio São Francisco. A participação direta dessa comissão, “revela” o poder de organização das associações já existentes e das que inovam com base na organização social e política, assim como de base produtiva familiar. Para além das denúncia dos conflitos no campo e o reconhecimento dos processos históricos de retiradas de direitos, o trabalho de vanguarda em democratizar e politizar as informações são de extrema importância na condução da “verdade” dos fatos regionais.

Também de cunho nacional, o Conselho Indigenista Missionário-CIMI⁴⁵, desde os anos da década de 1970, acionam diversas frentes de defesa em todo o país. No norte de Minas, em

⁴⁵ Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a qual, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva. (SILVA, 2014, p.196)

especial na Terra Indígena Xakriabá, na margem esquerda do Rio São Francisco, no município de São João das Missões o contexto histórico e de luta é identificado mesmo antes da presença do Estado. A ação do CIMI é marcante em audiências públicas que acontecem tanto na terra indígena quanto nas instituições governamentais, como na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Ministério Público Federal. A tônica de defesa aos indígenas, sua terra e cultura é identificada em inúmeros documentos⁴⁶ que caracterizam diversos enfrentamentos contra os latifundiários e políticas públicas.

De acordo com Silva (2014, p.197), “ (...) a Caritas Brasileira faz parte da Rede Caritas *Internationalis*, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma”. Os trabalhos e as ações diretas da Caritas na região, apresentam resultados importantes na luta e convivência, assim como nos apropriações das políticas públicas. Vários projetos locais são criados em parcerias com outras instituições.

Esse tipo de mobilização social e ações de parcerias já existem no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu com iniciativa direta da Caritas⁴⁷ Diocesana de Januária juntamente com a parceria da WWF, Agência Nacional da Água- ANA e Fundação do Banco do Brasil, que atuam na bacia do rio em específico nas comunidades de Vereda Grande I e II, Areião, Galhos, Buritizinho e Pedras com o projeto denominado “Água Brasil”. A experiência mencionada, obteve grande êxito principalmente na captação de água de chuva (cisternas de captação). Essas ações incluíram também a construção de barraginhas nas comunidades mencionadas, sendo que, esse tipo de tecnologia social se encontra amplamente difundida em todo o território do Mosaico e região do Norte de Minas. (2018/2019)⁴⁸

⁴⁶ Notícias de jornais da imprensa regional e local, artigos científicos, laudos antropológicos, relatórios circunstanciados, relatórios institucionais, dissertações e teses das pesquisas na região e mesmo na Terra Indígena Xakriabá.

⁴⁷ A instituição Caritas Diocesana, parte do nosso conselho, terá fundamental importância nesse processo, justamente pela experiência comprovada e êxito em ações frente às comunidades, reconhecimento técnico e parcerias. Sua participação é indispensável nesse contexto de proposta do projeto e nas ações.

⁴⁸ Projeto idealizado por instituições que são representantes no Conselho do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu. O objetivo do Projeto “**Vereda Peruaçu, nosso bem viver**” é construir 46 barraginhas na Vereda do Peruaçu. (2018/2019). O projeto tem participação direta dos autores desse artigo.

Dentre as diversas Organizações Não Governamentais-ONG, a contribuição do Centro de Agricultura Alternativa-CAA, em todo o norte de Minas é parte da história da luta no semiárido do Sertão dos Gerais. Diretamente voltada para ações com o homem do campo e agricultura familiar, o CAA com vários projetos e acionando as políticas públicas apresenta o suporte técnico para inúmeras associações e comunidades em busca de soluções e tecnologias sociais. A inserção dos geraizeiros, caatingueiros, veredeiros, ribeirinhos, catadoras de flores, quilombolas, indígenas, agricultores familiares junto aos programas e editais federais, estaduais e locais com temáticas que valorizam a sustentabilidade econômica, ambiental, social e política se traduz em parceria com a Rede Nacional do Cerrado, Articulação Semiárido-ASA, Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro-RESAB no contexto nacional e a Articulação Rosalino e Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES de atuação regional, além de instituições de ensino superior de pesquisa, ensino e extensão.

As instituições de Ensino Superior, na esfera, federal, estadual e local, desde às décadas de 1990, apresentam pesquisas, ensino e extensão que favorecem à vida no campo. São vários cursos técnicos que contribuem para soluções de problemas enfrentados no semi-árido do norte de Minas, assim como de graduação e pós-graduação. Com destaque a Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG e a Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, assim, como inúmeras faculdades particulares que também contribuem para o desenvolvimento regional. O reconhecimento dessas instituições frente às reivindicações das populações e as parcerias com projetos de inovação científica e tecnológica, resultam em uma horizontalização dos resultados de muitas das políticas públicas que são vertilizantes. O conhecimento científico democratiza a informação, assim como os saberes e fazeres ancestrais, apropriam-se das novas modernidades.

Todos esses exemplos de articulações, processos históricos, políticas públicas, conflitos e enfrentamentos de estratégias para minimizar os impactos sociais e ambientais, são vivenciados pelas populações em suas multidimensões das territorialidades entre os (en)volvimentos e (des)envolvimento locais e regionais.

Considerações...

Na condição de estarmos realizando a leitura e releitura dos processos das territorialidades e políticas públicas no norte de Minas Gerais, é salutar apresentar algumas considerações dos diversos processos e ações em construção.

Do norte de Minas, é relevante destacar os processos históricos e quais são os seus principais acontecimentos geradores de conflitos. O discurso até então implantado pelas elites regionais não revelam a visibilidade das populações tradicionais. As “histórias marginais” até então reconhecidas e divulgadas, passam e transformam em uma condição de História, em que as narrativas dos atores e sujeitos valorizam os fatos sociais, políticos, ambientais e econômicos no cotidiano da realidade moderna.

Das Territorialidades, muitas são as estratégias e determinantes nas lutas, como as audiências públicas, os diversos empoderamentos de reconhecimento e práticas das legislações, os investimentos de instituições parceiras em vários setores, assim como ações locais em que as manifestações e o trabalho na organização e produção do espaço estão presentes nos manejos ancestrais e tradicionais.

Das políticas públicas, é importante mencionar que a Constituição Federal de 1988, estabelece inúmeros artigos que reconhecem essa vizibilização, mas que muitas das vezes são ameaçados pelas classes políticas, ruralistas e empresariais, contrárias. As fragilidades ainda existentes na legislação e nas políticas públicas, principalmente nas políticas públicas, devem passar por avaliações e seus impactos sociais, relevância, eficiência e de investimentos.

Dos conflitos, as condições de enfrentamentos são processos de aprendizagens políticas nas lutas. A não valorização dos conflitos, como o da Água e suas consequências, é negar a possibilidade mesmo que radical, da existência de várias espécies animais e vegetais, tanto em áreas de florestas, unidades de conservação e áreas agricultáveis. Não diferente, tem sido os conflitos que envolvem grandes áreas minerárias, pois afetam de maneira sistêmica toda a bacia que está inserida. É a tecnologia de ponta do grande sistema neoliberal global *versus* o capital social local, as diferentes forças se confrontam em suas linhas fronteirísticas e ideológicas.

O reconhecimento dessas releituras pode possibilitar vários pontos de partidas para a democratização e o reconhecimento da justiça social em prol de um bem viver nos anos vindouros.

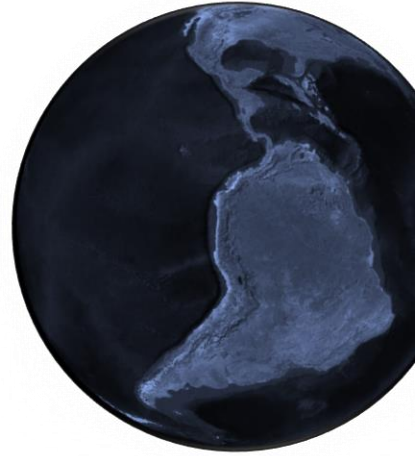
Referências

- ACSELRAD, Henri. Políticas públicas e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- AFONSO, P. C. S. *Gestão e disputa pela água na sub-bacia do Riachão, Montes Claros/MG*. 2008. 138 f. Dissertação Mestrado em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.
- ARAÚJO, E. C. *Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do quilombo de lapinha e dos varzanteiros do Pau de Légua*. 2007. 256 f. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Social – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.
- BARBOSA, R. S. Seguro social e “seguro agrícola”: o duplo papel da previdência social rural. In: *Unimontes Científica* - Revista da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros/MG: Editora UNIMONTES, v.5, n.1, jan./jun. 2003, p. 67-76.
- BRASIL. *Lei 6.040 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais*, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acessado em:
- CARVALHO, A. M. *Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil*. Economia, Sociedad y Territorio, Santiago, v. 3, n. 12, p. 539-556, 2002.
- CUNHA, M. G. C. Territorialidades sertanejas: permanências e transformações no espaço rural norte mineiro. In: COSTA, J. B. A.; LUZ, C. O. (Orgs.). *Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. Montes Claros/São Paulo: UNIMONTES/Intermédios Cultural, 2012, p. 129-144.
- CHAGAS, I. Estrutura e funcionamento do Bioma Cerrado. In: *Caderno Geográfico*. Montes Claros/MG: Editora da UNIMONTES, 1999, ano III, v. 3.
- COSTA, J. B. A. *Mineiro e Baianeiros- englobamento, exclusão e resistência*. 2003. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2003.

- DAYRELL, C. A. *Geraiseiros e biodiversidade no Norte de Minas Gerais: A Contribuição da Agroecologia e da Etnologia nos Estudos dos Agroecossistema tradicionais*. 1998. Dissertação Mestrado – La Rábida: Universidade Internacional de Anda Lucia, Palos de la Frontera, Huelva, 1998.
- DAYRELL, C. Os Geraiseiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos Relatórios dos Agrobusiness. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Orgs.). *Cerrado e desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros/MG: CAA; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, p. 189-272.
- EMBRAPA. Barraginha para captação de água de chuva, recuperação de áreas degradadas e regeneração de mananciais. Disponível em: <http://images.barraginhas.multiply.com/attachment/0/RldCogoKCoQAAAVZUlo1/Premio_Super_Ecologia.pdf?key=barraginhas;journal:14&nmid=43639860>. Acesso em: 15/12/2011.
- FILHO, J. P. A. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo; Annablume, 2002.
- FONSECA, A. I. A. Sociedade e sua relação com a natureza no município de Claros dos Poções. *Revista Cerrados*, Montes Claros, v. 1, n. 2, s/p., 2003/2004.
- FUNATURA-Fundação Pró-Natureza. *Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu - DTBC*. Brasília, 2008.
- GONÇALVES, C. W. Minas e os gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Orgs.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA/NM, 2000.
- GONÇALVES, C.W, Porto. Os movimentos sociais diante da reorganização societária em curso. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p.183-198.
- GONÇALVES, C. W. P. As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: DAYRELL, C. A.; LUZ, C. (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda., 2000.
- GUIMARÃES, P. W. Cerrado e desenvolvimento; tradição e atualidade. In: DAYRELL, C. A.; LUZ, C. (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: Max Gráfica e Editora Ltda., 1999.
- LEAL, A. A.; FONSECA, G. S. *Território: categoria geográfica das múltiplas perspectivas*. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area02/2258_Alves_Leal_Adilio.pdf

- POZO, O. V. C. *Regime de propriedade e recursos naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas*. 2002. 248 f. Tese Doutorado— Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- RIBEIRO, R. F. *Certão-Serrado: história ambiental e etnoecologia na relação entre populações tradicionais de Minas Gerais e o bioma do Brasil Central*. Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro: UFRJ, Seropédica, 2001.
- SACH, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. Organizado por Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da justiça*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepção sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SILVA, C. E. M. *Cerrado e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- SILVA, Cássio Alexandre da. *Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA— Januária/Itacarambi, MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território*. 2007. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2007. 138p.
- SILVA, Cássio Alexandre da. *A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá*. 2014. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2014. 267p.
- SILVA, Cássio Alexandre; FONSECA, Ana Ivania Alves ; FONSECA, Marcela Alves. *Populações Tradicionais no Norte de Minas Gerais: suas relações, pluralidades socioespaciais no campo, saberes e fazeres*. *Geografia*, Rio Claro, v.43, n1, Especial - VI, Encontro REA, p.85-96, jan./abr.2018.

PARTE II



***ESCALAS E ESTUDOS DE GEOGRAFIA
POLÍTICA***



INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA E A INTERSECÇÃO ENTRE GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA: REFLEXÕES SOBRE A UNASUL E O MERCOSUL⁴⁹

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz⁵⁰

A integração regional sul-americana passou por grandes transformações desde a década de 1990. Elas resultaram na criação de acordos distintos, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, e a União das Nações Sul-americanas (UNASUL), em 2008. Embora os contextos que corroboraram para a criação dos acordos tiveram diferentes configurações inter-escalares, alguns temas convergentes que permeiam ambas as iniciativas, demonstram as dificuldades e os avanços ocorridos na integração regional.

Antes de discutir sobre esses temas é necessário indicar as referências teóricas fundamentais para a análise do objeto de pesquisa tratado neste artigo, bem como indicar o contexto mais amplo de ocorrência da integração regional, que é a fase do capitalismo flexível e de emergência do meio técnico-científico-informacional.

A análise realizada neste trabalho tem como referência a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (1974) que discute o papel das modernizações na economia-mundo, observando a relação de subordinação e liderança dos países, a partir de uma análise propositiva unidisciplinar. As principais referências de Wallerstein são: Marx quanto à compreensão histórica do capitalismo, sua lógica e acumulação e lutas de classe; Braudel e os diferentes tempos históricos (longo e curto) que corroboram para as transformações da economia-mundo, e Kondratiev e as fases cíclicas de crise e superação como parte do processo de

⁴⁹ Este trabalho é resultado do aprofundamento e atualização de algumas reflexões desenvolvidas durante o curso de doutorado em Geografia, realizado na FCT/UNESP, no período de 2014 a 2017, cuja pesquisa intitulada “Interações espaciais e rede urbana: uma discussão sobre os desdobramentos do processo de integração sul-americana através das infraestruturas de transporte”, foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – Processo n. 2014/09913-1).

⁵⁰ Doutora em Geografia – FCT/UNESP
Docente do DGTH – UFSCAR/Sorocaba
d.dayana@hotmail.com

acumulação capitalista. Os diferentes tempos são: estrutural (tempo de longa duração, refere-se à organização histórico-social, iniciada com o surgimento do sistema-mundo), conjuntural (média duração, relacionado às alterações cíclicas) e cotidiano (instantaneidade). O foco neste trabalho é o tempo conjuntural, no intuito de apreender as transformações que colaboraram para o perfil atual da integração no subcontinente, que está alinhada ao desenvolvimento de papéis políticos e econômicos dos países sul-americanos no sistema-mundo.

Além da análise do sistema-mundo de Wallerstein, também é basilar para este trabalho, a leitura feita por Bertha Becker (2000) sobre o surgimento de uma nova geopolítica pós-Guerra Fria, baseada na racionalidade, na logística e nas transformações ocasionadas pela revolução científico-tecnológica. Para a autora, é fundamental considerar a multiplicidade de agentes (corporações internacionais, grandes bancos, sociedade civil organizada etc.) no sistema-mundo internacional e a complexidade com que eles produzem o espaço geográfico, e como as relações entre eles se conformam a partir desse espaço. No contexto da nova geopolítica há emergência de temas como a incorporação de novos conteúdos técnicos nas redes de circulação e comunicações, redefinições na relação sociedade-natureza e no papel dos Estados nacionais.

Neste sentido, Egler (2014) ressalta a importância da relação entre geopolítica e geoeconomia na análise do espaço mundial contemporâneo, sendo responsável pelo desenho do mapa do mundo contemporâneo. Em concordância com a afirmação do autor, defendendo a análise da integração regional diante de sua atual complexidade, na intersecção entre geopolítica e geoeconomia. Isso quer dizer que o objeto em questão não pode ser compreendido no isolamento das duas subáreas da geografia, mas na convergência entre elas, o que inclui temas que vão desde a reconfiguração das redes geográficas à articulação entre as políticas dos Estados nacionais.

As dinâmicas territoriais das relações espaciais do mundo atual não podem ser compreendidas fora do contexto do meio técnico-científico informacional. Segundo Becker (2012), a geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração dos impactos da revolução técnico-científica e suas relações com as estruturas globais de poder. Por outro lado, tais estruturas são estabelecidas numa relação de interdependência entre Estados nacionais e corporações econômico-financeiras (BECKER, 2012).

Arroyo (2002) menciona que este é o contexto de um movimento simultâneo entre globalização e regionalização. A simultaneidade complexifica a relação entre fixos e fluxos, através da incorporação de novos conteúdos técnicos no território. Eles coexistem com as técnicas anteriores, gerando contradições e rugosidades (SANTOS, 2008), que são expressão da intencionalidade e seletividade nas escolhas de localização e nos objetivos desses novos conteúdos.

Os novos conteúdos técnicos compõem a base material para a produção, circulação e reprodução do capital, corroborando com o processo de acumulação, a partir da conformação das interações espaciais assimétricas em suas direções, frequências, intensidades e propósito do movimento, alterando qualitativamente as formações materiais que interagem (CORRÊA, 1997)

A base material seletiva é resultado da tentativa de homogeneização dos espaços, sob uma ordem econômica e política, cuja raiz é complexa por incluir agentes de diferentes escalas (governos, empresas multinacionais, bancos internacionais, entre outros). A homogeneização do espaço é contraposta pela resistência, que muitas vezes, possui uma origem local, mas que no período atual também se articula em rede. Neste sentido, os novos conteúdos técnicos são responsáveis pelo duplo movimento de integração e desintegração, que reforça a posição ocupada pelos lugares na divisão territorial do trabalho.

O duplo movimento é impulsionado pela coexistência de fatores políticos e econômicos. Dias (2000) e Raffestin (1993) afirmam a ordem e a desordem das redes são orientadas pelo poder que determinam as conexões e o domínio das redes de circulação e comunicações.

Essas redes são alvo das iniciativas de integração regional, pois com a conexão cada vez maior do sistema-mundo, o caminho para integrar-se a ele torna-se possível a partir da promoção de uma fluidez territorial, que é submissa aos interesses relacionados à acumulação de capital, e que demanda, dentre outras coisas, articulações políticas e investimentos econômicos.

Este texto tem como proposta indicar a necessidade de análise da integração regional na intersecção entre geopolítica e geoeconomia, ressaltando os diferentes contextos de

surgimento de duas iniciativas sub-regionais, o MERCOSUL e a UNASUL, e a convergência de temas entre elas.

Contextos da integração regional sul-americana: os casos do MERCOSUL e da UNASUL

Neste tópico, abordarei os contextos políticos e econômicos que impulsionaram a integração econômica na América do Sul, responsáveis pela origem do MERCOSUL e da IIRSA.

O término da Guerra Fria resultou em uma reconfiguração político-econômica mundial, dando origem a uma nova ordem uni-multipolar capitalista, baseado na liberalização dos mercados e minimização do papel dos Estados nacionais. Este novo contexto foi regido pelas políticas neoliberais acordadas no Consenso de Washington e pela hegemonia estadunidense.

Concomitantemente, os efeitos da terceira revolução industrial e a emergência das características do meio técnico-científico-informacional, conferiam novas velocidades aos fluxos e o surgimento de múltiplas redes, que resultaram em dinâmicas territoriais caracterizadas pelas contradições do estágio de desenvolvimento do capitalismo flexível.

A subordinação das economias periféricas e as desigualdades regionais tornaram-se mais evidentes no contexto do sistema-mundo. O descontentamento dos países sul-americanos cresceu com a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a prerrogativa do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) - que impedia a escolha de parceiros preferenciais no estabelecimento de acordos, cujas negociações não atendiam às expectativas econômicas dos países periféricos (BANDEIRA, 2008 e SORJ e FAUSTO, 2011).

Castro (2005) menciona que as iniciativas de integração regional surgiram como resposta à incapacidade do GATT de sustentar as negociações multilaterais sob a liderança dos Estados Unidos. Enfim, com a quebra dos acordos cobertos pelo GATT, os países periféricos viram a oportunidade de promover a integração dos mercados regionais para que a inserção na economia global tivesse maior competitividade. Em decorrência da possibilidade de eleger parceiros preferenciais em acordos de cooperação econômica, a década de 1990 foi

caracterizada pela proliferação de acordos regionais e avanço das políticas neoliberais, sendo conhecida como a década do regionalismo aberto, conforme mencionam Lombaerde e Garay (2008).

En los noventa, se aceleró un cambio en la modalidad de crecimiento de la amplia mayoría de las economías de América del Sur, del antiguo modelo de sustitución de importaciones se fue a uno con un mayor grado de apertura comercial. Los acuerdos subregionales se desarrollaron como un instrumento para facilitar, colaborar y apoyar la inserción de estas economías a la nueva etapa de globalización de la economía internacional en curso (VAILLANT, 2007, p. 24).

Embora os impulsos para as iniciativas de cooperação econômica e integração regional tenham tido o seu auge durante a década de 1990, a aproximação entre Argentina e Brasil já vinha sendo desenhada, progressivamente, desde os anos de 1970. A aproximação dos dois países que protagonizaram anteriormente uma disputa geopolítica na Bacia do Prata (MELO, 1987; MIYAMOTO, OLIVEIRA CRUZ, 2017) foi marcada pela assinatura do Tratado Tripartite Itaipu-Corpus, em 1979, para a utilização de recursos hídricos; pela Declaração do Iguazu, em 1985, para o desenvolvimento nuclear com fins pacíficos; e, no mesmo ano (1985), pela elaboração do projeto de construção da Ponte Internacional Tancredo Neves. Além disso, o posicionamento brasileiro sobre a Guerra das Malvinas, em 1982, também contribuiu para a aproximação entre os dois países.

Argentina e Brasil também criaram programas de cooperação setorial no âmbito econômico, a saber: o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), em 1986, e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD), em 1988. Eles sinalizaram um caminho possível para a modernização produtiva e internacionalização da economia. Paraguai e Uruguai foram atraídos por este indicativo, o que culminou, em 1991, na assinatura do Tratado de Assunção e a criação do MERCOSUL.

A criação do MERCOSUL encerrou definitivamente um capítulo da geopolítica do conflito na Bacia do Prata. A partir do bloco, estabeleceu-se formalmente um novo caminho de cooperação nas relações internacionais entre os países da região (MIYAMOTO, 1995).

A fim de potencializar a oportunidade que a regionalização de um bloco econômico poderia oferecer, baseados na experiência europeia de integração, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai estabeleceram metas ousadas para o MERCOSUL (KUME e PIANI, 2011), dentre elas, a conformação de um mercado comum até o fim do ano de 1994. A expectativa que essa meta poderia se tornar realidade gerou uma movimentação positiva no setor de negócios (ALVAREZ, 2011 e SCHVARZER, 2001), contudo, foi impossível transformar essa meta em realidade por não haver uma base estrutural, institucional e normativa para o estabelecimento de um mercado comum. O MERCOSUL, portanto, permanece até hoje como uma união aduaneira imperfeita.⁵¹

O contexto de criação do MERCOSUL ocorreu na convergência de um cenário internacional favorável às iniciativas regionais de cooperação econômico-comercial, e o contexto político regional de formalização da aproximação dos dois líderes da Bacia do Prata (que atraiu também os antigos alvos da disputa geopolítica argentino-brasileira, Paraguai e Uruguai).

Embora o MERCOSUL não tenha atingido o objetivo principal de tornar-se um mercado comum, é inegável o amadurecimento do bloco, demonstrado através dos protocolos adicionais ao Tratado de Assunção, sobretudo em relação à criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM); o aprimoramento da estrutura institucional do bloco; a criação do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL; a defesa do compromisso democrático dos países do bloco; e a constituição do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)⁵².

Nove anos após a criação do MERCOSUL, ainda sob os resquícios do regionalismo aberto e com base na experiência brasileira de integração,⁵³ foi criada a IIRSA. O intuito da

⁵¹ A união aduaneira requer a indicação de uma tarifa externa comum para as importações e uma zona de livre circulação de mercadorias intra-acordo. A união aduaneira imperfeita ocorre quando os países mantêm uma lista de exceções para as tarifas de importações.

⁵² O impacto desses aspectos e o motivo pelo qual eles representaram um impacto positivo no bloco foram discutidos detalhadamente em OLIVEIRA CRUZ (2019).

⁵³ A experiência brasileira de integração que baseou a criação da IIRSA foi a formação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), que fizeram parte do programa “Brasil em Ação” (1996-1999) e do programa “Avança Brasil” (2000/2003) (SOUZA, 2011). O objetivo dos ENIDs era a construção de um sistema logístico integrado, incorporando as novas áreas à dinâmica de comércio global,

IIRSA era fomentar o desenvolvimento da rede de infraestruturas ao promover a modernização nos transportes, energia e comunicações. Ela resultou do reconhecimento dos países sul-americanos em relação aos efeitos dos gargalos infraestruturais sobre a circulação da produção e a competitividade no comércio internacional.

A integração territorial proposta pela IIRSA foi concretizada a partir da sistematização de um portfólio de projetos, organizado por Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), com abrangência de toda a América do Sul. Os EIDs foram criados a partir de uma proposta de regionalização, considerando o perfil de cada área de influência quanto à existência e o potencial de atratividade de fluxos.

Para Costa (2009), a IIRSA teve uma tripla dimensão geopolítica que compreendeu: o sistema político mundial operado para o desenvolvimento da globalização, a presença e redefinição do papel dos estados nacionais, e a discussão sobre as fronteiras. Já para Albuquerque (2015), os projetos de expansão das redes de transporte terrestre assemelham-se à proposta do geopolítico brasileiro Mário Travassos, que foi o primeiro a debater sobre a necessidade de expansão da influência brasileira na Bacia do Prata.

A IIRSA passou por uma transformação organizacional mais profunda do que o MERCOSUL. Após onze anos da criação da IIRSA e sob uma nova visão política de integração no subcontinente, a iniciativa deixou de ser independente e foi incorporada ao Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), um dos oito conselhos ministeriais da UNASUL, passando a denominar-se COSIPLAN/IIRSA. Se do ponto de vista político e estrutural a IIRSA passou por grandes transformações, na prática o que mudou foi a criação de um espaço de diálogo, através de fóruns, nos quais os membros passaram a discutir sobre os projetos. Ou seja, a mudança que poderia ter representado um salto qualitativo em questões como a criação de mecanismos para a solução de controvérsias ou criação de um sistema para o financiamento dos projetos não foi realizada.

A criação da UNASUL contribuiu para a convergência de acordos como a Comunidade Andina (CAN), MERCOSUL e Área de Livre Comércio Sul-americana (ALCSA). Isso não

a fim de garantir maior competitividade dos produtos brasileiros (PORTO GONÇALVES e QUENTAL, 2012).

quer dizer que ela substituiu os antigos acordos, mas que significou um passo na direção da ampliação dos acordos de cooperação regional.

A convergência ocorreu no contexto da crise de 2008 e após a mudança na visão geopolítica dos Estados Unidos decorrente dos atentados de 2001. A instabilidade financeira impulsionou uma reestruturação econômica, demandando a intervenção estatal e a ampliação dos acordos de cooperação com o Sul global, mesmo com a vigência das políticas neoliberais (LAMOSO, 2012). Outro fator fundamental a ser observado foi a crescente demanda chinesa por soja, minério de ferro, outras *commodities* e produtos semimanufaturados, além dos Investimentos Estrangeiros Diretos (EIDs) promovidos pela China nos países sul-americanos.

A combinação de fatores regionais e internacionais pró-integração econômica e ampliação de acordos de cooperação sul-sul perdurou até 2016. Com a transformação no contexto político e econômico sul-americano, liderada pelos presidentes Michel Temer, do Brasil, e Mauricio Macri, da Argentina, surge uma nova tendência de flexibilização e enfraquecimento do processo de integração, reforçadas pelo recém-eleito presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

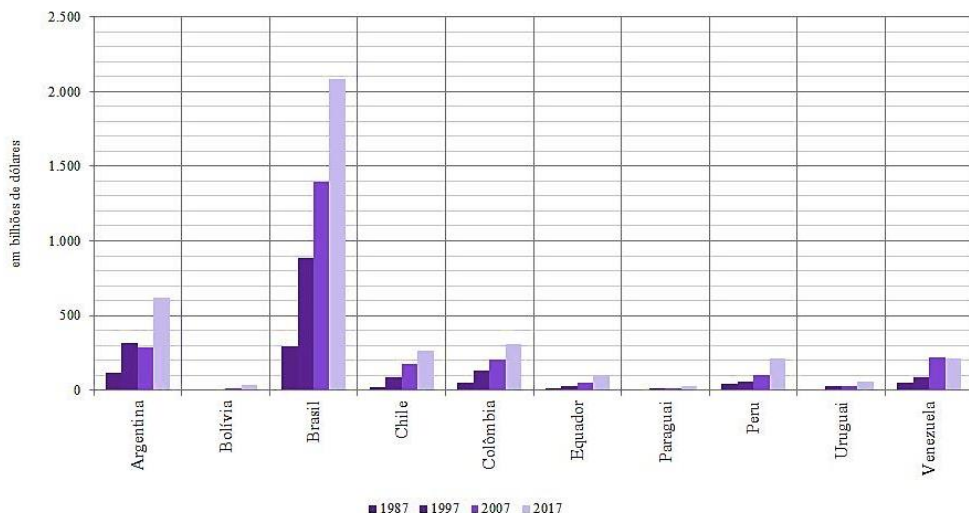
Temas convergentes entre MERCOSUL e UNASUL

Embora a criação do MERCOSUL e da UNASUL tenham ocorrido em contextos políticos e econômicos distintos, no tópico anterior, ressaltai que ambas as iniciativas possuem temas que permeiam as escalas internacional e regional nos âmbitos político-econômico que devem ser observados. Dentre os temas, cito brevemente a seguir: as assimetrias regionais e suas implicações no processo de integração regional; a liderança brasileira no MERCOSUL e na UNASUL; os gargalos infraestruturais nas redes de transportes e as implicações para o comércio internacional; e os embates jurídicos e normativos que dificultam a integração regional.

As assimetrias são comuns às duas iniciativas de integração, pois as vantagens no processo são distintas para os países líderes e para os países subordinados. Dentre outros

aspectos, é possível analisar as assimetrias entre os países sul-americanos a partir das diferenças no PIB, conforme mostra o Gráfico, a seguir.

Gráfico 1: PIB de países sul-americanos no período de 1987 a 2017⁵⁴



Fonte: ALADI, 2019

É inegável a diferença entre o PIB do Brasil e dos demais países sul-americanos representados no gráfico 1. A extensão territorial, o tamanho do mercado consumidor, o processo de urbanização e industrialização e o papel desempenhado no sistema-mundo como semiperiferia, são fatores fundamentais para compreender tais diferenças.

Embora os PIB argentino, chileno e colombiano sejam superiores aos demais (Bolívia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), eles não se comparam ao montante do PIB brasileiro. Tal fato demonstra a alta concentração de capitais no território brasileiro, sobretudo nos estados que compõem a região denominada como Região Concentrada (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

⁵⁴ O Gráfico 1 não indica o PIB da Guiana ou do Suriname, pois não foram encontrados dados estatísticos de acordo com a série histórica considerada.

A concentração de riquezas no Brasil é ainda mais evidente no caso do MERCOSUL. Conforme indicado no Gráfico 1, Paraguai e Uruguai estão entre os três países apresentados no gráfico com menor PIB, junto com a Bolívia. Rodriguez (2001) afirma que um dos grandes desafios do bloco é integrar as economias menores. Para ele, a dependência de Paraguai e Uruguai tem uma dimensão mais política do que econômica, já que o bloco também serve para as economias líderes como um espaço para a ampliação de sua influência, pois enquanto estas integram-se ao mundo, o Paraguai e o Uruguai tentam integrar-se ao bloco (RODRIGUES, 2001).

As diferenças no PIB indicam a disponibilidade de recursos que o país dispõe para o investimento em infraestruturas e a geração de efeitos multiplicadores na economia (discutidos amplamente por KEYNES, 1983 e RANGEL, 2005). Em outras palavras, quanto menor o PIB, a capacidade de gerar efeitos multiplicadores do país diminui, tornando evidente a existência de gargalos infraestruturais e o aumento do custo na produção e circulação de mercadorias, gerando rebatimentos na conjuntura econômica nacional e regional.

A falta de recursos para arcar com os custos da integração e os descompassos econômicos e políticos entre os países de um mesmo acordo tornam as assimetrias, de acordo com Tessari (2012), as principais geradoras de instabilidades político-institucionais por conta do descontentamento dos países menos favorecidos pelo processo de integração.

Em 2004, na tentativa de diminuir as assimetrias regionais no MERCOSUL, sobretudo em relação ao déficit de investimento estatal na rede de transportes e energia dos membros menores do bloco, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), que passou a vigorar em 2007.

A composição anual do fundo de centro e vinte e sete milhões de dólares é feita com base na série histórica do PIB dos Estados Partes (membros efetivos do MERCOSUL), sendo que os países com maior PIB contribuem com maior porcentagem do fundo (Argentina, 21%; Venezuela, 21%; e Brasil, 55%), e os países com menor PIB são compensados com menor contribuição (Uruguai 2%; e Paraguai 1%). Em contrapartida, o montante disponibilizado para o financiamento de projetos segue uma lógica inversa (Argentina, Brasil e Argentina com 9%, Uruguai, 29%; e Paraguai, 44%) (FOCEM, 2015). Embora a proposta do FOCEM represente

uma evolução no debate sobre as assimetrias, o montante disponibilizado para o financiamento de projetos é insuficiente diante da necessidade de ampliação das redes de infraestruturas.

Diferente do MERCOSUL, a UNASUL não possui um fundo estrutural específico. As fontes mais atuantes de financiamento de projetos são: BID, CAF, FONPLATA e outras instituições nacionais.

A diminuição das assimetrias foi um dos temas debatidos desde a fundação da UNASUL. O principal avanço neste sentido foi a proposta de criação do Banco do Sul, que pretendia promover uma futura aproximação com o Banco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como alternativa para instituições multilaterais de crédito. Embora a ata de fundação do banco tenha sido elaborada em 2007, ela não foi ratificada por todos os países membros da UNASUL.

Sem dúvida, embora as discussões no MERCOSUL e, principalmente, na UNASUL excedam o debate sobre a integração por meio do fomento às infraestruturas, ela é uma questão em ambas as iniciativas. A reprimarização recente da pauta de exportação subcontinental, com a perda de competitividade dos produtos manufaturados e aumento dos preços dos produtos agrícolas (LAMOSO, 2012) é o principal foco dos projetos de integração. No entanto, ao mesmo tempo em que a integração é necessária, o perfil da pauta de exportação impulsiona a competição entre as economias sul-americanas e dificulta a integração produtiva, tornando ainda mais evidentes as assimetrias entre a semiperiferia (Brasil) e a periferia (demais países sul-americanos).

Desde sua criação, a UNASUL prioriza uma agenda política mais ampla, já o MERCOSUL passou por um processo paulatino de ampliação de suas pautas, no entanto, permanece a ênfase na cooperação econômica entre os Estados Partes. Ambos possuem um caráter intergovernamental, que é decorrente da lentidão na incorporação das normativas estabelecidas ou até mesmo negação das mesmas. A intergovernabilidade é acompanhada pelo surgimento de controvérsias entre os países. Por não contarem com um sistema eficiente para a solução das mesmas, a estrutura institucional do MERCOSUL e da UNASUL, permanecem frágeis (KERBER, 2000 e OLIVEIRA CRUZ, 2019).

No contexto político e econômico regional o Brasil tem um papel central por ser um dos países líderes no processo de integração. A liderança do Brasil na América do Sul foi consolidada na década de 1970, com a ascensão do país à posição de semiperiferia na América do Sul, resultante do projeto de modernidade, altamente excludente que foi adotado no período ditatorial (BECKER e EGLER, 1994).

O novo papel econômico desempenhado no sistema-mundo, aliado à consolidação da posição política de líder regional, dotou o Brasil de maior capacidade para articular e protagonizar as iniciativas de cooperação econômico-comercial. Este papel foi legitimado na década de 1990 com o novo regionalismo, e aprofundado nos anos 2000 com a virada à esquerda e a ampliação das relações com o Sul global.

De acordo com Sanahuja (2010) e Lyrio e Pontes (2016), o Brasil aproveitou o papel de liderança no subcontinente para criar um contexto regional cada vez mais distante de seu principal concorrente latino, o México. Isso ajuda a explicar a ênfase na integração sul-americana ao invés do foco para a promoção de um diálogo latino-americano de integração.

Enquanto o Brasil buscou reafirmar-se como *player global* ao exercer sua influência geopolítica e geoeconômica no subcontinente (SORJ e FAUSTO, 2011), o México empregou seus esforços políticos e econômicos para aproximar-se dos Estados Unidos por meio dos acordos norte-sul e da cooperação bilateral.

Contudo, o protecionismo estadunidense colaborou para a aproximação econômica entre os subcontinentes (América do Sul e América Central). Um marco para essa aproximação foi a decisão argentina de tornar-se um dos quarenta e nove “Estados Observadores” da Aliança do Pacífico (formada por Chile, Colômbia, Peru e México).

A recente alteração política no Brasil, iniciada em 2016, com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e o início do governo do ex-presidente Michel Temer, foi o marco para a mudança de rumo nos acordos regionais. A defesa da flexibilização do MERCOSUL que contraria os princípios do Protocolo de Ouro Preto (assinado em 1994) é um dos principais exemplos do enfraquecimento do processo de integração regional no bloco (OLIVEIRA CRUZ, 2017).

O posicionamento do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, indica que os acordos de cooperação sul-sul, sobretudo os regionais, como é o caso da UNASUL e do MERCOSUL perderam a relevância no âmbito da política econômica brasileira. Um exemplo foi a participação na reunião realizada em Santiago, no Chile, em 22 de março de 2019, no intuito de discutir a criação de um novo acordo em substituição à UNASUL, o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), com viés ideológico alinhado aos ideais de direita, sem a necessidade de consenso para a tomada de decisões e com maior flexibilidade. Participaram da reunião os países membros da UNASUL, com exceção da Venezuela, que sequer foi convidada. Os presidentes da Bolívia, Guiana e Uruguai não compareceram, porém enviaram seus representantes.

O PROSUL é uma iniciativa que confirma definitivamente o afastamento dos países sul-americanos da herança deixada pelos governos de esquerda no período de 2003 a 2016 no subcontinente, ao mesmo tempo em que colabora para a reversão dos avanços no processo de integração regional na América do Sul.

Logo, na atual conjuntura, embora o contexto de criação do MERCOSUL e da UNASUL, tenham sido distintos, ambos os acordos se deparam com a mesma problemática política e econômica que indica uma tendência para o enfraquecimento e finalização dos mesmos.

Considerações finais

Desde os anos de 1990, a integração regional sul-americana tem passado por mudanças importantes em decorrência dos contextos político e econômico e suas respectivas articulações entre as escalas global e regional.

Do regionalismo aberto, passando pela virada à esquerda e a ampliação dos acordos de cooperação sul-sul, permaneceram algumas dificuldades e obstáculos para o processo de integração regional, sobretudo em relação à permanência das assimetrias, fragilidades institucionais devido aos embates jurídicos e normativos, a complexidade da liderança brasileira

na América do Sul e sua subordinação em relação aos países centrais no sistema-mundo, e a existência de gargalos infraestruturais que torna a circulação de *commodities* menos competitiva.

Embora a permanência de tais aspectos perdurou durante o período de 1991 a 2016, houveram avanços significativos no âmbito do MERCOSUL e da UNASUL, sobretudo em relação à ampliação das pautas discutidas entre os países membros para além do âmbito comercial e econômico através da criação de espaços de diálogo na UNASUL, bem como a criação de um fundo estrutural no MERCOSUL.

Entretanto, com os novos rumos políticos e econômicos adotados a partir de 2016 no subcontinente, e principalmente no Brasil, a tendência é o enfraquecimento dos acordos de integração regional. A criação do PROSUL pode ser interpretada como o recomeço para a integração na América do Sul, feito de maneira excludente, ideológica e baseada em políticas neoliberais que colaborarão para o aprofundamento dos laços de dependência e subordinação política e econômica dos países do centro do sistema capitalista, principalmente os Estados Unidos.

Referências

- ALADI. *Indicadores socioeconômicos – PIB*. 2018. Disponível em: <http://www.aladi.org/sitioaladi/indicadoresSocioeconomicosP.html>, acesso em 20/02/2019.
- ALBUQUERQUE, E. S. 80 anos da obra *Projeção Continental do Brasil*, de Mário Travassos. In: *Revista do Departamento de Geografia – USP*, vol. 29, 2015, p. 59-78.
- ALVAREZ, M. Los 20 años del MERCOSUR: una integración a dos velocidades. In: *Serie Comercio Internacional*. Santiago: Nações Unidas, n. 108, 2011, p. 5-57.
- ARROYO, M. M. MERCOSUL: novo território ou ampliação de velhas tendências? In: SCARLATO, F. C.; SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; ARROYO, M. (Org.). *O novo mapa do mundo: globalização e espaço latino-americano*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 2002, p. 122-131.
- BANDEIRA, L. A. M. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. In: *Revista da Escola Superior de Guerra*. — v.. 24, n. 50 (jul/dez) 2008 – Rio de Janeiro : ESG, 2008.
- BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. In: *Espaço aberto*. PPGG – UFRJ, n. 1, 2012, p. 117-150.

- _____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 271-308
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- CASTRO, I. E. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. (org). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.
- DIAS, L. C. Redes – emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.C.; CORRÊA, R. L. (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 141-164.
- _____. Continuidade do funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL. MERCOSUL/CMC/DEC. N° 22/15. 2015. Disponível em: https://focem.mercosur.int/uploads/normativa/DEC_022-2015_PT_Renovacao%20FOCEM-4.pdf, acesso em 15/02/2019.
- EGLER, C. A. G. *MERCOSUL: um território em construção?* Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a13v58n1.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2014.
- KERBER, G. *MERCOSUL e supranacionalidade: um estudo à luz das legislações constitucionais*. Florianópolis: UFSC, 2000. Dissertação. Mestrado em Direito.
- KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KUME, H.; PIANI, G. Perspectivas da tarifa externa comum. In: *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Brasília: BNDES, ano 8, Ed. 58, 2011.
- LAMOSO, L. P. “Neodesenvolvimentismo” brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. In: *Revista Sociedade e Natureza*. Uberlândia. Ano 24. n. 3, 2012, p. 391-404.
- LOMBAERDE, P.; GARAY, L. J. El nuevo regionalismo en América Latina. In: LOMBAERDE, P.; KOCHI, S.; RUIZ, J. B. (orgs). *Del regionalismo latinoamericano a la integración interregional*. Madrid: Fundación Carolina, 2008, p. 3-35
- LYRIO, M. C.; PONTES, K. D. S. A estratégia de inserção internacional do Brasil. In: LIMA, S. E. M. (org). *Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas. Análise e documentos*. Brasília: FUNAG, 2016, p. 125-142.
- MELLO, L. I. A. *A geopolítica do Brasil e a Baía do Prata*. Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP): Departamento de Ciências Sociais. São Paulo, 1987. Dissertação. Mestrado em Ciências Políticas.

- MIYAMOTO, S. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.
- OLIVEIRA, M. O. “A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e MERCOSUL.” In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. vol.41. n.1, 1998, p. 5-23.
- OLIVEIRA CRUZ, D. A. M. *Geopolítica e integração regional: uma análise dos projetos de infraestrutura de transportes entre Brasil e Paraguai*. Presidente Prudente: UNESP, 2017. Tese. Doutorado em Geografia.
- _____. O papel do Brasil no processo de integração regional do MERCOSUL. In: *Revista formação (Online)*. Vol. 25. n. 26. p. 27-46. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5506/4701>, acesso em 20/02/2019.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. In: *Revista Polis*, n.31, 2012, p. 1-28. Disponível em: polis.revues.org/3749. Acesso em 25 de setembro de 2015
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RANGEL, I. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SANAHUJA, J. A. La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal. In: CIENFUEGOS, M; SANAHUJA, J. A (org.). *Una región en construcción. Unasur y la integración en América del Sur*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2010, p. 87-134.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. São Paulo: Editora Record, 2006.
- SCHVARZER, J. El Mercosur: un bloque económico con objetivos a precisar. In: SIERRA, G. de (Org.). *Los rostros del Mercosur. El difícil camino de lo comercial a lo societal*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 21-44
- SORJ, B; FAUSTO, S. O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas. In: *Working Paper*, n. 12, 2011, p. 1-16.
- SOUZA, A. de O. A política de transporte no Governo Fernando Henrique Cardoso: o exemplo do modal ferroviário no Estado do Mato Grosso do Sul. In: SILVEIRA, M. R. (org). *Circulação, transporte e logística. Diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras expressões, 2011, p. 403-426.
- TESSARI, G. R. Regional integration, the structural funds and institutional stability in Mercosur: the creation of FOCEM. In: *Revista Perspectivas*, São Paulo, v.42, p.115-137, jul./dez. 2012.
- VAILLANT, M. *Convergencias y divergencias en la integración sudamericana*. Santiago: CEPAL, 2007.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno - II. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*. Traduzido por Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. New York: Academic Press, 1974.

A IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU BINACIONAL E AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS EM UMA CIDADE MÉDIA DAS TRÊS FRONTEIRAS: O CONTEXTO DE FOZ DO IGUAÇU (PARANÁ)

*Alexandre Carvalho de Andrade*⁵⁵

As cidades médias brasileiras apresentaram expressivo crescimento populacional e maior importância nas redes urbanas em que estão inseridas, em especial a partir da década de 70. Constituem importantes características destas cidades o contingente populacional, o papel intermediário na rede urbana nacional, a função de provedora de produtos e serviços para as localidades e áreas rurais circunvizinhas, a atração e fixação de migrantes, e a diversidade de usos do solo em seu espaço intraurbano (SOARES, 1999; AMORIM FILHO & RIGOTTI, 2002; SPOSITO, 2006; CORRÊA, 2007).

Foz do Iguaçu, município localizado no oeste do estado do Paraná, nas fronteiras com a Argentina e o Paraguai, possui características demográficas, econômicas e socioespaciais que a faz se assemelhar com as mais diversas cidades médias brasileiras. No entanto, devido a sua posição geográfica fronteiriça e as dinâmicas internas e externas que atuaram e atuam em seu território, Foz do Iguaçu apresenta significativas particularidades, a exemplo de estar inserida em uma aglomeração urbana que envolve cidades de três países, em que há uma grande circulação de pessoas e produtos em seu interior, além de inter-relações com outros territórios.

De acordo com Rafestin (2005, p. 13), “a fronteira não é uma linha, a fronteira é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora. Ela é a expressão de um equilíbrio dinâmico que não se encontra somente no sistema territorial, mas em todos os sistemas biossociais”. Sendo assim, se a análise de uma cidade média, também deve ser compreendida a partir de sua inter-relação em uma rede urbana (CORRÊA, 2007), no contexto de Foz do Iguaçu, as dinâmicas demográficas, socioeconômicas, políticas e socioculturais estão

⁵⁵ Professor do IFSULDEMINAS/Campus Poços de Caldas e do Programa de Pós-Graduação em Geografia /UNIFAL-MG.
alexandre.andrade@ifsuldeminas.edu.br

diretamente ligadas às que ocorrem no Oeste Paranaenses, mas também estão intimamente atreladas a Aglomeração Urbanas das Três Fronteiras, onde a cidade está inserida juntamente com Puerto Iguazú (Argentina) e a “Gran Ciudad del Este⁵⁶” (Paraguai), com uma população de cerca de 900 mil habitantes na atualidade.

Este trabalho tem o objetivo de demonstrar o processo de crescimento populacional e de expansão urbana na cidade de Foz do Iguaçu, ocorridos a partir da década de setenta do século XX, e o papel fundamental da implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional na produção do espaço urbano local, e em especial da porção norte da cidade. Assim, para isto será dada ênfase em três escala espaciais: o contexto da Aglomeração Urbana das Três Fronteiras; a totalidade da cidade de Foz do Iguaçu; e a “região de Itaipu⁵⁷” no espaço urbano iguaçuense, pois, para se compreender uma porção espacial é necessária a compreensão do todo em que esta se insere (SANTOS, 1997).

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, foram utilizados a revisão bibliográfica, a coleta e análise de recursos cartográficos, documentos oficiais, e dados secundários de Foz do Iguaçu e dos demais municípios da Aglomeração Urbana das Três Fronteiras, e a realização de trabalhos de campo. Neste último é necessário salientar que o autor do presente trabalho residiu em Foz do Iguaçu, e mais precisamente em uma Vila de Itaipu, durante a década de 90, e para esta pesquisa realizou trabalhos de campo, recentemente, que contemplaram os mais diversos bairros da cidade de Foz do Iguaçu e diversas áreas da Aglomeração Urbana das Três Fronteiras, nas cidades de Puerto Iguazú (Argentina) e de Ciudad del Este, Presidente Franco e Minga Guazú (Paraguai).

⁵⁶ Composta por cinco municipalidades: Ciudad del Este, Hernandarias, Los Cedrales, Minga Guazú e Presidente Franco, localizadas no Departamento de Alto Paraná, Paraguai.

⁵⁷ O termo “região de Itaipu” se refere a toda a área que historicamente teve relação com a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Inicialmente compunham a área as três Vilas de Itaipu e espaços vazios e de variados usos, a exemplo da Subestação de Furnas. Com as mudanças que aconteceram nesta área, e o surgimento de novos bairros, ficou delimitada como a “região de Itaipu”, nesta pesquisa, as regiões político-administrativas da “Vila C” e da “AKLP/Vila A”, de acordo com a divisão do espaço municipal presente no “Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável”, de 2016 (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu).

A implantação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e as cidades da fronteira

Com relação as cidades médias, a década de 70 é associada como um momento onde estas, gradativamente, passam a apresentar expressivos crescimentos populacionais e expansão urbana; em linhas gerais, o desenvolvimento econômico destes locais, concomitante a uma contínua precarização da qualidade de vida das metrópoles, são descritas como importantes motivações. No contexto de Foz do Iguaçu, a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, em conjunto com o Paraguai, desde meados da década de 70, favoreceu a intensa modificação de suas dinâmicas demográficas, econômicas e socioculturais, o que faz com que a história da cidade possa ser dividida entre o “antes e o depois” da referida usina (ROSEIRA, 2006; RIBEIRO, 2006).

A inserção de um novo “objeto” de grande porte, no caso a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, promoveu uma nova produção do espaço não só de Foz do Iguaçu, mas também da Aglomeração Urbana das Três Fronteiras e do Oeste Paranaense. A respeito da inserção de objetos e suas respectivas mudanças socioespaciais, Milton Santos (1996, p.61 e 62) descreve que:

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação.

Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional.

Até o final dos anos sessenta, o município de Foz do Iguaçu tinha a maior parte de seus habitantes envolvida com atividades atreladas ao extrativismo vegetal de madeira e de mate, a um pequeno comércio fronteiriço e ao ainda modesto turismo de visitação às Cataratas do Iguaçu (SOUZA, 2009). Do outro lado da fronteira, Puerto Presidente Stroessner (nome até

1989, atual Ciudad del Este⁵⁸) foi fundada em 1957, no intuito de constituir um ponto onde se encontrariam as rotas que interligariam o centro do Paraguai, e especialmente sua capital Assunção, com o litoral brasileiro, sendo que as construções da Ruta Nacional 7 (Paraguai), da BR 277 (Brasil) e da Ponte da Amizade, na década de sessenta, aumentaram efetivamente a integração econômica, política e sociocultural entre o Brasil e o Paraguai (RABOSSI, 2004). No início da década de 70, havia pouco mais de 90 mil habitantes nas Três Fronteiras, sendo 33870 em Foz do Iguaçu (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1970), 59329 no lado paraguaio, sendo 26485 em Puerto Presidente Stroessner (DGEEC – Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos, 1972), e 3001 em Puerto Iguazú (INDEC – Instituto Nacional de Estadística, 1972).

No período entre 1966, quando foi celebrada a “Ata de Iguaçu”, e 1973 com a assinatura do “Tratado de Itaipu”, os governos do Brasil e do Paraguai definiram as diretrizes legais, ambientais e técnicas que culminaram na implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (SOUZA, 1998). A construção de Itaipu, por diversas razões, motivou discursos enaltecedores, por parte dos governos nacionais, mas também de outros governantes (municipais, estaduais), da mídia e da iniciativa privada, acerca da grandiosidade da obra, do desenvolvimento tecnológico atrelado a ela, da visibilidade internacional, e da perspectiva de crescimento econômico regional e nacional decorrentes (RIBEIRO, 2006). Um grupo de empreiteiras (UNICON, União das Construtoras LTDA) ficou responsável pelas obras (GASPAR, 2017).

Apesar dos benefícios provenientes destes empreendimentos, diversos impactos socioambientais ocorreram, tais como o alagamento de terras de grande fertilidade e a remoção de habitantes, sendo eles, especialmente indígenas e sítiantes da própria região e provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Aproximadamente 40 mil pessoas foram desapropriadas no lado brasileiro e mais de 20 mil no lado paraguaio, visando a implantação do reservatório de Itaipu. De um total de 111.332 hectares inundados, 23.570 eram pertencentes ao município de Foz do Iguaçu, o que representava 26,77% do território

⁵⁸ Durante este trabalho será utilizado o nome Puerto Presidente Stroessner para o que se refere ao local até 1989, e Ciudad del Este a partir desta data.

municipal na época (RIBEIRO, 2003). Esta situação colaborou para uma significativa emigração de pessoas da área afetada em direção a outras regiões do estado do Paraná, mas principalmente para outras unidades da federação, em especial para São Paulo, Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul (RIPPEL, 2005). Também houve a emigração em direção ao Paraguai, dos que passaram a ser denominados como “brasiguaios”, neste caso favorecida por políticas de atração do governo deste país, mas também pelo menor custo da terra e a proximidade geográfica com o Brasil (ROSEIRA, 2006).

Se o processo emigratório do Oeste Paranaense foi significativo, a situação específica de Foz do Iguaçu foi plenamente distinta. Com as obras da construção de Itaipu, o município atraiu uma considerável afluência de migrantes, provenientes do próprio Oeste Paranaense, mas também de outras regiões do estado do Paraná, e dos mais diversos estados brasileiros (RIPPEL, 2005). Do outro lado da fronteira, a cidade paraguaia de Puerto Stroessner também atraiu expressivo fluxo migratório, para os trabalhos nas obras de Itaipu, mas também para o crescente comércio de gêneros importados (RABOSSI, 2004). Em ambos os contextos, além da construção da usina em si, também foram necessárias as implantações de infraestruturas de circulação, moradia, serviços públicos, dentre outras, e que também foram atraentes para a afluência de migrantes para a área. E, mesmo um tanto “deslocada” da obra de Itaipu, a cidade argentina de Puerto Iguazú também apresentou um considerável crescimento populacional, quase triplicando sua pequena população (3001 em 1970, 9151, em 1980 – INDEC, 1970, 1980).

Trindade Júnior (2010) elucida que os “grandes objetos”, tais como as grandes usinas hidrelétricas, precisam de “respostas” no plano do território, às necessidades do novo arranjo espacial; sendo estes comandados, a exemplo de Itaipu, por ordens, interesses e objetivos que são externos ao local e ao regional, e que impõe normas, ritmos, lógicas e formas de organização do espaço de acordo com suas funcionalidades ao empreendimento. Por consequência, há uma “mudança ilusoriamente positiva dos novos habitantes que chegam, atraídos pelos novos objetos, e para aqueles que lá estavam antes de sua implantação” (TRINDADE JÚNIOR, 2010, p. 126). No contexto de Foz do Iguaçu, de acordo com Ribeiro (2003), haviam os discursos ufanistas referentes a monumentalidade e aos postos de trabalho gerados por Itaipu, feitos por

governos, pessoas atreladas ao empreendimento, e também pelos “barrageiros” (trabalhadores da usina), e ao mesmo tempo e contraditoriamente, haviam discursos completamente diferentes por parte dos desabrigados pela obra, que a viam como “desenraizadora e desagregadora”, uma vez que estes perderam seus locais, seus recursos e suas sociabilidades presentes em seus espaços vividos que seriam, e foram, inundados pela represa.

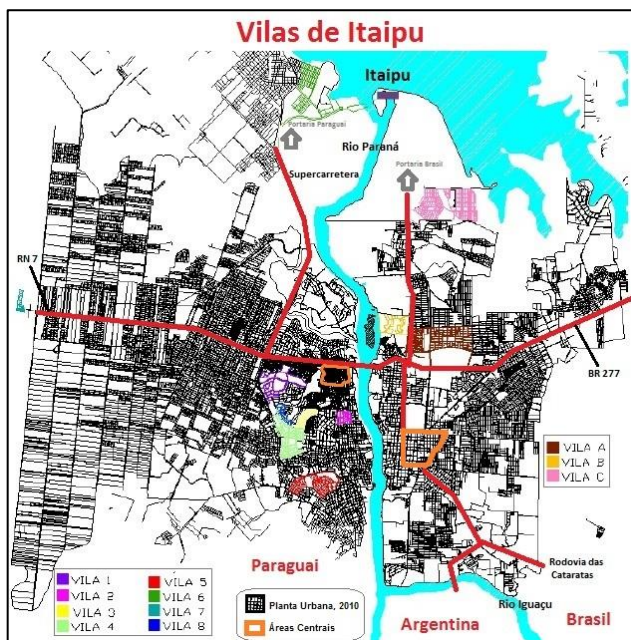
Itaipu e as novas configurações dos espaços urbanos

Durante os anos de construção de Itaipu (1975-1982), passaram pela empresa, na condição de contratados ou de terceirizados pelas empreiteiras, mais de cem mil funcionários, tanto no Brasil, quanto no Paraguai (SOUZA, 2011). Apesar disso, as cidades eram pequenas, tendo Foz do Iguaçu 20050 habitantes urbanos (IBGE, 1970), e 10.965 no Paraguai, sendo 7.069 em Puerto Stroessner (DGEEC, 1972), e contavam com infraestruturas insuficientes para abrigar a quantidade de pessoas que migrariam para atividades atreladas à construção da usina, assim como para outras práticas laborais.

Em termos governamentais, pelo lado paraguaio, em 1970 o governo nacional promoveu o parcelamento do solo em uma malha urbana ortogonal, e a cidade de Puerto Stroessner também contava com um aeroporto com voos para Assunção, parque e uma avenida asfaltada (SOUZA, 2011). No contexto brasileiro, além da cidade também contar com aeroporto e uma base militar, havia poucas vias asfaltadas e um pequeno e precário núcleo urbano, o que exigiu medidas de planejamento por parte do Estado, já que se previa um intenso crescimento populacional advindo da construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Para tanto, uma equipe da Universidade Federal do Paraná, a pedido da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e do Governo do Estado do Paraná, realizou o “Plano de Desenvolvimento Urbano Municipal” em 1974, e que é considerado como o “primeiro plano diretor” local; por sua vez, o Governo Federal lançou o “Programa Especial do Oeste do Paraná”, voltado ao provimento do desenvolvimento urbano, e de serviços de educação, saúde, saneamento e eletrificação nos municípios paranaenses atingidos pela construção de Itaipu e pelo alagamento de parcelas de seus territórios (MAZZAROLLO, 2003; ROSEIRA, 2006; RIBEIRO, 2006).

Devido a necessidade de alocar seus funcionários, e tendo em vista a pequena infraestrutura e oferta de moradias existentes nas cidades, a Itaipu Binacional realizou um plano de intervenções que chamou de “Planejamento Global Brasil/Paraguai”, que, dentre outras coisas, implantou, por meio de empresas privadas organizadas em um consórcio, vias de acessos, parques, escolas, equipamentos comunitários, hospitais e postos de saúde, além de onze conjuntos habitacionais, sendo oito no Paraguai e três no Brasil. No total foram construídas 9480 unidades residenciais, destas 5199 em território brasileiro (SOUZA, 2011), e também alojamentos no canteiro de obras para funcionários solteiros (RIBEIRO, 2006). Apesar de em ambos os países haver as divisões das vilas em distintas categorias, de acordo com a formação do funcionário e sua hierarquia dentro do empreendimento, as vilas de Itaipu apresentam diferenças entre o Brasil e o Paraguai, não só pela quantidade de conjuntos habitacionais, mas também por suas disposições espaciais (Figura 1).

Figura 1 - Mapa com a distribuição espacial das vilas de Itaipu no Brasil e no Paraguai.



Fonte: ITAIPU BINACIONAL (1984) apud SOUZA (2011, p. 182). Modificado pelo autor.

Conforme se pode observar no mapa, as vilas paraguaias, que são em maior número, estão espalhadas pelo território regional, em diferentes municipalidades, como Puerto Stroessner (Vilas 1,2,3,4 e 8), Minga Guazu (Vila 7), Presidente Franco (Vila 5) e Hernandarias (Vila 6). Apesar de as vilas e as moradias serem direcionadas aos funcionários de acordo com seus rendimentos e suas hierarquias, no contexto paraguaio não houve a existência de um “espaço de autosegregação”, como ocorreu no Brasil. A Vila 1, por exemplo, destinada para profissionais de nível superior, foi implantada em um espaço próximo ao centro de Puerto Stroessner, sendo separada deste basicamente pelos espaços arborizados do entorno do Lago da República, entretanto era de livre acesso; enquanto a Vila 6, voltada para profissionais da “mão de obra pesada”, foi instalada em Hernandarias, nas proximidades da usina de Itaipu (SOUZA, 2011).

Se no contexto paraguaio as vilas, em sua maior parte foram implantadas próximas ao centro da estação Puerto Stroessner, no Brasil a situação refletiu o que Corrêa (1997) refere como a fragmentação do espaço urbano, já que as Vilas A, B e C foram instaladas distantes do centro de Foz do Iguaçu, em áreas até então sem ocupações urbanas. Importante lembrar que, conforme descrito anteriormente, ambas as cidades eram pouco populosas, e seus territórios urbanizados pouco ultrapassavam os limites de suas áreas centrais (mapa da figura 1).

Havia, em média, 21.100 residentes nas vilas brasileiras, que foram construídas com recursos do Banco Nacional de Habitação, e contaram com infraestruturas de saúde, educação, segurança, saneamento, e espaços para cultura, esporte e lazer que eram fornecidas por Itaipu aos seus funcionários (CATTÁ, 1994; RIBEIRO, 2006; SOUZA; 2009; THAUMATURGO, 2011; SOUZA, 2011). A Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional exerceu importante influência na organização espacial de Foz do Iguaçu, construindo vilas separadas para cada grupo, de acordo com os rendimentos, a capacitação funcional e a hierarquia (CATTÁ, 1994). Isso, para Ribeiro (2006), fez com que o *status* social fosse identificado pelo local em que morava o funcionário.

A Vila A, voltada aos profissionais de “nível técnico”, contava com 2079 moradias, com metragens entre 72 e 160 metros quadrados, construídas com materiais considerados de

“padrões” bom, médio e popular, de acordo com as especificações da própria usina; nesta vila foram alocados diversos equipamentos urbanos que atendiam aos moradores das demais vilas brasileiras, tais como o Centro Administrativo de Itaipu, o Floresta Clube, o Hospital Costa Cavalcanti e o Colégio Anglo Americano. Por sua vez, a Vila B possuía 220 residências, com metragens entre 150 e 250 metros quadrados, e construídas com materiais de “padrão superior”, e voltadas aos funcionários com cargos e salários mais elevados; dentre todas as vilas brasileiras e paraguaias, esta era a única de acesso restrito, tendo um perfil bastante semelhante a de um condomínio fechado. Se as Vilas A e B eram ocupadas por funcionários contratados por Itaipu, a Vila C, entretanto, era ocupada por trabalhadores terceirizados contratados pelas empreiteiras, e as suas 2900 habitações, a princípio eram para serem temporárias, e se caracterizavam por quatro casas geminadas com metragem entre 60 e 80 metros quadrados, construídas com os materiais de pior qualidade (blocos de cimento, telhas de zinco); tal qual a Vila 6 paraguaia, também habitada por trabalhadores de menores salários e capacitação funcional, a Vila C estava muito próxima da barragem e bastante distante dos núcleos urbanos estabelecidos (SOUZA, 2011).

Entre os anos 70 e 80, os moradores das vilas de Itaipu, guardadas as já mencionadas diferenças entre rendimentos e ocupações do espaço entre seus funcionários, possuíam melhores salários e condições de vida do que na média da cidade (RIBEIRO, 2003). Em Foz do Iguaçu, de acordo com Ribeiro (2006) e Souza (2009), as distâncias geográficas e sociais existentes entre as vilas e a área central colaboraram para existência de “uma cidade dentro da cidade, com toda infraestrutura”. As pessoas que viviam nas vilas, neste período, basicamente constituídas por migrantes, tinham certo “estranhamento” com o centro da cidade, e havia pouca identidade e relação com a história do lugar (RIBEIRO, 2006), sendo que, não raramente, ao perder o vínculo com a Itaipu, seja em razão do fim das obras e/ou devido às demissões, o funcionário e sua família retornavam para seus locais de origem ou para outras áreas onde houvesse trabalho.

Dinâmicas socioeconômicas e a organização do espaço urbano de Foz do Iguaçu

Após os anos 70, Foz do Iguaçu gradativamente foi apresentando maior população e diversificação econômica e sociocultural, o que a fez se consolidar, por critérios demográficos, econômicos e regionais, como uma cidade média. E, tendo como “ponto de partida” a mencionada construção de Itaipu, a população municipal cresceu, tal qual aconteceu com as demais da Aglomeração Urbana das Três Fronteiras, como demonstrada na tabela 1.

Tabela 1 – Crescimento populacional na Aglomeração Urbana das Três Fronteiras, entre o início da década de 70 e 2010⁵⁹.

	Início dos anos 70	Início dos anos 90	2010
Foz do Iguaçu	33870	190123	256088
Gran Ciudad del Este	59329	247897	503618
Puerto Iguazu	3001	28083	82849
A. U. Três Fronteiras	96200	466103	842555

Fontes: Foz do Iguaçu (IBGE, 1970; 1991; 2010); Gran Ciudad del Este (DGEEC, 1972; 1992; 2010); Puerto Iguazú (INDEC, 1970; 1991; 2010).

De acordo com Thaumaturgo (2011), três fatores colaboraram para as dinâmicas econômicas de Foz do Iguaçu a partir dos anos 70: Itaipu, e o expressivo número de empregados durante a obra, e também, mesmo que em menor número, para seu funcionamento após o fim da construção; o turismo, tanto o “de lazer” voltado às Cataratas, quanto o turismo “de compras” em Ciudad del Este; e o comércio internacional, em especial com o Paraguai. Acrescenta a isto, as estruturas comerciais e de prestação de serviços “típicos de uma cidade média”, que atendem aos moradores da cidade e de sua área de influência, como faculdades, hospitais, *shopping-centers*, dentre outros. Cada uma a sua maneira e a seu tempo, estas práticas econômicas se apropriaram diferentemente dos espaços da cidade de Foz do Iguaçu, e conformou variados usos e práticas.

⁵⁹ Foi adotado o termo “início das décadas” devido as diferenças entre os anos dos censos dos três países.

As obras das construções da represa e da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional chegam ao fim em outubro de 1982, e em 1984 começa o fornecimento de energia da primeira unidade geradora. As demais unidades geradoras foram sendo implantadas até o ano de 1991, sendo que a capacidade máxima da usina foi atingida apenas no ano de 2007 (ITAIPU BINACIONAL, 2019). Desta maneira, com o encerramento das obras que demandavam maior mão de obra, no início dos anos 80 houve uma intensiva demissão de funcionários, que em seu apogeu teve 30263 trabalhadores, sendo 20090 brasileiros (CATTÁ, 2003, p. 6). Tal situação agravou as condições de emprego na cidade de Foz do Iguaçu, mas também do lado paraguaio. Neste contexto, o turismo, e especialmente o comércio no Paraguai, passaram a ser importantes oportunidades de rendimentos para os moradores de Foz do Iguaçu, assim como da Gran Ciudad del Este (RABOSSI, 2004; CARDIN, 2006; 2010).

O comércio do Paraguai, e as diversas atividades a ele relacionado, apresentou, e ainda apresenta, mesmo que em menor intensidade do que em seu auge, na década de 90, significativa importância para a geração de emprego e renda aos moradores de Foz do Iguaçu. Além dos sacoleiros, provenientes das mais diversas partes do Brasil, existem, envolvidos com as atividades comerciais de Ciudad del Este, diversas pessoas de Foz do Iguaçu, que transitam entre a formalidade e a informalidade, em práticas como laranjas⁶⁰, taxistas, comerciantes, mototaxistas, balconistas, hoteleiros, dentre outras (RABOSSI, 2004; CARDIN, 2006).

Segundo Souza (2009) e Ribeiro (2015), o período composto pelas décadas de oitenta e noventa foi o que houve o maior número de abertura de estabelecimentos de hospedagem no município de Foz do Iguaçu. E estas estruturas visavam atender ao turismo de negócios, típicos de uma cidade média, mas também aos turistas “de lazer” e aos turistas “de compras”. Os “turistas de lazer” são os que visitam a cidade e a região no intuito recreativo, e em sua maior parte ficam nos hotéis do centro e da rodovia das Cataratas e suas imediações, geralmente hospedarias de grande porte, pertencentes a redes nacionais ou internacionais do setor (SOUZA, 2009). Os “turistas de compras” são compostos pelos “sacoleiros”, provenientes das

⁶⁰ Como as “cotas de importação” são pessoais, os “laranjas”, em sua maior parte jovens brasileiros de baixa renda e moradores das periferias ou das imediações da fronteira com o Paraguai, passam mercadorias pela Ponte da Amizade, prestando serviços para sacoleiros e outros “patrões” (CARDIN, 2006; 2010).

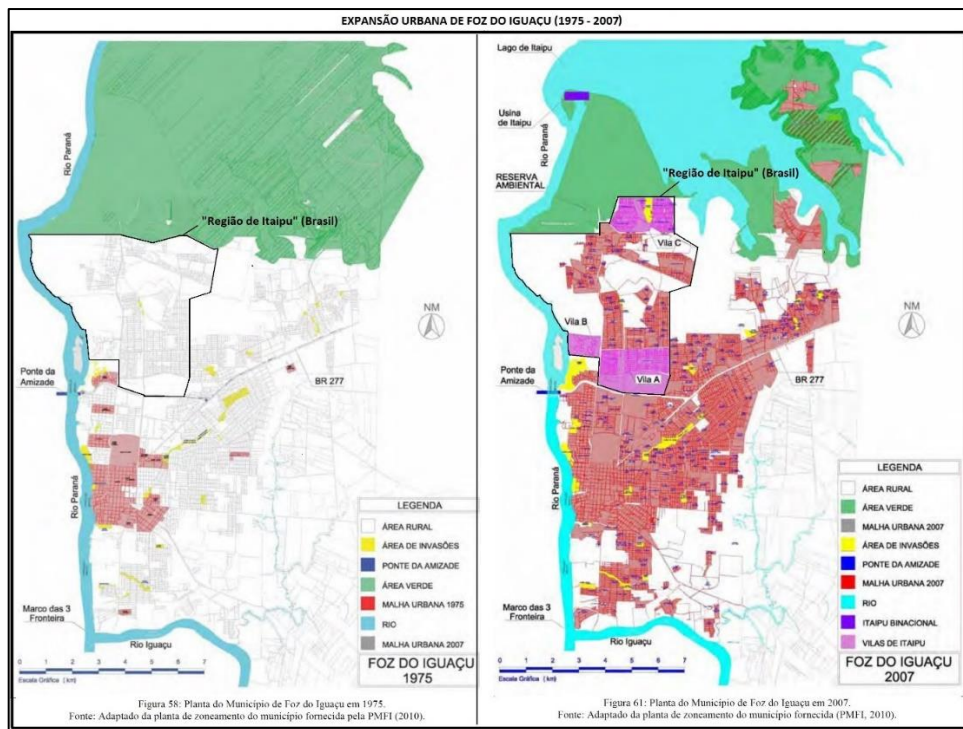
mais diversas regiões do Brasil, com o intuito de realizar compras em Ciudad del Este, e quando hospedam, são em pequenos hotéis localizados próximos à Ponte da Amizade e nas vias em direção ao centro e ao terminal rodoviário (RABOSSA, 2004; CARDIN, 2006; 2010).

A produção do espaço urbano de Foz do Iguaçu foi marcada por uma dualidade nos investimentos públicos, fazendo haver a “cidade para o turista”, sinalizada, pavimentada, limpa, arborizada e acessível, e a “cidade vivida pelos moradores pobres”, caracterizada pelas diversas precariedades de serviços públicos, e em áreas com paisagens e qualidade socioambientais deterioradas (SOUZA, 2009). Este contraste, entre as áreas turísticas e as áreas periféricas, ocorre em diversas cidades médias e metrópoles brasileiras, que apresentam importante funções turísticas (SERPA, 2002; YÁZIGI, 2003). Mas, no contexto de Foz do Iguaçu, é fundamental mencionar que estes melhoramentos urbanos em “áreas turísticas” ocorreram com maior intensidade no centro e deste em direção às Cataratas do Iguaçu, mas não nas áreas das proximidades da Ponte da Amizade, onde transita a maioria dos sacoleiros e trabalhadores ligados ao “turismo de compra”.

Foz do Iguaçu, a partir dos anos setenta, aumentou sua importância na rede urbana regional, sendo que, em 2007, a cidade passou a ser considerada como um “centro sub-regional A”, polarizando seis municípios do extremo oeste paranaense, sendo elas Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu (IBGE: Regiões de Influência das Cidades, 2008). Todavia, é de se levar em conta as importantes inter-relações entre Foz do Iguaçu e as demais cidades das Três Fronteiras. Há, nos dizeres de Rabossi (2004), um continuum urbano nesta região, em decorrência dos constantes deslocamentos de pessoas por entre as fronteiras dos países, por razões econômicas e socioculturais. Os moradores destes locais recorrentemente se dirigem à Foz do Iguaçu para atividades como compras, obtenção de serviços de saúde, realizar cursos superiores, trabalhar, entretenimento, dentre outras (CONTE, 2013).

Estas dinâmicas econômicas, demográficas, políticas e socioculturais, que incidiram no território municipal, colaboraram efetivamente para a expansão da área urbana, conforme a figura 2.

Figura 2 - Expansão urbana em Foz do Iguaçu, no período entre 1975 e 2007.



Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu apud Thaumaturgo (2012, p. 122, 128). Modificado pelo autor.

A expansão urbana em Foz do Iguaçu, entre 1975 e 2007 (figura 2), foi intensa e refletiu as lógicas capitalistas de apropriação dos espaços urbanos. Iguaçuenses e migrantes nacionais de maior poder aquisitivo, acrescidos por imigrantes internacionais que possuíam comércio no Paraguai, passaram a adquirir imóveis, para morar e/ou investir, e colaboraram efetivamente para aumentar a especulação imobiliária que impactou toda a cidade (MAZZAROLLO, 2003; SOUZA, 2009).

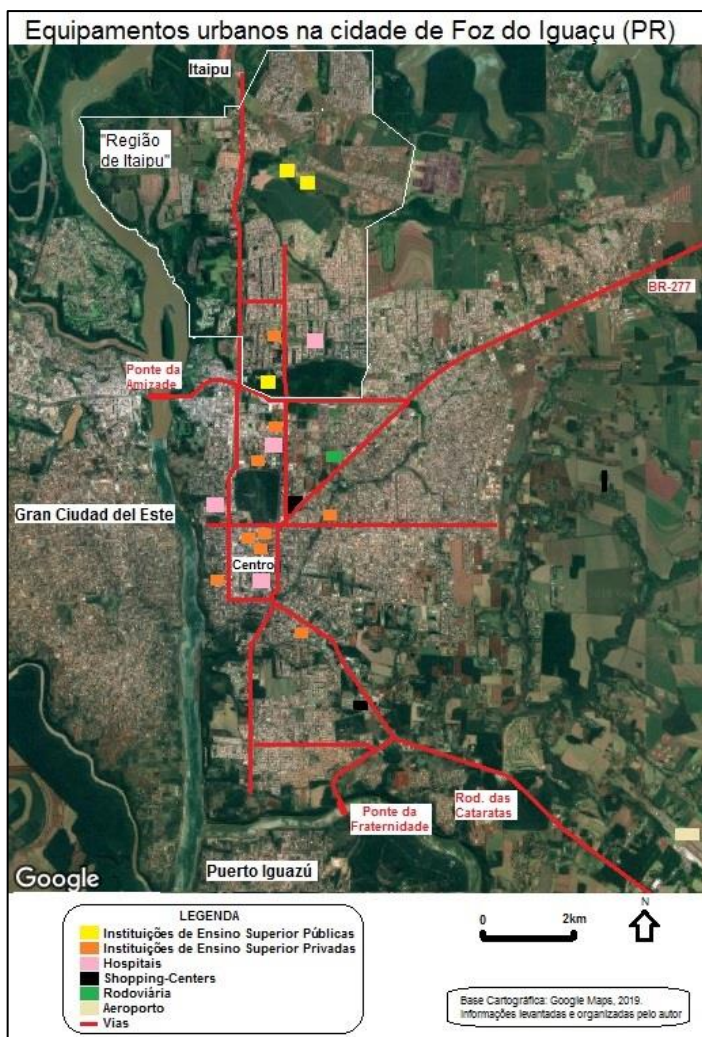
A “região de Itaipu”, por sua vez, apresentou expressiva expansão urbana no período (figura 2), devido ao surgimento de novos bairros, que incluem condomínios fechados,

conjuntos habitacionais e ocupações irregulares. Segundo pesquisas da Prefeitura Municipal, em 2006 a população deste setor da cidade era de 64806 habitantes (PMFI, 2016), número este muito superior aos que habitavam as vilas no período da construção de Itaipu (21100).

Aos mais pobres, restaram optar pelos distantes loteamentos que se urbanizaram sobre áreas anteriormente predominantemente rurais, tais como Porto Meira (ao sul da área central), o Jardim São Paulo (leste), a “região do Rincão do São Francisco” e Três Lagoas (a noroeste), distantes da área central e da “região de Itaipu”, e houve também um intensivo processo de favelização, no entorno do centro da cidade, nas barrancas do rio Paraná, e nas periferias (CATTA, 1994; SOUZA, 1998; MAZZAROLLO, 2003; SOUZA, 2009). A comercialização de imóveis nestas áreas, inclusive em um mercado informal e sem títulos legais de propriedade, foi prática recorrente entre as décadas de 70 e 90 (GASPAR, 2017). Em algumas destas áreas são evidentes as precariedades socioambientais.

Um espaço urbano, fragmentado, é caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra, e é articulado por meio da circulação de veículos, pessoas e informações (CORREA, 1997). Assim, diversos equipamentos urbanos atraem fluxos, constituindo centralidades importantes para moradores da cidade e da região, a exemplo do que ocorre em Foz do Iguaçu (figura 3)

Figura 3 – Distribuição de equipamentos urbanos na cidade de Foz do Iguaçu (2019).



Fonte: Google Maps (2019), organizado pelo autor.

A partir dos anos noventa, a produção do espaço urbano de Foz do Iguaçu passa a apresentar novas dinâmicas socioespaciais, devido as suas condições como centro receptor de turistas (de lazer e de compras) e de cidade média com significativa polarização na rede urbana.

E isto reflete não só nas configurações e características de suas áreas de expansão, mas também nos tipos de usos dos solos, e na constituição de novas centralidade no espaço urbano local.

As dinâmicas econômicas e demográficas que ocorreram em Foz do Iguaçu, assim como sua maior importância na rede urbana regional, colaboraram para que a cidade apresentasse diversos equipamentos urbanos que são utilizados por seus moradores, mas também de sua área influência. A visita aos *shopping-centers* e aos hipermercados da cidade, por exemplo, permite perceber a significativa presença de veículos paraguaios e argentinos. Estudantes de municípios paranaenses estudam em faculdades iguaçuenses, e devido a isso realizam recorrentemente migrações pendulares (CONTE, 2013). E o aeroporto internacional, com diversas linhas regulares, também atende aos moradores de municípios vizinhos, assim como aos turistas.

O centro de Foz do Iguaçu assumiu, gradativamente, certo protagonismo na malha urbana, em especial a partir dos anos oitenta, por oferecer uma diversificada estrutura de comércio, órgãos públicos, entretenimento, escolas, faculdades e hospitais, e em suas proximidades está o Shopping JL Cataratas, fundado em 2007 e o mais antigo do município (figura 3). Estes aspectos colaboram para que a área central de Foz do Iguaçu atraia fluxos de pessoas e de veículos de toda a cidade e dos municípios brasileiros, paraguaios e argentinos. Esta área da cidade passa a apresentar significativa verticalização das construções, para fins residenciais e/ou comerciais, mas ao mesmo tempo possui ocupações irregulares no seu entorno, em especial nas barrancas do rio Paraná.

Os intercâmbios com as demais cidades da Aglomeração Urbana das Três Fronteiras, e as particularidades destas relações socioculturais econômicas e produtivas, interferem nas produções do espaço urbano de Foz do Iguaçu. O ir e vir entre os países é uma constante no cotidiano dos moradores, assim como dos turistas que visitam a região. O movimento diário médio de pessoas e veículos é intenso entre os países, sendo 28714 pessoas e 8563 veículos na Ponte da Fraternidade (Brasil-Argentina), e 113907 pessoas e 38907 veículos na Ponte da Amizade (Brasil – Paraguai), segundo dados de junho de 2017 (UDC apud Parque Tecnológico de Itaipu/Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2018).

Interligada pela Ponte da Fraternidade, inaugurada em 1985, a circulação entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú é, em sua maioria, motivada pelas atividades de turismo e recreação, e em menor escala para o comércio (CONTE, 2013). Há fatores de atração no território argentino, tais como as Cataratas do Iguaçu, *Free-Shop*, Cassino, comércio, restaurantes de comidas típicas, dentre outros, o que faz que seja recorrente que turistas hospedados no Brasil visitem a Argentina e vice-versa, e o mesmo acontece com as populações das cidades fronteiriças. Importante ressaltar que as Cataratas do Iguaçu, na fronteira entre os dois países, constitui um dos principais e mais visitados atrativos turísticos da América do Sul (CURY e FRAGA, 2013). Do centro de Foz do Iguaçu em direção às Cataratas e a Puerto Iguazú, a atividade turística é considerada como “consolidada” pelos órgãos municipais, devido a presença de hotéis, atrativos turísticos, centro de convenções, aeroporto, dentre outros (RIBEIRO, 2015); nesta área, no ano de 2016 foi inaugurado o *shopping-center* Catuaí Palladium (figura 3).

No intercâmbio entre o Brasil e o Paraguai há uma maior complexidade e diversidade nos deslocamentos, sendo especialmente voltados ao trabalho (migração pendular), comércio (inclusive o de “sacoleiros”), acesso aos serviços de saúde, e entretenimento. Com relação ao Paraguai, a influência de Foz de Iguaçu ultrapassa a Gran Ciudad del Este, e atinge outras municipalidades do departamento de Alto Paraná, oferecendo inclusive serviços médicos e educacionais, em especial aos “brasiguaios”, que juntamente com seus descendentes somam aproximadamente 250 mil pessoas (Consulado Geral do Paraguai em Foz do Iguaçu apud CURY, 2010). Para Roseira (2006, p. 32), “Foz do Iguaçu é centralizadora e irradiadora de um conjunto de atividades que a caracteriza como importante polo de uma região transfronteiriça”, e, para o autor, na ponte da Amizade, e seu entorno, é perceptível o predomínio de uma paisagem degradada, pelo acúmulo de lixo, a sensação de abandono das edificações, e o “descontrole” atrelado ao trânsito caótico e aos vendedores ambulantes. Nesta área, em bairros como Vila Portes e Jardim Jupira existem pequenos hotéis voltados ao “turismo de compras”, comércio de vestuários, alimentos, calçados, e outros produtos voltados especialmente a consumidores provenientes do Paraguai, e diversos estacionamentos de veículos para as

pessoas que atravessam a Ponte da Amizade a pé, seja para o consumo e/ou para as idas e vindas dos migrantes pendulares.

As vilas de Itaipu, após as vendas das moradias, já não são mais habitadas apenas por pessoas atreladas a usina. E, se anteriormente eram distantes geograficamente e isoladas socialmente, atualmente são parte integrante das dinâmicas econômicas, culturais e socioespaciais que existem na “região de Itaipu”, mas também na cidade de Foz do Iguaçu e em sua área de influência. A formação de bairros e loteamentos, que incluem condomínios fechados, residenciais de “classe média”, conjuntos habitacionais e ocupações irregulares, foi uma constante nesta região, em especial a partir da década de 90. E isso se deve a existência de importantes vias (avenidas Paraná e Tancredo Neves, e BR 277), que a interliga com outros pontos do espaço urbano e regional. Mas, também, pela infraestrutura comercial e de prestação de serviços, com a existência de importantes equipamentos urbanos, como o Hospital Costa Cavalcanti e instituições públicas (UNILA, UNIOESTE, IFPR) e privada (Faculdade Anglo Americano) de ensino superior, que atraem pessoas provenientes de outras partes da cidade e da região (figura 3).

A Vila A, durante o período da implantação de Itaipu recebeu escola, hospital Costa Cavalcanti, clube de campo, o Centro Empresarial de Itaipu, e espaços destinados para as atividades comerciais. Devido a isso, desde os anos 70 já apresenta certa centralidade, entretanto, no início atraía principalmente moradores das vilas e pessoas com alguma ligação com Itaipu. Com a expansão urbana e as novas dinâmicas que se sucederam na “região de Itaipu”, na cidade de Foz do Iguaçu e em sua área de influência, a Vila A gradativamente se fortaleceu como um “subcentro”. A Vila B, após as vendas das casas por Itaipu, se tornou um condomínio fechado de alto padrão. O surgimento de condomínios fechados apresentou, assim como em outras cidades médias brasileiras, grande crescimento nas últimas décadas em Foz do Iguaçu, e também na “região de Itaipu”.

Refletindo seu caráter periférico, a Vila C, desde a época de Itaipu, continua sendo habitada por pessoas de baixos rendimentos, e no seu entorno surgiram loteamentos públicos e privados voltados a este grupo social. Atualmente, este setor da cidade é considerado de baixo *status* social, possuindo condições socioeconômicas e de ocupação espacial um tanto parecidas

com a de outras periferias formadas e/ou expandidas após os anos 70, tais como o São Francisco, Porto Meira e as Três Lagoas. Em uma cidade que passou por graves crises econômicas e oscilações na geração de emprego e renda, e onde o poder público fora um tanto negligente na provisão de unidades habitacionais, a existência de um mercado informal de venda de imóveis foi recorrente nas periferias da cidade, assim como foram as ameaças de despejos, e por consequência, as ações de resistências dos moradores e a formação de organizações sociais (GASPAR, 2017). Houve também um exponencial crescimento das ocupações irregulares, nas áreas periféricas, mas também próximas a área central, nas barrancas do rio Paraná (CATTÁ, 1994; 2003; SOUZA, 1998; RIBEIRO, 2003; SOUZA, 2009). Estas situações revelam as fortes contradições existentes em Foz do Iguaçu e na Aglomeração Urbana das Três Fronteiras.

Considerações finais

Devido a sua localização geográfica fronteiriça e as diversas ações governamentais que atuaram em seu território, tendo destaque a implantação de Itaipu, a cidade de Foz do Iguaçu passou por intensas mudanças em suas estruturas populacionais, econômicas e socioespaciais. A população cresceu, a área urbana se expandiu, e ao mesmo tempo em que diversos benefícios podem ser verificados, tais como a quantidade e diversidade de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, de atrativos e estruturas turísticas, e das relações sociais que envolvem pessoas das mais diversas origens, contraditoriamente, são diversos os problemas socioeconômicos que coexistem em seu território, tais como desemprego, atividades informais, criminalidade, conflitos pelo direito à moradia, e precariedade de infraestrutura nas ocupações irregulares e nas periferias empobrecidas.

A partir dos anos noventa, a produção do espaço urbano de Foz do Iguaçu passa a apresentar novas dinâmicas socioespaciais, devido as suas condições como centro receptor de turistas e de cidade média com significativa polarização na rede urbana. E isto reflete não só nas áreas de expansão, mas também nos tipos de usos dos solos, e na constituição de novas centralidades no espaço urbano local.

Em Foz do Iguaçu, se em décadas atrás havia uma significativa distância geográfica e social entre o centro e a “região de Itaipu”, atualmente ambas apresentam inter-relações fortes e recorrentes entre si, assim como com outras partes da própria cidade e com outros municípios da região, que incluem os do Oeste Paranaense de sua área de influência, mas também os pertencentes a Aglomeração Urbana das Três Fronteiras. Em um contexto em que a fragmentação do espaço urbano e a articulação de fluxos microrregionais e transfronteiriços se fazem presentes, a cidade de Foz do Iguaçu possui características típicas de uma cidade média brasileira, entretanto também apresenta fortes particularidades em seu território.

Referências

- AMORIM FILHO, O.B.; RIGOTTI, J.I.R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2002. pp. 1-22.
- CARDIN, E.G. *Sacoleiros e Laranjas na Tríplice Fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UNESP, Araraquara, 2006. 140 f.
- _____. *A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira*. Tese (Doutorado em Sociologia). UNESP, Araraquara, 2010. 194 f.
- CATTA, L.E. O cotidiano de uma fronteira: criminalidade e controle social. *Esboços*, v. 1, p. 51-59, 1994.
- _____. Fronteira e pobreza: a face da desordem (Foz do Iguaçu, 1964-1992). In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXII. *Anais...* João Pessoa: ANPUH, 2003. pp. 1-8.
- CONTE, C.H. Compreendendo o papel de Foz do Iguaçu/PR na rede de cidades com base na migração pendular. *Terra Plural*, v.7, n.1, p. 61-78, 2013.
- CORRÊA, R.L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.
- _____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades médias: espaços de transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 23-33.
- CURY, M.J.F. *Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (ITI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)*. Tese (Doutorado em Geografia). UFPR, Curitiba, 2010. 234 f.

- CURY, M.J.F; FRAGA, N.C. Conurbação transfronteiriça e o turismo na Tríplice Fronteira: Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). *Rosa dos Ventos*, 5 (3), p. 460-475, 2013.
- GASPAR, L.E. *As lutas dos trabalhadores por moradia em Foz do Iguaçu, PR (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado em História). UNIOESTE, Marechal Candido Rondon, 2017. 132 f.
- IBGE: REGIC – Regiões de Influência das Cidades, 2008
- ITAIPU BINACIONAL: La historia de la mayor hidroeléctrica del mundo. Disponível em <https://www.itaipu.gov.py/es/nossahistoria>. Acessado em 07 de março de 2019.
- MAZZAROLLO, J. *A taípa da injustiça*. Curitiba: Loyola, 2003. 203 p.
- Parque Tecnológico de Itaipu; Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu*. Plano de Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu, 2017. 346 p.
- Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu*. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável, 2016.
- RABOSI, F. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. 318 f.
- RAFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos das fronteiras. OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Território sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: UFMS, 2005. pp. 9-15.
- RIBEIRO, M.F.B. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2003. 116 p.
- _____. *Itaipu, a dança das águas: histórias e memórias de 1966 a 1984*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2006. 260 f.
- RIBEIRO, D.G. *Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNIOESTE, Toledo, 2015. 256 f.
- RIPPEL, R. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. Tese (Doutorado em Demografia). UNICAMP, Campinas, 2005. 250 f.
- ROSEIRA, A.M. *Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). USP, São Paulo, 2006. 171 f.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1997. 88 p.
- _____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 259 p.
- SERPA, Â. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, E. (Org). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 133 - 147.

- SOARES, B.R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Formação*, v.1, n.6, p. 55-63, 1999.
- SOUZA, A.A. *Itaipu e a urbanização da zona de fronteira do Iguaçu. Cidades e Conjuntos Habitacionais da Usina Hidrelétrica*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). PUC, Campinas, 2011. 192 p.
- SOUZA, E.B.C. *A região do Lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional*. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFSC, Florianópolis, 1998. 179 f.
- SOUZA, A.D. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu (PR): um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. Tese (Doutorado em História). PUC, São Paulo, 2009. 216 f.
- SPOSITO, M.E.B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, E.S; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 175-197.
- THAUMATURGO, L.R.Y. *A expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu*. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica). UNESP, Guaratinguetá, 2011. 149 f.
- TRINDADE JÚNIOR, S.C.C. “Cidades na floresta”: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 50, 2010, pp. 113-138.
- YÁZIGI, E. *Civilização urbana, planejamento e turismo*. São Paulo: Contexto, 2003. 359 f.

ESTATUTO CIENTÍFICO E RELAÇÕES DE PODER: CLAUDE RAFFESTIN E O PROJETO EPISTÊMICO NA GEOGRAFIA POLÍTICA

Raquel Fulino de Souza⁶¹

O texto aqui proposto é uma tentativa de cristalização de alguns momentos de uma reflexão iniciada há vários anos e ainda não encerrada. Ela o será algum dia? (Claude Raffestin)

A epígrafe extraída da primeira página do livro “Por Uma Geografia do Poder” apresenta os sinais de um largo intento, dando forma ao principal questionamento de Claude Raffestin em torno de seu projeto teórico na ciência geográfica, que já despontava no início dos anos 1970, precisamente quando ele assume seu posto de trabalho como professor de geografia política na Universidade de Genebra, em 1968.

Um projeto teórico na Geografia, genuinamente definido como um “programa de reflexão” (RAFFESTIN, 1986, p. 93), o qual, indubitavelmente, não se encerraria nas “Notas finais” de “Por Uma Geografia do Poder”, de estilo ensaístico e marcadamente filosófico, e que reunira, de maneira sintética, as bases conceituais determinantes de seu pensamento e algumas tentativas de formulações esquemáticas e modelizações genéricas que se configurariam de forma central na análise de Raffestin acerca do fenômeno territorial.

Não seria desmedido sinalizar, neste sentido, um projeto em torno de uma teoria do território e da territorialidade – ora mais ora menos explicitada –, a qual prosseguiria ao longo de todo percurso acadêmico e intelectual desse geógrafo, e que, nos dias de hoje, se encontra muito distante de resoluções a curto prazo (se é possível pensar em termos resolutivos).

O objetivo deste texto consiste, entretanto, em capturar alguns aspectos destes “momentos cristalizados” da reflexão de Raffestin que balizaram a construção de sua “geografia do poder”, sobretudo no que diz respeito ao estatuto epistêmico de sua abordagem relacional do poder.

⁶¹ Doutoranda em Geografia – UNESP – Rio Claro
rfulinos@gmail.com

Muito embora os embates epistemológicos e ideológicos do autor, travados com a tradição da escola francesa e da geografia política clássica, já sejam conhecidos na literatura geográfica brasileira, acredita-se que a particularização das questões epistêmicas, metódicas e ideológicas de seu pensamento foram ainda pouco explorados nos debates da geografia política nacional, mesmo com a larga difusão de suas ideias entre os geógrafos brasileiros. Portanto, este texto cumpre seu objetivo tão somente em reavivar o núcleo central destas questões, estimulando novas investigações no campo da geografia política e do pensamento geográfico.

Estatuto científico e categorias geográficas: revisitando “Por uma geografia do poder”

Se prestarmos atenção nas reflexões iniciais contidas em “*Por Uma Geografia do Poder*” (1993 [1980]), Raffestin apresenta o caráter desafiador de suas preocupações teóricas, questionando, inicialmente, a “perversidade classificatória” imputada aos geógrafos das diversas gerações em ter que ratificar, ao longo dos anos, as categorias de sua ciência.

Para desagrado do geógrafo suíço que sempre contestou a tradição vidalina, o procedimento comumente adotado consistia em operar as categorias a partir de um quadro apriorístico, cujas expressões teóricas fossem, inexoravelmente, “objeto de uma tradução espacial imediata” (RAFFESTIN, 1993, p. 05). É evidente que, sob esses critérios, a noção de “poder” não foi, imediatamente, compreendida enquanto categoria geográfica, sendo mais acolhida entre os estudiosos das ciências políticas, da filosofia política e até mesmo da história.

Em todo caso, se, para Raffestin (1993), esta questão “depende da concepção epistemológica que fazemos das ciências do homem e, em consequência, da geografia humana” (p. 06), é preciso reiterar ainda que isto também depende de uma concepção de método e, igualmente, de uma posição ideológica.

Em um artigo⁶² publicado dois anos antes de “*Por Uma Geografia do Poder*”, o autor já manifestava alguns aspectos que rondam a natureza científica e não-científica do conhecimento

⁶² RAFFESTIN, C. “Les construits en géographie humaine: notions et concepts”.

humano, incitando processos de conceitualização que se distinguem de “simples” constructos ou noções sobre o real (RAFFESTIN, 1978).

Sabe-se, neste sentido, que a palavra ‘notion’ provient d’une racine indo-européenne qui signifie ‘connaître’ c’est-à-dire appréhender par la perception”⁶³ (RAFFESTIN, 1978, p. 60), de modo que “la notion permet d’organiser l’expérience, elle est un matériel empirique”⁶⁴ (RAFFESTIN, 1978, p. 60). Em outras palavras, tratam-se de representações que conformam estruturas de sentidos e referenciais para o sujeito em relação ao real, porém não auferem inclinações explicativas e interpretativas dessa mesma realidade.

Já os processos de conceitualização, ao contrário, estão, constantemente, implicados no exercício da abstração teórica, tornando-os capazes d’“en retenir les aspects saillants”⁶⁵ ou “les traits essentiels”⁶⁶ (RAFFESTIN, 1978, p. 57) da realidade humana. Nesta perspectiva, os conceitos são, inegavelmente, constructos do pensamento, mas, ao mesmo tempo, se diferem das noções: “il ne s’agit plus de jouer sur le nombre des indices qui caractérisent un fait mais il s’agit de générer des relations formelles ou mathématiques indépendantes des contenus particuliers”⁶⁷ (RAFFESTIN, 1978, p. 61).

Neste ponto, em especial, Raffestin sustenta sua visão **epistêmica** acerca das funções precisas que os conceitos deveriam instaurar no interior das estruturas representativas e interpretativas de dada uma ciência, no caso, da “geografia humana”.

Isto equivale dizer que a possibilidade de estabelecer relações formais entre os constructos (representações) deve-se, em grande medida, a outros elementos que derivam dos processos de conceitualização, tais como as fórmulas, os modelos ou mesmo a própria teoria (“megaconceitos”) (RAFFESTIN, 1978). São, na verdade, instrumentos teóricos que incitam os geógrafos a pensar matematicamente e a apreender os fenômenos humanos mais complexos,

⁶³ “‘noção’ provém de uma raiz indo-europeia que significa ‘conhecer’, ou seja, apreender pela percepção” (Tradução livre).

⁶⁴ “a noção permite organizar a experiência, é um material empírico” (Tradução livre).

⁶⁵ “reter os aspectos notáveis” (Tradução livre).

⁶⁶ “os traços essenciais” (Tradução livre).

⁶⁷ “não se trata mais de atuar sobre o número dos índices que caracterizam um fato, mas trata-se de gerar relações formais ou matemáticas independentes dos conteúdos particulares” (Tradução livre).

gerando comparações e aquiescendo a conformação de “leis gerais” (nomotéticas) em suas propostas interpretativas (RAFFESTIN, 1978).

A busca por modelos matemáticos e pelo compromisso em estabelecer “leis” na ciência geográfica revela, na verdade, as tentativas teóricas do autor em decrescer as análises indutivas de seu tempo⁶⁸, sobrelevando, no limite, uma abordagem hipotético-dedutiva.

De acordo com Raffestin; Lévy (1998), na pesquisa geográfica, o geógrafo é sempre confrontado com quatro elementos epistemológicos – a metafísica, a problemática, a teoria e a empiria –, de modo que o exame de “ces éléments dans l’ordre de la séquence proposée c’est se situer dans une perspective analytique de type hypothético-déductif qui est parmi les plus solidement fondés⁶⁹ [...]” (RAFFESTIN; LÉVY, 1998, p. 33).

Assim:

La *métaphysique* est, avant tout, un terme conventionnel qui désigne une très vaste région de la connaissance: de la connaissance innée ou «subjective» à la foi religieuse, des modalités affectives et éthiques qui orientent le comportement et forment les attitudes aux idéologies politiques et aux croyances superstitieuses. En quelque sorte, la métaphysique joue le rôle de réservoir d'impressions, de convictions et de croyances alimentant le processus de la connaissance scientifique à partir duquel se forme le second élément épistémologique: la problématique. [...]

La problématique joue un rôle véritablement stratégique dans l'activité scientifique et pour la comprendre il faut partir de l'idée que la vérité, finalement ce qui est visé par l'entreprise scientifique, est tout entière contenue dans le monde qui nous entoure et en nous-mêmes. La vérité, toutefois ne se laisse pas «cueillir» dans son entièreté, et sa complexité la rend inatteignable. En d'autres termes, d'une idée absolue et globale de vérité, nous devons passer à une idée relative et partielle de vérité. Cela équivaut à «questionner» la réalité sur des points circonscrits et selon des modalités bien spécifiques, c'est-à-dire à instituer une problématique qui apparaît, dès lors, comme un «instrument qui sert à rendre intelligible»... quelque chose dans la réalité. Cette opération [...] n'est pas neutre en ce sens qu'elle est déjà un choix fondé métaphysiquement sur un jugement auquel est conféré une pertinence cognitive et/ou sur des inclinations personnelles... donc subjectives.

⁶⁸ “Pour y parvenir, selon Piaget, il faut passer de l’idiographie au nomothétique, c’est-à-dire établir des lois autrement dit se situer dans expérimentale et logico-mathématique” (RAFFESTIN, 1978, p. 63).

⁶⁹ “Para alcançar isto, segundo Piaget, é necessário passar da idiografia à nomotética, ou seja, estabelecer leis, dito de outra forma, se situar no experimental e lógico-matemático” (Tradução livre).

⁶⁹ “destes elementos na ordem da sequência proposta, é se situar em uma perspectiva analítica do tipo hipotético-dedutivo que é, entre várias, uma das mais solidamente fundadas”.

Mais la subjectivité [...] n'interdit pas la cohérence ultérieure de la démarche. Qu'il le veuille ou non, le chercheur institue ou accepte toujours une problématique que ce soit sur le mode implicite ou sur le mode explicite. Dire cela, c'est admettre l'hypothèse que tout exposé scientifique ou non est orienté par quelque chose dont il ne peut pas se débarrasser et qu'on peut trouver dans la structure même du langage préformé qu'il emploie ou auquel il se réfère. Nous ne voulons pas dire qu'une problématique est un sous-produit du langage mais que celui-ci en fournit une si le chercheur a omis d'en expliciter une. [...]

Nous sommes, par là même, amenés au troisième élément épistémologique: la théorie. En première approximation, nous pouvons dire que, si une problématique est une question à propos d'un phénomène de l'univers empirique, une théorie est une réponse qui rend compte du comment et du pourquoi ce phénomène se manifeste de telle manière et pas de telle autre.

D'une manière plus approfondie, nous pouvons dire, avec K. Popper, qu'une théorie est un ensemble argumenté d'énoncés capables d'expliquer déductivement un donné de l'expérience ou de l'observation. Le contenu logique d'une théorie est constitué par la chaîne des implications produites à partir de propositions. Mais ce qui qualifie scientifiquement une théorie est son contenu informatif, soit l'ensemble des conditions empiriques d'incompatibilité, c'est-à-dire ce qui ne doit pas survenir pour que la théorie demeure valable. Plus simplement, la théorie peut aussi être entendue au sens du programme d'observation.

Le rapport entre *théorie et empirie*, le quatrième élément épistémologique, est clair. Il est, en somme, le moyen d'instruire la validité d'une théorie dans sa confrontation avec les faits. Une théorie sera considérée comme vraie jusqu'à quand, et seulement jusqu'à quand, une de ses assertions ne sera pas contredite (ou falsifiée) par l'expérience. Une théorie s'élabore à partir d'un processus de conceptualisation et par là même n'est pas comparable directement avec l'empirie. Elle l'est, en revanche, par le truchement d'un médiateur technique pertinent, la méthodologie, dont l'adéquation n'est pas évidente comme le montrent par exemple les travaux de S. Gale⁷⁰ (RAFFESTIN; LÉVY, 1998, p. 33-34).

⁷⁰ “A metafísica é, antes de tudo, um termo convencional que designa uma vastíssima região do conhecimento: do conhecimento inato ou “subjetivo”, ao mesmo tempo, religioso, das modalidades afetivas e éticas que orientam o comportamento e formam as atitudes [ligadas] às ideologias políticas e às crenças supersticiosas. De qualquer modo, a metafísica tem o papel de reservatório de impressões, de convicções e de crenças alimentando o processo de conhecimento científico a partir do qual se forma o segundo elemento epistemológico: a problemática.

A problemática tem um papel, verdadeiramente, estratégico na atividade científica e, para compreendê-la, é necessário partir da ideia de que a verdade, finalmente, isto que é visado pela tarefa científica, está totalmente contida no mundo que nos rodeia e em nós mesmos. A verdade, no entanto, não se deixa “colher” na sua totalidade, e sua complexidade a torna inatingível. Em outros termos, de uma ideia absoluta e global de verdade, nós devemos passar a uma ideia relativa e parcial de verdade. Esta operação equivale a “questionar” a realidade sobre pontos circunscritos e segundo modalidades bem específicas, ou seja, a instituir uma problemática que aparece, por conseguinte, como um “instrumento que serve a

Todavia, é preciso destacar um aspecto peculiar relativo ao primeiro elemento epistemológico considerado pelo autor, no qual as posições ideológicas são atribuídas como representações metafísicas da realidade humana. É como se o conhecimento científico tivesse sua gênese e desenvolvimento de um modo, essencialmente, ilibado das questões sociais e políticas, e, neste sentido, contrário às “modalidades subjetivas” (para acompanhar as expressões de Raffestin) que orientariam uma “razão científica objetiva”.

É evidente, por outro lado, que o referido autor não deixa de ponderar o caráter real, ontológico, das determinações ideológicas na prática epistêmica, que “alimenta o processo científico”, afastando-o, por sua vez, de uma perspectiva de completa neutralidade. Entretanto, é preciso considerar que seu amparo teórico em Popper⁷¹ busca definir, “objetivamente”,

tornar inteligível”... alguma coisa na realidade. Esta operação [...] não é neutra no sentido que ela já é uma escolha fundada metafisicamente sobre um julgamento no qual é conferido uma pertinência cognitiva e/ou sobre inclinações pessoais... portanto, subjetivas. Mas a subjetividade [...] não interdita a coerência ulterior do procedimento. Quer queira quer não, o pesquisador institui ou aceita sempre uma problemática que está ligado ao modo implícito ou ao modo explícito. Dizer isso é admitir a hipótese que toda análise científica ou não está orientada por alguma coisa na qual não é possível se desembaraçar e que podemos encontrar na própria estrutura da linguagem pré-formada que ela emprega ou na qual se refere. Nós não queremos dizer que uma problemática é um subproduto da linguagem, mas que esta fornece uma se o pesquisador omitir de explicitar uma. [...]

Somos conduzidos, simultaneamente, ao terceiro elemento epistemológico: a teoria. Em primeira aproximação, nós podemos dizer que, se uma problemática é uma questão relacionada a um fenômeno do universo empírico, uma teoria é uma resposta que dá conta de “como” e “por que” este fenômeno se manifesta de tal maneira e não de outra. De uma maneira mais aprofundada, podemos dizer, com K. Popper, que uma teoria é um conjunto argumentado de enunciados capazes de explicar dedutivamente um dado da experiência ou da observação. O conteúdo lógico de uma teoria constituída por uma cadeia de implicações produzidas a partir de proposições. Mas o que qualifica cientificamente uma teoria é seu conteúdo informativo, seja o conjunto de condições empíricas de incompatibilidade, ou seja, o que não deve ocorrer para que a teoria se torne válida. Mais simplificada, a teoria pode também ser entendida no sentido de programa de observação. A relação entre teoria e empiria, o quarto elemento epistemológico, é claro. É, em suma, o meio de instruir a validade de uma teoria em sua confrontação com os fatos. Uma teoria será considerada como verdadeira até quando, e apenas até quando, uma de suas asserções não seja contradita (ou falsificada) pela experiência. Uma teoria se elabora a partir de um processo de conceitualização e por isso mesmo não é comparável diretamente com a empiria. Ela é, ao contrário, por intermédio de um mediador técnico pertinente, a metodologia, na qual a adequação não é evidente como o mostram, por exemplo, os trabalhos de S. Gale.” (Tradução livre).

⁷¹ De acordo com Sposito (2004), “no século XX, Karl Popper (1902-1994), filósofo austríaco fortemente influenciado pela filosofia do Círculo de Viena, escola que se notabilizou por recuperar a discussão do que é científico a partir da linguagem matemática, refinando a “linhagem” cartesiana e aprimorando a doutrina positivista com o que se chama, hoje, de uma maneira bastante vulgarizada, de neopositivismo, parte de uma visão materialista da realidade e discute o empirismo” (p. 32).

algum horizonte provável entre os campos “científico” e “não-científico” (SILVEIRA, 1996), revelando que sua construção em torno das articulações entre ideologia e ciência pouco exprimem organicidade e movimento histórico.

Assim:

A lógica da pesquisa e dos procedimentos científicos para se elaborar conhecimentos, para a tendência neopositivista, teria que se adequar a um sistema lógico de raciocínio [lógica formal], a uma linguagem específica (a linguagem matemática). Todo o conhecimento produzido, por sua vez, teria que passar “pela prova da falseabilidade” para atingir o estatuto científico. [...]

Para Henri Lefèbvre (1983), a lógica formal “pode ser considerada como um dos sistemas de redução do conteúdo, através do qual o entendimento chega a “formas” sem conteúdo, a formas puras e rigorosas, nas quais o pensamento lida apenas consigo mesmo, isto é, com ‘nada’ de substancial” (SPOSITO, 2004, pp. 32-33).

A dura crítica de Lefèbvre no diz respeito ao esvaziamento do “conteúdo” para o manutenção da “forma” dos pressupostos científicos aproxima Raffestin, neste aspecto, daquilo que foi denominado como “ruptura ou corte epistemológico” (BACHELARD, 2006), expressão na qual “haveria entre ideologia e ciência uma descontinuidade drástica, de ordem ‘qualitativa, teórica e histórica, que podemos designar, com Bachelard, como termo ‘corte epistemológico’” (VAISMAN, 2010, p. 42).

Compete indicar que a noção de “ruptura epistemológica” designa, na verdade, uma perspectiva predominantemente gnosiso-epistêmica (TONET, 2013). Constata-se, em termos gerais, que as perspectivas gnosiso-epistêmicas engendram núcleos metodológicos e estruturas categoriais, essencialmente, *apriorísticas* do fenômeno empírico estudado. Implicam, por sua vez, análises que, de modo geral, se sobrepõem à base material, isto é, às relações sociais e suas determinações contraditórias e ontológicas, evocando, por conseguinte, uma posição de ampla externalidade do “pesquisador isolado” em relação à concretude de sua atividade científica.

Não é toa, neste sentido, que o critério de “verdade” trazido por Raffestin no segundo elemento epistêmico (“a problemática”) seja sempre relativo e parcial, ou seja, seu fundamento decorre de critérios subjetivos do pesquisador e não das relações históricas, ontológicas, do

trabalho científico. Esta “verdade” gnosiso-epistêmica se vaporiza, portanto, em um infundável exercício da razão, cuja dimensão teleológica é ideal, inalcançável.

Em suma, estes aspectos epistêmicos definem traços gerais, contornos parciais, do pensamento de Raffestin, ainda que seja preciso, nestas reflexões preliminares, pontuar mais uma última especificidade do autor no que diz respeito aos processos de conceitualização na ciência geográfica e de que maneira ele concebe o próprio exercício abstrato da teorização (**metódico**).

Trata-se, na verdade, de uma atividade cognitiva que sofre uma constante “tensão” entre as distintas dimensões relacionadas à realidade (o objeto ou o fenômeno analisado) e ao pensamento (consciência humana). É inegável, neste sentido, as ponderações que o autor toma das reflexões marxianas de Luis Prieto, “puisque d’un côté il y a la volonté de ne pas se distancer de la “réalité” mais que de l’autre il y a la nécessité de s’en distancer pour se la représenter et éventuellement l’expliquer⁷²” (RAFFESTIN, 1978, p. 59).

En effet, Prieto distingue ‘face à la réalité première et naturelle constituée par la réalité matérielle, ..., une autre réalité, seconde et historique, constitué par ces connaissances elles-mêmes. Evidemment, l’activité cognitive peut aussi s’exercer sur cette réalité seconde et donne naissance à ce qu’on appelle les épistémologies qui en ont fait leur objet. [...] Ainsi, la géographie physique a pour objet la terre considérée d’un ou plusieurs points de vue. Il en résulte donc une connaissance. Une science de l’homme n’a pas pour objet une chose qui serait considérée de différents points de vue puisque c’est le point de vue lui-même qui fait la chose: il s’agit donc de la connaissance d’une connaissance mais aussi d’une praxis dans la mesure où connaissance et praxis sont inséparables. C’est pourquoi que PRIETO, à propos de l’oeuvre de MARX, a pu écrire: “le Capital, par exemple, n’étudie pas le mode de production capitaliste d’un point de vue déterminé, mais, ce qu’il s’efforce de faire, c’est d’explicitier le point de vue déterminé d’où résulte la pertinence de la façon de connaître la réalité matérielle qu’est le mode de production considéré”. On pourrait donc dire que la géographie humaine a pour objet la façon dont le sujet agissant connaît et pratique l’environnement dans lequel il est. La géographie humaine a pour tâche d’explicitier les points de vue de cette connaissance et de cette praxis⁷³ (RAFFESTIN, 1978, p. 55).

⁷² “já que de um lado há a vontade de não se distanciar da ‘realidade’ mas que de outro há a necessidade de se distanciar para representá-la e, eventualmente, explicá-la” (Tradução livre).

⁷³ “De fato, Prieto distingue ‘face à realidade primeira e natural constituída pela realidade material, ..., uma outra realidade, secundária e histórica, constituída por estes próprios conhecimentos. Evidentemente, a

Há, neste ponto, outro apontamento crítico a respeito dos processos de produção do conhecimento pelos geógrafos no sentido de representar a realidade e, “eventualmente”, explicá-la; como se “representação” e “explicação” fossem dimensões absolutamente separadas. Ora, os pressupostos teóricos que sustentam as concepções e explicações em “geografia física” não seriam, igualmente, representações de um objeto determinado?

Dito de outra forma, o que Raffestin (1993) tem tomado por “geografia humana”, isto é, a ciência que “consiste em explicitar a consciência do conhecimento e da prática que os homens têm dessa realidade [primeira] que é denominada ‘espaço’” (p. 06), teria uma função tão-somente “representativa” dos fenômenos socioespaciais (“já que é o próprio ponto de vista que faz a coisa”)?

Se não se trata de uma ciência que estuda o espaço “em-si” (como a “geografia física”, segundo o autor), mas os “pontos de vista”, os embates discursivos relativos aos processos relacionais e metabólicos do homem para com a natureza (trabalho), teria, a “geografia humana”, uma qualidade talvez “mais subjetiva” ou versamos, no limite, sobre uma falsa questão?

Assim:

En d'autres termes, la géographie humaine est la connaissance de la pratique et de la connaissance que les hommes ont de la réalité matérielle que est l'espace. Dans cette perspective l'objet de la géographie n'est pas l'espace mais les relations que les hommes nouent avec l'espace. L'objet de la géographie n'est donc pas un “donné” mais un “produit”.

Par conséquent, si l'objet du géographe est un “système de relations à l'espace”, ce système doit être construit. En effet, si les relations sont

atividade cognitiva pode também se exercer sobre esta realidade secundária e gerar aquilo que chamamos as epistemologias que fizeram disso seu objeto. [...] Assim, a geografia física tem por objeto a Terra considerada de um ou vários pontos de vista, já que é o próprio ponto de vista que faz a coisa: trata-se, portanto, do conhecimento de um conhecimento, mas também de uma praxis na medida que conhecimento e praxis são inseparáveis. É por isso que PRIETO, em relação à obra de MARX, pôde escrever: “o Capital, por exemplo, não estuda o modo de produção capitalista de um ponto de vista determinado, mas, o que ele se esforça a fazer, é explicitar o ponto de vista determinado do qual resulta a pertinência da maneira de conhecer a realidade material que é o modo de produção considerado”. Poderíamos dizer, portanto, que a geografia humana tem por objeto a maneira na qual o sujeito agindo conhece e pratica o meio no qual ele está. A geografia humana tem por tarefa explicitar os pontos de vista deste conhecimento e desta praxis. (Tradução livre).

déchiffrables, elles ne sont pas, au sens strict du terme, visibles. En revanche, elles sont visualisables mais pour les rendre telles, il faut élaborer un appareil conceptuel. On touche, ici, un point importante pour l'épistémologie de la géographie: la "chose" géographique immédiatement visible, un paysage, par exemple, peut être décrit au moyen d'une langue naturelle ou d'un code artistique. C'est la description du romancier qui peut être parfaitement pertinente, admirable, voire géniale, mais qui n'est pas scientifique dans la mesure où elle est le produit d'une conscience et d'une expérience individuelles. La description scientifique nécessite la construction d'un appareil conceptuel qui permet de passer de la "chose" donnée à l'objet géographique à l'aide de concepts aussi univoques que possibles. À cet égard, on peut prendre l'exemple de la cartographie qui est tout à fait illustrant: le passage de l'espace réel à la carte se réalise par la mobilisation d'un appareil conceptuel graphique qui n'est rien d'autre qu'une construction⁷⁴. [...] (RAFFESTIN; LÉVY, 1998, p. 31).

Seguindo as expressões dos autores, é notável, neste sentido, que o sistema relacional, para ser apreendido sob "critérios científicos" e tornar-se, universalmente, "decifrável" (tal como a linguagem cartográfica), ele deriva de uma "produção" teórico-conceitual. É, na verdade, um produto elaborado a partir de um "aparelho conceitual", capaz de transpassar a condição do objeto geográfico "dado" ("visível"), "comunicando" os processos relacionais.

Em outras palavras, trata-se de uma construção categorial engendrada a partir de uma linguagem específica ou um sistema de códigos ("sêmico"), o qual expressaria, cientificamente,

⁷⁴ "Em outros termos, a geografia humana é o conhecimento da prática e o conhecimento que os homens têm da realidade material que é o espaço. Nesta perspectiva, o objeto da geografia não é o espaço, mas as relações que os homens estabelecem com o espaço. A geografia não é, portanto, um "dado" mas um "produto".

Consequentemente, se o objeto do geógrafo é um "sistema de relações com o espaço" este sistema deve ser construído. Assim, se as relações são decifráveis, elas não são, no sentido estrito do termo, visíveis. Por outro lado, elas são visualizáveis, mas para torná-las assim, é preciso elaborar um aparelho conceitual. Tocamos, aqui, um ponto importante da epistemologia da geografia: a "coisa" geográfica imediatamente visível, uma paisagem, por exemplo, pode ser descrita mediante uma língua natural ou um código artístico. É a descrição do romancista que pode ser perfeitamente pertinente, admirável, inclusive genial, mas que não é científica na medida que ela é um produto de uma consciência e de uma experiência individuais. A descrição científica precisa da construção de um aparelho conceitual que permite passar da "coisa" dada ao objeto geográfico com a ajuda de conceitos os mais unívocos possíveis. Neste aspecto, podemos tomar o exemplo da cartografia que é absolutamente ilustrante: a passagem do espaço real à carta se realiza pela mobilização de um aparelho conceitual geográfico que não é nada além do que uma construção" (Tradução livre).

o sistema relacional, sobrepujando as experiências individuais, subjetivas, dos homens na relação com o espaço (“realidade primeira”).

Isto posto, as críticas de Raffestin (1993) a respeito da “perversidade classificatória”, que tenta delimitar as categorias “inerentemente” geográficas, tornam-se mais concretas, já que suas resoluções centraram-se, sobremaneira, no “objeto” e não nas relações de poder entre os homens. Segundo o autor, “o poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável” (p. 06), o que confere, ao poder, a chave “comunicável” e “traduzível” das relações humanas no espaço, conformadoras dos territórios e das territorialidades.

É, sem dúvida, uma consideração bastante perspicaz do autor, antevendo, diante de si, seus embates epistemológicos e ideológicos da época. De um lado, por muito tempo, na tradição de língua francesa, a “paisagem visível” ou o “espaço” vidalino ascendeu à condição de se tornar “objeto” legítimo da “geografia humana”, enquanto, no âmbito da geografia política clássica, o conceito de Estado foi, irrefutavelmente, o “objeto privilegiado de toda reflexão política” (RAFFESTIN, 1993, p. 05).

Compete demarcar, nesta direção, que a perspectiva relacional do poder manifestou, ao longo das décadas de 1970 e 1980, uma contraposição obstinada ao que geógrafo suíço denominou de “perspectivas morfofuncionais”, que nada mais são do que abordagens geográficas que “só representa[vam] a face funcional e não a face ‘processual’ da relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 33), ou seja, perspectivas que externalizam os sujeitos e os agentes sociais dos processos fundantes (ontológicos) dos territórios.

Em contrapartida, é necessário presumir que uma construção representativa da linguagem sobre as relações humanas no espaço eleva, no cerne da questão, um imbróglie em termos de método.

Cumprir averiguar o que distinguiria o processo de conceitualização do sistema relacional de Raffestin como projeto de “geografia humana” – que, para o autor, delimitaria os campos entre “ciência” e “não-ciência” –, de uma construção *apriorística* do “objeto geográfico” (predominantemente gnosiso-epistêmica), tanto no que diz respeito à descrição do “dado imediato” da realidade quanto à construção representativa das relações de poder no espaço?

Para elucidar esta questão, faz-se necessário engendrar algumas reflexões acerca da natureza das categorias e das leis estruturantes do real, cotejando a problemática relacional do poder à luz destas considerações.

A natureza ontológica das categorias e a base material das relações de poder

A natureza e a especificidade das categorias das leis estruturantes do real na ordem do desenvolvimento do conhecimento humano (no caso, científico) permitem situar as correlações fundamentais entre “o particular e o geral na realidade objetiva e na consciência, assim como a colocação em evidência da origem das essências ideais e da relação destas últimas com as formações materiais, com os fenômenos da realidade objetiva” (CHEPTULIN, 1982, p. 05).

Neste sentido, trata-se de demarcar que os processos de conceitualização de um projeto epistêmico, em concordância com Souza (2009; 2008), não são meros apanágios conceituais ou constructos taxonômicos de uma ciência particular, mas, antes de tudo, fenômenos ontogenéticos concretos que se manifestam e se consolidam mediante determinações e acumulações distintas da práxis humana (SOUZA, J. G., 2013). Este pressuposto sinaliza, de antemão, duas trajetórias de reflexão acerca das categorias e conceitos.

Sob um viés, verificam-se as abordagens lógico-epistêmicas, que exprimem “preceitos meramente gnosiológicos como critérios fundamentais de constituição das matrizes categoriais” (SANTOS NETO, 2011, p. 37). Tratam-se de designações a-históricas do ser, as quais pretendem expressar, apenas logicamente, a arquitetura categorial que constrói a realidade mediante leis *a priori*, apagando, muitas vezes, a complexidade das determinações históricas de uma dada processualidade em questão.

Isto significa, novamente explicando, que as funções representativas oriundas das categorias lógico-epistêmicas em relação à possibilidade do conhecimento humano sobre o real são amparadas por leis *a priori* que se sobrepõem às relações sociais e à materialidade do mundo objetivo, projetando conceituações que pretendem transcender e atravessar quaisquer condições sócio-históricas precisas.

Esta última citação inaugura as bases para a segunda abordagem no tocante à natureza das categorias, bem como suas articulações na produção do conhecimento da realidade, apontando que “as categorias [...] exprimem formas de vida, determinações de existência” (MARX, 2008, p. 265) da totalidade concreta, conferindo, por sua vez, seu caráter absolutamente terreno.

Assim, a apreensão do ordenamento ou da articulação categorial não indica, porém, um processo *a priori* e independente de ordenamento categorial no plano teórico ou, como melhor explica Müller (1982, n/p), “as categorias não são abstrações teóricas do analista, elas são expressões teóricas da abstração real”, tendo em vista seu caráter histórico-imanente, ou seja, ontológico.

Compete relembra, assim, que nesta perspectiva materialista e ontológica inexistente a pretensão metódica de encontrar o caminho da unidade lógica e resolutiva entre sujeito e objeto ou a articulação entre a ordem do ser e a ordem do pensamento (SANTOS NETO, 2011). Não se busca, portanto, a “verdade” epistemológica, a objetividade enquanto tal, em-si (CHASIN, 2009), sinalizando, na verdade, seu propósito para uma construção metodológica cientificamente capaz de “desmistificar contradições reais” (MÜLLER, 1982).

Portanto, “a problemática do conhecimento é, marxianamente, uma questão de caráter e resolução ontognosiológica” (VAISMAN, ALVES, 2009, p. 10), ou seja, “a questão do saber em Marx está categorialmente subordinada à diluição óptica, ao exercício da escavação pelo ser das coisas” (VAISMAN, ALVES, 2009, p. 12), cuja “determinação última é uma contradição real e não a automanifestação da razão” (MÜLLER, 1982).

Por conseguinte, estas breves considerações metodológicas permitem tensionar, do ponto de vista material, o que Claude Raffestin identificou no âmago de sua geografia política, justamente por não enfatizar uma dimensão estática e monolítica, como o espaço ou o Estado, mas as relações de poder que fundam os territórios.

Acompanhando as expressões de Raffestin, os processos relacionais efetivados no espaço, isto é, o exercício do poder objetivado nessa “realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática” (RAFFESTIN, 1993, p. 144), são capazes de revelar

(representar) as projeções de “um trabalho, seja energia e informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 144, engendrando, por sua vez, as condições necessárias e instauradoras dos territórios.

Neste sentido:

L'espace est un enjeu du pouvoir tandis que le **territoire** est un produit du pouvoir dans le sens où le pouvoir n'est pas la «nécessité naturelle, mais la capacité qu'ont les hommes de transformer par leur travail à la fois la nature qui les entoure et leurs propres rapports sociaux»⁷⁵ (RAFFESTIN, 1982, p. 168, destacado pela autora).

Trata-se de um questionamento que revela sua importância, inclusive, pela própria centralidade que a semiologia e a linguística adquirem na estrutura de pensamento de Raffestin, a ponto de se considerar que “os sistemas sêmicos [...] realizam as objetivações do espaço, que são os processos sociais” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Em outras palavras, cumpre demarcar, na trajetória de sua “geografia do poder”, se os caminhos teóricos do autor assumiram um desenvolvimento predominantemente lógico-discursivo (gnosio-epistêmico ou apriorístico); ou, ao contrário, se o autor fornece elementos teóricos concretos de desmistificação das relações sociais de poder e do movimento contraditório dessa sociabilidade.

Não se trata de “enquadramento” teórico-analítico, mas reconhecimento dos caminhos metodológicos e das concepções adotadas pelos pesquisadores, que não demonstram simples “preferências intelectuais” ou “adequadas e ingênuas” representações da processualidade social.

Parece não ser por acaso, nesta direção, que o autor acolha a noção de “atores sociais” para representar as relações sociais, dividindo-os em: sintagmáticos, que apresentam estratégias definidas no interior do processo relacional e da produção territorial (como, por exemplo, o Estado, os partidos políticos, os movimentos sociais) e paradigmáticos, que representariam “toda sorte de homens e mulheres que tem em comum o fato de estarem fixados numa porção de terra” (RAFFESTIN, 1993, p. 41).

⁷⁵ “O espaço é uma aposta do poder enquanto o território é um produto do poder no sentido onde o poder não é “a necessidade natural, mas a capacidade que tem os homens de transformar pelo seu trabalho, simultaneamente, a natureza que os rodeiam e suas próprias relações sociais” (Tradução livre).

Cabe, portanto, analisar estes mediadores sêmicos, que efetivam uma “axiomática” do território ao privilegiarem uma série particular de elementos paradigmáticos e sintagmáticos no interior de um determinado campo relacional do poder.

Este aspecto indica a possibilidade de uma hipérbole dos aspectos lógico-cognitivos derivados da posição do sujeito (consciência) em relação às representações cartográficas e à linguagem (discurso geográfico) e que se trata, na verdade, de objeto de investigações ainda em curso⁷⁶.

Considerações finais

Estas reflexões, que tomam um escopo mais provocativo do que propriamente resolutivo acerca das questões epistêmicas, metodológicas e ideológicas que perpassam o projeto de geografia política de Claude Raffestin, não se esgotam, por razões óbvias, neste texto. Todavia, acredita-se que, apesar do caráter intencionalmente aberto dos problemas apresentados, alguns pontos podem ser encaminhados.

Isto significa dizer que: i. se foi possível abarcar aspectos inexplorados da “geografia do poder”, ampliando as compreensões e apreensões de Claude Raffestin; ii. se foi possível questionar a materialidade e densidade histórica da problemática relacional do poder sem minimizar a riqueza de das concepções geográficas; iii. identificar criticamente a sutileza da abordagem relacional frente aos embates com a geografia política clássica e a tradição vidalina; é possível encerrar este texto momentaneamente satisfeitos.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Trad.: Fátima L. Godinho; Mário C. Oliveira. Lisboa: Portugal: Edições 70, 2006.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética Materialista*. Categorias e leis da dialética. Trad.: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. 354 p.

⁷⁶ Referência a atual pesquisa de doutoramento, intitulada “O conceito de trabalho na teoria do território e da territorialidade de Claude Raffestin”.

- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- GREIMAS, Algirdas Julius. *Sémiotique et sciences sociales*. Paris: Seuil, 1976.
- HARTSHORNE, Richard. *The Nature of Geography*. Michigan : Edwards Brothers, 1949.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad.: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. Space, territory and territoriality. *Environment and Planning D : Society and Space*, 2012, vol. 30, pp. 121-141.
- RAFFESTIN, Claude; LÉVY, Bertrand. Epistémologie de la géographie humaine. In: BAILLY, A. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1998, p. 25-36.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. Trad.: Maria Cecília França. Editora Ática, 1993.
- RAFFESTIN, Claude. Territorialité: concept ou paradigme em géographie sociale? *Geographica Helvetica* 2, 1986, pp. 91-96.
- RAFFESTIN, Claude. Travail et territorialité. In : *Demain le travail*. Paris : Economica, 1982, pp. 147-154.
- RAFFESTIN, Claude ; BRESSO, Mercedes. *Travail, espace et pouvoir*. Ed. L'Age d'Homme, Lausanne, 1979
- RAFFESTIN, Claude. Les construits em géographie humaine: notions et concepts. In: *Géopoint 78: Concepts et construits dans la géographie contemporaine*, 1978, p. 55-73.
- RAFFESTIN, Claude. Peut-on parler des codes dans les sciences humaines et particulièrement en géographie? *L'Espace Géographique*, Paris, n° 3, 1976, p. 183-188.
- RAFFESTIN, Claude. Géographie humaine et méthodes d'analyse. *Le Globe*, n. 111, 1974, p. 53-64.
- RAFFESTIN, Claude. Problématique implicite et problématique explicite en géographie humaine. *Geographica Helvetica*, 1974, n. 2/3, pp. 22-28.
- SILVEIRA, Fernando Lang. A filosofia da ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico. *Cad. Cat. Ens. Fis.*, v. 13, n. 3, pp. 197-218, 1996.
- SÖDERSTRÖM, O.; PHILO, C. Social geography: looking for geography in its spaces. In: BENKO, G; STROHMAYER, U., *Human Geography: A History for the Twenty-first Century*. Blackwell, Oxford, 2004, pp. 105-138.

- SOUZA, José Gilberto de. A Questão Indígena: Acumulação por Espoliação e Monopolização do Território (A economia política do agronegócio). *Revista Prima Facie*, v. 12, n. 22, 2013, pp. 01-42.
- SOUZA, José Gilberto de. Limites do Território. *Revista Agrária*, São Paulo, nº 10/11, 2009, pp. 99-130.
- SPOSITO, Eliseu S. *Geografia e Filosofia*. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- TONET, Ivo. *Método Científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- VAISMAN, Ester. A Ideologia e sua Determinação Ontológica. *Revista Verinotio*, nº 12, ano VI, out./2010, pp. 40-64.

O ALIMENTO E A ATUALIDADE DA GEOPOLÍTICA

*Estevan Leopoldo de Freitas Coca*⁷⁷

Depois de ser relegada ao ocaso pela academia no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, devido à sua relação com as estratégias expansionistas nazistas, no presente a Geopolítica ressurge com escopo ampliado/reformulado (BECKER, 2012). Além da clássica relação entre o Estado, o poder e o território – características de seu período “clássico” (TUATHAIL; DALBY, 1998) –, a Geopolítica atual tem agregado novos elementos, a exemplo dos movimentos sociais, das Organizações Não Governamentais (ONG’s), das corporações transnacionais, das redes do tráfico de drogas e das políticas climáticas (ATKINSON; DODDS, 2000; DALBY, 2014; MACHADO, 2000; ROUTLEDGE, 1996). Além disso, análises geopolíticas também têm levado em consideração o fato de que as disputas por poder na arena internacional já não envolvem exclusivamente a posse de territórios (entendidos em sua materialidade ou base física) e as dinâmicas imperialistas, mas também a construção de hegemonias nos sistemas financeiro e cultural (AGNEW, 2013).

Com base em tal contexto, no presente trabalho são abordados alguns dos elementos geopolíticos do sistema agroalimentar global. Visa-se relacionar a incorporação do alimento como ferramenta de poder pelas grandes potências, sejam elas Estados-Nação ou empresas, como um dos componentes da Geopolítica contemporânea. Por mais que tal relação não seja uma novidade, sendo uma constante do modo de produção capitalista, destaca-se que na atualidade, fatores como a financeirização dos bens comuns, a corrida mundial por terras e o protagonismo corporativo dão a ela nova configuração.

Como recurso analítico é utilizada a abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares, que relaciona a ordem mundial e o comércio agroalimentar com base nos períodos de acumulação e estabilização do capitalismo por meio de uma perspectiva interdisciplinar

⁷⁷ Docente do Curso de Geografia - UNIFAL-MG.
estevan.coca@unifal-mg.edu.br

(FRIEDMANN, 1993; McMICHAEL, 2009, 2016). Parte-se do princípio de que desde meados da década de 1980 tem predominado o regime alimentar corporativo, o qual se caracteriza pela neoliberalização dos sistemas alimentares e a intensificação do processo de mercantilização/commodificação da comida, intensificando problemas como o paradoxo entre a fome e a obesidade e a desestabilização econômica e social de milhões de unidades de produção camponesas em diversas partes do globo, devido à concentração dos mercados pelas grandes empresas alimentares (McMICHAEL, 2009, 2016).

Apesar de ser hegemônico, impactando a produção, o transporte, o consumo e o descarte de alimentos, ou seja, todas as etapas dos sistemas agroalimentares, o regime alimentar corporativo não pode ser lido como uma totalidade. Isso porque, como parte do caráter contraditório e desigual do capitalismo, movimentos camponeses articulados globalmente pela *La Via Campesina* apresentam a soberania alimentar – direito de cada povo ser hegemônico em relação aos seus sistemas alimentares, priorizando as práticas agroecológicas vindas de camponeses e indígenas – como um paradigma alternativo (COCA, 2016).

O trabalho possui três seções, além da presente introdução e das considerações finais. Na seguinte, consta a metodologia que foi adotada para o desenvolvimento da discussão aqui contida. Após, é feita uma leitura sobre os elementos geopolíticos do sistema agroalimentar global na atualidade com base na abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares. Por fim, são apresentadas contradições e contestações do regime alimentar corporativo, em especial por meio da produção de propostas contra hegemônicas por parte da *La Via Campesina*.

Metodologia

Esse trabalho traz resultados do estudo sobre a atualidade da Questão Agrária e as políticas de abastecimento alimentar como parte das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo autor na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), durante o ano de 2018. São exemplos disso o projeto de pesquisa “A abordagem da soberania alimentar na Geografia Agrária brasileira e o debate paradigmático” e o projeto de extensão “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - Sul de Minas Gerais”, além da disciplina “Sistema

Agroalimentar Global”, ministrada em caráter optativo aos alunos do 7º período do curso de Bacharelado em Geografia. As discussões oriundas dessas atividades possibilitaram o aprofundamento teórico sobre a abordagem dos regimes alimentares e a soberania alimentar, assim como o contato com ações contra hegemônicas desenvolvidas pelo campesinato do Sul de Minas Gerais.

Com base nessas experiências, optou-se para esse trabalho por enfatizar a discussão teórica sobre o regime alimentar corporativo e a soberania alimentar como parte da Geopolítica contemporânea. Os resultados empíricos foram tomados como suporte da discussão conceitual, todavia, sem possuir caráter estrutural no trabalho.

O levantamento teórico sobre os regimes alimentares e a soberania alimentar se deu com base em materiais publicados em português, inglês e espanhol inclusive artigos de periódicos, trabalhos publicados em anais de eventos científicos, livros, teses, dissertações e *grey documents* (documentos cinzentos – elaborados por instituições). Além de materiais impressos, também foram consultados os portais Researchgate, Academia e Google Acadêmico. Esses materiais foram fichados e depois arquivados no *software* de referenciamento bibliográfico Mendeley para posterior consulta e análise.

Os regimes alimentares e a geopolítica

Nesse trabalho defende-se a ideia de que o controle sobre os fluxos de alimentos no espaço – considerando as disputas políticas para o estabelecimento dos preços – é um dos componentes da atualidade da Geopolítica. No presente isso se dá concomitantemente à emergência das contradições sociais e ecológicas do capitalismo por meio da financeirização da economia, da flexibilização do trabalho e da confluência de crises estruturais do capitalismo (climática, energética e alimentar) (HOUTART, 2010; SAGE, 2012). Para desenvolver esse raciocínio utiliza-se a abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares, que por meio de uma perspectiva histórica e espacial, relaciona os períodos e arranjos de acumulação, retração e expansão do capitalismo com as políticas alimentares, sendo uma referência para o entendimento das dinâmicas estruturais desse modo de produção.

Os regimes alimentares não se referem [...] ao alimento *per se*, mas às relações em que eles são produzidos e através das quais o capitalismo se produz e reproduz (McMICHAEL, 2009b, p. 281, tradução nossa). Dito de outro modo:

Na realidade, o capitalismo em si é um regime alimentar, na medida em que sua reprodução depende do suprimento de produtos alimentícios necessários à reprodução (econômica) de sua força de trabalho. Isso implicou a conversão do alimento e da agricultura em relações de mercadoria, o que, além de baratear o primeiro, também insere ambos em uma lógica das estratégias de investimento (McMICHAEL, 2016b, p. 37).

Assim, por meio dessa abordagem teórico-metodológica faz-se possível analisar os processos de reestruturação do capitalismo no tempo e no espaço com ênfase nas políticas alimentares, considerando a emergência ou consolidação de forças hegemônicas, sejam elas Estados-Nação ou corporações transnacionais (COCA, 2016; McMICHAEL, 2009a). Se por um lado o preço do alimento interfere no valor da mão-de-obra utilizada pelos proprietários dos meios de produção, por outro, a interferência Estatal no mercado internacional pode até mesmo contribuir com instabilidade de governos. Nesses casos: “O domínio é estabelecido por meios militares, financeiros e institucionais, incorporando relações geopolíticas e modos de acumulação de capital específicos e acompanhados por ideologias de desenvolvimento” (McMICHAEL, 2016b, p. 42).

Ainda sobre o entendimento dos regimes alimentares, a geógrafa canadense Friedman (2005, p. 228, tradução nossa), uma das pioneiras dessa abordagem teórico-metodológica, destaca:

Desde que o mercado internacional de grãos e produtos agropecuários começou no século XIX, os regimes alimentares têm sido moldados por (desiguais) relações entre os Estados, empresários capitalistas e migrantes, por meio da compra, venda e remodelagem das culturas de produção agrícola e alimentação em larga escala, além das constelações globais de poder propriedade.

De tal modo, os regimes alimentares enfatizam os acordos e disputas pela orientação do fluxo de alimentos no espaço com ênfase na escala global. Por mais que os efeitos das políticas alimentares sejam mais intensos na escala local como a fome, a obesidade e o acesso

aos mercados, tal abordagem teórico-metodológica enfatiza os ajustes globais que permeiam esses processos. Ou seja, as hegemonias Estatal ou empresarial nos sistemas agroalimentares são construídas globalmente por meio da expansão e da dominação.

De acordo com Saab (2018, p. 2, tradução nossa), esse caráter multiescalar e multidimensional dos regimes alimentares abre perspectiva para leituras baseadas na interdisciplinaridade:

[...] a análise dos regimes alimentares situa o sistema alimentar global num contexto mais amplo do capitalismo global numa tentativa de expor o papel do alimento e da agricultura no desenvolvimento e transformação do capitalismo. Enquanto a análise do regime alimentar se baseia fortemente no Direito Internacional - através de diversas áreas especializadas, incluindo o Direito Comercial, leis ambientais e Direitos Humanos - contribui para a formação de relações globais de alimentos, há pouco envolvimento entre as diferentes disciplinas. Um diálogo interdisciplinar relacionado à governança global de alimentos pode levar a uma melhor compreensão das causas de fome e as várias soluções que o direito internacional pode oferecer.

Assim, reforça-se que por meio da abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares a Geopolítica atual deve ser vista como detentora de escopo ampliado, envolvendo discussões que vão além da relação entre o Estado, o poder e o território. Para isso, são tomadas leituras de ciências com objetos de estudos diferentes como é o caso da Geografia, da História, da Sociologia e das Relações Internacionais.

Apesar de correntemente se apresentar com nova roupagem por meio de um perfil desnacionalizante, a utilização do alimento como recurso geopolítico não é uma exclusividade do presente período de acumulação capitalista. De acordo com McMichael (2009a, 2012, 2016a, 2016b), desde a Primeira Revolução Industrial, conforme os movimentos de ajuste estrutural do capitalismo, podem ser constatados três regimes alimentares:

i) O que perdurou durante o período de exploração colonial dos finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX, tendo a Inglaterra como principal *player*. Nesse contexto, colônias localizadas em áreas de clima tropical como Austrália, Canadá e Argentina produziram alimentos a baixo custo, especialmente carne e trigo e

os exportavam para as metrópoles que então se industrializavam. Ou seja, no primeiro regime alimentar global é a produção das colônias que garante a reprodução barata da mão-de-obra nas grandes potências europeias em processo de industrialização. Esse primeiro regime alimentar teve o ouro como moeda estabilizadora e se caracterizou por produzir uma Questão Agrária com contornos nacionais.

ii) O que se desenrolou no contexto de políticas desenvolvimentista pós-Segunda Guerra Mundial (período de Guerra Fria), tendo os Estados Unidos como a principal força hegemônica e o dólar como moeda estabilizadora. O principal resultado disso foi a exportação do pacote de motomecanização e utilização de produtos químicos no campo denominado como “Revolução Verde” para os denominados *New Agricultural Countries* (Novos Países Agrícolas), sendo que a grande maioria desses se localizava no Hemisfério Sul. Acreditava-se que o problema da fome poderia ser resolvido por meio do aumento da produtividade. Também marcou esse período a intensificação da prática de subsídios agrícolas pelo governo estadunidense, o que estimulou uma produção de grãos maior do que a demanda interna. Como resultado, foi adotada uma política de “doação” desses produtos por meio de ações como o Programa de Alimentação Mundial (PAM), da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO);

iii) O atual, também denominado regime alimentar corporativo, que se caracteriza pelo contexto desnacionalizante do neoliberalismo emergido no final da década de 1980 e pela flexibilização das regras trabalhistas. Nesse caso, pela primeira vez no capitalismo, o regime alimentar não é definido pela força hegemônica de um Estado-Nação, mas pelo protagonismo de poucas grandes corporações transnacionais, sendo os exemplos mais emblemáticos as denominadas ABCD (Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus). Dada sua relevância para o entendimento da atualidade da Geopolítica contemporânea, ele será abordado de modo mais detalhado na sequência do trabalho.

Se nos regimes alimentares anteriores o ouro e o dólar, respectivamente, contribuíram para o ajuste estrutural do capitalismo, na atualidade, as forças estabilizadoras gravitam em torno de instituições neoliberalizantes como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), as quais exercem grande poder pressão sobre os países considerados subdesenvolvidos para que esses adotem políticas de livre-mercado (PEET, 2007). As regras e protocolos criados por tais instituições têm sido de fundamental importância na consolidação de grandes corporações no cenário internacional. No caso das políticas alimentares isso foi evidenciado, por exemplo, quando ocorreu a crise de acumulação de 2008/2009. Ao mesmo tempo em que eclodiram protestos e saques por fome, especialmente em países das regiões do “Chifre da África” e do Sudoeste Asiático (BAVIERA; BELLO, 2009), algumas grandes corporações que atuam no sistema agroalimentar tiveram lucros superiores à sua média histórica (MURPHY, 2009). Assim, a alimentação reverbera o processo de financeirização da economia “[...] associada ao declínio hegemônico e à perda de vantagem geoeconômica, de tal modo que os investidores trocam o capital fixo por investimentos financeiros de maior liquidez (com fusões e securitizações: consolidação e venda da dívida)” (McMICHAEL, 2016b, p. 72).

O principal motivo disso é que no regime alimentar corporativo tem se intensificado o processo de mercantilização do alimento e a espoliação dos pequenos produtores (McMICHAEL, 2016b), fazendo referência ao que Harvey (2005) tem denominado “acumulação por espoliação”. Como resultado, tem ocorrido a padronização da comida, principalmente por meio do maior consumo de ultraprocessados – alimentos que tiveram suas substâncias químicas fracionadas e/ou modificadas, especialmente por meio da adição de substâncias não alimentícias como os cosméticos e de sofisticados mecanismos de empacotamento (MONTEIRO et al., 2019). Isso tem gerado prejuízos à saúde pública devido ao aumento da incidência de doenças como a diabetes tipo 1 e a hipertensão (DIXON, 2009).

A dimensão geopolítica do regime alimentar corporativo também tem se destacado por meio de uma nova corrida mundial por terras. Na atualidade, chama a atenção o registro de casos de aquisição de terras por estrangeiros vinculada à expansão dos agrocombustíveis. A origem disso está no fato de que a grande dependência do petróleo, além de gerar sérias

preocupações geopolíticas para algumas das grandes potências globais, por outro lado, também tem causado consideráveis danos ao meio ambiente, sendo uma das principais razões para o aumento da temperatura da terra (COX et al., 2000; SAGE, 2013). Em razão disso, diversos países têm incentivado a produção de energia através dos agrocombustíveis (HOLT-GIMENEZ; SHATTUCK, 2009; HOUTART, 2010). Ocorre que, como esse tipo de produção requer grandes extensões de terras, para se dedicar a essa atividade, algumas grandes corporações financiadas por governos nacionais, têm buscado possibilidades de produzir agrocombustíveis em outros países, especialmente os que possuem frágil governança da terra (WOLFORD et al., 2013).

Portanto, com base nos exemplos e argumentos apresentados, evidencia-se que na atualidade o regime alimentar corporativo expressa as grandes corporações como um dos principais componentes da Geopolítica. Ao mesmo tempo em que elas condicionam a cultura alimentar em todo o globo por meio, especialmente, do maior consumo de ultraprocessados, ela também interfere nas questões agrária e ambiental.

A *La Via Campesina* e as contradições do regime alimentar corporativo

Ao mesmo tempo em que possibilita a conquista de mercados domésticos de “dentro pra fora” por parte das grandes corporações (McMICHAEL, 2009a), o presente regime alimentar também reverbera as contradições estruturais do capitalismo. O principal exemplo disso é que desde meados da década de 1990, tem se consolidado a coalizão global de movimentos e organizações rurais *La Via Campesina*, a qual tem defendido a soberania alimentar como parte de um paradigma alternativo ao regime alimentar corporativo (COCA, 2016; FAIRBAIRN, 2012).

A *La Via Campesina* foi fundada em 1993, em Mons, na Bélgica, em reunião que teve participação de representantes de coletivos camponeses de diversas partes do globo. Assim, ela emerge num contexto em que se dava a consolidação do regime alimentar corporativo por meio da influência do neoliberalismo nas políticas agrícolas e agrárias. No Brasil, por exemplo, é nesse contexto que se consolida o agronegócio (versão “moderna” do capitalismo no campo),

fato representado dentre outros, pela fundação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em 1993.

Atualmente, a *La Via Campesina* é composta por 182 organizações, oriundas de 81 países e de todos os continentes (LA VIA CAMPESINA, 2019), constituindo-se como um dos principais movimentos altermundialistas (DARDOT; LAVAL, 2017). Ela é um exemplo de como na atualidade, a realidade não deve ser apreendida através de uma compreensão de espaço lento, haja vista que estar em rede constitui-se como um dos componentes essenciais do fazer político (MOREIRA, 2007).

Desde seu II Congresso Internacional, ocorrido em Tlaxcala, no México, em 1996, a *La Via Campesina* tem se inserido na agenda pública internacional por meio da proposição da soberania alimentar como alternativa ao regime alimentar corporativo. Naquele contexto, instituições multilaterais – especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) – propunham a segurança alimentar como uma referência para a implementação de políticas de combate à fome. Contudo, apesar de segurança alimentar trazer como preocupação a garantia da universalidade do acesso ao alimento, ela não se preocupa com o modelo de desenvolvimento agrícola responsável por isso (COCA, 2016). Assim, ela não leva em consideração os efeitos nocivos à sociedade e ao meio-ambiente causados pelo agronegócio. Por essa razão, a soberania alimentar passou a ser proposta como uma alternativa que requer modificações estruturais nos sistemas agroalimentares.

Ao ser apresentada pela La Via Campesina em 1996, a soberania alimentar foi caracterizada como o direito de cada **nação** controlar seus sistemas alimentares com centralidade na produção sob bases sustentáveis de camponeses e indígenas (LA VIA CAMPESINA, 1996). Ou seja, em sua primeira acepção, a soberania alimentar fazia referência ao clássico conceito de soberania atrelado ao Estado-Nação em seu aspecto político-administrativo e territorial. Contudo, como um paradigma em evolução (WITTMAN; DESMARAIS; WIEBE, 2010), em 2007, a *La Via Campesina* e outros movimentos e instituições passaram a defender a ocorrência da soberania alimentar na escala da **comunidade** (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007). Com isso, foi dada maior ênfase à diversidade territorial (COCA, 2016).

Muito além de elementos técnico-operacionais, a soberania alimentar tem sido proposta concomitantemente a outros processos estruturais como a busca pela superação do patriarcalismo no campo e a valorização do trabalho feminino (PARK; WHITE; JULIA, 2015), a produção sob bases agroecológicas (WITTMAN, 2011) e a reforma agrária aplicada sob uma perspectiva redistributiva (BRENT, 2013). Isso indica que ela traz uma leitura sobre como o processo de alimentação está atrelado de modo direto ou indireto com as principais disputas que caracterizam a sociedade contemporânea, sejam elas identitárias, econômicas, políticas ou ambientais.

Assim, pode-se entender que a soberania alimentar emerge como uma contradição social e ecológica do regime alimentar corporativo em que o movimento camponês articulado globalmente propõe um paradigma alternativo. “Um conceito fundamentalmente contestado, a soberania alimentar tem – como uma campanha e um projeto político, uma alternativa, um movimento social e um quadro analítico – se movido para discursos globais, tanto politicamente como academicamente [...]” (ALONSO-FRADEJAS et al., 2015, p. 433, tradução nossa).

Rompendo com as premissas da Questão Agrária “tradicional”, que previa sua integração ao capitalismo (KAUTSKY, 1988), na soberania alimentar o campesinato se articula como um *player* da Geopolítica atual. Isso se dá porque a soberania alimentar é uma resposta construída na escala local para o controle global que as grandes corporações têm construído sobre os sistemas agroalimentares (McMICHAEL, 2009a). Assim, pode-se ler essa proposição como um exemplo do que Santos (2000) nomeia como “outra globalização”, ou seja, ações que apesar de usarem dos avanços técnico-científico-informacionais do presente para se articular em rede, fogem da dinâmica hegemônica do modo de produção capitalista assentado em bases neoliberais.

Também ressalta-se que a soberania alimentar (ou alguns dos seus principais componentes), mesmo que com consideráveis contradições, tem sido implementada em algumas constituições como é o caso do Equador (CLARK, 2013), da Venezuela (KAPPELER, 2013), da Bolívia (KERSSEN, 2015) e do Brasil (WITTMAN, 2015). Ao mesmo tempo, movimentos agrários vinculados à *La Via Campesina* e grupos urbanos utilizam a soberania

alimentar como referência de suas lutas pela valorização da produção em pequenas escala e a democratização do acesso aos alimentos (COCA; BARBOSA JR, 2016).

Assim, apesar de que pensar a implementação plena da soberania alimentar seja uma utopia (COSTA, 2018), ações pontuais podem trazer alguns dos seus componentes, de modo que, mesmo não rompendo por completo com a hegemonia do regime alimentar corporativo, elas ao menos a diminuam.

Considerações finais

As políticas alimentares são de fundamental importância para a estabilidade política, social e econômica. Em contextos de fome aguda ou epidêmica, por exemplo, revoltas coletivas podem questionar a legitimidade de governos. Do mesmo modo, o barateamento do preço dos alimentos também pode ser acompanhado do barateamento dos salários, sendo esse um interesse dos proprietários dos meios de produção. Esses fatos testificam que o processo de alimentação tem rebatimentos que vão além das perspectivas biológico-nutricionais, estando relacionadas diretamente com as estruturas de poder socialmente constituídas ou dito de outro modo, com a configuração da luta de classes.

Com base nessa perspectiva, por meio da abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares, nesse trabalho deu-se ênfase à utilização do alimento como ferramenta geopolítica pelas grandes potências capitalistas. Isso não é uma novidade do presente contexto, haja vista que as relações coloniais e a transferência dos métodos produtivos da Revolução Verde podem ser vistas como exemplos de estratégias geopolíticas produzidas no sistema agroalimentar global. Contudo, na atualidade, pela primeira vez isso tem se dado por meio de uma perspectiva desnacionalizante, de modo que grandes corporações transnacionais são hegemônicas na condução das políticas alimentares, constituindo o denominado regime alimentar corporativo. Isso pode ser tomado como um exemplo da ampliação do escopo da Geopolítica, de modo que essa já não se refere somente às relações entre Estado, poder e território, mas a uma gama maior de temas e processos, dentre os quais as questões sociais e ecológicas.

Trabalhando com a ideia de que o regime alimentar corporativo é hegemônico, mas não uma totalidade, também se demonstrou que como uma contradição do capitalismo atual tem emergido forças populares como é o caso da coalizão internacional *La Via Campesina* e sua proposição de um paradigma alternativo por meio da soberania alimentar.

Referências

- AGNEW, J. A nova configuração do poder global. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207–219, 2013.
- ALONSO-FRADEJAS, A. et al. Food sovereignty: convergence and contradictions, conditions and challenges. *Third World Quarterly*, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 431–448, 2015.
- ATKINSON, D.; DODDS, K. Introduction to geopolitical traditions: a century of geopolitical thought. In: DODDS, K.; ATKINSON, D. (Eds.). *Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought*. London/New York: Routledge, 2000. p. 1–24.
- BAVIERA, M.; BELLO, W. Food Wars. *Monthly Review*, New York, v. 61, n. 03, 2009.
- BECKER, B. Geografia e o resgate da Geopolítica. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 117–150, 2012.
- BRENT, Z. *Farmland preservation, agricultural easements and land access in California*. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): *Anais...* New Haven: ISS-grarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.
- CLARK, P. *Food sovereignty, post-neoliberalism, campesino organizations and the State in Ecuador*. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-grarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.
- COCA, E. L. F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n. 19, p. 14–33, 2016.
- COCA, E. L. F.; BARBOSA JÚNIOR, R. C. (Re) Approximating Food Producers and Consumers in Metro Vancouver, Canada 1. *Dimensión Empresarial*, Quito, v. 14, n. 1, p. 11–26, 2016.

- COSTA, J. G. DA. *Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar*. 2018. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2018.
- COX, P. M. et al. Acceleration of global warming due to carbon-cycle feedbacks in a coupled climate model. *Nature*, Londres, v. 408, n. 6809, p. 184–187, 2000.
- DALBY, S. Environmental Geopolitics in the Twenty-first Century. *Alternatives: Global, Local, Political*, Istanbul, v. 39, n. 1, p. 3–16, 2014.
- DARROT, P.; LAVAL, C. *Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DIXON, J. From the imperial to the empty calorie: How nutrition relations underpin food regime transitions. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 26, n. 4, p. 321–333, 2009.
- FAIRBAIRN, M. Framing transformation: The counter-hegemonic potential of food sovereignty in the US context. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 29, n. 2, p. 217–230, 2012.
- FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. *Declaração de Nyéléni*. Nyéléni, 2007.
- FRIEDMANN, H. The political economy of food: a global crisis. *New Left Review*, London, v. 197, p. 29–57, 1993.
- FRIEDMANN, H. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. *Research in Rural Sociology and Development*, Cardiff, v. 11, n. 05, p. 227–264, 2005.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HOLT-GIMENEZ, E.; SHATTUCK, A. The Agrofuels Transition: restructuring places and spaces in the global food system. *Bulletin of Science, Technology & Society*, Toronto, v. 29, n. 3, p. 180–188, 2009.
- HOUTART, F. *Agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?* São Paulo: Vozes, 2010.
- KAPPELER, A. *Perils of peasant populism: why redistributive land reform and “food sovereignty” can’t feed Venezuela*. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): *Anais...* New Haven: ISS-grarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.
- KAUTSKY, K. *The Agrarian Question*. London: Zwan Publications, 1988.

- KERSSEN, T. M. Food sovereignty and the quinoa boom: challenges to sustainable re-peasantisation in the southern Altiplano of Bolivia. *Third World Quarterly*, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 489–507, 2015.
- LA VIA CAMPESINA. *Tlaxcala: Declaração da Via Campesina*. Tlaxcala, 1996.
- LA VIA CAMPESINA. *The international peasant's voice - Via Campesina*. 2019. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. V, n. 8, 2000.
- McMICHAEL, P. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 36, n. 1, p. 139–169, 2009a.
- McMICHAEL, P. A food regime analysis of the “world food crisis”. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 26, n. 4, p. 281–295, 2009b.
- McMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. *Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 39, n. 3–4, p. 681–701, 2012.
- McMICHAEL, P. Commentary: Food regime for thought. *The Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 43, n. 3, p. 648–670, 2016a.
- McMICHAEL, P. *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo: EdUNESP, 2016b.
- MONTEIRO, C. A. et al. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. *Public Health Nutrition*, Cambridge, November, p. 1–6, 2019.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *ETC. Revista de Ciências Humanas e Sociais*, Santa Maria, v. 1, n. 3, p. 44–70, 2007.
- MURPHY, S. Free trade in agriculture: a bad idea whose time is done. *Monthly Review*, New York, v. 61, n. 3, p. 78–91, 2009.
- PARK, C. M. Y.; WHITE, B.; JULIA. We are not all the same: taking gender seriously in food sovereignty discourse. *Third World Quarterly*, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 584–599, 2015.
- PEET, R. Imaginários do desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Eds.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19–38.
- ROUTLEDGE, P. Critical geopolitics and terrains of resistance. *Political Geography*, Durhan, v. 15, n. 6–7, p. 509–531, 1996.
- SAAB, A. An International Law Approach to Food Regime Theory. *Leiden Journal of International Law*, Cambridge, n. 1, p. 1–15, 2018.

- SAGE, C. *Environment and food*. New York: Routledge, 2012.
- SAGE, C. The interconnected challenges for food security from a food regimes perspective: Energy, climate and malconsumption. *Journal of Rural Studies*, Aberystwyth, v. 29, n. June 2008, p. 71–80, 2013.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- TUATHAIL, G. Ó.; DALBY, S. Introduction: rethinking geopolitics: towards a critical geopolitics. In: TUATHAIL, G. Ó.; DALBY, S. (Eds.). *Rethinking Geopolitics*. London/New York: Routledge, 1998. p. 1–15.
- WITTMAN, H. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? *Environment, Society, and Food*, New Yor/Oxford, v. 2, p. 87–105, 2011.
- WITTMAN, H. From protest to policy : The challenges of institutionalizing food sovereignty. *Canadian Food Studies*, Ottawa, v. 2, n. 2, p. 174–182, 2015.
- WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. The origins and potential of food sovereignty. In: WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. (Eds.). *Food sovereignty: reconnecting food, nature and community*. Halifax: Fernwood Publishing, 2010. p. 1–14.
- WOLFORD, W. et al. Governing Global Land Deals: The Role of the State in the Rush for Land. *Development and Change*, Hague, v. 44, n. 2, p. 189–210, 2013.

EDUCAÇÃO, ESPAÇO E ESTADO NO NEOLIBERALISMO

*Ana Cláudia Giordani*⁷⁸

*Roberto Marques*⁷⁹

O objetivo deste texto é discutir a dimensão espacial das reformas educacionais do Brasil pós-golpe de 2016, no contexto do entrelaçamento do Estado e do neoliberalismo. Isso porque os movimentos políticos que levaram à ruptura democrática e ao aprofundamento do estado de exceção se deram como forma de construir os substratos políticos e jurídicos necessários ao ordenamento pretendido pelos agentes dominantes – entenda-se, tanto os internos quanto os externos ao país, ainda que em alguma medida tanto um quanto outro não possam ser tratados de maneira homogênea. Entendemos que as políticas implementadas a partir de então não apenas se desenvolvem no espaço. Elas foram organizadas espacialmente e só se materializam quando efetivadas no território.

Sendo assim, a importância do campo da educação em tal processo se deve ao fato de ser ao mesmo tempo emblemático e estratégico, uma vez que possui uma abrangência nacional, incorpora a diversidade cultural, penetra os meandros das especificidades dos lugares e vem sendo a cada dia submetido às racionalidades que alimentam a expansão dos processos neoliberais de globalização. Não por acaso, as reformas educacionais foram anunciadas e apresentadas ainda em setembro de 2016, na esteira imediata da consolidação da fase inicial da tomada de governo. Se, por um lado, a realização de reformas na educação, no Brasil, é mais simples e politicamente menos desgastante do que em outros campos (como a previdência, por exemplo), por outro elas carregam um simbolismo de projeto de futuro e de ruptura com elementos de uma cultura de governos passados.

O conjunto de programas e textos legais produzidos desde então, sinalizam que o projeto foi sendo construído por agentes individuais e coletivos que disputaram e conjugaram

⁷⁸ Doutora em Educação – UFF
aninhagiordani@gmail.com

⁷⁹ Doutor em Educação – UFRJ
robertogeofc@ufrj.br

as suas orientações. Sendo assim, quando observamos a construção das políticas, bem como os processos de implementação e as formas como as mesmas se materializam no espaço, podemos compreender as nuances do projeto de sociedade e de país pretendido.

No presente texto, concentraremos nossas análises nos textos e nos processos de implementação da Lei 13.415/17 de Reforma do Ensino Médio e da Medida Provisória 746, que antecedeu a Lei sancionada. Também foram utilizados os textos da Base Nacional Comum Curricular e o Decreto de reestruturação do Ministério da Educação, em 2019. Além disso, lançamos mão de alguns registros de declarações e anúncios oficiais, divulgados na grande mídia, em páginas de organizações nacionais e internacionais, bem como sítios de órgãos oficiais de governo, como o do Ministério da Educação. É importante ressaltar que as reformas não se limitam a esses dois textos. Ela envolve a formação de professores, o trabalho docente, as políticas de avaliação, de currículo, de material didático (em especial, o livro didático), além de políticas para determinados segmentos da sociedade, como a juventude e a infância. Em alguma medida abordaremos a articulação com essas vertentes, mas, optamos por fazer o recorte da Lei 13.415/17 e da MP 746, por uma questão cronológica e por serem o substrato das outras medidas tomadas ao longo dos processos iniciados em 2016.

Políticas educacionais contemporâneas

O ano de 2019 iniciou com o anúncio de algumas mudanças na organização do Ministério da Educação. Alguns órgãos foram desmembrados ou extintos (como a SECADI⁸⁰), enquanto outros foram criados (como a Subsecretaria de Fomento às Escolas Militares⁸¹). Entre ações de militarização de escolas e pressão pela chamada “educação domiciliar”, nada foi alterado do pacote de reformas implementadas pelo grupo que assumiu o governo em 2016. Muito pelo contrário, boa parte dos projetos atuais são elaborados sobre as mudanças definidas pelas políticas iniciadas a partir da Medida Provisória 746. Foi ela o dispositivo legal para uma série ações implementadas, a partir de então, com o objetivo de reordenar a educação brasileira,

⁸⁰ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

⁸¹ Decreto N° 9.465, de 2 de janeiro de 2019.

em especial a educação pública. A demanda pela reestruturação do campo, imposta pelos agentes empresariais (FREITAS, 2018), pode ser medida no rápido tempo de implementação das novas regras: o governo Michel Temer teve seu início em 31 de agosto de 2016⁸², a Medida Provisória 746 – texto inicial das reformas – foi enviada ao Congresso no dia 22 de setembro (menos de um mês depois) e se transformou em Lei 13.415/17 (com pouquíssimas alterações) em 16 de fevereiro de 2017, em menos de cinco meses, incluindo o recesso de final de ano do Congresso.

De acordo com a página da Câmara dos Deputados⁸³,

A Medida Provisória (MP) é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente de República, **em casos de relevância e urgência**. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei.
(grifos nossos)

Em termos jurídicos, não podemos dizer que a utilização da uma MP é prerrogativa de um estado de exceção, nem mesmo cabe nesse texto a discussão nessa perspectiva (jurídica⁸⁴). Politicamente, no entanto, chama a atenção a utilização do discurso da *necessidade* como justificativa para a urgência da Medida. Urgência e necessidade declaradas na carta enviada pelo então Ministro Mendonça Filho, quando do envio da mesma à Câmara⁸⁵:

5. Apesar de tantas mudanças ocorridas ao longo dos anos, o ensino médio apresenta resultados que demandam medidas para reverter esta realidade, pois um elevado número de jovens encontra-se fora da escola e aqueles que fazem parte dos sistemas de ensino não possuem bom desempenho educacional.

(...)

11. Aprofundando-nos no aspecto da urgência, há que se considerar que, dada a oscilação do quantitativo populacional brasileiro, observa-se que o desafio nacional é ainda mais amplo. No período de 2003 a 2022, é estimado que a população jovem brasileira atinja seu ápice, alcançando por volta de 50 milhões dos habitantes. A partir disso, inicia-se uma

⁸² Michel Temer assumiu interinamente no dia 12 de maio de 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada do cargo e o processo de *impeachment* deu prosseguimento. No dia 31 de agosto ela teve o seu mandato cassado.

⁸³ www2.camara.leg.br

⁸⁴ Não falamos do campo jurídico – objeto de discussão de Giorgio Agamben (2004) e de Pedro Serrano (2016).

⁸⁵ EM n° 00084/2016/MEC

queda projetada em 12,5 milhões de jovens, de modo que este é o momento mais importante e urgente para investir na educação da juventude, sob pena de não haver garantia de uma população economicamente ativa suficientemente qualificada para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Os dois trechos trazem elementos sutis, que discutiremos a seguir. No primeiro, o *desempenho educacional* é citado como justificativa para a necessidade das reformas. De certa forma, nos acostumamos a ver as escolas como tributárias de um certo desempenho. No entanto, a ideia é anterior ao fato em si. Melhor explicando, não existe, em princípio, qualquer *desempenho escolar*, até o momento em que começamos a pensar nele (POPKEWITZ, 2011). Esse é o primeiro ponto a ser analisado: o desempenho como uma justificativa para as reformas e como elemento intrínseco às escolas no atual contexto.

No segundo trecho, o argumento se baseia na necessidade de produzir mão de obra *qualificada para impulsionar o desenvolvimento econômico*. A relação direta entre a educação escolar e o desenvolvimento econômico do país, faz parte de uma racionalidade que acompanha a escola moderna capitalista há mais de um século. No entanto, há nuances que são importantes de trazer ao debate, uma vez que o atual contexto econômico e político é mais complexo do que esse raciocínio pretende sugerir. Vejamos como ambas as ideias aparecem como justificativas e como elas se articulam.

Reformas educacionais, regulação e fragmentação do território

O que o Estado brasileiro tem utilizado como parâmetro de qualidade para as escolas do país são indicadores construídos a partir de avaliações externas e em larga escala. São, portanto, as notas das provas que os alunos realizam, o principal elemento de definição do que é ou não uma escola pública de boa qualidade. Essa modalidade (ou racionalidade) de gestão das escolas por parte do Estado, é conhecida como política de responsabilização, ou *accountability*. Em linhas gerais, o Estado define as metas quantitativas que deseja que as escolas alcancem, elabora instrumentos de avaliação – avaliação externa – e condiciona sua relação futura com as escolas, municípios e estados aos resultados obtidos nessas avaliações.

Responsabiliza, portanto, as pontas do processo pelos seus resultados e assim justifica as sanções ou bonificações que ele efetivará.

O controle sobre os lugares e os sujeitos, a partir dessa racionalidade política, é efetuado com base em uma correlação de forças e intencionalidades desiguais, por princípio. Isso porque as demandas não são do lugar, mas dos agentes da gestão do território nacional. O desdobramento é que, uma vez responsabilizados pelos resultados estipulados pelo governo federal, essa demanda passa ser, de maneira compulsória, também dos lugares. Em termos de gestão do sistema, há uma inversão criada a partir da desigualdade de prerrogativas. O local (escolas) passa a ser a materialização de uma demanda central, do Ministério, do Estado; enquanto o governo central assume a função de regular, controlar e fomentar a uniformidade.

Esse movimento fica claro no ajuste dos textos legais. Em 22 de setembro de 2018, assim foi proposto na MP 746, no Artigo 26:

§ 14º. A União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, considerada a Base Nacional Comum Curricular.

Posteriormente, em 16 de fevereiro de 2019, o Artigo 35-A da Lei 13.415/17 assim foi apresentado:

§ 6º. A União estabelecerá os padrões de desempenho esperados para o ensino médio, que serão referência nos processos nacionais de avaliação, a partir da Base Nacional Comum Curricular.

A correção feita com a retirada do trecho da “colaboração com Estados e Distrito Federal” explicita a centralização do controle e das decisões na esfera do governo federal, assim como a ausência dos municípios e das escolas em ambos os textos nos dá indicações sobre o que está em jogo na gestão dos sistemas de educação. De fato, ao longo desse processo as escolas e professores somente foram chamados para legitimar o que já estava posto; talvez para conferir algum valor de democracia. Essas raras vezes se deram no âmbito da construção da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas não das legislações de reforma estrutural. Durante os anos desse movimento, a BNCC foi uma espécie de carro chefe das reformas. Isso porque a própria Lei de Reforma do Ensino Médio estipulou que:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (...).

E também:

Art. 12. Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da Base Nacional Comum Curricular.

De fato, a propaganda oficial centrou a justificativa das reformas em uma apregoada “baixa qualidade” da educação pública. Como solução para o problema, apresentou uma reforma estrutural, mas apresentou a solução como sendo curricular, quando, na verdade, as políticas passaram por reestruturação da formação docente, das relações de trabalho, da organização interna das escolas, das políticas de financiamento, das relações entre os entes federativos e da ratificação da política de avaliações externas e responsabilização. Tudo isso está nos dois textos (MP 746 e Lei 13.415/17), apesar de todas essas medidas não serem sequer mencionadas nas propagandas veiculadas pelo Ministério da Educação (MEC), nos anos de 2017 e 2018.

Ao mesmo tempo, o monopólio do discurso sobre a educação e as reformas na questão curricular acabou por se tornar uma tentativa de monopólio, também, da concepção de currículo e conhecimento. O documento (BNCC) e alguns dos seus defensores disseram que:

A **BNCC**, portanto, **não é um currículo** em si, mas parte dele, ou seja, seu objetivo é orientar a construção dos referenciais curriculares e dos projetos político-pedagógicos das escolas, à medida que estabelece as competências e as habilidades que serão desenvolvidas pelos alunos ano a ano⁸⁶.

⁸⁶ Grifos no próprio documento.

No entanto, na prática, ela é um instrumento de normatização, homogeneização e regulação das propostas curriculares de estados e municípios brasileiros, bem como dos livros didáticos e da formação de professores⁸⁷. Desde 2018, secretarias municipais e estaduais têm se empenhado em construir suas propostas curriculares, sempre referenciadas na BNCC, como foi estipulado pelo MEC. O que tem chamado a atenção nessa movimentação em torno da construção de propostas estaduais e municipais é a intensa participação de agentes privados, como Fundação Lemann⁸⁸ e Instituto Ayrton Senna⁸⁹.

As fundações e organizações privadas, bem como agentes individuais, alcançaram um protagonismo nas últimas décadas, no que diz respeito ao campo educacional. Do movimento “Amigos da Escola”, dos anos 1990, ao “Todos Pela Educação”, dos tempos atuais, vivenciamos um aumento avassalador do número de organizações privadas no tensionamento e na construção das políticas públicas (MARTINS, 2016). Se não causava espanto no passado, atualmente nos acostumamos a ver como os “especialistas” a fazer análises sobre assuntos de educação, nos veículos da grande mídia, sujeitos vinculados direta ou indiretamente a fundações, empresas ou organizações de grupos empresariais.

Tais “especialistas” têm o papel de pautar os debates sobre a educação nos moldes de uma racionalidade empresarial-mercadológica⁹⁰, produzindo verdades explicativas, conceitos e linhas de raciocínio sobre as escolas, estudantes, professores, diretores e as próprias políticas educacionais. Em outras palavras, produzem consensos e chaves de análises sobre o campo.

No entanto, as inserções dos agentes (ou reformadores⁹¹) empresariais não se limitam aos consensos produzidos, ou às disputas discursivas. Chamamos a atenção para a atuação do setor empresarial na educação pública junto ao Estado. Ao mesmo tempo que estes estiveram

⁸⁷ “§ 8º Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular”. (NR)”. (Lei 13.415/17).

⁸⁸ Por exemplo, < http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=28470 >, acessado em 10 de março de 2019, às 20h40min.

⁸⁹ Por exemplo, <<http://porvir.org/guia-apoia-redes-de-ensino-na-construcao-de-curriculo-de-educacao-integral>>, acessado em 10 de março de 2019, às 20h40min.

⁹⁰ Termos como “competências” e “habilidades” são apenas alguns dos conceitos trazidos do campo empresarial para a educação (FRIGOTTO, 1993; RAMOS, 2002). Além disso, temos a própria redução do fenômeno educativo a rendimentos e indicadores estatísticos.

⁹¹ FREITAS, 2012.

presentes na construção de uma política nacional de regulação do setor, por sua vez essas políticas se converteram em uma fragmentação das atuações do próprio Estado. Em outras palavras, os instrumentos legais que produziram ordenamento em escala nacional foram importantes para redefinir as competências de estados, municípios e o governo federal. Eles também foram fundamentais para transferir aos primeiros (estados e municípios) a responsabilidade da execução das demandas. Esse duplo movimento – centralização do ordenamento legal e fragmentação das ações de implementação das políticas – criou as condições favoráveis para a expansão dos setores empresariais *sobre e nas* as redes públicas de educação. Não é por menos que fundações e institutos vem “assessorando” secretarias municipais e estaduais na implementação da BNCC, por exemplo. E a mesma promiscuidade tende a ser regra, dadas as condições legais e políticas sob as quais está submetida a educação pública brasileira.

Por um lado, há uma mudança nas práticas do Estado, que abre mão da elaboração e implementação das políticas de caráter público e nacional – transfere para estados e municípios, criando as condições para a entrada do capital. Por outro, trata-se, antes de tudo, de uma expansão do capital – em moldes neoliberais – sobre o setor educacional em escala mundial, que vem ocorrendo desde os anos 1990, pelo menos:

O neoliberalismo não é simplesmente, como alguns escritores retratam-no, um processo de privatização, de individualização e de desgaste do Estado, embora sejam componentes importantes. O neoliberalismo também atua nas instituições do setor público e no Estado – de fato, o Estado é importante para o neoliberalismo como regulador e criador de mercado. (BALL, 2014, pp. 42)

A fragmentação das ações deve ser entendida, portanto, como um movimento do capital e da lógica do mercado sobre o campo, mas também sobre o Estado, no Estado e na gestão do território nacional pelo Estado Brasileiro. O desdobramento dessas políticas nos lugares pode ser percebido nas aparentes contradições (resistências?) do cotidiano:

Em quatro anos, caiu pela metade o desempenho no IDEB da Escola Municipal Jornalista Assis Chateaubriand, no Grajaú, zona norte do Rio. (...) o EXTRA visitou a unidade na tarde de sexta e ouviu alunos, ex-

alunos e professores a respeito da situação da escola. Todos deram opiniões positivas⁹².

Talvez seja essa a principal tensão produzida pelas políticas. Ao fragmentar o sistema nacional e criar as condições de efetivação de um mercado, expondo as redes estaduais e municipais aos agentes privados, é na dimensão do cotidiano que acontecem as disputas, as tensões, as contradições e as resistências, mesmo que invisíveis. Daí a necessidade, por parte do capital, de produzir subjetividades a partir da regulação do espaço das escolas, da organização dos conteúdos e das tentativas de controle dos trabalhos de professores.

Pedagogia do mercado: urgências, necessidades e indefinições

Uma das principais características da Lei 13.415/17 é a redefinição das atribuições do governo federal, transferindo aspectos da organização para os sistemas estaduais e municipais, também sem definir suas responsabilidades. É possível verificar, por exemplo, nos parágrafos que versam sobre carga horária e oferta de língua estrangeira, no Artigo 35-A:

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino.

A liberdade para a definição da oferta de disciplinas e na carga horária, por exemplo, cria uma situação peculiar para os secretários estaduais. Isso, associado ao esvaziamento de conteúdos pela BNCC, faz com que as escolas públicas passem a ser orientadas não pelas demandas das comunidades e populações locais, mas pelas secretarias. Ao mesmo tempo, a justificativa de “urgência” de qualificar a juventude – vista como potencial população economicamente ativa – abre caminho para que as escolas sejam geridas, por parte dos estados

⁹² Jornal EXTRA, na versão online, publicado em 10 de setembro de 2016. Disponível em < <https://extra.globo.com/noticias/rio/escola-que-teve-pior-nota-no-ideb-do-rio-elogiada-por-alunos-professores-20083713.html> >, acessado em 11 de março de 2019, às 16h15min.

e municípios, como espaços de produção de mão de obra ou algo similar. Vale lembrar que estamos nos referindo à juventude das escolas públicas brasileiras, ou seja, jovens pobres, em sua grande maioria. Ou, em oposição, não se trata da juventude das elites do país.

Mais do que mão de obra, em tempos de desemprego estrutural e formação de camadas de precariado (STANDING, 2017), a pedagogia do mercado se faz presente nas escolas, como tentativa de produzir modos de ser e pensar individualmente no neoliberalismo. Não é por menos que o governo do Rio de Janeiro, lançou, ainda em 2017 um programa específico⁹³:

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc), firmou uma parceria com a Junior Achievement/RJ e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) para implantar o programa educativo “Trilha Empreendedora” em 11 escolas da capital do Rio de Janeiro. A iniciativa ofertará atividades voltadas ao Empreendedorismo e atenderá, neste ano, cerca de mil alunos do Ensino Médio.

(...)

A iniciativa será desenvolvida nas Escolas Profissionalizantes da Seeduc que ofertam o Programa Ensino Médio Inovador (Proemi), que tem como objetivo fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas unidades escolares estaduais. A previsão é que o programa seja ampliado e desenvolvido, em 2018, nas outras unidades que ofertam essa modalidade de ensino.

A confusão conceitual entre as escolas “profissionalizantes” de outrora e o programa “Trilha empreendedora” não acontece por coincidência. É uma espécie de atualização das orientações das escolas para o mercado de trabalho; agora, para a ausência desse mercado. Trata-se da ratificação da escola pública, em especial as escolas de ensino médio, como espaços de produção de subjetividade trabalhadora subalterna. Isso, na perspectiva do Estado neoliberal.

⁹³ < <http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/governo-do-rio-de-janeiro-implantara-programa-de-empreendedorismo-em-escolas-publicas-estaduais> >, acessado em 14 de março de 2019, às 18h32min.

Considerações finais

As políticas educacionais em curso já apresentam uma série de documentações que permitem a leitura geográfica para as ações territoriais que pretendem. Os textos e dos processos de implementação da Lei 13.415/17 de Reforma do Ensino Médio e da Medida Provisória 746, que antecedeu a Lei sancionada, colocam a dimensão espacial ao possibilitar a compressão de regulações quanto a formação e ao trabalho docente, ao material didático, a carga horária, a avaliação como fenômeno complexo que potencializam a fragmentação do território ao instituir uma pedagogia de mercado.

É importante lembrar que as reformas do campo educacional, ao contrário do que a campanha publicitária do MEC anunciou, não reduz das desigualdades. Ao contrário, elas aprofundam essas desigualdades e fornecem as condições para a existência de sistemas educacionais distintos, tanto entre estados ou entre municípios, quanto entre escolas públicas e privadas. Elas reorganizam espacialmente as desigualdades sociais, a partir das escolas públicas. Fomentam a população de estudantes das escolas públicas para uma vida como precariado.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BALL, Stephen J. *Educação Global S. A.* – Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BRASIL. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm >. Acesso em 10 de março de 2019.
- BRASIL. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *LEI 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm >. Acesso em 10 de março de 2019.
- BRASIL. CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto 9.465, de 02 de janeiro de 2019*. Disponível em < <http://www.in.gov.br/materia/-> >

[/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286](#) >. Acesso em 10 de março de 2019.

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em 10 de março de 2019.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação – Nova direita, velhas ideias*. Expressão Popular: São Paulo, 2018.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abril/junho 2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutivo*. São Paulo: Cortez, 1993.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MARTINS, Erika Moreira. *Todos pela educação? – Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
- MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- POPKEWITZ, Thomaz. História do Currículo, regulação social e poder. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação – estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2002.
- RAVITCH, Diane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano – como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SERRANO, Pedro E. A. P. *Autoritarismo e golpes na América Latina – Breve ensaio sobre jurisdição e exceção*. São Paulo: Alameda, 2016.
- STANDING, Guy. *O precariado – A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A MILITARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

*Evânio dos Santos Branquinho*⁹⁴

A política neoliberal fundamentava-se inicialmente na redução dos impostos, privatizações, abertura econômica, como redução do papel do Estado. Entretanto, mais recentemente, começa a sobressair uma nova característica do neoliberalismo: o empreendedorismo, no qual o indivíduo assume a responsabilidade em sua reprodução econômica no contexto da obtenção do lucro. Os desdobramentos da política neoliberal vão além da esfera econômica e se projeta sobre a reprodução social e psicológica do indivíduo, gerando o indivíduo-empresa.

A atuação do Estado é de regular esse processo, instituindo a base legislativa, jurídica e normativa, onde os indivíduos empresa, aparentemente “livres”, operam dentro desse contexto. Especialmente a partir do processo de globalização, o neoliberalismo proporciona o fundamento não só da reorganização das empresas, frente a uma concorrência mundial, como o do trabalho, apoiado na intensificação da eficiência e metas.

Um dos desdobramentos dessa política neoliberal é estabelecer uma ordem, uma normatização, de disciplina e controle para o avanço da reprodução econômica. O resultado dessas políticas sobre o espaço urbano é em última instância cada vez mais o aumento das desigualdades socioespaciais, esvaziamento e a privatização do espaço público, inclusive da segurança e a sua militarização, chegando até a condição de estado de exceção.

No Brasil, com uma história de autoritarismo e grandes desigualdades socioeconômicas, a política neoliberal de um estado gestor reverte para o controle das massas pobres, historicamente oprimidas, sobretudo nos grandes centros urbanos, jovens, negros e pobres das periferias, assim como movimentos sociais, sem-terra, sem-teto, são vistos como inimigos da ordem instituída e, portanto, alvo de um estado de controle e policial.

⁹⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal de Alfenas - MG
evanio.branquinho@unifal-mg.edu.br

O objetivo principal deste trabalho é analisar esse processo na perspectiva da segurança pública que se torna um setor estratégico de gestão da violência que criminaliza as áreas de concentração de pobreza, onde o *estado de exceção* passa a ser a norma. Ao invés de uma política de segurança pública que vise a participação dos diversos setores da sociedade e na constituição da cidadania, são tomadas ações e medidas unilaterais que desembocam na constituição de um estado policial e na militarização do espaço urbano.

Os procedimentos metodológicos constam de levantamento bibliográfico referente aos temas sobre o neoliberalismo e sobre o poder, com desdobramentos sobre a violência especificamente no Brasil. Levantamento de documentos oficiais e dados estatísticos sobre a violência no país; pesquisa em jornais a fim de apreender os discursos sobre a violência. Como estudos de caso, analisou-se de forma sucinta, a intervenção do Governo Federal no Rio de Janeiro em 2018 e o Projeto de Lei de combate à criminalidade do ministro da justiça e da segurança pública em exercício.

Em termos de método, apoia-se no materialismo histórico dialético, com vistas à contextualização histórica das dinâmicas e das contradições da reprodução da sociedade. E mais especificamente, no método regressivo-progressivo, segundo Henri Lefebvre (1974, p. 35), de realizar um retorno ao passado buscando desvendar processos que já estavam colocados de forma potencial ou em possibilidade que se tornaram significativos nos desdobramentos de processos futuros, o que permite entrever e não prever esses processos.

Do trabalho liberal

Marx (2010) sublinha a absorção/incorporação contínua do trabalho pelo capital, até a formação de um modo de produção especificamente capitalista, indicando a transição de uma subsunção formal do trabalho ao capital para uma subsunção real do trabalho ao capital. Sobre esse primeiro momento:

Denomino subsunção formal do trabalho no capital à forma que se funda na mais valia-absoluta, pois que só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge (ou é introduzida)

diretamente, [...] O que muda é a coação que se exerce, isto é, o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido (MARX, 2010, p. 94).

Seu desdobramento é que o trabalho se torne progressivamente “livre”, isto é, livre de todas as amarras e barreiras que impediam sua compra e venda no mercado.

[...] à diferenciação dos modos de trabalho e de aquisição e, finalmente, reduz a relação entre o possuidor das condições de trabalho e o próprio operário a uma simples relação de compra/venda ou relação monetária, eliminando da relação de exploração todas as excrescências patriarcais e políticas ou até religiosas. Sem dúvida que a própria relação de produção gera uma nova relação de hegemonia e subordinação (que, por sua vez, produz também as suas próprias expressões políticas, etc.) (MARX, 2010, p. 95).

Com relação à subsunção real do trabalho ao capital, o autor associa à produção da mais-valia relativa, o que não exclui as transformações anteriores:

Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário. Desenvolve-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata (MARX, 2010, p. 105).

O capitalista, enquanto capital personificado, como ser individualizado no processo produtivo, e a partir dessa racionalidade produtiva, só interessa o trabalho produtor de mais-valia:

Todo o produto bruto que só reproduz o trabalhador, ou seja, que não reproduz produto líquido (sobreproduto), é tão supérfluo como esse mesmo trabalhador. Assim, os operários que em certa etapa do desenvolvimento da produção eram necessários para produzir produto líquido tornam-se supérfluos num estágio mais avançado da produção que já não tem necessidade deles (MARX, 2010, p. 121).

Em seguida Marx expande essa lógica reprodutiva para a escala nacional, através da seguinte indagação, apoiada em Ricardo:

O mesmo é válido para uma nação de capitalistas. “Não é o interesse real de uma nação similar (ao dum capitalista privado a quem pouco lhe importa ‘empregar 100 ou 1000 homens’ contanto que o lucro de seu

capital de 20000 ‘em nenhum desça abaixo de 2000’)? Contanto que o seu rendimento líquido e real as suas rendas e os seus lucros sejam os mesmos, que lhe importa ser composta por 10 ou 12 milhões de habitantes? (MARX, 2010, p. 121).

Dentro desta lógica, Marx expõe como o capital transpõe as fronteiras e para além de uma questão nacional, com a existência de um mercado mundial, pois sua finalidade é a produção de mais-valia:

Se algum capitalista enviar dinheiro para o estrangeiro, e desse dinheiro receber um juro de 10%, em vez de dar emprego no seu país a uma massa de sobrepopulação, do ponto de vista capitalista torna-se merecedor de uma coroa burguesa, pois este virtuoso cidadão cumpre a lei segundo a qual, no mercado mundial, ou, no quadro de uma sociedade dada, o capital se distribui de acordo com a taxa de lucro que proporcionam os diversos setores da produção equilibrando-os precisamente desta forma, dispendo proporcionalmente a produção (MARX, 2010, p. 123).

A ideia de livre será uma das grandes ideologias do liberalismo clássico, tais como o livre mercado, a livre concorrência, na qual o Estado deve intervir o mínimo possível. Na democracia liberal, a ideologia do indivíduo livre, o capitalista e o trabalhador, apoiada no direito natural e positivo, na qual o contrato iguala as partes, numa aparência de uma troca justa.

A essência desses processos já estava colocada, e só mais tarde, no capitalismo contemporâneo neoliberal, esses processos atingiram sua forma plena, ou seja, reproduzindo as contradições anteriores, sem as resolver e originando novas, configurando um arranjo mais complexo em uma economia cada vez mais mundializada.

A ordem neoliberal

É importante destacar como esse processo se desdobra até sua fase neoliberal, pois não se trata apenas de uma continuidade, mas de como e porque o capitalismo tomou esse rumo, até a virada neoliberal dos anos 1970 e 1980. De como uma política econômica de pequena projeção, segundo Harvey (2008, p. 11), uma doutrina de “relativa obscuridade”, se tornou dominante.

O neoliberalismo não se instalou através de uma estratégia deliberada de um único agente, como de um Estado, nem de um complô. Mas da estratégia de diversos agentes em contraposição às políticas do Estado de bem estar social e de um conjunto de práticas que foram se constituindo ao longo do processo de acordo com as conjunturas política e econômica (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 192).

O neoliberalismo não surgiu apenas de uma situação de crise do capitalismo, mas foi precedido e acompanhado de uma disputa ideológica desde a década de 1930, o que também exclui em sua formação da simples aplicação de uma teoria econômica.

De um modo geral, o neoliberalismo começa a ganhar força a partir da crise de regulação fordista e do Estado de bem estar. Marcada por um período de estagflação, por salários indexados, alta carga tributária, somados às crises do petróleo.

Uma política monetarista é aplicada visando a desindexar a economia, conter o aumento dos salários, e elevar a margem de lucro das empresas. A crescente abertura econômica e a flutuação do dólar em 1973 configuram um novo cenário da economia mundial, com aumento dos juros internacionais, crise de dívida dos países latino-americanos, deslocalização de indústrias especialmente para a Ásia e perda de poder dos sindicatos de trabalhadores.

As eleições governos de Reagan e Thatcher conservadores serão os expoentes dessas reformas visando à desregulamentação da economia e quebra do poder dos trabalhadores

Dardot e Laval (2016, p. 197) caracterizam esse momento como a de formação de um novo sistema disciplinar mundial que desembocou no chamado “Consenso de Washington” na década de 1990, visando promover a abertura econômica e financeira mundial, principalmente pela atuação de órgãos como FMI e Banco Mundial. Essas políticas foram seguidas até por governos de esquerda.

Dardot e Laval (2016, p. 202-210) chamam a atenção de não se tratar simplesmente de desregulamentação, mas sim da criação de uma nova regulação, junto a ideologia de um capitalismo livre, desobrigação do Estado e eficiência dos mercados, contra o Estado de bem estar que desmotivaria os indivíduos ao trabalho.

O aprofundamento desse processo vai além da economia e alcança todas as esferas da vida, configurando uma governamentalidade e uma nova racionalidade:

A razão econômica aplicada a todas as esferas da ação privada e pública permite eliminar as linhas de separação entre política, sociedade e economia. Sendo global, deve estar na base de todas as decisões individuais, permite a inteligibilidade de todos os comportamentos e deve ser a única a estruturar a ação do Estado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 214).

É nesse sentido que o Estado assume cada vez mais a disciplina da concorrência, da abertura ao mercado e de uma economia globalizada, na qual a gestão se sobrepõe ao planejamento. O discurso da “governança” em que o Estado busca “harmonizar” os interesses conflitantes dos atores sociais, mas que na verdade encobre os interesses dos agentes econômicos, como no exemplo das parcerias público-privadas e do chamado planejamento estratégico. Toda essa transformação do papel do estado que assume em sua administração a lógica do mercado em detrimento do interesse público, o caracteriza como Estado-empresa.

Sua administração passa a visar metas, lógicas de desempenho, benchmarks, rentabilidade, na qual o planejamento é substituído pela gestão de um Estado-gerência, a técnica sobressai em relação aos princípios do interesse público, mesmo a saúde, a educação, o judiciário, a polícia, que deveriam ser norteados pela valorização do social e do ser humano.

Assim o neoliberalismo, como técnica de poder, chega a um momento em seus desdobramentos a constituir uma nova moral e uma nova governamentalidade. A mentalidade neoliberal alcança todas as esferas da vida, projetando o empreendedorismo, à escala do indivíduo, que perde cada vez mais a noção de solidariedade e coletivo, que passa a enxergar e a se desenvolver como capital humano, assumindo a racionalidade do indivíduo empresa.

O planejamento estratégico: a virada neoliberal no urbano

A partir da década de 1980, o ideário da concorrência e da disciplina dos mercados também transformam o modo de planejar o urbano.

Sobre o desgaste das formas de planejamento centralizado, burocrático, de um Estado interventor e endividado, ganha força o ideário de uma ação mais eficiente, aberta ao mercado, e mais democrática. O termo gestão ganha projeção, sobretudo a partir das agências de fomento

internacionais como o Banco Mundial, defendendo uma ação mais enxuta e de conciliar os conflitos entre os agentes envolvidos na produção do espaço urbano. A administração pública sem recursos deveria buscar as parcerias com as empresas privadas a fim de realizar as obras necessárias no espaço urbano, cada vez mais integrado a uma economia globalizada, atraindo e competindo por investimentos e gerando mais empregos.

Até a urbanista de visão progressista Raquel Rolnik acabou reproduzindo esse discurso:

Até o final da década de 1980, a região era caracterizada por uma estrutura institucional relativamente frágil. Como resposta à crise econômica, instalaram-se o Consórcio Intermunicipal, o Fórum da Cidadania e a Câmara do Grande ABC, cujo principal enfoque é a tarefa de encontrar um novo modelo de gestão compartilhada, visando o desenvolvimento sustentável da região. Esses exemplos de gestão inovadora e compartilhada representam, não só uma forma de cooperação entre Estado, Mercado e Comunidade, mas, também, a constituição de um sistema de governança empreendedora, superando os tradicionais conflitos municipalistas (ROLNIK; SOMEKH, 2002, p. 112).

Um exemplo difundido pelo mundo desse modelo de intervenção são os chamados processos de revitalização. Provavelmente o mais conhecido seja o de Barcelona a partir da implantação dos jogos olímpicos da Espanha em 1992, renovou toda uma área portuária decadente da cidade, ou seja, instalou uma nova infraestrutura capaz de trazer investimentos privados do setor de construção civil para a edificação de prédios comerciais, apartamentos, museus, para induzir as classes médias a voltar a ocupar esses espaços, agora “revitalizados” como espaços culturais, com museus, cinemas e toda uma rede serviços voltadas ao consumo desse espaço, como lojas de grifes internacionais, restaurantes, academias. O chamado city marketing é fundamental nesse movimento de atrair tanto os investimentos privados para a remodelamento desses espaços, quanto as classes que podem pagar para ocupá-lo.

As consequências foram a expulsão das classes pobres que habitavam esses espaços mais centrais, ou que tinham a possibilidade de habitar esses espaços desvalorizados mas com boa infraestrutura e serviços, o que ficou conhecido como *gentrificação*. Esses processos são verificados desde cidades como Baltimore (HARVEY, 1996) e Rio de Janeiro (VAINER, 2002).

Estado de exceção e a militarização do espaço urbano

O aprofundamento da disciplina e da normatização neoliberal no urbano atua no rumo da privatização do espaço público. A tendência do abandono do espaço público e da vida que passa a se desenvolver cada vez mais em espaços fechados como condomínios verticais e horizontais fechados, shopping centers, centros empresariais, clubes privados etc, ou ao menos para as classes que podem pagar para ocupar e consumir esses espaços, o restante da cidade vira apenas um trajeto interligando esses pontos, sendo percorrido por automóveis.

Os espaços públicos e das classes populares, com precariedade crônica de infraestrutura e serviços, passam cada vez mais a serem vistos como locais degradados, sem respeito às leis, violentos e que portanto devem ser evitados. A fragmentação do espaço urbano alcança o nível de esgarçamento do tecido social. Essa visão passa a justificar ações coercitivas do Estado para o seu controle, ao invés de um planejamento que atendesse às demandas de infraestrutura e serviços públicos deficientes. A própria pobreza passa a ser criminalizada, com a instituição de um Estado de polícia, no qual o estado de exceção contraditoriamente passa a ser a regra.

Conforme Agamben (2004, p. 12-17), o estado de exceção situa-se numa zona indefinida entre a política e o jurídico. Segundo este, é o oposto do estado normal, como situações de guerra civil, insurreição e resistência, com a resposta do poder estatal aos conflitos internos mais extremos, quando é decretado a suspensão da ordem jurídica, ou das normas constitucionais que protegem as liberdades individuais. Ao longo do tempo esse estatuto se afasta da situação de guerra para a de execução de medidas extraordinárias de polícia em caso de desordens.

A partir da situação do Terceiro Reich, que na prática governou na condição de estado de exceção, Agamben (2004) afirma sobre o totalitarismo moderno:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente não

declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).

E conclui afirmando que o estado de exceção praticamente torna-se uma regra como técnica de governo:

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, numa perspectiva, como um patamar de indeterminação de democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p.13).

Por fim, Agamben chama a atenção para o significado biopolítico do estado de exceção na “military order” dos Estados Unidos em 2001, “em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão [...] dos não cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas” (AGAMBEN, 2004, p. 14).

No Brasil, na condição de um capitalismo (semi)periférico de extremas desigualdades ao longo de sua história e de violência às classes subalternas em seu processo de modernização conservadora, o processo de violência não é recente, apenas no século XX, pode-se citar o Estado Novo e a ditadura militar pós 1964; verifica-se a herança desse processo na divisão da polícia em civil e militar. “É por isso que a saída do ciclo das ditaduras militares produziu o deslocamento do paradigma da segurança nacional para o da segurança urbana, que tanta letalidade causou em nossas democracias” (BATISTA, 2015, p. 106).

A constituição de 1988 que pouco alterou na esfera da segurança pública as leis do período militar, como a noção do inimigo interno a ser combatido, foi criando novos dispositivos de exceção.

Teles (2018) expõe essa nova fase de militarização pós ditadura militar como uma técnica e tecnologia de governo que foi sendo aperfeiçoada e contra quais classes e segmentos ela é direcionada numa política de gestão da vida:

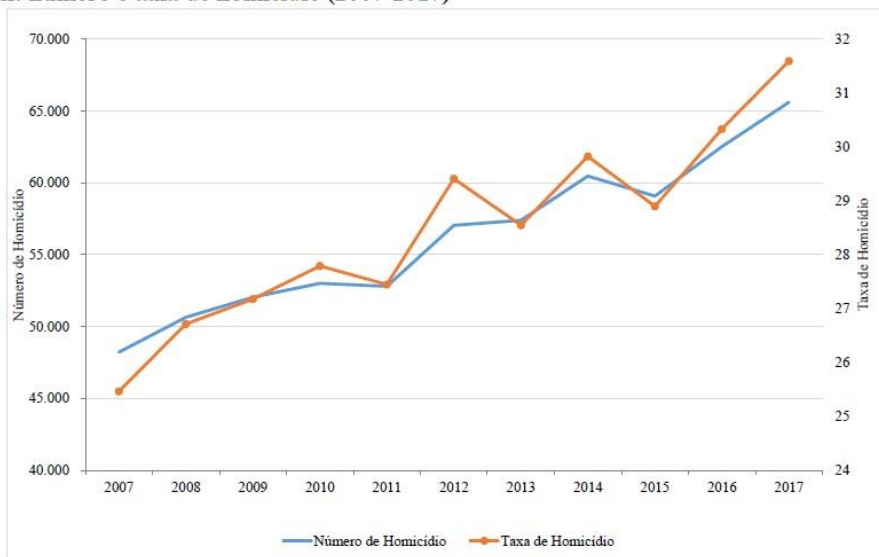
A sinergia entre operações de guerra às drogas, de repressão às manifestações, de higienização social e de eliminação ou descarte de vidas nas favelas e nos territórios pobres é a confirmação maior da militarização. E quem produziu os territórios apropriados para sofrer a intervenção são os que estão à frente da gestão da vida. É uma política que já vem sendo testada nos conflitos de terra, nas periferias das grandes cidades, nos entornos dos estádios, nos megaeventos esportivos, seja ações diretas ou, o que é mais comum, com a ausência de serviços e políticas públicas, alimentando-se a condensação do emergencial e do abjeto em territórios minoritários, desqualificados e não autorizados pela ordem. Em seguida, faz-se uso dessa condição para liberar a exceção violenta e autoritária (TELES, 2018, p. 70).

Nesse momento de aprofundamento e crise de um capitalismo neoliberal no país, em que uma superpopulação de descartados não tem perspectivas de se inserir na economia enxuta dessa nova fase de reprodução capitalista, faz-se necessário dentro dessa política de gestão da vida as técnicas de controle e de exceção. Segundo Batista (2015):

Tudo isso nos leva ao ponto final do que eu chamo de gestão policial da vida, imposta aos pobres em seu cotidiano, comprovando aquelas teses, como as de Loic Wacquant, que apontam para o deslocamento da atenção social do Estado para uma gestão penal da pobreza. Nunca a expressão de Edson Passetti se adequou tanto à realidade dos bairros pobres e das favelas: “o controle a céu aberto”, naquela perspectiva do estado de exceção de Agamben. A ideia de “campo”, área de controle penal total sobre o cotidiano de seus moradores, implica sua tutela em todos os aspectos exercida diretamente pela polícia” (BATISTA, 2015, p. 106).

No Brasil em 2017, foram mais de 65 mil (65.602) homicídios, o maior número histórico de letalidade violenta como aponta o Atlas da Violência (2019), e a taxa de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes, dos quais 75,5% das pessoas assassinadas são negras ou pardas (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Brasil: número e taxa de homicídio (2007-2017)

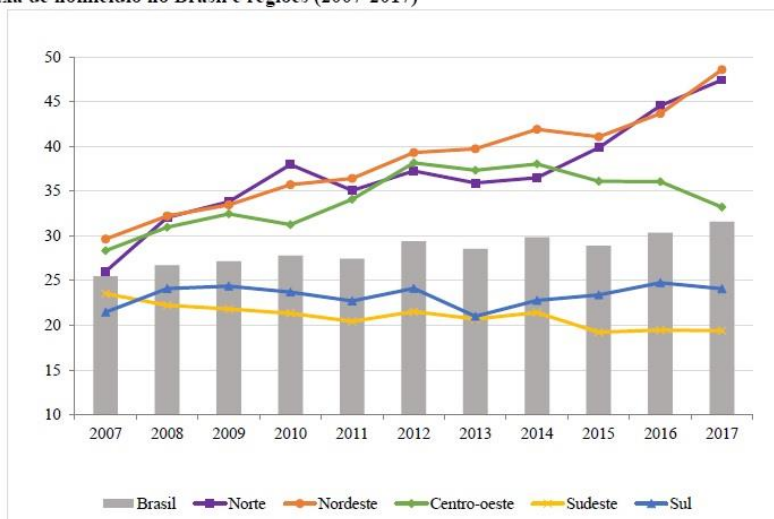


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência da vítima foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Também com distribuição geográfica desigual com índices maiores nas regiões Norte e Nordeste e menores nas regiões Sudeste e Sul (Gráfico 2). “A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera epidêmica, ou fora de controle, a violência que faz mais de dez vítimas por 100 mil habitantes” (KUCINSKI, 2015, p. 21).

GRÁFICO 2

Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na Região de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Vale lembrar, que por ser uma média, as desigualdades não ocorrem somente entre as regiões do país, verificam-se grandes desigualdades na região Sudeste e mesmo no Estado de São Paulo, com a menor taxa do Brasil, 10,3 por 100 mil habitantes, (a maior no Rio Grande do Norte com 62,8) e Rio de Janeiro com 38,4 (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 23). Entretanto, conforme esta publicação, a taxa de homicídios de São Paulo deve ser observada com cautela, devido ao alto índice de mortes violentas com causa indeterminada (MVICI), que pode ocultar óbitos não classificados como homicídios. A taxa de MVCI aumentou 13,4% no último ano, que resultou num índice de 5,8 MVCI para cada 100 mil habitantes (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 13).

Segundo o Atlas da Violência – Políticas Públicas e Retratos dos Municípios Brasileiros (2018, p. 28), em 2016, 50% das mortes violentas ocorreram em 123 municípios, que correspondem a pouco mais de 2% do total de municípios.

Assim, 2,2% dos municípios brasileiros concentram metade das mortes violentas no país. Em outros estudos, foram levantados dados que indicaram que, nesses municípios mais violentos, metade dos homicídios concentravam-se em menos de 10% dos bairros. Sabe-se ainda que, mesmos nos bairros com maiores prevalências de vitimização letal, a incidência de crime não ocorre de modo homogêneo, mas em algumas comunidades pertencentes a essas localidades (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 31).

Nesse estudo (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018), também foram relacionados ao número de homicídios as condições de educação infanto-juvenil; pobreza; mercado de trabalho; habitação; gravidez na adolescência; e vulnerabilidade juvenil. Como resultado, “[...] a correlação entre as condições de desenvolvimento humano e as taxas de mortes violentas, em geral, nos municípios com melhores níveis de desenvolvimento humano a taxa de homicídio tende a ser menor” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 11).

Em relação aos segmentos mais expostos no país, 59,1% do total de homicídios de homens são de jovens entre 15 e 19 anos. Considerando a falta de perspectivas desses jovens, pois 23% dessa população não estudavam nem trabalhavam em 2017 (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 6). Da pequena cidade à metrópole, do município ao território nacional, as desigualdades vão se reproduzindo, sobretudo nas localidades e regiões mais pobres e vulneráveis.

Sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 2018, o então presidente Michel Temer assina o decreto de intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro até o dia 31 de dezembro de 2018. O interventor designado no estado foi o general do Exército Walter Souza Braga Netto, do Comando Militar do Leste (DOU, 2019).

Como justificativa, alegou os crescentes índices de violência, de crise política e financeira do estado, que levou o governo do estado a declarar estado de calamidade pública. Mas não podemos deixar de considerar a própria crise política do governo federal, desgastado com indícios de corrupção, baixa popularidade e crise econômica.

A intervenção no período de eleições foi uma tentativa de desviar o foco desses problemas para a questão da segurança pública, até com o apoio da grande mídia, pois tinha estados com índices maiores de criminalidade do que o Rio de Janeiro no período;

corroborando o que Agamben (2004, p. 12) salientou sobre a zona indefinida entre a política e o jurídico sobre o dispositivo do estado de exceção.

Após dez meses de intervenção, o crime em que houve maior redução foi o roubo de carga, os números de homicídios continuaram altos e os enfrentamentos com as forças militares, fazendo com que o crime migrasse para outras regiões do estado. Ao final da intervenção o gabinete de intervenção federal informou os números de mortos em conflito, o de pessoas detidas, de apreensões. Esses números, divulgados como um sucesso pelo governo, como se fosse um problema de gestão da criminalidade e não de proteção à vida; o que só reforça como a ação foi unilateral.

Durante os dez meses da intervenção, não houve combate significativo aos grupos de milícias, nem à corrupção policial. Tampouco se investiu na modernização da gestão das polícias, restringindo-se a renovação apenas à compra de equipamentos. O modelo de atuação da polícia continuou a centrar-se na lógica da guerra, baseada no uso de tropas de combate, ocupações de favelas e grandes operações – um modelo desgastado, que já se mostrou incapaz de produzir resultados efetivos. Quando existem, esses resultados são rapidamente revertidos, assim que as forças militares se retiram. [...] o Rio precisa de políticas consistentes e duradouras, que coloquem a vida em primeiro lugar (RAMOS, 2019, p. 3).

A intervenção militar só reforça a crença que a criminalidade e a violência devem ser combatidas com ação bélica, ao invés de uma política de segurança pública mais consistente de longo prazo e de redução das desigualdades econômicas.

No dia 04 de fevereiro de 2019, o ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro apresentou o Projeto de Lei Anticrime. Com o discurso de combate à corrupção, ao crime organizado e aos crimes violentos, propõe diversos dispositivos que são contrários aos direitos da pessoa e à Constituição.

Entre as medidas estão a presunção de inocência, pois a condenação em segunda instância a pessoa já deve começar a cumprir a pena, sem respeitar os direitos de recorrer em outras instâncias, em que a condenação poderia ser revertida, portanto, sem o pleno direito de defesa. Segundo Gabriela Araújo, professora de direito constitucional, a população carcerária

do país, que já é a terceira maior do mundo atrás de China e Estados Unidos, teria uma explosão, sem reduzir os índices de violência e criminalidade (ARAÚJO, 2019).

Outra medida refere-se ao “plea bargain” visando diminuir o número e o tempo dos processos nos tribunais, as pessoas acusadas podem fazer um acordo com um juiz, assumindo a culpa em troca da redução da pena; perdem assim o direito à plena defesa e do contraditório. O grande problema é que as pessoas mais pobres, sem condições de pagar advogados em processos longos na justiça e sob toda a pressão dos órgãos de acusação do Estado, façam acordos com medo de serem condenados a penas maiores se o julgamento chegar à justiça comum. Isso ocorre nos Estados Unidos, de maior população carcerária do mundo, onde a maioria dos presos são negros e latinos, mas são minorias na população (ARAÚJO, 2019).

Em relação a mudanças nos artigos do código penal, na ação da polícia traz a prerrogativa de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” para alegar legítima defesa no homicídio de civis, o que seria atestado por um juiz, e não por um tribunal de júri. Configurando uma “licença para matar”, para a polícia que mais mata e morre no mundo (ARAÚJO, 2019).

Para Araújo, trata-se de um projeto com grande apelo midiático e populista, apoiado na crença de que apenas alterações na lei resolverão o problema da segurança pública. Mais uma vez, quem sofrerá os impactos dessas medidas será quem mais sofre com a violência: os pobres, jovens, negros das periferias.

Em verdade, o que se destaca no tão alardeado projeto de lei “anticrime” nada mais são do que medidas punitivistas de alto apelo popular, como o recrudescimento de penas, supressões de direitos de acusados em matéria penal e empoderamento das autoridades acusatórias e policiais, o que sabidamente não implicará na diminuição da criminalidade, mas, pelo contrário, contribuirá com as desigualdades sociais e a tensão bipolarizada que já se instaurou na sociedade: centro x periferias, zona sul x morro, cidadão do bem x bandidos etc. (ARAÚJO, 2019, s/p).

Essas medidas unilaterais apenas tangenciam a questão principal da segurança pública que deveria ser debatida junto com a sociedade e em um contexto de uma política e planejamento de longo prazo de saúde, educação, moradia, lazer, empregos. Pois, do contrário, só reforça o estado de gestão da pobreza e do estado policial. As principais ações deveriam ser

estruturar políticas públicas visando à prevenção social do crime, com ações voltadas à infância e à juventude, e nos territórios mais vulneráveis.

De acordo com o Atlas da Violência (2019, p. 95), “além de não investirmos seriamente na investigação, na inteligência e no trabalho de qualificação policial, insistimos sempre na crença nunca confirmada que o endurecimento na legislação penal trará resultados, sendo que ela já foi testada em diversos momentos, sem nenhum efeito visível”.

Considerações finais

Foi importante começar em Marx e o período de consolidação do capitalismo industrial e economia liberal para compreender como muitas questões já estavam colocadas potencialmente e alcançaram sua forma plena atualmente no neoliberalismo, como a racionalidade individualista da acumulação e o descarte das pessoas não necessárias à reprodução.

Outro momento importante foi como esse processo de reprodução econômica ocorre atrelado à política, ou seja, para sua expansão ele necessitará do aperfeiçoamento de técnicas e tecnologias de poder para levar adiante esse projeto de regulação e de ordem social, mobilizando portanto a sociedade, mas também a mentalidade e o comportamento dos indivíduos.

O discurso de não intervenção do Estado de uma política neoliberal, mas que no entanto o Estado foi essencial para regular essa economia e sobretudo intervir nos períodos de crises financeiras. A importância da esfera legislativa e jurídica na construção de um aparato e um contexto em que pessoas, empresas, classes e segmentos têm que operar ou se enquadrar.

O avanço do projeto neoliberal ocorre pari passo ao aumento das desigualdades econômicas, as reformas jurídicas foram no rumo de reduzir os direitos do cidadão e na construção do Estado de polícia, para a qual a noção de segurança pública é limitada à ação da polícia, em especial aqueles excluídos e que se colocam em contraposição a esta ordem: jovens, negros, pobres das periferias e movimentos sociais.

Em relação à ação do Estado, sobressai seu movimento em direção a uma nova regulação neoliberal, com redução dos gastos públicos e redução das garantias trabalhistas, reforma da previdência, reforma trabalhista e fiscal, como forma de sinalização aos agentes econômicos e financeiros visando à atração de novos investimentos e retomada do processo produtivo às custas do trabalho, cada vez mais segmentado e precarizado.

As contradições no modo de produção apontam para o seu alcance limite em sua compressão de tempo (produtivo) e de espaço (global), nos quais as alternativas do uso de novas tecnologias aceleram os novos ciclos produtivos assim como as próprias crises; enquanto que o deslocamento espacial pode adiar, mas não impedir as crises. A reprodução das relações sociais de produção, especialmente o Estado, deve gerir um crescente contingente expulso e sem perspectivas de inserção no mercado formal. O custo político é elevado, verificado no esgarçamento da democracia liberal e o neoliberalismo derivando para o autoritarismo.

Apesar da potencialização das técnicas e tecnologias de um projeto conservador de poder, as resistências se contrapõem no limite como forma de reprodução da própria vida, de negação consciente ou não desse projeto neoliberal e apontando para formas diferentes de poder público e do direito do ser humano.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, 142p.

ARAUJO, Gabriela S. S. *O populismo punitivo e autoritário do projeto de lei "anticrime" de Sérgio Moro*. Carta Maior, 11.02.2019.

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Estado-Democratico-de-Direito/O-populismo-punitivo-e-autoritario-do-projeto-de-lei-anticrime-de-Sergio-Moro/40/43235>, acesso 22.03.2019

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: 2019, 115p.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018. Políticas Públicas e Retratos dos Municípios Brasileiros. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro: 2018, 37p.

- BATISTA, Vera Malaguti. Estado de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo et al. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 103-108.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016, 413p.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNLÃO (DOU). DECRETO Nº 9.288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018. <http://www.in.gov.br/web/guest/consulta>, acesso 21.03.2019
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, 249p.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996, 349p.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência*. <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/1/homicidios>, acesso 21.03.2019
- KUCINSKI, Bernardo et al. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, 128p.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 2000 [1974], 485p.
- MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Centauro, 2010, 170p.
- RAMOS, Silvia (coord.). *Intervenção federal: um modelo para não copiar*. Rio de Janeiro: CESeC, fevereiro de 2019.
https://drive.google.com/file/d/1QI8bwWWsGllautm_Dz4f-fcF0QwCcQMY/view, acesso 21.03.2019
- ROLNIK, Raquel e SOMEKH, Nadia. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. *Cadernos Metrôpole*, nº 8, p. 105-117, 2º sem. 2002.
- TELES, Edson. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: GALLEGOS, Esther S. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 65-72.
- VAINER, Carlos B. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". In: ARANTES, Otília et al. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 105-120

O AGRONEGÓCIO DO CAFÉ E A TERRITORIALIZAÇÃO NO SUL DE MINAS GERAIS

*Flamarion Dutra Alves*⁹⁵

O agronegócio no Brasil corresponde uma atividade que desempenha uma função rentável financeiramente para o mercado agropecuário mundial, esse sistema envolve empresas multinacionais, conglomerados, com amplo apoio estatal em crédito, além da iniciativa privada controlar o mercado das cooperativas (OLIVEIRA, 2007, 2016). Entretanto, as contradições são proporcionais a dimensão dessa atividade, pois envolve uso intenso de agrotóxicos e alimentos transgênicos, intensa degradação do meio ambiente e da saúde do trabalhador, exploração dos trabalhadores rurais, em muitos casos escravizados, empobrecimento do trabalhador rural, monopolização do mercado e do território, além de intensificar os conflitos no campo (ALVES, 2013, ANDRADE, 1979; ALENTEJANO, 2011; ALBANO e SÁ, 2011).

Esse texto tem como objetivos discutir a territorialização do agronegócio cafeeiro, em especial, no Sul de Minas Gerais apontando para um análise da situação na maior região produtora de grãos do Brasil, identificando o papel das cooperativas e das multinacionais na monopolização do território, crédito e as relações sociais que são colocadas no sistema cafeeiro, analisando também a contradição fundiária entre agricultor familiar e grande produtor na lógica do agronegócio, além de discutir as relações de trabalho na colheita do café e sua precarização, e por fim, fazer alguns apontamentos da situação cafeeira na última década, tendo em vista o crescimento da procura por essa cultura.

Para desenvolvimento da pesquisa foram divididas em três etapas para análise do contexto regional: no primeiro momento foi discutido os pressupostos teórico-conceituais da questão agrária e o capitalismo no campo, com base em Kautsky (1969), Oliveira (2013, 2016) e Andrade (1979) em seguida, o processo de territorialização e suas bases para o entendimento do poder, apropriação e controle do espaço a partir de Raffestin (1993) e Souza (2003), e por

⁹⁵ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG e PPGEOG UFSJ.

dutrasm@yahoo.com.br

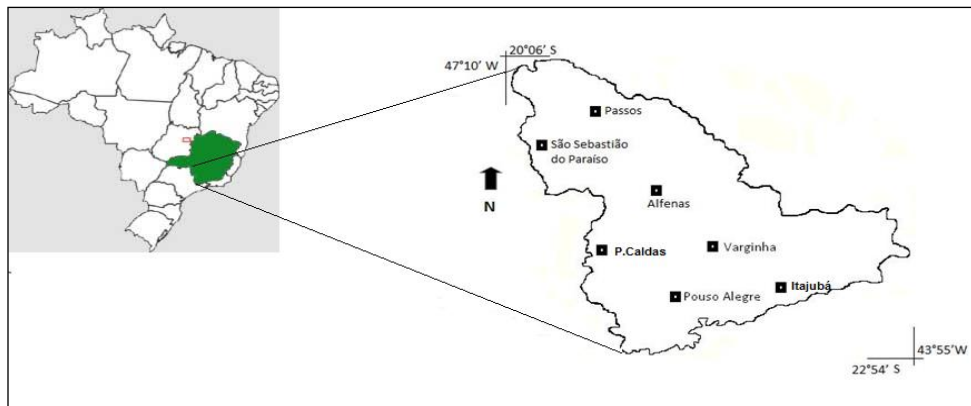
fim, a temática do agronegócio e cafeicultura com base em Oliveira (2016) e Alves (2013, 2015) além de trabalhos sobre migração, trabalho, cooperativas, agroecologia e produção camponesa sobre o contexto regional do café no Sul de Minas, com intuito de fazer uma análise geral até os impactos locais do agronegócio cafeeiro no território sul mineiro.

A segunda etapa consistiu em consultar dados do IBGE referentes ao Censo Agropecuário (2006), Produção Agrícola Municipal (1990-2018) e dados disponibilizados pelas Cooperativas de Café da região sul mineira para agrupar as informações estatística quanto a área ocupada, quantidade produzida, mão de obra empregada, crédito e estrutura fundiária para poder interpretar a dimensão do monopólio cafeeiro no território sul mineiro e como está estruturado. Além de analisar estudos realizados pelo Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) da Universidade Federal de Alfenas –MG. Por fim, foram traçadas análises da dependência político-econômica e suas contradições no que tange as dimensões socioculturais.

Localização da área de estudo

A região denominada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais (Figura 1) é composta por dez microrregiões (Alfenas, Andrelândia, Itajubá, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso e Varginha) totalizando 146 municípios e com uma população de 2.426.302 habitantes, destes 18,8% residem em áreas rurais e 81,2% em áreas urbanas (IBGE, 2010).

Figura 1 – Mapa de localização do Estado de Minas Gerais e da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas.



Organização: Flamarion Dutra Alves.

Nessa região, há o predomínio de cidades médias e pequenas, que tem na cafeicultura uma das mais importantes atividades econômicas. O agronegócio cafeeiro no Brasil é responsável por aproximadamente 33% da produção mundial, possui uma área plantada com quase 2 milhões de hectares. Devido a essa importância da atividade agrícola, faz-se necessário entender como está organizada essa produção no espaço agrário e seus reflexos na conjuntura rural, urbana, política e social no Sul de Minas Gerais, principal região produtora que detêm 25% da produção total do país.

Agronegócio, território e poder

Debater a agricultura no século XXI, requer dos pesquisadores o entendimento da conjuntura econômica do mercado agrícola mundial, ou seja, compreender o processo de mundialização da agricultura que vai se desenvolvendo, apontando contradições socioespaciais. A territorialização do agronegócio não se restringe ao espaço rural, está presente na cidade e tem seu poder de decisão em múltiplas escalas e lugares.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira, discorre sobre esse processo de mundialização da agricultura, e coloca que a questão espacial como peça chave, pois se desloca a qualquer ponto do mundo, descentralizando e ao mesmo tempo concentrando poder:

A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está centrado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas mundiais estão. Esta sim é a nova ordem mundial criada pelo capitalismo monopolista que, por sua vez, está gestando uma nova divisão mundial do trabalho redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. (OLIVEIRA, 2016, p.89).

Nessa perspectiva, as empresas multinacionais são atores hegemônicos nesse processo, integrando territórios a rede mundial do agronegócio, trazendo novas implicações e normas a esses lugares. O comando do território passa ser monopolizado, seja por cooperativas, multinacionais, conglomerados e instituições financeiras:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2016, p.233)

Esse processo, vai agravando os problemas socioambientais no campo, revelando as contradições do capital. Conforme aponta Oliveira (2013, p.104) “[...] o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários”, ou seja, os conflitos se acirram com a mundialização da agricultura.

Esses conflitos estão no seio do capitalismo na agricultura, presente desde as teorias clássicas de Kautsky (1969), que tendem a se agravar com o comando de multinacionais e a produção de *commodities* no território brasileiro.

Na perspectiva do controle e conflito no/do território, a questão do poder é central, pois podemos interpretar as ações dos atores e agentes na produção do espaço. Sendo assim,

Raffestin (1993, p.150) reforça a ideia de que “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial" que faz intervir tessitura, nó e rede”.

Nas regiões ocupadas pelo agronegócio, pode-se identificar as construções dessa territorialidade do poder “As "imagens" territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda.” (RAFFESTIN, 1993, p.152), ou seja, as dimensões políticas, econômicas, ambientais e culturais são elementos da análise da territorialização, que por meio da territorialidade assume sua forma material e imaterial, conforme Alves (2019, p.103) “a territorialização é inseparável dos atributos materiais e imateriais dos sujeitos que ocupam o espaço”.

Por territorialidade Raffestin entende que:

[...] a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constituem podem ser simétricas ou dissimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. (RAFFESTIN, 1993, p.161)

No contexto político, o surgimento do território se dá através da apropriação e ocupação do espaço por um grupo social, bem como salienta Souza (2003):

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido em que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, “paisagem”). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis (...) mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, como o poder controlador desse território (SOUZA, 2003, p.84).

As dimensões de análise da sociedade para Souza (2003, p.86) “será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros (...)) e os ‘outros’

(os de fora, os estranhos)”. Ainda para Souza, o território deve ser controlado para que haja uma justiça social:

O controle do território deve ser elevado a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitam a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 2003, 100-1).

Dessa forma, os processos de territorialização representam a imagem do poder construído e contraditoriamente, dos conflitos gerados na região entre os atores envolvidos.

Agronegócio cafeeiro e os territórios em disputa

O agronegócio cafeeiro no Brasil é responsável por aproximadamente 33% da produção mundial, possui uma área plantada com quase 2 milhões de hectares. Devido a essa importância da atividade agrícola, faz-se necessário entender como

está organizada essa produção no espaço agrário e seus reflexos na conjuntura rural, urbana, política e social no Sul de Minas Gerais, principal região produtora que detêm 25% da produção total do país (tabela 1).

Tabela 1 – Área plantada e produção total de café no Brasil por regiões, 2014.

Região	Área Plantada (hectare)	Produção (Mil sacas)
Norte	90.381	1.546
Nordeste	143.180	2.377
Centro-Oeste	26.252	402
Sul	33.251	559
Sudeste	1.640.790	40.330
Minas Gerais	995.079	22.643
Sul de Minas Gerais	501.214	10.804
BRASIL - TOTAL	1.946.441	45.346

Fonte: MAPA, S.P.A.E/CONAB – ABIC.

Organização: Flamarion Dutra Alves.

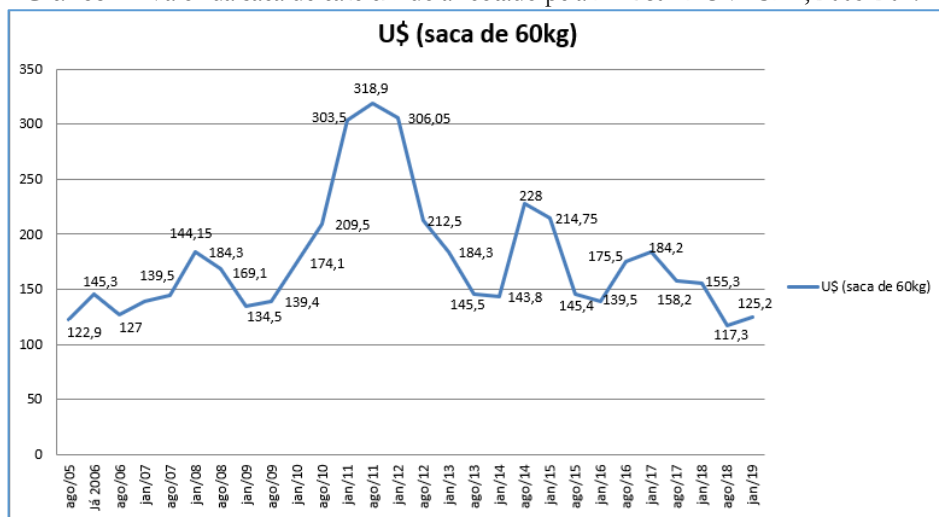
Nota-se que a concentração espacial da produção de café está na região sudeste e especialmente, no estado de Minas Gerais, com 49,9% da produção nacional, e destes somente o sul de Minas responde por 23,8% da produção total.

Considerando apenas a produção do café arábica, tipo exportação, a importância de Minas Gerais e do Sul de Minas ficam mais expressivas, sendo 69,1% da produção nacional e 33,4% respectivamente.

Minas Gerais é hoje o principal produtor de café no Brasil, responsável por mais de 50% dos grãos (Tabela 1), conforme já apontava o estudo de Ormond, Paula e Faveret Filho (1999, p.31) " Minas Gerais é o esteio da produção nacional de café, sendo responsável, a partir de 1994, por uma produção que varia entre 45% e 50% da safra brasileira e aumentando sua participação. Teve uma taxa anual de crescimento da produção de 3,4%."

Analisando os dados mais atuais, em 2016, a produção nacional foi de 51,37 milhões de sacas de café, e em 2018 aumentou para 59,9 milhões de saca de café, ou seja, desde 2014 houve um crescimento de quase 30% da produção de café. (CONAB, 2018). Esse aumento da produção, não acompanhou o preço da saca de café (gráfico 1).

Gráfico 1 - Valor da saca de café em dólar cotado pela B.M &F BOVESPA, 2005-2019.



Fonte: B, M&F BOVESPA. Organizador: Flamarion Dutra Alves.

A oscilação no preço do café é uma das consequências negativas da monopolização do território pela commodity, ou seja, a dependência do mercado de bolsa de valores e das externalidades, deixam os pequenos produtores vulneráveis. Chesnais (2005) aponta para os problemas da financeirização nos países emergentes, entre eles, a posição especulativa do mercado mundial, aliada a demanda chinesa, e a crescente oscilação do preço das *commodities*. No caso do preço do café, observa-se essa oscilação em alguns momentos, com um valor de 122,9 dólares em 2005, permanecendo com quase o mesmo valor após 14 anos, tendo um crescimento exponencial em 2011.

A produção de café no Sul de Minas oscila anualmente, pois ela é bianual e está em constante desenvolvimento, por conta disso, o valor da produção também é variável (Tabela 2).

Tabela 2 – Valor da produção total das lavouras permanentes e da lavoura de café, em reais, na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais (2006-2013).

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Café (grãos) (R\$)	2.731.772	1.479.060	2.773.915	1.923.759	3.128.845	3.994.609	4.244.937	2.951.828
Porcentagem (%)	95,96	91,82	95,43	92,30	93,88	93,45	94,15	90,27
TOTAL	2.846.746	1.600.982	2.906.723	2.084.303	3.332.888	4.274.427	4.508.556	3.270.159

Fonte: SIDRA-IBGE – Produção agrícola municipal, 2006-2013.

Organização: Flamarion Dutra Alves.

Conforme a tabela 2, o valor da produção do café é significativo para região gerando uma receita que por vezes passa dos 4 milhões de reais anualmente, variando com a cotação do dólar. Observa-se que a participação da cafeicultura predomina em mais de 90% da produção agropecuária no sul de Minas, sendo um monopólio da produção agrícola, que também é refletido na área ocupada e colhida (Tabela 3).

Tabela 3 – Área colhida das lavouras permanentes e da lavoura de café, em hectares, na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais (2006-2013)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Área colhida (ha)	468.887	460.143	465.116	421.509	432.293	433.669	433.932	434.211
Porcentagem (%)	96,68	96,61	96,62	96,31	95,94	95,74	95,71	95,69
TOTAL	484.991	476.284	481.409	437.671	450.595	452.979	453.384	453.746

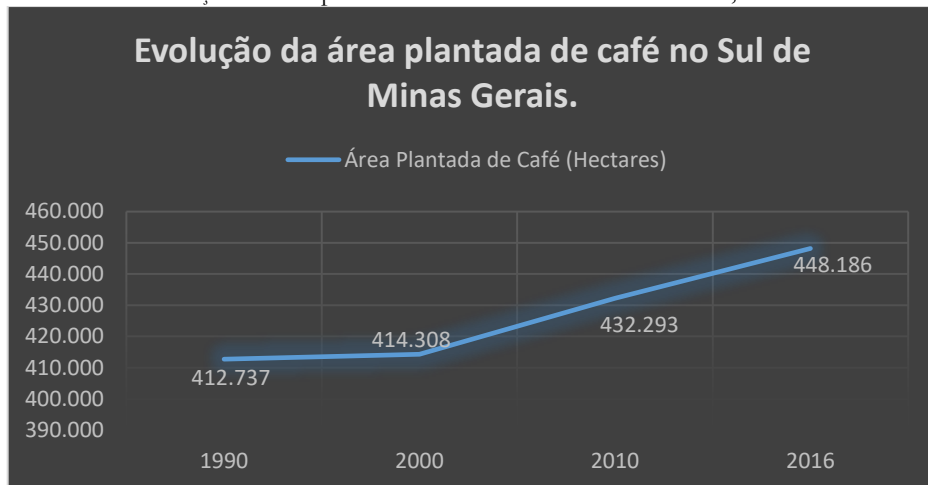
Fonte: SIDRA-IBGE – Produção agrícola municipal, 2006-2013.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

A área destina a produção de café no sul de Minas Gerais manteve-se de certa forma estável entre 2006 e 2013, oscilando pouco. O predomínio territorial do café é claramente visível ocupando mais de 95% da área colhida total nas lavouras permanentes, indicando uma consolidação na estrutura socioeconômica. Essa consolidação é passada do campo para cidade, ou seja, a função urbana é atrelada as questões agrárias, segundo Vale, Calderaro e Fagundes (2014, p.10) a região do Sul de Minas apresenta uma funcionalidade particular, as cidades médias e pequenas dependem sobremaneira da atividade agropecuária, em especial do café:

Em decorrência do forte agronegócio do café e a tecnologia aplicada ocorre uma imposição nos moldes urbanos regionais visando atender as necessidades do campo, ou seja, uma reestruturação territorial regional a partir da especialização econômica para a produção cafeeira. Com isso, ocorreu uma dependência econômica nos arranjos produtivos do campo, e o surgimento de empresas grandes com capital vinculado a este ramo econômico (VALE, CALDERARO, FAGUNDES, 2014, p.10).

Ainda sobre a ocupação territorial do café, numa perspectiva temporal, entre 1990 e 2016, observa-se no gráfico 2, que no sul de Minas Gerais houve um aumento da área plantada em mais de 10% nesse período, mostrando a consolidação do agronegócio cafeeiro e o interesse de empresas multinacionais na região.

Gráfico 2 – Evolução da área plantada de café no sul de Minas Gerais, entre 1990 e 2016.



Fonte: Censos Agropecuários IBGE. Organização: Flamarion Dutra Alves.

Apesar das oscilações do preço do café no mercado internacional, há uma grande procura pela *commodity* no mercado mundial, com tendência de crescimento. Aliado a isso há outros fatores regionais que impulsionam o crescimento da área plantada, como a ação das cooperativas para monopolização do território e o arrendamento e vendas de terras antes da agricultura familiar para o agronegócio. Numa conjuntura global, a ascensão do capital externo na cafeicultura, que vem ganhando espaço em empresas multinacionais e territorializando no sul de Minas.

Observando a tabela 4, tem-se esse crescimento na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, sobretudo, na microrregião de Alfenas, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço e Varginha. Nessas regiões, há a presença ativa de empresas e cooperativas que coordenam a dinâmica territorial, principalmente, com empresas mundializadas e de conglomerados.

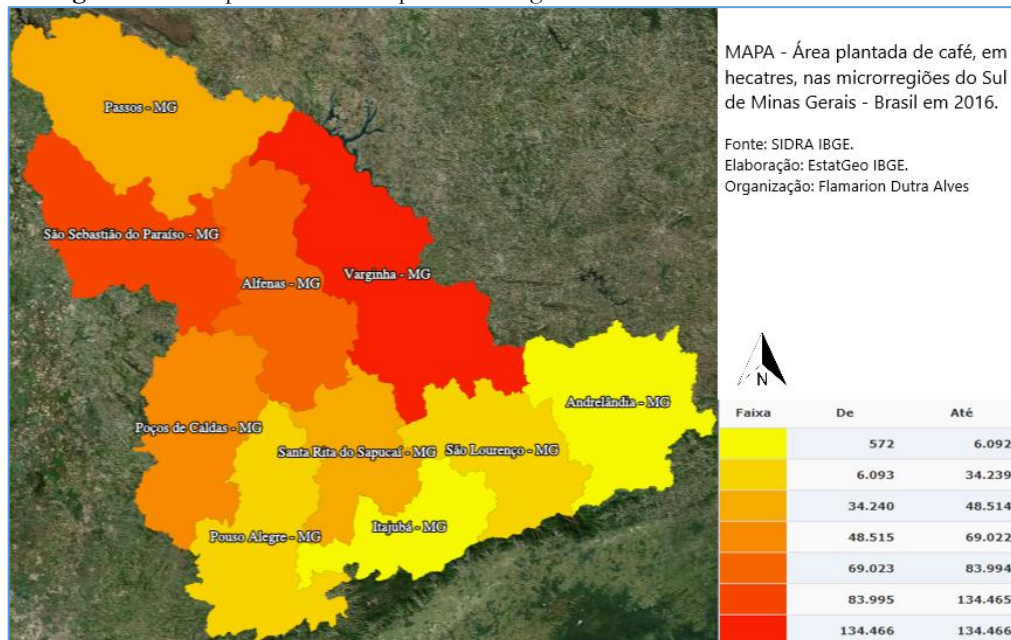
Tabela 4 – Área plantada de café (hectares) nas microrregiões da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas entre 1990 e 2016.

MICORREGIÃO	1990	2000	2010	2016
Alfenas	58.555	74.947	65.121	69.023
Andrelândia	789	798	567	572
Itajubá	5.146	3.676	3.987	4.195
Passos	46.334	29.131	31.138	41.265
Poços de Caldas	46.384	57.120	47.692	48.515
Pouso Alegre	4.589	5.872	5.248	6.093
Santa Rita do Sapucaí	22.663	28.970	37.030	34.240
São Lourenço	14.324	19.590	23.378	25.822
São Sebastião do Paraíso	88.345	81.234	83.081	83.995
Varginha	125.608	112.970	135.051	134.466
TOTAL	412.737	414.308	432.293	448.186

Fonte: SIDRA IBGE (2019). Organização: Flamarion Dutra Alves.

Quanto a espacialização desse processo na mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais, as áreas mais territorializadas pelo café concentra-se em Alfenas, São Sebastião do Paraíso e Varginha (figura 2).

Figura 2 – Área plantada de café por microrregiões no Sul de Minas Gerais em 2016.



Nessas regiões, concentram-se armazéns de cafés, cooperativas, terminais de comercialização direta para o exterior com transporte para o porto de Santos, instituições de ensino e pesquisa que formam profissionais para atuar na cafeicultura.

Nesse contexto, a cafeicultura apresenta uma diversidade em termos de produtor, do pequeno-familiar até o grande, cidades voltadas a produção e relações da cafeicultura, além da predominância territorial no espaço agrário que historicamente foi se consolidando e aprimorando.

Por apresentar em sua dimensão estrutural fundiária 75,9% de pequenas propriedades cafeiras conforme afirma Alves (2013), o papel das cooperativas é muito decisivo na produção e reprodução do capital, inserção no mercado nacional e internacional, certificações, competitividade e cooperação.

Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2006, entre as 137 mesorregiões brasileiras, a Sul/Sudoeste de Minas é que tem o maior número de estabelecimentos familiares com financiamento na agricultura (Tabela 5).

Tabela 5 – Estabelecimento familiares com financiamento na agricultura, por mesorregião em 2006.

Mesorregião	Estabelecimentos de agricultura familiar com financiamento
Sul/Sudoeste de Minas – MG	13.924
Chapécó – SC	13.268
Frederico Westphalen – RS	13.581
Santa Cruz do Sul – RS	13.177
Erechim – RS	10.736

Fonte: SIDRA –IBGE (2019). Organização: Flamarion Dutra Alves.

No caso da tabela 5, fica explícito a financeirização em territórios ocupados pelo agronegócio, do café no sul de Minas, passando pelo setor da suinocultura e avicultura no oeste da região sul, como pelo fumo em Santa Cruz do Sul, ou seja, são territórios monopolizados por empresas multinacionais e cooperativas, que consolidam sua infiltração no território, via crédito estatal pelos agricultores familiares.

As dezenas de cooperativas existentes na região servem para auxiliar, dar assistência técnica e extensão rural, agrotóxicos, armazenamento dos grãos, financiamento e crédito, ou seja, a monopolização do território. Entre as principais cooperativas na região destacam-se a Cooxupé, Cooparaíso, Coopfam, Cocatrel e Unicoop. Por outro lado, os agricultores familiares tornam-se dependentes das relações comerciais e mercado das cooperativas, perdendo sua autonomia e ficando mais susceptíveis as oscilações do mercado mundial.

Atualmente a Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ) possui mais de 12 mil cooperados – sendo 84% deles pequenos produtores que vivem da agricultura familiar –, recebendo café produzido em mais de 200 municípios de sua região de ação, localizada nas regiões do Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo (no estado de São Paulo). (COOXUPÉ, 2015)

Entre as dezenas de cooperativas, cita-se algumas importantes como a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha (Minasul), Cooperativa dos Produtores de Café Especial dos Martins (Coopercafem), Cooperativa Agropecuária Regional de Andradas Ltda (CARA), Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais Ltda (COCCAMIG), Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda (Coopervass), Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (COCATREL), Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio Ltda (COOPERCAM), Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí Ltda (COOPERRITA), Cooperativa Regional dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso Ltda (COOPARAISO), Cooperativa Agrária de Machado Ltda (COOPAMA), Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança Ltda (CAPEBE) e Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM). Estas estão filiadas ao Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais que auxilia no processo produtivo e nas atividades ligadas a comercialização.

A movimentação financeira em torno da rede produtiva do café é expressiva, aliada a elevação do preço do produto, mais de 90% do valor gerado por lavouras permanentes na mesorregião correspondem ao café. Ainda na questão econômica, de acordo com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) em 2011, o Fundo movimentou R\$ 2,29 bilhões, sendo R\$ 600 milhões para custeio, R\$ 500 milhões para aquisição de café (FAC); R\$ 500

milhões para estocagem; R\$ 300 milhões para colheita; R\$ 50 milhões para operações em mercado futuro e R\$ 40 milhões para recuperação de lavouras atingidas por granizo. Outros R\$ 300 milhões serão direcionados ao refinanciamento de dívidas. (CCCMG, 2011).

As exportações estão atreladas aos pontos de comercialização chamados Recintos de Exportação (REDEX) em Guaxupé, Varginha e Poços de Caldas, dessa forma são fixos estabelecidos para fazer a interligação entre a rede interna e externa na região. Internamente, as cooperativas são os vetores para aproximar o capital financeiro e os trabalhadores envolvidos na atividade cafeeira.

Outro elemento diferenciado na rede de produção do café são as escolas de ciência e tecnologia. Incorporada a região sul do estado de Minas Gerais, está a inovação e cooperação entre os membros da rede produtiva, sendo dotada de uma grande infraestrutura quanto à educação tecnológica para a consolidação da rede de produção do café. As estruturas que dão essa condição estão os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Sul de Minas), localizados em Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, tendo desde cursos de Educação profissional de nível técnico, como Técnico em Agropecuária, Agricultura, Agrimensura, Alimentos, Agroindústrias, Cafeicultura a distância entre outros, além de cursos de graduação em Tecnologia em Cafeicultura e Agronomia, e pós-graduação em cafeicultura sustentável.

O agronegócio cafeeiro no sul de Minas apresenta importância para a balança comercial brasileira e na dinâmica econômica regional, entretanto o território foi monopolizando e ficando suscetível as oscilações dessa *commodity*, a agricultura familiar-camponesa tem importância na produção de café para exportação, entretanto não tem controle sob sua produção e acaba sendo explorada por cooperativas e multinacionais que não tem a preocupação com o desenvolvimento social e econômico desses sujeitos. É necessário pensar alternativas para esse sistema, e um dos exemplos que se destaca na região é a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM) que incentiva a produção do café orgânico e agroecológico, além da produção de café orgânico feminino, bem como a diversificação de culturas nas propriedades rurais.

Outra contradição importante que se coloca no agronegócio cafeeiro, são as relações de trabalho. Por se tratar de uma região montanhosa, o sul de Minas apresenta uma dependência do trabalho manual, e, por conseguinte, a presença de migrantes é uma constante nos meses de maio a agosto (colheita). Nesse sentido, milhares de trabalhadores do norte de Minas e do estado da Bahia deslocam-se para garantir renda e trabalho nas fazendas. Entretanto, de 2013 a 2018, foram registrados 310 casos de trabalho escravo nas fazendas de café, devido as péssimas condições de trabalho, moradia e contratos (tabela 6).

Tabela 6 – Trabalhadores escravizados em fazendas de café no Sul de Minas Gerais, 2013-2018.

Ano	Município	Número de trabalhadores escravizados
2013	Campanha	1
2014	Ibiraci	57
2014	Passa Quatro	3
2015	Carmo de Minas	41
2015	Bom Jesus da Penha	60
2015	Machado	14
2016	Machado	4
2016	Nepomuceno	5
2016	Conceição da Aparecida	16
2016	Bom Jesus da Penha	14
2016	Poço Fundo	32
2016	Carmo da Cachoeira	7
2016	Jesuânia	10
2016	Bom Sucesso	10
2018	Muzambinho	18
2018	Piumhi	18
	TOTAL	310

Fonte: Ministério do Trabalho (2017) e Ministério Público do Trabalho (2018).

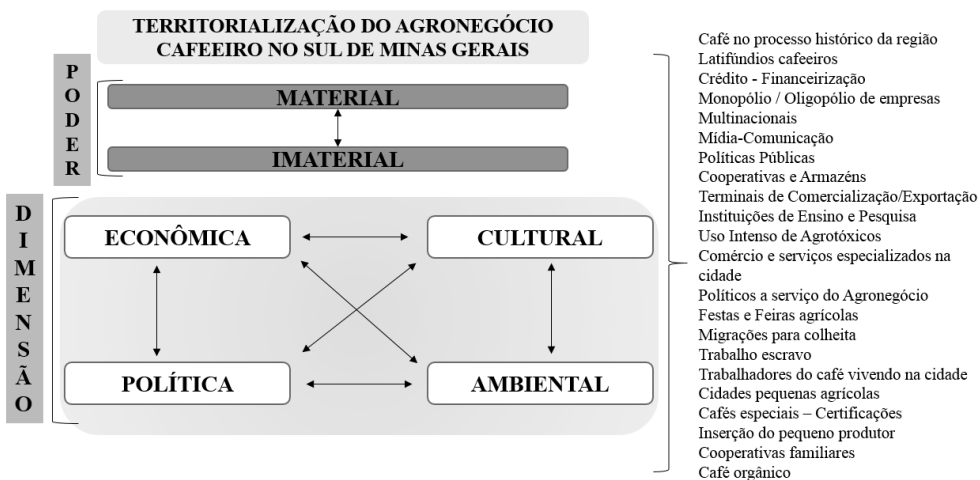
A questão do trabalho escravo, vem sendo destacado na mídia e nos estudos sobre a população migrante na região. Entre os meses de maio e agosto, há uma crescente demanda por mão de obra que é suprida pela exploração do trabalhador. O envolvimento de grandes produtores e pessoas de renome regional, como políticos e “lideranças” da sociedade local nesses casos, repercute negativamente para o mercado e os registros, sendo rompido contratos de compra e venda.

Estudos com essa população explorada, carece na academia, mas sem dúvida, é um tema emergente e necessário para a geografia.

Considerações finais

A territorialização do café na mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais apresenta pontos fixos consolidados para a organização e movimentação dos fluxos existentes no complexo agroindustrial (figura 3). Estes pontos, como cooperativas, institutos de pesquisa, empresas de assistência técnica e extensão rural, recintos de exportação, rodovias, ferrovias entre outros estão dentro da ótica da mundialização da agricultura.

Figura 3 – Esquema da territorialização do agronegócio cafeeiro na região sul de Minas Gerais.



Organização: Flamarion Dutra Alves.

A figura 3, sintetiza esse processo contraditório do agronegócio cafeeiro, que inclui e exclui os produtores, rentabiliza partes dessa rede produtiva e onera outros atores. A participação estatal atrelada ao capital internacional faz com que esse sistema continue expandido sua área de plantio, juntamente com atores econômicos, políticos e culturais.

Entretanto, a grande questão que se coloca é como esta rede produtiva beneficia os atores envolvidos nela. Pois, 75,9% dos estabelecimentos rurais que produzem a *commodity* são familiares, deixando muitas vezes de produzir alimentos para subsistência ou alimentos para os centros urbanos.

A vulnerabilidade econômica e alimentar dos pequenos produtores é uma condição e contradição desse processo. As cooperativas e multinacionais promovem um desenvolvimento contraditório e desigual na região, fruto do aprofundamento dessa inserção no mercado mundial.

A produção orgânica e agroecologia, aliada a policultura é uma alternativa para a manutenção dos pequenos produtores saírem da dependência econômica das grandes cooperativas e para a segurança alimentar e desenvolvimento territorial.

Referências

- ALBANO, Glydson Pinheiro; SÁ, Alcindo José. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. *Terra Livre*. São Paulo, n.36, v.1, 2011. p.126-151.
- ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da geografia. *Terra Livre*. São Paulo, n.36, v.1, 2011. p.69-95.
- ALVES, Flamarion Dutra. As configurações do campo brasileiro e os contrastes do agronegócio. p.421-442. In: FERREIRA, Alvaro et. al. *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.
- ALVES, Flamarion Dutra. A cafeicultura e a dinâmica socioeconômica no sul de Minas Gerais-Brasil. *Anais... IX Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales Argentinos y Latinoamericanos*. Buenos Aires, FCE-UBA, 2015. p.1-14.
- ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. *Revista NERA*. v.22, n.48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura & Capitalismo*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- CONAB – *Companhia Nacional de Abastecimento*. Boletim da Safra de Grãos. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos> . Acesso em: 10 de março de 2019.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- MOREIRA, Ruy. *A formação espacial brasileira*: Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.) *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.103-172.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.
- ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sérgio Roberto Lima de; FAVERET FILHO, Paulo. *Café: (re)conquista dos mercados*. BNDES Setorial: Rio de Janeiro, n. 10, p. 3-56, set. 1999.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- VALE, Ana Rute do; CALDERARO, Rodrigo Alexandre Pereira; FAGUNDES, Francielly Naves. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. *Campo-Território*, Uberlândia, v.9, p.1-23, 2014.

A QUESTÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUL DE MINAS: BUSCANDO COMPARAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE CAFÉ CONVENCIONAL E ORGÂNICO

*Ana Rute do Vale*⁹⁶

*Letícia Almeida Araujo*⁹⁷

*Jéssica Danielle Ferreira do Amara*⁹⁸

*Thais de Cássia Silva Lemos*⁹⁹

*Tamyris Maria Moreira da Costa*¹⁰⁰

*Glauce Raimundo*¹⁰¹

Desde a década de 1980, a temática questão de gênero passou a chamar atenção da Geografia devido à necessidade de conhecimento do papel de cada um dos gêneros no funcionamento da sociedade e na forma como organizam os espaços nos quais se inserem, ou seja, o comportamento espacial de homens e mulheres. Apesar desses estudos, ainda há muito caminhos para trilhar nas pesquisas geográficas sobre desigualdade de gênero, sobretudo, no espaço rural brasileiro, que é tão diverso.

No caso da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, onde predomina a cafeicultura, embora represente um dos mais importantes setores do agronegócio brasileiro, caracteriza-se pela forte presença da agricultura familiar, sendo que o sistema de produção predominante é o convencional, ou seja, baseia-se nos princípios da Revolução Verde, com utilização de grande quantidade de insumos químicos. Além disso, a comercialização da produção é realizada, em sua maioria com cooperativas de região, dentre as quais se destaca a Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA).

⁹⁶ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG.

⁹⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Alfenas-MG.

⁹⁸ Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas-MG.

⁹⁹ Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas-MG.

¹⁰⁰ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG.

¹⁰¹ Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas-MG.

Por dedicarem-se à produção de uma commodity, essas famílias estão sujeitas às oscilações de seu preço, determinados internacionalmente, bem como à questão da bienalidade do café, o que significa que uma safra a produtividade alta e na próxima, apresenta queda. Muitas vezes, é possível afirmar que o valor recebido em uma safra, serve apenas para pagar as dívidas da anterior, uma vez que o investimento na produção é bastante elevado.

Por outro lado, temos também na mesorregião a produção de café orgânico, iniciada a partir do início da década de 2000, no município de Poço Fundo, pela COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), que atua nos mercados interno e externo e destaca-se nacional e internacionalmente por conta do chamado “café feminino”, o que mostra, aparentemente, que a mulher tem um destaque no contexto familiar.

Diante das diferenças entre os sistemas de produção de café convencional e orgânico desenvolvidos no Sul/Sudoeste de Minas, buscou-se estabelecer comparações entre o papel desempenhado pelas mulheres em cada um desses modelos, a partir dos agricultores familiares, cooperados da COOXUPÉ e da COOPFAM.

As propriedades rurais selecionadas para esse trabalho situam-se nos seguintes municípios da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas: Alfenas e Muzambinho, representando o café convencional dos associados da COOXUPÉ e Poço Fundo, representando o café orgânico dos associados da COOPFAM (mapa 1). No contexto do agronegócio do café, os municípios produtores de café convencional, apresentam elevadas taxas de urbanização, causadas pelo êxodo rural, típicos da agricultura moderna, enquanto que em Poço Fundo, o menor dos três municípios, a população rural ainda é bastante expressiva (tabela1).

Mapa 1- Localização geográfica dos municípios de Alfenas, Muzambinho e Poço Fundo no Estado de Minas Gerais.

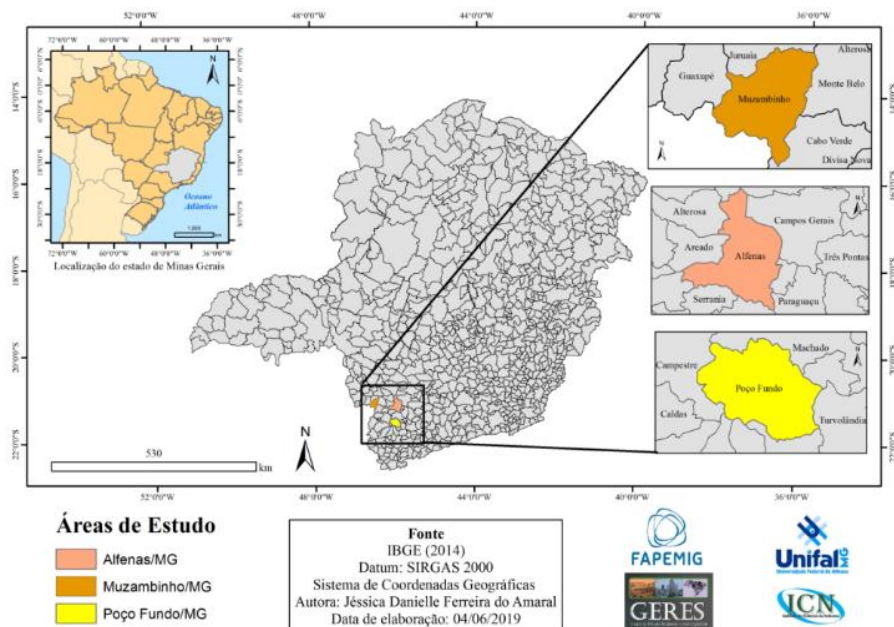


Tabela 1 - População urbana, rural e total dos municípios de Alfenas, Muzambinho e Poço Fundo- MG.

Municípios	População (habitantes)				
	Urbana	%	Rural	%	Total
Alfenas	69.127	94	4.595	6	73.722
Muzambinho	15.731	77	4.701	33	20432
Poço Fundo	9.285	58	6.676	42	15.961

Fonte: IBGE (2010)

Como procedimentos metodológicos, utilizou-se nesse trabalho, além da pesquisa e revisão bibliográfica e coleta de dados secundários, entrevista com os presidentes da COOPFAM e vice-presidente de COOXUPÉ - que ocupavam os respectivos cargos em 2017 - e com 30 mulheres pertencentes às unidades de produção familiar pesquisadas, sendo 15 do café convencional e 15 do orgânico. Também foram aplicados questionários semiestruturado

junto aos responsáveis pelas 30 propriedades rurais pesquisadas, ou seja, os esposos dessas mulheres, sendo que no sistema convencional foram 8 em Muzambinho e 7 em Alfenas no e orgânico, todas foram em Poço Fundo.

É esse trabalho é resultados do relatório final da pesquisa “Agricultura familiar e questão de gênero no sul de Minas: uma comparação entre cafeicultura convencional e orgânica” financiada pela FAPEMIG (Fundação de amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), por meio do edital Demanda Universal (01/2016).

O trabalho se inicia pelas discussões sobre a necessidade de pesquisar questão de gênero e agricultura familiar na geografia e produção orgânica agroecologia; passa pela caracterização da cafeicultura do Sul de Minas, diferenciando o sistema convencional do orgânico; em seguida faz o resgate histórico, caracteriza e mostra o papel representado pelas mulheres nas cooperativas COOXUPÉ e COOPFAM; traça o perfil das unidades de produção familiar dos municípios estudados e; por fim, estabelece comparações entre o papel desempenhado pelas mulheres em cada um desses modelos, a partir dos cooperados da referidas cooperativas.

Geografia, questão de gênero, agricultura familiar e produção orgânica

O componente gênero passou a ser incorporado à Geografia Humana, somente a partir de meados da década de 1980, com o intuito de “evidenciar que a organização social e territorial engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou a afectividade (ANDRÉ, 1990, p. 334).

Na realidade, a geografia, sobretudo a vertente marxista, não poderia ficar alheia à mudanças pelas quais estava passando a sociedade nesse período, sendo que os problemas sociais mais preocupantes nos países desenvolvidos relacionavam-se às questões como “a contracepção, o divórcio, as novas formas de família ou a exclusão da mulher das principais decisões políticas e dos cargos superiores das administrações públicas” (ibidem, p. 336).

No entanto, Silva (2003) chama a atenção para o fato de que quando se observa a produção da teoria geográfica e se questiona tanto a quem serve essa produção, quanto quem

se beneficia com o avanço da ciência, é possível perceber que se trata de uma ciência hegemonicamente masculina. Desses questionamentos, a autora constata que apesar da dificuldade de se construir “uma geografia sob a perspectiva feminina, além da visão androcêntrica”, o avanço, nesse sentido, pode ocorrer, se for considerado

[...] que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também. Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações socioespaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis, e multidimensionais (SILVA, 2003, p. 36).

Nesse sentido, os estudos geográficos passaram a considerar as diferenças e desigualdades sociais entre homens e mulheres e de que forma isso se reflete na organização e utilização do espaço. Ou, conforme as palavras de Reis (2015, p. 12), partindo princípio de que pelo fato de que a Geografia ser uma ciência que analisa a organização e produção do espaço, “pode e deve ampliar suas reflexões sobre as relações de gênero, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades”.

É nessa direção que têm caminhado as análises sobre a questão de gênero, na Geografia Agrária, ou seja, como ela pode ser representada no espaço rural, sobretudo, no que se refere ao trabalho das mulheres, uma vez que é, por meio dele, que se elas produzem e reproduzem o espaço. Em trabalho realizado sobre as cortadoras de cana da região de Ribeirão Preto/SP, entre 1977 e 1986, Rossini (1993, p.1) chegou à conclusão de que “a noção de trabalho começa a ocupar espaço na cabeça das mulheres, deixando mais distante a ideia de ‘ajuda’”. A autora está se referindo ao fato de que, em geral, o trabalho executado pelas mulheres na agricultura é sempre visto como “uma ajuda” ao trabalho masculino.

Francisco (2011, p. 32) lembra que a perspectiva de gênero também era ignorada nos estudos que enfocavam as áreas rurais até a década de 1980, explicando que “o estudo da experiência da mulher que vive no meio rural era marginalizado, conjuntamente com o papel de gênero na organização da vida rural”. A partir daí, as análises passaram a destacar a presença

dessas mulheres “nas atividades produtivas e reprodutivas, verificando os papéis de gênero atribuídos pela família, a divisão de trabalho por gênero e idade e as relações de poder dentro da unidade doméstica”. Vale ressaltar que as atividades produtivas estão ligadas à “produção social de bens”, enquanto que as reprodutivas dizem respeito à “produção social de seres humanos” que, embora distintas, estão relacionadas, ou seja, são indissociáveis. No entanto, a reprodução tornou-se submissa à produção, a partir do desenvolvimento capitalista, que também reforçou as desigualdades na participação na produção e reprodução entre homens e mulheres (ROSSINI, 1988a apud FRANCISCO, 2011, p. 34).

Dessa forma, passam a ser destacadas nesses estudos as questões da ‘invisibilidade’ do trabalho feminino - tanto no setor produtivo quanto reprodutivo -, seu ‘sobretabalho’ e a diminuição de seu tempo de repouso. Francisco (2011, p. 32-33) esclarece que a ‘invisibilidade’ é representada pelo ‘trabalho doméstico’ e pela ajuda familiar, que é o trabalho que não possui caráter monetário, já que se trata de uma ajuda e essa “não implica em uma compensação monetária e, envolve uma relação de dependência”. Para a autora, a análise dessas questões tornou-se possível a partir da ampliação do conceito de trabalho, que passou a incorporar a totalidade das atividades destinadas à produção de bens e serviços desenvolvidas tanto nas atividades públicas quanto privadas. Com isso, as pesquisas passaram a inserir a questão do trabalho feminino nas relações de trabalho e família, ou seja, as estratégias de sobrevivência da família, por meio das atividades desenvolvidas por todos os membros dela, seja fora ou dentro da casa. E é nesse contexto, que “a mulher desempenha um importante papel como atriz social, produzindo e reproduzindo o espaço” (ibidem, p.34).

Mais especificamente na agricultura familiar, o papel das mulheres tem se alterado muito pouco. Ressalta-se que conceito de agricultura familiar empregada nesse trabalho

[...] constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Este regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento (autoconsumo) mas também (e cada vez mais) para a comercialização” (SCHNEIDER e CASSOL, 2017, p. 91)

Nobre (1998, p.1) atenta para o fato de que a agricultura familiar é considerada, muitas vezes, apenas como um setor da economia, ou então, como função social, capaz de reduzir o êxodo rural. São poucos ainda os estudos que consideram a família e, quando o fazem se referindo apenas ao chefe da família, dando a entender que os interesses do pai inclui as mulheres, filhas e filhos, cujo trabalho e visão são negligenciados. Paulilo (2004) acrescenta que, no Brasil, a agricultura familiar é vista como um tipo de empreendimento econômico, apesar de não existir a categoria profissional ‘trabalhador familiar’. As estatísticas mostram o homem como responsável pela exploração, enquanto que a esposa e os filhos são ‘membros não remunerados da família’, embora ninguém da família seja remunerado. Seria essa uma forma de reconhecer que é o pai quem tem o maior poder sobre a renda da família.

Segundo Nobre (1998), a divisão sexual (e por idade) do trabalho na agricultura familiar acaba se tornando naturalizada porque essa é a forma pela qual esses agricultores, que trabalham a terra por conta própria, que permite a combinação entre disponibilidade de trabalho da família e as exigências das diferentes etapas do ciclo de produção agrícola. Dessa forma, que essa divisão

[...] parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre campesinato essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado (ibidem, p. 2).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho se relaciona com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens. Analisando os trabalhos das agricultoras em cinco regiões brasileiras, em diferentes épocas, Paulilo (2004) constatou que existe uma distinção entre trabalho ‘pesado’, executado pelos homens e o ‘leve’, pelas mulheres, mas que não tem a ver com a qualidade do esforço despendido pelo seu executor, e sim com o sexo que o executava, ou seja, qualquer trabalho realizado pelo sexo feminino é ‘leve’, independente de ser “exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde”. Para a referida autora, esse fenômeno também se repete na divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo, explicando de forma simplificada, “é

doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende ovos de vez em quando, uma galinha ou outra, é tão pouco que não vale a pena teorizar sobre isso” (PAULILO, 2004, p. 245).

Essa percepção também leva à constatação de que o trabalho do homem é mais valorizado e por isso acabam exercendo atividades de maior valor agregado, e dessa forma, as atividades produtivas realizadas pelas mulheres acabam sendo consideradas apenas uma extensão do trabalho doméstico (FARIA, 2009).

O trabalho do homem é mais valorizado no campo, por conta do esforço físico de algumas atividades, mas quando se observa a realidade é mais comum ver mulher em serviços braçais, porque ainda não se permite que assumam maquinários, como relata Nobre (1998, p. 4), quando argumenta que “mulheres já fizeram estoca, araram a terra, puxando o burro ou no muque, carregam sacos de 60 kg na cabeça, mas toda vez que essas tarefas são mecanizadas e portanto exigem menor força física, são excluídas”, revelando uma contrariedade: é mais comum ver essa mulher realizando um trabalho agrícola com uma enxada, do que com um trator.

A referida autora acredita que essa desigualdade de gênero na agricultura familiar tem raízes da criação dos filhos, ou seja, nas diferenças como meninos e meninas se desenvolvem na propriedade rural. Até os 5 anos de idade, são criados praticamente iguais, sendo que a partir daí, as meninas seguem as mães e se voltam para o aprendizado dos afazeres domésticos, enquanto que os meninos seguem os pais e aprendem as lidas da roça e as brincadeiras entre meninos, durante as horas de lazer, que são bem mais longas que as das meninas. Quando se tornam rapazes podem sair mais que as moças, que ficam a maior parte do tempo com a família, não apenas pelo trabalho, mas também para não correrem o risco de “cair na vida”. Ademais, quando ocorrem as aprendizagens de homens e mulheres em “campos opostos”, a finalidade é de apenas um complementar o serviço do outro ou, então, para cobrir uma ausência, dificilmente será uma forma de redivisão das tarefas permanentemente, tão pouco o poder e o reconhecimento social com os homens (NOBRE, 1998).

Situações como essa atravessam gerações: mães e avós dessas mulheres que vivem no campo hoje, passaram pelas mesmas situações e até por mais graves submissões e violências. São sombras do patriarcado que ainda se refletem em alguns casos, e muitas vezes se revelam por completo em outros. Sendo assim, a agricultura familiar deve se atentar a sua real organização, porque “se o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres, a agricultura familiar, ao se organizar a partir desse sistema, reproduz e perpetua tal exploração e opressão” (GOUVEIA, 2003, p.44).

Enquanto casadas, as mulheres também sofrem pressões por conta de terem muitos papéis para assumir, sendo que, para muitas delas, essas pressões estão no fato dos “homens resistirem aos novos aprendizados das mulheres”, como se, por exemplo, caso elas começassem a dirigir, poderiam não ficarem mais em casa cuidando dos afazeres domésticos e da educação das crianças (NOBRE, 1998, p.5). Dentro dessa questão, Dias (1981, p. 37) exemplifica que para mulher não basta a vontade de trabalhar fora, porque ela depende do “ciclo de vida familiar” enquanto figura única na criação dos filhos, uma vez que se considera que é importante apenas a regularidade e constância do trabalho masculino. Essa responsabilidade sobre tudo que envolve o ambiente doméstico recai de maneira tão incisiva sobre a mulher, que tendo os gastos da casa compartilhados ou não, a mulher que tem o acesso ao dinheiro, se vê na obrigação de comprar eletrodomésticos, móveis ou qualquer objeto para o uso de todos, ao invés de adquirir algo em seu próprio benefício. É a mulher que tem que saber o medicamento, o alimento preferido, a roupa que precisava ser lavada, o compromisso que estava marcado de cada membro da família, e é inevitável então, que se acarrete em uma carga mental enorme, que se soma a todo trabalho que já tem no campo (ibidem, 1981).

Outro ponto importante ligado à questão de gênero na agricultura familiar no Brasil diz respeito ao direito à terra por parte das mulheres, que segue as restrições do direito à propriedade nos países onde não há um direito agrário separado do civil, implicando ainda na partilha desigual de propriedades para filhos e filhas, principalmente para as que saem para trabalhar ou estudar, ou na transferência da gestão para o marido daquelas que se casam (PAULILO, 2004).

Ainda hoje o estatuto de “agricultoras” só vem para as mulheres através do casamento. As instituições públicas, cartórios, bancos, e a sociedade em geral descredita a mulher solteira que tem terras, como se não fosse capaz ou não tivesse direito de administrá-las. Nesse cenário que o conhecimento e as políticas públicas se fazem necessárias para que injustiças não ocorram. E até para aquelas que se casam, é comum perceber que mesmo que sejam as herdeiras da terra, acabam sendo excluídas das decisões que sempre são tomadas pelos maridos (BRUMER; ANJOS, 2008). Até mesmo no contexto da agricultura familiar, onde se espera que essas decisões sejam tomadas coletivamente, uma realidade encontrada é a mulher ser a dona das terras e viver sob as decisões do marido sem contestações, sendo que algumas têm consciência disso, e outras tantas ainda não (GOUVEIA, 2003, p.46).

No caso da cafeicultura, observa-se que essa característica tem origem no sistema de colonato, o qual substituiu o escravocrata nos cafezais paulistas, em meados do século XIX. Com o trabalho livre, o foco passa a ser a família, ou seja, os cafeicultores contratavam o colono, juntamente com seus membros da família. Nesse sentido, mulheres e crianças (5 a 6 anos) participavam de todas as atividades, sobretudo na colheita de café. “A preferência pelo trabalho familiar por parte dos cafeicultores levava a um reforço da organização familiar: o chefe da família mobilizava, alocava e coordenava a força de trabalho e isso gerava uma divisão sexual do trabalho e um comportamento reprodutivo característicos” (STOLCKE, 1986 apud ROSSINI, 1993, p. 1).

Nesse sentido, nessa divisão sexual do trabalho os papéis entre os membros da família eram bem definidos: ao chefe da família, que assinava o contrato familiar e recebia o ordenado de toda família, cabia “a autoridade de coordenar de todas as atividades; às crianças, o cuidado dos pequenos animais e da colheita; e à mulher, os trabalhos domésticos, a produção dos valores de uso, o cultivo da roça de subsistência e a colaboração na colheita do café”. Havia, portanto, uma organização familiar na qual predominava a cooperação entre os membros da família (ROSSINI, 1993, p. 1-2). Apesar de todo desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, essa situação não modificou muito com relação a esse comportamento familiar, como veremos adiante.

Seguindo esse modelo, o desenvolvimento do café Sul de Minas ocorreu, portanto, tendo sua base técnica e social constituída a partir de “numerosas e pequenas explorações familiares, fomentando uma economia local ativa, marcada pela multiplicação de agentes econômicos interligados (comerciantes, cooperativas, empresas de insumos) e a existência de um mercado de trabalho particularmente dinâmico” (SILVEIRA e MARQUES, 2009, p. 232-233). Nesses grupos familiares, é bastante comum ainda a mulher manter um papel secundário na produção cafeeira, sobretudo no que se refere ao processo de venda da produção e outras tomadas de decisão na propriedade rural.

Sobre a relação entre as mulheres e prática da agricultura orgânica, percebe-se que a participação delas nesse sistema de produção vem destacando cada vez mais, sendo que, em muitos casos, elas têm sido as precursoras na unidade de produção familiar, no sentido de que estão mais dispostas a assumir os desafios de iniciar algo novo, diferente do sistema convencional, colocando em prática saberes advindos de antigas gerações. São elas que, não raras vezes, que introduzem sementes de suas próprias hortas domésticas, guardadas há anos, testam novas formas e preparos no cultivo, além de recuperarem a cooperação na diferentes esferas da produção (KARAM, 2002).

É importante destacar que de acordo com a Lei da Agricultura Orgânica (Lei 10.831 de 2003),

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente¹⁰².

¹⁰² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm

No entanto, existem diferenças entre os conceitos de produtos orgânicos e de base agroecológica. Altieri (2012, p. 105) explica que agroecologia, além da questão do uso prática alternativa e menor dependência de agroquímicos, a ênfase da proposta agroecológica está nos “agroecossistemas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos”.

Para analisar a relação entre mulheres e agroecologia, partimos das palavras de Siliprandi (2015, p.95), que acredita que “as relações de poder determinam igualmente as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade, e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável”. Na realidade, há uma forte associação entre agroecologia e luta das mulheres no Brasil e, nesse contexto, os movimentos agroecológicos, que, segundo a autora

[...] se colocam hoje num “espectro ideológico” de transformação social, aproximando-se das propostas dos movimentos por ecojustiça. Propõem-se a construir outro “modo de vida” em que ganham relevo valores éticos de justiça e equidade social. Por isso, são destacadas como importantes as mudanças no relacionamento entre as pessoas, não apenas no relacionamento dos seres humanos com o meio natural. É aí que se abre espaço para o questionamento, dentro do ideário agroecológico, das desigualdades de poder existentes entre os homens e as mulheres no meio rural, assim como entre os jovens, os adultos e os idosos, ou entre os diferentes grupos étnicos e raciais, por exemplo (SILIPRANDI, 2015, p.143).

No caso desse trabalho, o enfoque é somente sobre o sistema de produção orgânico, mais especificamente na cafeicultura. Portanto, a agroecologia não fará parte da nossa análise, embora seja perceptível a visão “agroecológica” dos produtores/as de café orgânico.

Cafeicultura no Sul de Minas: sistema convencional x orgânico e cooperativismo

A agricultura orgânica tem crescido muito nos últimos anos, uma vez que a procura de alimentos saudáveis e a preocupação com o meio ambiente se tornaram muito frequentes na sociedade. No caso da cafeicultura orgânica, essa tem se tornado uma nova alternativa de

mercado para inserção de agricultores familiares, que estão vendo nesse sistema de produção, diferente do convencional, uma forma de não apenas obter melhores ganhos, em um mercado – sobretudo internacional -, bem como proporcionar uma vida mais saudável para sua família, distante do uso de agrotóxicos. Nesse sentido, segundo Pedini (2000), esse agricultor não se torna orgânico apenas por utilizar insumos orgânicos, mas que também porque segue uma forma de produção que respeita o ritmo e limites naturais da terra, assim contribuindo com o meio ambiente.

A cafeicultura convencional, da mesma forma que a agricultura convencional, em geral, recebe uma enorme pressão da sociedade para que seus produtos sejam mais sustentáveis e sob os aspectos sociais e ambientais. Nesse sentido, surgiram diferentes padrões internacionais de certificação para a produção cafeeira convencional e que cobram boas práticas agrícolas, para a diminuição de agrotóxicos, uma conservação à biodiversidade e principalmente um respeito aos trabalhadores. Os produtos orgânicos estão ampliando nas suas áreas de produção e participação no mercado, com o café isso não poderia ser diferente. A cafeicultura orgânica é uma produção que vai além da produção sem insumos químicos, ela é um resultado de uma produção que busca equilibrar o manejo, o solo e os demais recursos naturais, mantendo uma harmonia com espécies vegetais, animais e humanas (MOREIRA, 2009).

Oliveira et al (2009) assim, explica a ascensão da cafeicultura orgânica no país:

O Brasil é o maior produtor de café, porém vendido como commodity, a atividade está se tornando menos interessante, pois há grande flutuação do preço no mercado internacional, resultado do crescimento da produção mundial e da entrada de novos competidores importantes no cenário internacional. Desse modo, a saída para os produtores de café é buscar qualidade e ocupar nichos de mercado. O café orgânico é um nicho que começa a ser procurado pelos cafeicultores, no sentido de “descomoditizar” o produto (OLIVEIRA et. al, 2009, p.4).

O café orgânico é produzido sem utilização de agrotóxicos, utilizando produtos de reciclagem da matéria-orgânica vegetal e animal, como, por exemplo, dejetos de animais, biofertilizantes, polpa e casca de café, entre outras substâncias orgânicas. No Brasil, existem vários organismos que colaboram com os produtores para orientar sobre a produção e certificação dos produtos orgânicos, e que para ser considerado café orgânico a lavoura deve

estar sem a utilização de produtos e adubos químicos pelo menos durante três anos (OLIVEIRA et al, 2009). É a chamada fase de transição.

Essa certificação é o que legitima a produção, na qual um técnico agrícola visita as propriedades e verifica se pode ser considerada orgânica ou não. Essa certificação ocorre pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e é importante para a padronizar o produto levando um ganho na escala, melhora o funcionamento do mercado de produtos orgânicos para a comercialização e assim melhorando a capacidade do sistema orgânico (NICOLELI; MOLLER, 2006).

Entre as exigências para a produção de qualidade do café orgânico está a forma de utilizar o maquinário, uma vez que

[...] os produtores de café orgânico não podem processar seu café em máquinas onde é processado o café convencional, já que acaba contaminando-o. Consequentemente a depreciação referente ao agricultor orgânico é maior, além de ter que sempre renovar seu maquinário, o que acarreta a contratação de crédito, gerando o pagamento de juros (GUSMÃO, 2009, p.53).

Na produção do café convencional também ocorre a avaliação a qualidade do café, mas não são necessários os mesmos cuidados exigidos na produção do café orgânico. O que também dificulta a produção orgânica é a baixa produtividade o que diferencia do café convencional, como a produção é realizada natural não mecanizado e assim torna uma produção mais lenta (ibidem).

Por mais que a produção orgânica exija mais de seus produtores em relação aos gastos e cuidados, ela se destaca em relação ao faturamento no fim da colheita.

É importante ressaltar que além das vantagens estritamente econômicas, a produção orgânica tem externalidades positivas no que se refere ao meio ambiente e a saúde do consumidor. A agricultura orgânica não compromete sua base produtiva, logo não há impactos ambientais negativos, ao contrário, esse modelo de produção pressupõe a conservação e reprodução do meio ambiente. Além disso, há outra externalidade positiva, já que são produzidos alimentos saudáveis, pois não é utilizado adubo, fertilizante e pesticida químicos, contribuindo, no

longo prazo, para redução de gastos com a saúde pública (GUSMÃO, 2009, p.53).

Para comprovar se o produtor está realizando todos os processos corretamente ocorrem visitas, monitoramento dos insumos utilizados, das técnicas de produção e cultivo, isso ocorre principalmente por normas internacionais, e para que o produtor se insira nessa produção é necessário que ele faça tudo de acordo. Dentre as certificadoras no Brasil com credenciamento internacionais citam-se: “Associação de Certificados Instituto Biodinâmico – IBD (única certificadora brasileira internacionalmente credenciada), a BCS Oiko Garantie (Alemã), IMO (Suíça), Ecocert (Francesa), FVO (Norte-americana), OIA (Argentina) e Skal (Holandesa)”. Além dessas, existem também “as certificadoras nacionais (AAOCERT, Minas Orgânica, ABIO, APAN, Chão Vivo e CMO)”, que, embora possuam reconhecimento local, não têm permissão para exportar do café com selo orgânico (MOREIRA, 2009, p.127).

No Brasil, independente do sistema adotado pelos produtores de café, ressalta-se a importância das cooperativas na comercialização da produção. O sistema cooperativista é definido como “um processo associativo, em que homens unem sua força de produção, capacidade de consumo, suas motrizes financeiras, com vistas ao desenvolvimento econômico e social”. Teoricamente, traria benefício para toda a sociedade, barateando os produtos, aumentaria o consumo e facilitaria o crédito. No Brasil, teria surgido em 1902, em Nova Petrópolis, a partir da criação da primeira Caixa Rural Raiffaiser, de caráter de Crédito Agrícola, sendo que, em 1920, é criada a Cooperativa Agrícola de Cotia, já com o objetivo de comercializar seus produtos sem intermediários, que tiravam a pequena margem de lucro dos produtores recebiam. A partir desse momento, outras cooperativas foram surgindo pelo país (NORONHA, 1976 apud DOMINGOS, PIRIN e PASSOS, 2005, p. 4345).

No sistema agroindustrial do café, as cooperativas surgiram na década de 1930, sendo a primeira, a COOXUPÉ, em 1932, que apenas dava suporte ao produtor, via crédito, passando a atuar também na comercialização, a partir de 1957.

Percebendo as vantagens do cooperativismo para a situação da cafeicultura no final dos anos cinquenta, o IBC – Instituto Brasileiro do Café – passou a implementar uma série de incentivos à formação de novas cooperativas como linhas de crédito e concessão de facilidades à

exportação. Por outro lado, essas novas associações proporcionaram benefícios aos produtores como: a redução nos custos de processamento do café, antes realizado pelos maquinistas; maiores facilidades de financiamento junto ao Banco do Brasil; redução dos custos de comercialização por meio da venda direta de café ao IBC ou de exportações realizadas diretamente pelas cooperativas e aumento da renda do produtor em função da melhor qualidade do café, que passou a ser processado pelas próprias cooperativas exportação (SOUZA e BIALOSKORSKI NETO, 2004, p. 3).

Na verdade, as cooperativas passaram a armazenar, beneficiar e comercializar, sendo que algumas também efetuam a torrefação do café (SOUZA e BIALOSKORSKI NETO, 2004), além da intermediação na compra de insumos, por meio de seu sistema de crédito. Para Saes e Nakazone (2002, p. 38), isso “traz vantagens para os produtores que podem usufruir de menores preços, decorrentes das compras conjuntas. É comum também as cooperativas facilitarem o pagamento das aquisições com acordos de saldar a dívida após a colheita do café”.

Mais especificamente no caso da cafeicultura no Sul de Minas Gerais, as cooperativas são tidas como “elemento chave do sistema de produção”, uma vez que “são essenciais para que os pequenos produtores possam realizar a valorização da sua produção, mas elas encontram muitas dificuldades para elaborar estratégias comuns já que elas encontram em situação de extrema concorrência” (BROGGIO; DROULERS; GRANDJEAN, 1999, p. 84).

Mais especificamente, no sul de Minas, além da já citadas COOXUPÉ e COOPFAM, existe a COCATREL (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas) e a Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de MG (COCCAMIG), que reúne 16 cooperativas agropecuárias¹⁰³, sendo que há grandes diferenças entre elas, tanto em tamanho – sobretudo em número de cooperados - quanto em filosofia da empresa. Isso significa que existe tanto cooperativa que funciona como uma empresa capitalista de grande porte, quanto várias de pequeno porte, que buscam se reunir para manterem-se na linha do cooperativismo tradicional (ibidem, 1999).

¹⁰³ CAPEBE, CARPEC, COAPEJA, COCARIVE, COCATREL, CODEPAR, COOCAFÉ, COOMAP, COOPAMA, COOPERBOM, COOPERCAM, COOPERRITA, COOPERVASS, CORPLES, MINASUL E COOPAPI.

Essas diferenciações ficam muito claras nas comparações entre as cooperativas selecionadas para esse estudo: COOXUPÉ e da COOPFAM, sobre as quais serão apresentados seus históricos, estruturas, objetivos e, sobretudo, o papel que as mulheres em cada uma delas. Tais informações foram obtidas a partir de entrevistas com o vice-presidente da COOXUPÉ e o presidente da COOPFAM.

COOXUPÉ e COOPFAM: Histórico, caracterização e papel das mulheres

Conforme já citado, a COOXUPÉ foi primeira cooperativa brasileira de café, iniciando como uma cooperativa de créditos (1932), passando a ser uma cooperativa de produção (desde 1957). Sua sede está no município de Guaxupé e suas atividades se iniciaram com os produtores da região (Monte Santo de Minas, Cabo Verde, Guaranésia e Muzambinho) e, mais tarde, expandiu-se sobre outras regiões de Minas e pelo estado de São Paulo. Com o crescimento que foram acontecendo na cooperativa, e com o número de cooperados, cada vez mais foi aumentando, se iniciou um grande processo de exportação (MELO, 2017). Em 2019, ela conta com aproximadamente 14 mil cooperados de mais de 200 municípios de Minas Gerais e São Paulo. Trabalha com compra e venda de café “in natura” e beneficiado. Sua estrutura conta com as instalações em sua matriz, em Guaxupé, que “atua basicamente no fornecimento de insumos para café, cereais e pecuária; no recebimento e comercialização da produção junto a seus cooperados. Possui ainda depósito central de insumos que serve como “pulmão” para armazenar e distribuir mercadorias aos outros núcleos” e um escritório de exportação em Santos. Esses núcleos são as 22 unidades avançadas, espalhadas pelas mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Oeste de Minas, além de 2 unidades no estado de São Paulo. Nessas unidades o produtor pode fazer pedido de insumos, solicitar assistência técnica e até comercializar café, sem precisar se deslocar à matriz, bem como conta a disponibilidade de engenheiros agrônomos, agentes de comercialização e funcionários de apoio para cobertura das áreas administrativa e fiscal (COOXUPÉ) ¹⁰⁴.

¹⁰⁴ www.cooxupe.com.br/nucleos/guaxupe-mg/

O vice-presidente da cooperativa explicou que para que um produtor rural possa se tornar cooperado, é preciso seguir um regulamento específico e pagar uma taxa de acordo com seu perfil de produtor, sendo que o acesso a novos cooperados não é contínuo. Ele informou também que além de oferecer assistência técnica, a cooperativa procura realizar alguns eventos para a participação e interação das famílias dos cooperados, que são muito valorizadas pela cooperativa, inclusive as mulheres. Elas representam 10% do quadro de seus cooperados e vêm se destacando nas regiões de atuação da cooperativa, em termos de empreendedorismo, sustentabilidade e ampliação dos negócios. Sobre os referidos eventos, destaca o crescimento da participação das mulheres na COOXUPÉ (MELO, 2017).

Quando iniciamos, um grupo pequeno de mulheres, hoje não. Hoje as mulheres estão dividindo os espaços com os homens. Nesse aspecto de palestra sempre a gente sempre leva temas a elas, como saúde, mas principalmente, sempre tem uma palestra com relação ao negócio, principalmente, no tocante à gestão: financeira, familiar, sucessão (*geracional*). Eu acho que vocês (*referindo-se à entrevistadora*) falam mais alto. Eu não gosto, como eu te disse no começo, de alimentar movimentos pró-masculino ou feminino, mas é importantíssimo destacar o papel da mulher na família. Vocês são o centro forte. Eu acredito hoje, está muito provado isso que a mulher é a cabeça da família. E aqui no nosso meio, no cooperativismo, nessa cooperativa, eu sinto muito segurança quando vejo a mulher na frente dos negócios (*ibidem*, 2017).

Ele destaca também que tem aumentado o número de mulheres em cargos administrativos da cooperativa, sobretudo nas áreas financeira, contábil, econômica. Embora considere que ainda seja pequena, acredita que há uma tendência ao crescimento no futuro bem próximo, quando “as mulheres ganharão lugares, cargos e participação na cafeicultura”, assim como vem ocorrendo em outros setores no país. Ele acredita que as mulheres tem potencial para assumirem cargos superiores dentro da cooperativa (MELO, 2017).

Quando questionado sobre o incentivo dado pela as associadas a se organizarem, em busca de seus direitos na agricultura brasileira, a resposta o vice-presidente foi bem paternalista, demonstrando que as decisões sobre o que as mulheres necessitam parte da cooperativa e não delas: “Nós levamos às mulheres temas necessários à vida delas, da família, da cooperativa, mas não incentivamos um movimento propriamente dito de mulheres dessa cooperativa”. (MELO,

2017). No entanto, no que se refere à participação futura das mulheres na cafeicultura e a contribuição da COOXUPÉ nesse processo, a resposta foi essa:

Eu não tenho dúvida que vai crescer e acho que a cooperativa tem que estar sempre aberta para o crescimento, para abraçar essas mulheres para a causa cooperativista. Ainda acho bastante restrita a participação das mulheres, mas como eu disse, de um crescimento muito grande de uns anos pra cá. Quando não estou me referindo a essa cooperativa, mas ao cooperativismo no Brasil. O cooperativismo no Brasil, no Sul do Brasil tem muito destaque porque a origem do cooperativismo no Brasil começou ali por conta de origem de colonização, o cooperativismo é muito propagado no Sul. E não vejo mulheres nisso daí, mas acredito que num futuro bem próximo, elas galgarão lugares, cargos e participação maior da cafeicultura (ibidem, 2017).

Com relação à COOPFAM, a história bem diferente, que está relacionada à do município de Poço Fundo, cujo desenvolvimento econômico passou a ocorrer a partir da implantação da cafeicultura. Antes disso, a produção agrícola estava voltada para outras culturas, principalmente o fumo (cultura tradicional de forma artesanal), cuja renda obtida com sua comercialização era muito baixa, dificultando a vida dos agricultores e contribuindo para o intenso êxodo rural, sobretudo dos jovens. Nesse sentido, houve a tentativa de buscar alternativas econômicas, com um trabalho em conjunto para mudar essa realidade, conforme relato do presidente da cooperativa, que ressalta a importância da igreja católica nesse processo, por meio da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1883. Ele nos disse que esses agricultores passaram a entender que poderiam se “reunir não só para louvar um Deus, que está lá nas alturas, mas que as coisas tem fazer concreto, tem que transformar uma realidade” (PEREIRA, 2017). A partir daí, começaria um movimento de resistência contra as condições de vida degradantes dessas famílias, buscando construir alternativas para a valorização da agricultura familiar no município.

Conforme explicou o presidente da cooperativa, esse grupo inicial teve muita persistência, diante inúmeras dificuldades que apareceram, pois almejavam modificar a situação enfrentada pelo pequeno produtor. Em 1989, o grupo idealizou a criação de uma associação e, em 1991, foi fundada a Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo,

com o estabelecimento de parcerias com a ONGs (Organização Não governamental). Em 1994, eles estabeleceram um DRT (Diagnóstico Rural Participativo¹⁰⁵) e decidiram que o café seria para nichos de mercado. Depois foi a procura de café orgânico, pois muitos produtores já tinham consciência ambiental com relação às suas práticas agrícolas. Em 1997, conseguiram a certificação do café orgânico, e em 1998, a certificação do *fair trade* (comércio justo), que é definido

[...] como uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores à margem do mercado, principalmente no Hemisfério Sul (SEBRAE NACIONAL, 2016).

Dentre os princípios para que essa relação comercial seja realmente justa e que está direcionado ao trabalho feminino, destacam-se dois: pagamento de um preço justo pelo trabalho dos produtores, sem desigualdades entre gêneros e compromisso de não discriminação, igualdade de gêneros e liberdade de associação (WORLD FAIR TRADE ORGANIZATION, 2014).

As vendas da produção de café da associação chegaram ao mercado internacional, em 2001. Porém, por conta da falta de informação e estrutura, as primeiras vendas tiveram dificuldades, sobretudo com relação às especificações exigidas pelo mercado internacional. Sendo assim, houve necessidade de fundar uma cooperativa para facilitar esse processo, dando origem à COOPFAM, em 2003 (PEREIRA, 2017). Desde então, a cooperativa passou muitas transformações como: participação em eventos internacionais; obtenção de autorização para exportação (2005); aquisição de equipamentos para processamento de café (2007); construção

¹⁰⁵ O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas (VERDEJO, 2006, p. 12).

de Unidade de Processamento Vegetal (torrefação/industrialização do café) (2009); extinção da Associação dos Pequenos Produtores e criação da marca do “Café Familiar da Terra” (2010), lançamento da Cadeia do Bem (projetos sociais) (2018); inauguração do novo armazém (2018) e da loja da cooperativa (2019) (COOPFAM¹⁰⁶).

O café é o único produto da cooperativa, possuindo várias linhas: café cru, orgânico, *fair trade*, tem cafés especiais, depois tem o café industrializado. Para o presidente da cooperativa, ela se diferencia das outras cooperativas de café do país, simplesmente porque “eu acho que nós não somos uma cooperativa de café. [...], porque eu acho que nós somos uma cooperativa de gente, de pessoas. A gente tem o café como nossa atividade econômica, nossa ferramenta, nosso meio pra gente alcançar nossos objetivos, mas nós somos uma cooperativa de pessoas, de gente” (PEREIRA, 2017).

A COOPFAM não trabalha com linha de crédito para os cooperados na aquisição de insumos agrícolas como ocorre com a COOXUPÉ. O presidente da cooperativa explicou que, “embora a existência de lojas na cooperativa que vendem esses produtos seja uma grande fonte de renda para as demais cooperativas, a linha adotada por eles é outra, embora prefira não condenar essa prática” (PEREIRA, 2017).

Por essa trajetória, a cooperativa tornou-se referência no país, sobretudo, em termos de agricultura familiar, uma vez que ela tem conseguido aprovações em editais específicos dos governos estadual e federal, bem como em participação em eventos, feiras, além do estabelecimento de parcerias internacionais, tanto na comercialização quanto em projetos com empresas compradoras de café - que também são financiadoras (PEREIRA, 2017).

O presidente explica que relação com os cooperados é constante, sempre elaborando propostas discutidas em reuniões. Existem núcleos de cooperados nos bairros rurais de Poço Fundo e de outros municípios do Sul de Minas e um do estado de São Paulo, os quais possuem um líder, que coordena as reuniões mensais e depois leva suas demandas para a reuniões também mensais com a diretoria da cooperativa. Por conta disso, para que um produtor de café se torne cooperado, é necessário participar de algum desses núcleos, durante essas reuniões por 6 meses, para que possa conhecer o perfil e o funcionamento da cooperativa, inclusive podendo

¹⁰⁶ <https://coopfam.com.br/institucional/>

participar de cursos oferecidos pela cooperativa. O núcleo o indicará para um inspetor da COOPFAM, que visitará a propriedade desse cafeicultor para verificar se a mesma está acordo com o sistema *fair trade*, mesmo que não seja produção orgânica. A partir daí, esse inspetor emite um laudo autorizando sua filiação à cooperativa, que deve ser aprovado por sua diretoria. O passo seguinte é fazer o mapeamento da propriedade para verificar, inclusive se há presença de nascente de rio e se essa necessita de algum tipo de recuperação. Caso necessite, o produtor deverá ser inserido nos projetos ambientais da cooperativa para resolver o problema. Somente a partir daí, ele poderá apresentar toda documentação necessária para sua filiação e se tornar um cooperado. Esse processo todo dura praticamente um ano (PEREIRA, 2017).

No que se refere ao papel das mulheres na COOPFAM, o presidente afirmou que elas são vistas pela como um membro da família, nem mais nem menos do que o homem e que, tanto no seu trabalho na produção agrícola quanto no núcleo, são de extrema importância. Tal valorização das mulheres pode ser confirmada, com a criação do projeto MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência), em 2005, que deram origem ao chamado “café feminino”, que resulta de uma parceria entre a cooperativa e o Instituto Federal, no qual 35 mulheres trabalham diretamente na produção de café, rosas e artesanato. As participantes visam, continuamente, o aprendizado de novas técnicas de produção e realizam vários cursos e seminários oferecidos por diversos parceiros como: IFSULDEMINAS, SENAR, SEBRAE. Além disso, essas mulheres contam com uma representante no quadro da diretoria da COOPFAM.

É importante ressaltar que a ideia do café feminino não é original da COOPFAM, nem do Brasil. Ela é resultado de uma parceria comercial com a Organic Products Trading Company (OPTCO), dos Estados Unidos, que também está presente na criação e apoio aos cafés femininos de outros países da América Latina (Bolívia, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua e Peru) e na África (Ruanda e Sumatra)¹⁰⁷. No caso da COOPFAM, segundo seu presidente, as conversas sobre o estabelecimento da parceria iniciaram-se entre 2008 e 2009, mas não prosperaram, tendo se efetivado, em 2015, no contexto do lançamento do Café Familiar da Terra, no qual definiu-se que café feminino como uma de suas linhas de produção.

¹⁰⁷ <https://www.cafefemenino.com/>

Por conta disso, foi possível que as mulheres passassem a atingir não apenas o mercado interno com o café industrializado com a marca Café Familiar da Terra, como também os grãos in natura, para os Estados Unidos. “Nas duas comercializações elas recebem prêmios em dinheiro, que são revertidos para o MOBI, elas definem como investir” (PEREIRA, 2017). Na prática, o “café feminino” funciona da seguinte forma:

Ela tem um talhão dentro da propriedade que é delas, tem que tá no nome delas, tem que estar todo legalizado. Um exemplo meu mesmo (*sua propriedade rural*), a gente tem a escritura no nome meu e dela, está no nome de nós dois. Dentro da cooperativa, a escritura significa posse, então eu tenho posse e ela também. Na questão do café feminino o Washington, que faz o mapeamento, ele vai lá e faz um mapeamento daquele talhão. Então tem o meu talhão, e o talhão da minha esposa, se você vir no meu cadastro e pegar a minha pasta aqui na cooperativa, está a escritura e comprova a posse, mas no mapeamento só tem aquele talhão. E nela tem a mesma escritura que comprova posse, mas tem o mapeamento de outro talhão (PEREIRA, 2017).

Segundo ele, a própria ideologia da cooperativa faz com que os homens aceitem e ajudem as mulheres a conquistar seu espaço. “A gente nunca sentou e disse a vamos desenvolver um projeto para valorizar as mulheres, como se ela não tivesse sendo valorizada. Foi um processo natural que foi acontecendo. O que a gente senta para discutir hoje são projetos para valorizar o MOBI, o trabalho do MOBI. [...] pois a mulher não é apenas a mulher da família, ela é uma mulher que está em grupo. Pois o MOBI é um complemento de renda” (PEREIRA, 2017). Na verdade, como já foi mencionado, esse processo não foi tão “natural” assim, mas decorrente das exigências do comércio justo.

Os dados de 2018 mostraram que a COOPFAM possuía 460 associados ativos, sendo que as mulheres representavam apenas 21%. O número ainda é pequeno, mas, de acordo com seu presidente, isso mostra um avanço, porque no início elas eram apenas 5% e que elas tem grande potencial para conseguir cargos importantes na cooperativa. “Na gestão passada foi a primeira vez que teve uma mulher na diretoria, e agora tem duas mulheres, sendo que uma é a vice-presidente. Então, eu enxergo isso mais mulheres líderes, e o grupo MOBI contribuindo muito para isso”, inclusive reivindicando cada vez mais seus direitos, por se sentirem parte desse processo de construção da cooperativa (PEREIRA, 2017).

Outra preocupação constante da cooperativa, conforme colocado anteriormente, é a de manter os jovens no campo, de frear o êxodo rural – e conseqüentemente garantir a sucessão geracional na família dos cooperados. O presidente conta que tem percebido que os filhos dos associados tem, de um modo geral, permanecido na propriedade rural da família e não evadido da escola também, já que antes, os jovens terminavam o ensino fundamental e abandonavam a escola para ajudar os pais na roça. Provavelmente essa mudança está relacionada ao fato que esse é um dos critérios para a filiação do produtor à cooperativa, ou seja, que seus filhos concluam, no mínimo, o ensino médio (PEREIRA, 2017).

Como perspectivas futuras, o presidente aponta duas questões importantes para valorizar mais e conquistar mais espaço para a mulher na cafeicultura: ampliar a parceria entre o grupo MOBI e COOPFAM, de modo a aumentar o percentual de mulheres cooperadas no sistema orgânico – representam apenas 20%, em 2017 – e conseqüentemente, de participantes do grupo; e incentivar a participação política das mulheres na cooperativa. Ele questiona: “porque não uma mulher assumindo a presidência da cooperativa?” (PEREIRA, 2017).

Perfil das unidades de produção familiar de café convencional e orgânico

Serão apresentados aqui o perfil das famílias e suas propriedades rurais, lembrando que, conforme já mencionado, as que cultivam café no sistema convencional pertencem ao município de Alfenas e Muzambinho e são associados à COOXUPÉ, enquanto que as que cultivam no sistema orgânico vivem no município de Poço Fundo. As visitas e entrevistas foram realizadas quando a colheita do café já havia terminado.

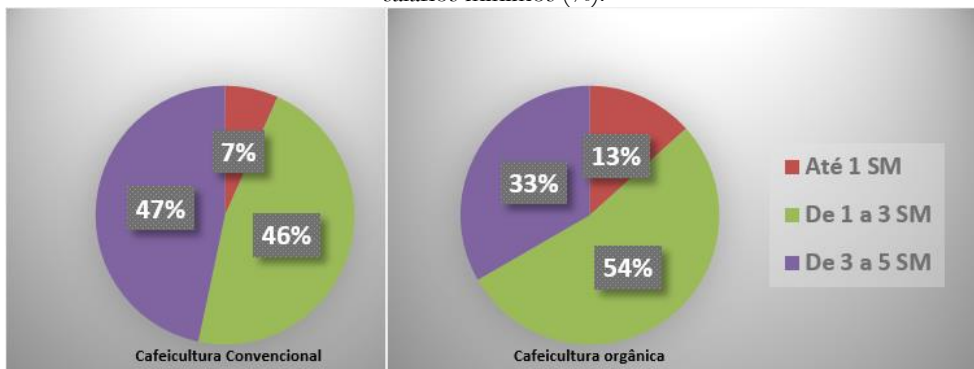
No sistema de café convencional todas as famílias são proprietárias de terra, cujas propriedades possuem, em média, 24,6 hectares, sendo que 15 hectares são destinados à área plantada pelo café, ou seja, a maior parte é tomada pela monocultura, sobrando pouco espaço para outras culturas - apenas cultivo de hortaliças e criação de galinha - ou a pecuária - com exceção de apenas uma família que também dedica-se à pecuária leiteira. O grupo familiar apresenta um número quase equilibrado de homens (53%) e mulheres (47%), com média de idade de 52 anos e 46 anos, respectivamente. A maioria dos membros da família ainda reside

na propriedade familiar (83%) e habita a mesma casa (91%), sendo que, em média, 3 membros da família trabalham juntos na própria lavoura de café.

As famílias que cultivam no sistema orgânico também são proprietárias de terra, que contabilizam, em média, 13 hectares, sendo que apenas 4,5 hectares são destinados à área plantada pelo café, o que pode ser explicado pelo fato de que alguns desses entrevistados ainda estão na fase de transição do sistema convencional para orgânico. Sendo assim, ainda podem possuir cafezais nos quais, embora esteja em processo de diminuição, ainda utilizam agrotóxicos, além também cultivarem outras culturas como fumo, frutas, hortaliças e criação de galinha e porcos. O grupo familiar apresenta um número quase equilibrado de homens (48%) e mulheres (52%), com média de idade de 50 anos e 45 anos, respectivamente. A maioria dos membros da família ainda reside na propriedade familiar (96%) e habitam a mesma casa (95%), sendo que, em média, 3 membros da família trabalham juntos na própria lavoura de café.

Com a cafeicultura convencional, essas famílias obtêm uma renda mensal nas faixas de 3 e 5 salários (47%) e de 1 a 3 salários mínimos (46%), sendo uma minoria que recebe até 1 salário mínimo (7%), enquanto que no sistema convencional predominam as da faixa entre 1 a 3 salários mínimos (54%), seguida pela entre 3 e 5 salários (33%) e uma minoria que recebe até 1 salário mínimo (13%), conforme gráficos 1 e 2.

Gráficos 1 e 2- Renda mensal dos grupos familiares da cafeicultura convencional e orgânica, em salários mínimos (%).



Fonte: Trabalho de campo (junho-julho/2018).

Esses dados revelam que a cafeicultura convencional está sendo capaz de manter essas famílias no campo, proporcionando-lhes boas condições de vida, permitindo que mantenham suas necessidades básicas, segundo as respostas da maioria dos entrevistados (87%), fazendo com que a quase totalidade de seus membros trabalhem exclusivamente na propriedade familiar (95%). E, por conta disso, apenas 2 das 15 famílias entrevistadas estão inscritas em programa governamental de transferência social, o Bolsa Família. Além disso, esses membros ainda representam a população economicamente ativa no meio rural, considerando que uma minoria estão aposentados (9%).

Embora essa renda não seja tão elevada na produção de café orgânico, também vem contribuindo para que essas famílias permaneçam no campo e para que todos os entrevistados considerem que possuem boas condições de vida e manter necessidades básicas da família, contribuindo para que a grande maioria de seus membros trabalhe exclusivamente na propriedade familiar (96%). Tal satisfação se reflete no fato de que nenhuma dessas famílias esteja inscrita em programa governamental de transferência social (Bolsa Família) e nem dependam de aposentadoria, já que a minoria de seus membros enquadram-se nessa categoria (9%).

É muito baixa a percentagem de famílias de cafeicultores convencionais que fizeram uso de linhas de crédito bancário (26,6%) ou aderiram ao PRONAF (40%), na safra 2017/2018, o que provavelmente se deve ao fato de que a linha de crédito oferecida pela COOXUPÉ, sobretudo para a compra de insumos agrícolas, diminui a necessidade de buscar outras formas de financiamento. No caso da cafeicultura orgânica, a pesquisa revelou que, se por um lado, a percentagem de famílias que fizeram uso de linhas de crédito bancário, na safra 2017/2018, foi baixa (40%), por outro, foi bem maior o número daquelas que aderiram ao PRONAF (67%), o que pode ser explicado pelo fato de que a COOPFAM, de certa forma, oferece garantias aos bancos, por tratar-se de um produto com um nicho de mercado garantido, sobretudo internacional (Tabela 2).

Tabela 2- Comparativo da percentagem de famílias dos sistemas de café convencional e orgânico que utilizam créditos bancário ou aderiram ao PRONAF para custear sua produção agrícola

Tipo de financiamento	Sistemas				Total (%)
	Café convencional		Café orgânico (%)		
	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)	
Crédito bancário	26,6	11	40	60	100
PRONAF	40	9	67	33	100

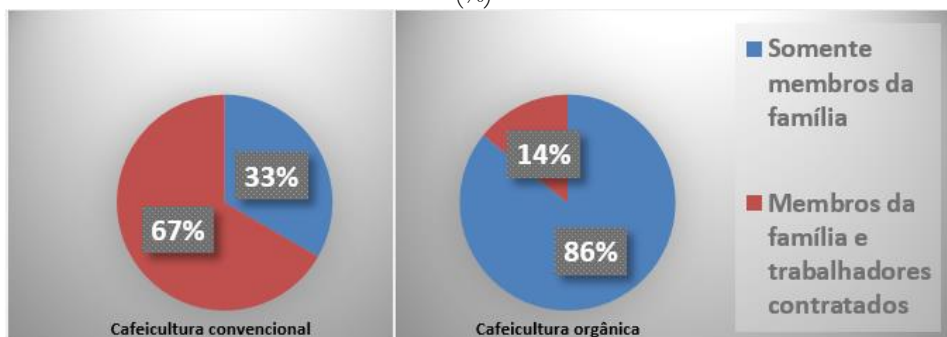
Fonte: Trabalho de campo (junho-julho/2018).

Com relação à participação dos membros da família da cafeicultura convencional nas decisões tomadas na propriedade (atividades desenvolvidas, destino do dinheiro), segundo os entrevistados, há certo equilíbrio entre as respostas que indicam que todos decidem (53%) e somente o marido (47%). Nesse caso, não é possível afirmar que tratam-se de famílias, onde a palavra final nas decisões seja do pai, embora ela seja ainda bastante representativa. Já no café orgânico, segundo os entrevistados, na maioria das vezes todos os membros discutem e decidem em conjunto (80%) ou, em menor proporção, o pai e a mãe (20%), e nunca somente o pai.

Por tratar-se de agricultura familiar, utiliza-se muito pouco trabalhadores externos nas atividades agrícolas desenvolvidas nessas propriedades, sendo que, quando isso ocorre, é uma forma de complementar o trabalho familiar. Essa é a realidade seja no sistema convencional ou orgânico, apenas com pequenas diferenças.

Na cafeicultura convencional, a mão de obra familiar está mais presente na fase do plantio e tratos culturais (67%) do que na colheita (33%), enquanto que na orgânica a mesma se destina a praticamente em todas as fases da cultura cafeeira, do plantio (36%) aos tratos culturais (27%), embora seja um pouco maior na colheita do café (37%). Sobre o tipo de mão de obra contratada, embora em ambos os sistemas predomine somente membros da família, no convencional essa percentagem é menor (67%) do que no orgânico (86%) em detrimento daqueles que utilizam apenas mão de obra familiar em suas propriedades (gráficos 3 e 4).

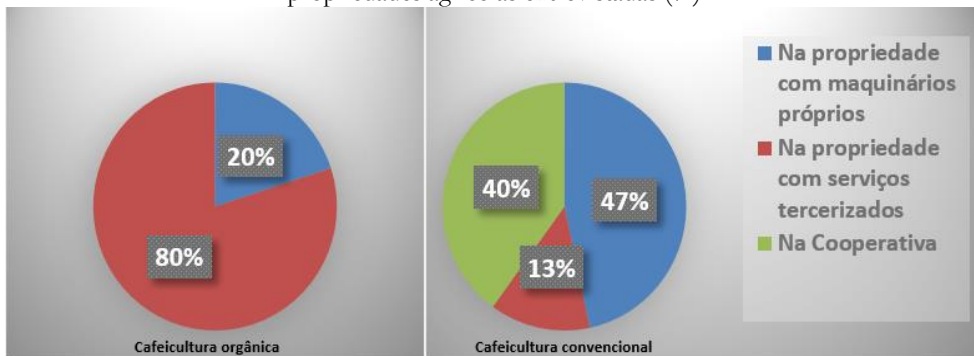
Gráficos 3 e 4- Tipo de mão de obra empregada na cafeicultura convencional e orgânica (%)



Fonte: Trabalho de campo (junho-julho/2018).

Em média, essas propriedades de café convencional possuem 40.200 pés de café, dos quais colheram uma média de 224 sacas na safra 2016/2017. Se considerarmos que, em média, 15 hectares dessas propriedades são ocupados pela cafeicultura, a produtividade, foi de 15 sacas/hectare, o que está bem abaixo da média nacional esperada para a safra 2017/2018, que era de 30,74 sacas por hectare do café arábica - variedade cultivada pelos cafeicultores entrevistados -, de acordo com levantamento feito pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Essa situação pode ser explicada pelo alto custo de produção, que dificulta maiores investimentos nos tratos culturais, que contribuiriam para o aumento da produção e, conseqüentemente, da produtividade. Todavia, boa parte das famílias possui maquinários para beneficiamento do café na propriedade (47%), vindo em seguida o beneficiamento na cooperativa (40%) e uma pequena minoria o faz na propriedade, mas com maquinário e serviço terceirizados (13%), situação bem diferente do café orgânico, no qual a maioria delas não possui maquinários para tal função (secadora) na propriedade (20%), sendo necessária a utilização de serviços terceirizados (80%), no qual o contratado leva seu maquinário e executa esse trabalho na propriedade do contratante (gráfico 5 e 6). Quanto à armazenagem do café beneficiados, todos utilizam os galpões das cooperativas.

Gráficos 5 e 6- Local de beneficiamento da produção de café orgânico e convencional nas propriedades agrícolas entrevistadas (%).



Fonte: Trabalho de campo (junho-julho/2018).

As propriedades do sistema orgânico possuem, em média, 13.280 pés de café, dos quais colheram de 75 sacas na safra 2016/2017. Nesse sentido, se 4,5 hectares dessas propriedades são ocupados pela cafeicultura, a produtividade, foi de 16 sacas/hectare, o que está bem abaixo da média apontada pelo diretor-secretário da COOPFAM, que seria de 31 sacas/ha/ano. No entanto, o gerente-geral da entidade há um motivo para tal situação. “As colheitas são modestas, de até 3 mil sacas por ano, pois a renovação dos cafezais tem sido intensa e grande parte das lavouras ainda não dá frutos”¹⁰⁸.

Sobre a relação dos produtores de café convencional com a COOXUPÉ, da qual são associados há 14 anos, em média, no que se refere à assistência técnica prestada pela cooperativa, a grande maioria se considera satisfeito (93%). Essa satisfação se reflete nas respostas sobre as dificuldades enfrentadas no cultivo do café, predominaram aqueles que consideraram que não está muito difícil (67%) contra os que acham que está difícil (33%), sobretudo, por conta da relação custo/benefício dessa commodity. Provavelmente, é por isso que essa também foi a percentagem entre aqueles que nunca e os que já pensaram em mudar o sistema de cultivo do café convencional para o orgânico. Por outro lado, havendo uma parte desses agricultores não estando satisfeitos com as condições mercadológicas da cafeicultura, os

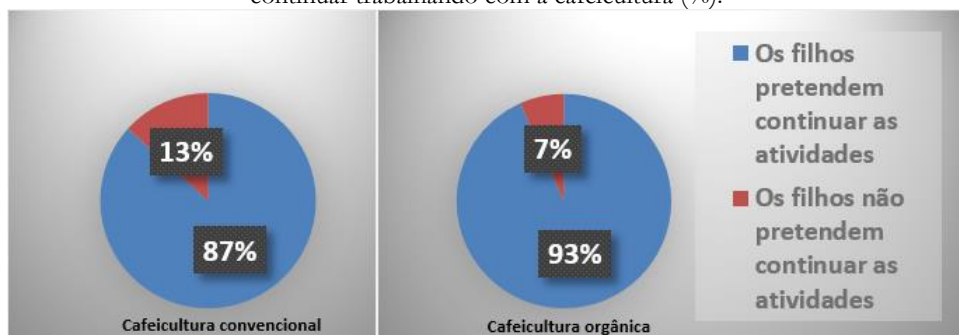
¹⁰⁸ REDUTO do café orgânico. Revista Cafeicultura. 04 jan. 2017. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=63314>. Acesso em: 26 mai. 2019.

membros dessas famílias não se interessam em participar de algum tipo de organização coletiva do setor (89%).

No caso dos cafeicultores orgânicos - cooperados há 18 anos, em média - todos se mostraram satisfeitos em relação à assistência técnica prestada pela COOPFAM, sendo que, por conta disso, a grande maioria não encontram grandes dificuldades em cultivar café (93%). A contrário dos produtores de café orgânico, existe um elevado número de membros dessas famílias que participar de algum tipo de organização coletiva (73%), principalmente por causa da participação das mulheres no MOBI.

Quando questionados sobre a intenção da família em continuar se dedicando à cafeicultura, a grande maioria dos entrevistados do sistema convencional respondeu positivamente (93%) e todos pretendem continuar morando na propriedade rural, inclusive, a maior parte dos filhos dessas famílias pretendem continuam produzindo café (87%), em detrimento daqueles que pretendem buscar outra alternativa de vida (13%), muito provavelmente fora da propriedade familiar. No sistema orgânico, por estarem bastante envolvidos com a cooperativa, todos os cafeicultores entrevistados também pretendem continuar se dedicando à cafeicultura e morando na propriedade rural. Dessa forma, há um incentivo dos pais para que seus filhos deem continuidade ao trabalho deles e mantenham a propriedade familiar, e isso é que pretende a imensa maioria (93%), retratada nos gráficos 7 e 8.

Gráficos 7 e 8- Pretensão dos filhos dos produtores de café convencional e orgânico em continuar trabalhando com a cafeicultura (%).



Fonte: Trabalho de campo (junho-julho/2018).

Nesse sentido, a sucessão geracional estaria garantida para a maioria dessas famílias, tanto no sistema orgânico quanto no convencional, considerando que, aparentemente seus filhos não pretendem mudar para a cidades, em busca de outras alternativas. Entretanto, apenas as condições econômicas da cafeicultura poderão confirmar essa tendência.

O papel da mulher na unidade de produção familiar produtora de café convencional e de café orgânico: estabelecendo comparações

As 30 mulheres que compuseram o universo dessa pesquisa eram todas casadas e as entrevistas foram realizadas nas propriedades rurais, onde residem com sua família, ao mesmo tempo em que com seus esposos, mas em locais separados e por entrevistadoras diferentes, que fizeram parte da equipe desse projeto. A separação entre os cônjuges se fez necessário para que as mulheres tivessem maior liberdade para se expressarem, sem interferência dos esposos que, em alguns casos, poderiam deixá-las constrangidas. Apresentaremos aqui uma análise dessas conversas, separando as mulheres da cafeicultura convencional daquelas da cafeicultura orgânica.

Todas as mulheres que participaram dessa pesquisa são mães, sendo que possuem, em média, 2 filhos, nos dois sistemas de produção e a maioria delas tem filha mulher (80% das do café convencional e 60% do orgânico). Consideramos importante esse dado para compreender se a educação dessas filhas está sendo voltada para a equidade de gênero.

Quando inquiridas se elas sempre viveram na atual propriedade rural, tanto no caso das mulheres da cafeicultura convencional quanto da orgânica, embora, a maioria respondeu que tem origem rural e algumas, inclusive, que nasceram no mesmo bairro rural na qual residem, e todas que passaram a viver o local depois do casamento, que, na maioria dos casos, pertencia à família do marido. Isso mostra que ainda se mantém a tradição do filho homem receber a herança dos pais para constituir família e levar adiante o sobrenome da família, representando 60% no convencional e 66,7% no orgânico, sem contar que no caso de compra e herança, o marido também foi herdeiro, que comprou terras dos irmãos, perfazendo 20% do total. No entanto, no caso do café convencional, encontramos o caso de 2 mulheres, que são irmãs,

inclusive, que receberam as terras da propriedade onde residem pela herança de seus pais e, dessa forma, seus maridos é que as acompanharam quando se casaram. Também teve um caso em que a unidade de produção familiar se originou a partir da junção das terras herdadas tanto pela mulher quanto pelo marido, provavelmente, de propriedades rurais vizinhas. Por outro lado, no caso do café orgânico, apareceu uma das propriedades que tem como condição a de ocupante/cessionário, na qual a mesma foi cedida pelo pai do marido para que o casal e seus filhos possam viver e produzir e outra que foi adquirida pela compra, ambas representando 13,3% (tabela 3).

Tabela 3- Condição da propriedade na qual residem as mulheres da cafeicultura dos sistemas convencional e orgânico.

Condição da propriedade terra	Sistemas	
	Café convencional (%)	Café orgânico (%)
Herança do marido	60	66,7
Herança da mulher	13,3	-
Herança do marido e da mulher	6,7	-
Ocupante / Cessionário	-	13,3
Compra	-	13,3
Compra e herança	20	6,7
Total	100	100

Fonte: Trabalho de campo (junho a agosto/2018).

Para melhor compreendermos quem são as mulheres da nossa pesquisa, traçamos o perfil delas referente à faixa etária. Esses dados nos revelam que as mulheres do café convencional são mais velhas do que as do café orgânico, uma vez que no primeiro caso a maioria está acima do 40 anos, sendo que entre 40 e 59 anos (93%), enquanto que no segundo, a maioria está entre 30 e 49 anos (80%). Essa diferença se explica pelo fato de que o sistema orgânico foi adotado mais recentemente no Sul de Minas (início dos anos 2000) e vem atraindo cafeicultores mais jovens do que os dos sistema convencional, que por ser tradicional, vai passando de uma geração para a outra (tabela 4) .

Tabela 4- Faixa etária das mulheres da cafeicultura dos sistemas convencional e orgânico

Faixa etária (anos)	Sistemas	
	Café convencional (%)	Café orgânico (%)
20-29	7	-
30-39	-	40
40-49	60	40
50-59	33	13
60-69	-	7
Total	100	100

Fonte: Trabalho de campo (junho a agosto/2018).

Também foram levantadas informações sobre o nível de escolaridade dessas mulheres. A elevada idade dessas mulheres, apontadas anteriormente, pode explicar o baixo nível de escolaridade delas, em ambos os sistemas de produção, considerando que, geralmente, casaram-se cedo e abandonaram os estudos para cuidar da família e da roça. Praticamente metade delas concluiu apenas o ensino fundamental I, representando 46,6% mulheres do café convencional e 53,2% do café orgânico. Em seguida, vem a percentagem daquelas que concluíram o ensino médio, sendo que 33,3% são do café convencional e 26,7% do café orgânico. Apenas uma mulher em cada uma das categorias concluiu o ensino superior, sendo que a pertencente ao café convencional cursou administração de empresas, mas nunca atuou na área, por conta doença de sua mãe e do casamento, que a levou a residir na zona rural. A representante do café orgânico cursou pedagogia e já exerceu a função por um determinado tempo, mas, no momento da entrevistas estava apenas nos afazeres domésticos e, principalmente nos cuidados de sua filha de 8 meses. Nessa categoria, também teve uma das mulheres que iniciou um curso superior em vigilância sanitária, quando morava numa cidade no interior de São Paulo, mas não conseguiu dar continuidade (tabela 5).

Tabela 5- Nível de escolaridade das mulheres da cafeicultura dos sistemas convencional e orgânico

Nível de escolaridade	Sistemas	
	Café convencional (%)	Café orgânico (%)
Ensino Fundamental I	46,6	53,2
Ensino Fundamental II Incompleto	6,7	-
Ensino Fundamental II	6,7	6,7
Ensino Médio	33,3	26,7
Ensino Superior	6,7	6,7
Ensino Superior Incompleto	-	6,7
Total	100	100

Fonte: Trabalho de campo (junho a agosto/2018).

Os motivos relatados para não terem conseguido seguir adiante nos estudos se assemelharam, tanto nas mulheres do café convencional quanto no orgânico, dentre eles: falta de transporte escolar, na época, para as levarem para estudar na cidade, uma vez que as escolas rurais ofereciam apenas até o ensino fundamental; dificuldades financeiras para famílias numerosas; e necessidade de auxiliar os pais nas atividades agrícolas, conforme nos relatou uma das mulheres do sistema orgânico:

Era difícil porque tinha que ir pra cidade. Meu pai tinha 14 filhos. Na época, o povo criava aquele monte de filho, e então era uma coisa muito, muito difícil. Imagina um ou outro querendo estudar, dar estudo pra todo mundo não tinha como, né? Era muito difícil, e nós morava bem assim, lá no alto da serra mesmo sabe, então era muito difícil o acesso à cidade, né? (V. C.)

Nesse sentido, é natural que a maioria delas tenha respondido que gostaria de ter tido oportunidade de continuar seus estudos, mas além dos problemas relatados anteriormente, casaram-se cedo e seguiram o marido na agricultura, tiveram filhos e deixaram esse sonho para trás, como podemos ver na fala de uma das mulheres do café convencional: “Mas eu gostaria de ter estudando mais, porque eu gosto assim de ler, e estudando a gente tem mais conhecimento, né? Eu sabia que eu não ia sair daqui mas estudar eu acho que nunca é perdido, então sempre quanto mais a gente aprende é melhor! [...] agora já passou da hora!” (S. D.). Da mesma forma, no caso uma delas do café orgânico: “Sim! Por falta de um curso na área que eu

desejava que era na área agrícola e o curso que tinha quando eu estudava era muito longe e ficava difícil de abandonar a família né, acabei desistindo” (F. G).

No entanto, no caso das cooperadas da COOPFAM, encontramos mulheres que tem planos de voltar a estudar, sobretudo, nas áreas de conhecimento voltada à ciências agrárias, com curso técnico agrícola ou agronomia porque, segundo ela, “que é vinculado com o trabalho que a gente já faz, então acho que facilitaria por mais que a gente tá na roça as coisas tá ali, tá muito rápido. Ter o conhecimento e não precisar buscar informação fora seria muito bom” (D. F.). Algumas também se referiram aos cursos oferecidos pela cooperativa, que também tem sido uma forma de adquirir conhecimento.

[...] estou sempre fazendo curso que é voltado para a agricultura, de agroecologia. Eu gosto muito de aprender, um curso superior não sei se faz parte dos meus planos agora, eu gosto muito de aprender, gosto de estar aprendendo. Agora acho que é colocar em prática o que eu aprendi. Eu tenho um sonho de transformar a propriedade, fazer com que o sítio seja agroecológico, pois ainda ele não é todo, é metade dele que é orgânico (V. S.).

Sobre as atividades que desenvolvem na propriedade familiar, percebemos que na cafeicultura convencional, em geral, as mulheres mais jovens, além dos afazeres domésticos, também trabalham nas lidas do café, em várias funções, como nos responderam essas. “Eu ajudo em um pouco de tudo aqui. Eu que faço os serviços de casa: cozinheiro, lavo, arrumo e também ajudo a plantar café, colho também, coloco para secar, cuido da criação, é porque desde pequena eu já vivo assim, então eu até gosto” (M. S.). “Eu trabalho ajudando meu marido, na lavoura, em casa, no terreiro, tudo” (M. L.). Já as mulheres mais velhas, relataram que trabalharam muito na lavoura, no passado, mas que hoje ficam mais por conta das atividades domésticas, como podemos ver nesses depoimentos:

Hoje não tanto, antigamente eu fazia de tudo, de tirar leite da vaca a dirigir trator, limpar pano de café, cuidar do terreiro. Hoje faço mais os serviços de casa mesmo, cuido das minhas plantas, das minhas flores, dos meus animais, mas ajudo em todo processo durante a apanha, com os pagamentos, preparando refeições e fazendo o que for preciso (C. B.)

Com relação às mulheres da COOPFAM, os relatos demonstraram que elas estão envolvidas na produção de café, desde plantio e colheita do café, passando pelo terreiro de secagem, até à administração, como é o caso dessa agricultora:

De tudo: planejamento, administração, passo e-mail. Não gosto muito de mas encaro. É... capino, adubo, é... Não trabalho com roçadeira porque eu sou muito “8 ou 80”, então eu acho que não vai ser pra mim. Não trabalho com bomba braçal de café, então são os dois trabalhos que eu não faço. O resto eu faço tudo desbroto, colho, capino, planto, colho milho, colho café, o que precisar (R. P.).

Mesmo no caso daquelas que relataram que diminuíram sua atuação no trabalho no café, por conta de problemas de saúde, ela não foi excluída completamente e esse é um exemplo: “Em todas, todas (*atividades*)! No café, não existi coisa que eu não faça! Antes eu ia pra lavoura mesmo sabe, antes, só que depois de um certo tempo agora, de uns 3 anos pra cá eu tive um problema na coluna, aí eu fico no serviço mais maneiro que é secador, terreiro, tem o serviço de casa, então (V. S.).

No entanto, embora algumas entrevistadas tenham utilizado a palavra trabalho, muitas identificaram seus serviços como ajuda, ou como atividade de menos impacto ou valor, como nesse relato de uma mulher do café orgânico: “Não, eu fico assim: ele faz a parte de jogar adubo essas coisas assim, e eu fico mais no terreiro, né. Ajudando na secagem do café, quando é preciso na apanha de café eu também vou ajudar” (A. C.).

Diferente das propriedades rurais produtoras de café convencional, no caso do café orgânico, também foram encontradas outras culturas agrícolas. Em geral, milho, feijão, hortaliças, criação de galinhas, gado leiteiro são para autoconsumo dessas famílias, com exceção de uma das famílias, cuja horticultura é uma das formas de renda, na qual a esposa e as filhas adolescentes trabalham na horta, na fabricação de bolos e bolachas e na venda em feiras da região.

Todavia, encontramos duas propriedades em Poço Fundo, nas quais ainda existe produção de fumo, que conforme mencionado anteriormente, foi uma cultura tradicional no município de Poço Fundo e se destinam a comercialização de forma artesanal. Nesse caso, as

mulheres relataram que trabalham no processo de destalamento do fumo¹⁰⁹. Além disso, em uma das propriedades, existe plantação de flores em estufa, mas sem grandes resultados na renda familiar.

Quando questionadas se considera que seu trabalho na unidade de produção familiar é valorizado, todas as mulheres da cafeicultura convencional responderam que sim, pelos seus maridos e filhos, sobretudo porque, sem elas, a casa e a família não seria tão bem cuidadas, além delas também atuam nas atividades agrícolas. “Eu considero que sim, aqui todo mundo fala: “a mãe que decide”, e eles sabem que eu faço muita coisa, então muitas vezes eles que vem perguntar se eu preciso de ajuda, porque eu gosto de fazer quitandas, gosto de pintar panos de prato, fora os serviços de casa que são muitos (I. B.).

As respostas das mulheres do café orgânico são muito semelhantes, o que muda é que elas acreditam que a valorização delas passou a existir a partir da criação da COOPFAM e, conseqüentemente do MOBI e do “café feminino”.

Ah acho! Eu acho que é cada um ali com as suas funções, eu acho que... é nos dias de hoje eu acho que a cabeça do homem mudou um pouco né! Há um tempo atrás não, mulher não era muito valorizada, ela era, mas eu acho que a partir de um tempo pra cá, eles foi tendo uma outra mentalidade. Ajuda muito, a COOPFAM, ela nos proporciona muito ali, a parte, eu acho de recursos humanos. As pessoas aprendem muito a trabalhar a lidar com pessoas né! E acho, que a partir do momento que você passa a fazer parte, trabalhar, atuar ali, a pessoa tem a visão mais ampla de tudo, passa a visualizar as coisas de maneira diferente (J. A.)

Tentando entender se houve mudanças com relação à geração anterior de suas famílias, perguntamos se o trabalho de suas mães delas também eram valorizadas e as mulheres do café convencional relataram que a situação era bem pior porque o pai delas era muito exigente e não havia, na época, eletrodomésticos no espaço rural para facilitar o trabalho doméstico.

Com a minha mãe já era mais diferente: ela trabalhou muito mais que eu. De pegar pesado mesmo, colhendo café, secando, cuidando do terreiro, e antes tudo a mão, hoje a gente já tem ajuda dos maquinários, o serviço

¹⁰⁹ Retirada do talo das folhas do fumo para que sejam enroladas e transformadas em grandes rolos para comercialização.

fica bem mais fácil. Antes ela também tinha que lavar roupa tudo na mão, hoje eu tenho máquina de lavar, antes o pai nem precisava falar as refeições já estavam na mesa, ela fazia doce, queijo, quitanda, matava porco, então assim, ela tinha muito mais serviço parece (M. S.).

Da mesma forma com as respostas das mulheres do café orgânico, que mostram que suas mães tinha uma vida bem mais difícil que a delas.

Minha mãe sempre foi dependente do marido, trabalhava muito, e no fim o dinheiro ia todo para ele (pai), e quando ela precisava ela tinha que pedir dinheiro a ele. Meu pai não valorizava. Minha mãe ia para o roçado. Também tinha as tarefas em casa, eu e minhas irmãs ajudavam. Quando ela ia para roça a filha mais velha ajudava cuidando dos irmãos mais novos. Mas isso é até hoje se ela precisar do meu pai para lavar um prato, ele não lava, o que já é diferente aqui em casa que meu marido me ajuda (M. M.).

No entanto, as mulheres do café convencional que tem filhas, a maioria demonstrou que pretende que elas estudem e tenham uma profissão, o que significa que, provavelmente, não ficarão na propriedade familiar, Como é o caso dessas duas mulheres que tinham filhas com 13 anos, na época da pesquisa: “[...] a gente incentiva muito ela a estudar. Ela diz que quer ser dentista, então, nem sei se continua na roça, mas ela gosta bastante daqui, sabe fazer todos serviços também, então vai ser escolha dela, já o meu menino gosta bem mais, acompanha meu marido para baixo e para cima” (I. B.)

Com as mulheres da COOPFAM, a situação não difere muito. Algumas tem filhas que também estão estudando e pretendem se dedicar a profissões fora do meio rural. Todavia, as respostas delas se voltaram mais para a questão da criação, da vontade das mães de que sejam mais independentes e não aceitem a dominação masculina, como é o caso dessa que acredita que a filha tem o exemplo de casa para seguir: “[...] está caminhando para que seja, para que seja valorizada e que as tarefas também. Hoje todo mundo faz tudo. Então, vejo que os jovens de hoje já tem uma consciência diferente do que meu avô tinha, eu espero que sim” (D. F.).

Vai depender delas (*filhas*). A gente pode até ter princípios para ser e tomar o espaço e ser. Por exemplo, eu não posso falar para minha filha que ela tem que ser como eu, eu acho que cada um é cada um. Eu acredito que vai ser mais evoluída. Eu vejo isso nas conversas aqui

porque as duas namoram e ficam muito aqui na cozinha. Então, eu vejo que não tem essa de “eu vou pedir, eu vou mandar”, porque é bem equilibrado (R. P.)

Considerando que, geralmente o marido que é o cooperado, portanto, é o membro da família que recebe o dinheiro pago pela cooperativa, perguntamos para essas mulheres se elas se parte dele é entregue a elas e se participam das decisões tomadas na propriedade. Na cafeicultura convencional, todas disseram que não recebem separadamente, mas é porque o dinheiro é de todos, da família. Sendo assim, a maioria delas respondeu que participa das decisões, a não ser no caso de uma delas que disse que apenas o marido que toma as decisões porque ela assim prefere. Explica que, como foi ela quem herdou a propriedade e ele veio da cidade, insistiu para que ele aprendesse a trabalhar na roça e administrar os negócios, o que a deixa muito satisfeita. Já no caso do café o orgânico, como as mulheres são cooperadas individualmente, o recebimento do dinheiro é separado, embora elas considerem que ela não seja delas, mas da família, não deixando, no entanto de ressaltar a importância de sua autonomia.

Eu vejo assim: não é porque eu tenho a minha lavoura e eu tenho o meu dinheiro eu vou ser mais importante e vice e versa isso seria. Mas eu vejo a importância de ter essa autonomia financeira. Assim, meio que uma autonomia, não uma autonomia total porque a gente tem os princípios de comunidade, de igreja, então assim a gente não consegue falar de visão se, no entanto, a gente não discute união, que junto a gente é mais forte, que nós estamos numa rede cooperativa. Então não é o nosso idealismo falar de eu, sozinha. Num momento de falar de mulher é eu. No ponto de vista de uma mulher, tem 50 mil vai investir no quê? Pergunta para um homem e para uma mulher as respostas vão ser diferentes. Aí tem que alinhar, tem que equilibrar porque é uma propriedade da família, é uma família (R. D.).

Com o intuito de compreender se há diferenças na educação entre filhos homens e mulheres, o que certamente se reflete nas funções exercidas por eles dentro da unidade de produção familiar. Obviamente, que essa questão foi direcionadas às mulheres que tem filhos dos dois gêneros. A maioria das mulheres do café convencional respondeu que as tarefas domésticas e agrícolas foram ensinados para as meninas e os meninos, ou seja, todos estão preparados para exercê-las. No entanto, percebe-se que a tendência não se modificou, os seja,

as filhas mulheres aprendem tanto serviços domésticos quanto agrícolas e atuam nos dois, pelo menos até prosseguirem nos estudos na cidade ou se casarem e, aparentemente, as mães acham que essa é uma forma natural das coisas acontecerem.

Eu vejo mais diferença é na personalidade de cada um, mas na criação que eu dei e dou para eles não, porque assim, tanto minha menina quanto os meninos sabem todo o nosso serviço no processo da produção de café, de cuidar do gado, e todos eles sabem também lavar louça, fazer um arroz, limpar a casa, só que igual falei, tem uns que tem mais interesses em algumas atividades, e outros em outras (M.S.).

Esse tipo de pensamento também é compactuado com as mulheres do café orgânico, como nesse depoimento:

Acho assim não por questão de gênero, mais acho por questão de afinidade. Acho que eu vejo na Bianca assim, ela gosta e tudo, ela fala em um tanto de profissão mesmo pequenininha, agora o Felipe já é firme e que quer fazer, acho que ele vê o pai fazer, agora a Bianca já é mais espontânea, acho que ela não vai ficar no campo, não por questão de gênero, mais por questão de afinidade (D. F.).

Em relação à divisão de tarefas domésticas entre os membros da família das mulheres entrevistadas, ficou evidente que as mulheres do café orgânico recebem maior auxílio de seus conjugues e filhos (as) do que as do café convencional. No caso dessas últimas, algumas acreditam que sejam culpadas por acabarem assumindo sozinha os afazeres domésticos porque acham que é de sua responsabilidade. “Eu via a mãe fazer tudo sozinha e peguei isso, e não tenho paciência de esperar alguém fazer, eu vou lá e já faço. Eu não me sinto bem em deixar os outros fazerem o meu serviço” (S. D.). Outras reclamam dessa situação, quando relataram que recebem mais ajuda de seus filhos (as) do que de seus maridos, que assumem as tarefas do lar apenas na ausência feminina. “Eu cobro dos meninos, faço eles cuidarem da casa também, mas na verdade a maioria das funções eu assumo porque acabo achando mais prático e porque eles também têm as tarefas da escola. Agora meu marido em casa é o que menos ajuda, mas se precisar ele se vira também” (M. G.).

Por outro lado, as mulheres do café orgânico acreditam que a divisão das tarefas domésticas se baseiam na consciência que seu marido possui em relação à responsabilidade pela organização do lar ou na educação de seus filhos, independente de ser menino ou menina. “Sim, meu filho não é porque é menino que não me ajuda com o serviço doméstico não, ele me ajuda. Ele tem 11 anos, por enquanto não trabalha na roça, mais no dia-dia ali dentro de casa nós dividi as tarefas. Nós temos nosso horário para tudo, até horário para assistir televisão, para comer” (S. D.).

Sobre a participação das mulheres nas cooperativas, conforme já relatado pelo vice-presidente da COOXUPÉ, elas são chamadas a participar apenas em eventos, no quais são realizadas palestras com temas que não são escolhidos por elas, como confirma esse depoimento:

Geralmente é sobre a saúde da família, de como viver em comunidade, do papel da mulher, mas na cafeicultura em si, falar como a mulher pode trabalhar e viver do campo, não. Pelo menos as que participei. E assim, podia ser diferente sim, porque igual eu tenho uma noção muito boa de como tudo funciona, agora tem mulher que tem que acreditar só na palavra do pai, do marido, do irmão (M. G.).

A situação das mulheres do café orgânico é bem diferente, sobretudo depois da criação do MOBI e da consequente produção do “café feminino”, as mulheres passaram a ter visibilidade e respeito na COOPFAM. “Antes era só ele (*marido*) que participava, ia em banco e tudo, e hoje não, até eu tomo conta do dinheirinho. No MOBI lá, sabe, eu achei que foi muito diferente para mim” (M. B.). No entanto, uma delas explica que lutaram para conseguir espaço na cooperativa, uma vez que apenas seus maridos e filhos participavam das reuniões no núcleos, enquanto ela ficavam do lado de fora, mas foi a partir dessas mulheres excluídas, que começaram as conversas sobre a ideia de criar um grupo feminino organizado na cooperativa que, aos poucos elas foram conhecendo os seus direitos e sendo valorizado pela COOPFAM, passando, inclusive a ocupar cargos de liderança.

Sou cooperada, sou coordenadora do MOBI e coordenadora dos núcleos da COOPFAM. Acho que existe a valorização sim, se não, não teria o interesse da cooperativa em realizar um trabalho com as mulheres.

Até, então, tem uma mulher na vice-presidência, tem duas mulheres que são diretoras. Não, antes era só os homens que participavam, tinha umas mulheres que ia com os maridos nas assembleias, mas elas iam só para escutar, não poderia opinar em nada. Sim, as mulheres começaram a se tornarem cooperadas, participar das assembleias, das decisões (M. M.).

Quando questionadas se participam de alguma organização associativa e quais seriam as vantagens de se estar associada, as mulheres do sistema de produção convencional, de maneira geral, disseram não participar de nenhuma e desconhecem sobre uma organização especialmente voltada para as mulheres dentro da COOXUPÉ. Mesmo assim, algumas consideram a importância de serem representadas e que se houvesse alguma, participariam. “Eu não sei de nenhuma por aqui na região não, mas é importante sim as mulheres se reunirem para fazer coisas juntas, trocar ideias de como trabalham no campo, deve ser legal.” (I. B.). “Na verdade, por aqui não conheço nenhuma, mas com certeza se tivesse teria vantagens, atenderia a necessidade das mulheres, mas pode ser que exista e eu não tenha conhecimento” (M. S.).

Com as mulheres do sistema orgânico de café, a situação é bem diferente por conta da existência do muito comentado grupo MOBI. Embora das 15 mulheres entrevistadas, apenas 8, ou seja pouco mais da metade (53,3%) participem do grupo, todas elas ressaltaram sua importância e vantagens na participação, como o crescimento pessoal das mulheres, a união entre elas, a identificação dos problemas, a conquista da autonomia. “[...] Eu acho que as mulheres do MOBI, tem maior conscientização de sua participação da sociedade, quanto na política, na cooperativa. Elas se valorizam mais dentro de casa, com suas famílias. E também existe a amizade o convívio, a união dos grupos, as viagens. Elas se sentem importante na vida” (V. S.).

Em relação a permanência das mulheres no campo, tanto as mulheres do café convencional quanto do orgânico responderam que pretendem permanecer vivendo no campo, o que representa um fator positivo para agricultura familiar. Porém, as respostas delas variam, afinal estão inseridas em contextos diferentes. As mulheres da COOXUPÉ falam da permanência relacionada à vivência delas com o lugar, pois elas possui uma relação de pertencimento e apego ao cotidiano da unidade de produção familiar e, sobretudo, a fartura e a qualidade de vida proporcionada pela vida no espaço rural.

A tranquilidade, o sossego, a segurança, a vida boa, a fartura. Igual eu comentei com meu marido ontem: ele não tira leite para vender, só para o nosso consumo, mas o que acontece, quando sobra leite eu faço queijo, eu faço doce, eu faço manteiga, eu tomo leite, então isso para mim é uma benção. Aqui eu tenho qualidade de vida. O café que eu tomo por exemplo, é de bebida mole, produzido aqui, café de verdade, deixo o melhor para gente tomar (L. R.).

Para as mulheres do café orgânico, a mudança no sistema de produção, ou seja, quando deixaram de produzir café convencional, é um motivo muito forte para permanecerem no campo. Para esses cafeicultores, além do valor superior pago pela saca de café orgânico com relação ao convencional, o mais importante é o fato de produzir alimentos saudáveis, sem a utilização do agrotóxico, contribui para uma vida mais saudável dessas famílias. “Se Deus quiser! Aqui é mais gostoso, mais saudável. A vida é mais saudável. Se a gente que uma fruta, vai lá no pé e pega, se quer verdura, vai lá e pega assim na hora. É tudo fresquinho, na hora. É muito bom, gostoso! É qualidade de vida” (S. P.).

Sim, hoje (*pensa em permanecer no campo*), pois quando eu era adolescente eu não teria esse pensamento. Hoje eu vejo que para gente é uma das melhores opções. A gente vive em lugar tranquilo, tem água, tem luz tem internet, não deixa nada a desejar. É a tranquilidade... Tudo que você planta você colhe. Agora principalmente que a agricultura é voltada para a orgânica e você sabe que é um produto de qualidade e causa o mínimo de impacto possível no meio ambiente, para a saúde da gente, pois você está na lavoura todo dia. Eu acho que para gente é muito bom, você produzir o orgânico está dando certo e ainda está sustentando a família (D. F.).

Quando questionadas sobre suas opiniões sobre a situação da agricultura familiar no Brasil, a maioria das mulheres da cafeicultura convencional acredita que ela necessita de amparo, reconhecimento e valorização, principalmente no âmbito das políticas públicas. “Governo poderia melhorar para agricultor, colocar preços mais baixos ou com menos impostos nos produtos, porque a agricultura move o país” (F. B.). “Eu acho que o governo tinha que valorizar mais a agricultura, porque o nosso produto ele não tem o valor devido, e a gente vê que o que está segurando o Brasil é a agricultura” (L. R.).

Mais especificamente sobre a cafeicultura, elas relataram sobre as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, ou seja, a relação custo/benefício desse tipo de cultura e o que poderia ser feito para melhorar a situação dos cafeicultores, que se estão inseridos no contexto do agronegócio.

Se o governo subsidiasse um pouco o preço dos defensivos agrícolas já ajudava um pouco. Até para você comprar adubo hoje é um absurdo! E outra coisa que eu acho também, a gente vende nosso café barato, ele vai para outros países, uma xícara que eles consomem é muito cara. Então, por que o governo não incentiva para gente mandar o café pronto para lá? Não, vai ser vendido o café em grão cru, chega lá eles beneficiam o café e vendem muito caro, então quem fica com o lucro? O produtor que não é. E a gente vê realmente que o governo não faz nada, não se importa com o produtor, principalmente o pequeno, que sofre mais, porque seus custos são maiores, ele não tem condições de otimizar toda sua produção (L. R.).

Seguindo a mesma linha de pensamento, as mulheres da cafeicultura orgânica entendem também que a situação da agricultura familiar brasileira necessita de apoio e principalmente valorização do trabalho familiar. Ela carece de espaço e apoio, além de projetos que auxiliem as famílias a planejarem melhor suas rendas e investimentos.

É uma tendência acho que cada vez de ser maior no Brasil a agricultura familiar, né? E a valorização do comércio, em geral, está valorizando muito mais a produção familiar e tem que ser valorizado mesmo porque é uma unidade muito importante, porque a família é a base de tudo. E a produção que consta a família toda no processo é muito importante. É importante em meio ético, no meio profissional, em todos os aspectos é importante, mas precisa ser mais valorizado (F. G.).

Em relação a atual situação da cafeicultura orgânica, as mulheres acreditam que o incentivo é fundamental para este novo sistema de produção, além disso, como o trabalho é exclusivamente familiar, no processo de venda do café, este quesito deveria pesar e ser mais bem avaliado, sendo que algumas mulheres acreditam que a família tem mais apoio da COOPFAM do que do governo.

A gente faz conta de tudo, temos o controle de tudo que a gente produz, o que facilita a gente. Eu não sei, a gente tem PRONAF se precisar, de verdade eu não sei te falar. A COOPFAM faz muito como um governo para a gente, certificado *fair trade* que gera prêmios para nos cooperados, então a gente precisou fazer mais um terreno e conseguimos empréstimo com a cooperativa com juros baixos, para melhorar a qualidade, então com as ações do governo hoje eu não tenho contato como tá funcionando, pois temos uma cooperativa que olha por nós. E pelo que escuto, acho que pode melhorar e dá para melhorar, tem gente que precisa de financiamento, e é complicado (D. F.)

Questionadas sobre o destino das propriedades, mesmo retratando algumas dificuldades de ser agricultor familiar no Brasil, retratadas por elas anteriormente, tanto no sistema convencional quanto orgânico, todas as mães acreditam que seus filhos darão continuidade ao trabalho agrícola na propriedade familiar, principalmente os filhos homens, como mostra essa mulher do café convencional: “Eu gostaria que meus filhos continuassem cuidando certinho, melhorando mais. Acredito que meu filho vai continuar, porque meu marido já está incentivando ele, mas as meninas a gente ainda não sabe, se vão casar, o que vão escolher”. Para as mulheres do café orgânico, essa certeza é maior porque acreditam que o sistema de produção que adotam tem garantido que seus filhos acreditem mais na agricultura. “O orgânico incentivou bastante. Meu menino está todo interessadinho, que nem faculdade está querendo fazer. Eu falei que é pra fazer pelo me nos um (curso) técnico, para cuidar da propriedade. Mas eu acho que vai continuar sim e o incentivo é pelo o orgânico. E desde pequeno já começa fazer as contas, vê o valor, agrega valor no orgânico” (S. P.). Essa mesma mulher destaca o apoio dado pela COOPFAM para que a sucessão geracional ocorra nessas famílias, o que tem contribuído para que exista um “grupo de jovens de 15 anos que já pensam projetos” (S. P.).

Considerações finais

A hipótese inicial dessa pesquisa se baseava na diferença no papel das mulheres no sistema convencional, representado pela COOXUPÉ e o orgânico, representado pela COOPFAM, dentro da unidade de produção familiar. A que se ressaltar, antes de tudo, que é

muito complexo estabelecer uma comparação entre as duas cooperativas, principalmente com relação à quantidade de cooperados, já que a diferença entre elas é extremamente discrepante. Enquanto a COOXUPÉ que possui sede em Guaxupé-MG, contém cerca de 14 mil cooperados e atua em 200 municípios em Minas Gerais e São Paulo, com 22 unidades avançadas, além de ter um escritório de exportação em Santos. A COOPFAM está localizada em Poço Fundo-MG, possui somente 460 cooperados e atua em 27 municípios. Pelo histórico de cada uma, é possível perceber que elas possuem lógicas e ideologias diferentes, enquanto a primeira representa muito mais uma agroindústria, praticamente uma empresa capitalista, a segunda está focada na família do cooperado, ou seja, possui um espírito realmente cooperativista.

Quando traçamos o perfil das propriedades rurais, para compreendermos as vivências dos representantes da agricultura familiar associados as cooperativas, percebemos que há diferenças básicas entre elas, além dos sistemas de produção adotados. Em termos de renda mensal da família, os cooperados da COOXUPÉ possuem uma renda um pouco maior que os da COOPFAM. Em relação as decisões, no primeiro caso, alguns integrantes decidem ou só o chefe da família, enquanto no segundo, isso não acontece, na maioria, todos decidem e quando, os filhos são pequenos, as decisões ficam a cargo do pai e da mãe. Os agricultores familiares da COOXUPÉ dedicam-se quase exclusivamente ao café, enquanto que os da COOPFAM também possuem outras culturas agrícolas. Em termos de produtividade, em ambos os casos se mostraram baixos, certamente pela dificuldade de investimentos na lavoura. De um modo geral, os cooperados das duas cooperativas se mostraram satisfeitos com a atuação de ambas, embora concordem que enfrentam dificuldades para produzirem café. Mesmo assim, os agricultores pretendem continuar na cafeicultura e acreditam na sucessão geracional na propriedade familiar.

Mais especificamente sobre a questão de gênero, ou seja, as diferenças entre homens e mulheres da cafeicultura convencional e da orgânica, encontramos mais semelhanças que diferenças, nas questões relacionadas ao papel das mulheres na unidade de produção familiar.

A maioria das entrevistadas tem origem rural e passou a residir na propriedade familiar após o casamento, sendo que na maior parte, a terra foi herdada pelos maridos, ou seja,

passaram a viver no local determinado por eles. Em ambos os casos, a grande maioria entrevistada possuem baixa escolaridade, assim estas mulheres se dedicam as atividades que desenvolvem na propriedade familiar, tanto no café convencional quanto no orgânico, exercendo assim a dupla jornada de trabalho, ou melhor, tripla: casa, quintal (horta e animais) e roçado. No entanto, muitas delas consideram que esse trabalho na agricultura é uma “ajuda” aos maridos que, nem sempre as “ajudam” nos afazeres domésticos. Nessa questão da educação, no café convencional, o discurso das mulheres se baseia na tendência natural, que os filhos se dediquem mais às atividades agrícolas e as filhas mais para as domésticas. Já no café orgânico todas entrevistadas disseram que os filhos homens e mulheres aprendem a trabalhar tanto na casa quanto no cafezal.

A respeito a relação das mulheres com a cooperativa existem diferenças entre os dois sistemas. Na opinião das mulheres das famílias associadas à COOXUPÉ, elas se sentem apenas coadjuvantes de seus maridos que são os cooperados e que dialogam com a cooperativa, dificultando que elas tenham informações sobre as negociações. Já no caso da COOPFAM, pelo fato de serem cooperadas, se sentem parte da cooperativa, na qual negociam e recebem pela venda de seu café, bem como participam das reuniões e das tomadas de decisões.

Sabemos que as mudanças no papel representado pelas mulheres na unidade de produção familiar somente poderá alterar-se a partir de uma educação voltada para a equidade de gêneros. Todavia, o que vimos nessa pesquisa foi que, todas as mulheres entrevistadas desejam permanecer vivendo na unidade de produção familiar, sobretudo por conta da qualidade de vida existente no meio rural. As mulheres da COOXUPÉ falaram do pertencimento e apego ao lugar, para as da COOPFAM, a transição para o café orgânico também tem contribuído para permanecerem no campo, além de produzirem alimentos saudáveis, que tem permitido mais saúde para suas famílias.

Para concluir, essa pesquisa nos deu a possibilidade de ouvir as mulheres que vivem e trabalham no campo, que fazem da terra seu sustento, que estão envolvidas em todas as atividades da propriedade. Foi importante para compreendermos como essas mulheres cumprem papéis essenciais no meio que estão inseridas, como agricultoras, como esposas, como mães, como administradoras, como verdadeiramente conhecedoras da realidade que

vivem. No entanto, acreditamos que as mulheres do café orgânico estão tendo mais possibilidades de mostrarem seu valor porque estão inseridas num processo em que a cooperativa tem permitido sua participação, através da criação do MOBI e, aos poucos, vão tentando mudar a mentalidade dentro da suas famílias. Ainda assim, há muito que fazer para melhorar isso, considerando que o “café feminino”, tem levado o nome da COOPFAM pelo mundo afora, e isso não aconteceria se não fosse o trabalho destas mulheres.

Referências

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012, p.400.
- ANDRÉ, I. M. O gênero em Geografia: introdução de um novo tema. *Finisterra*, Lisboa, XXV, n. 50, p. 331-338, 1990. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1924> . Acesso em: 26 fev. 2019.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*, Presidente Prudente, n. 12, Jan.-jun./2008, p. 6-17. Disponível em: <http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf> . Acesso em 26 mai. 2019.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Acompanhamento da safra brasileira: café*. Brasília : Conab, v. 5, n. 3, Safra 2018, Terceiro levantamento, Set. 2018. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe/boletim-da-safra-de-cafe/item/download/16106_945205b3373e7ca8e09270a79fad36e9 . Acesso em 22 jul. 2019.
- DIAS, A. M. S. *Família e trabalho na cafeicultura*. Caderno Pesquisa, São Paulo, (37): 26-38, mai. 1981. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1593/1582> . Acesso em: 29 jul. 2019.
- DOMINGOS, F. O.; PIRIN L.; PASSOS V. R. L. Cooperação agrícola e níveis de renda: um estudo de caso. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10, *Anais...* São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/13.pdf> . Acesso em 22 jul. 2019.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. DI SABBATO

- A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; organização de BUTTO, A. (org.). Brasília: MDA, 2009, p. 11-28. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204232-487363-It_Estatsticas_Rurais_e_-2443273.pdf . Acesso em 22 jul. 2019.
- FRANCISCO, M. L. O. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas considerações. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v.2, n.1, jan.-jun./ 2011, p.27-36. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/1745/1909> . Acesso em: 08 mar. 2019.
- GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras. In: *Observatório da Cidadania: População pobre versus mercado*. Rio de Janeiro: Ibase, 2003., p. 44-49. Disponível em: http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroa2003_bra.pdf . Acesso em: 29 jul. 2019.
- GUSMÃO, M. V. A. *Café Convencional X Café Orgânico: Análise Comparativa de Sistemas de Produção Familiar*, Ibicoara- BA. 2009. 60f. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciências Econômicas. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9743> . Acesso em: 15 de Jun. de 2018.
- KARAM, K. F. A mulher na Agricultura Orgânica e em Novas Ruralidades. *Revistas Estudos Feministas*. Florianópolis, Volume 12, Número 1, 2002, p.303-320. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/381/38112116.pdf> . Acesso em 22 jul. 2019.
- MELO, Carlos Augusto R. Entrevista concedida a VALE, Ana Rute. Guaxupé, 20 out. 2017.
- MOREIRA, C. F. *Sustentabilidade de sistemas de produção de café sombreado orgânico e convencional*. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada). Centro de Energia Nuclear na Agricultura. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-22052009-151446/pt-br.php> . Acesso em: 22 jul. 2019.
- NICOLELI, M; MOLLER, H. D. Análise da competitividade dos custos do café orgânico sombreado irrigado. *Revista Custos e Agronegócio online*, v. 2, n-1, 2006, p.29-44. Disponível: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v2/Custos%20do%20cafe%20organico.pdf> . Acesso em: 08 dez. 2018.
- NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. (Org.). *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo: SOF, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2019.

- OLIVEIRA, L. H.; SOUZA, C. N.; SILVA, C. B.; MARCO, E.; SILVESTRE, E. P.; Caracterização e análise da cadeia produtiva de café orgânico do Sul de Minas Gerais: subsídios para o aumento das exportações. In: *CONGRESSO DA SOBER*, 44, Fortaleza, 2006. Disponível em: <https://tind-customer-agecon.s3.amazonaws.com/ec98f8a1-0ed0-4f07-9e53-504be1209d7f?response-content-disposition=inline%3B%20filename%2A%3DUTF-8%27%27962.pdf&response-content-type=application%2Fpdf&AWSAccessKeyId=AKIAXL7W7Q3XHxDVDOYS&Expires=1564443494&Signature=O244MMqhuYDzKbbGyXS1baH%2FG10%3D> . Acesso em 29 jul. 2006
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, v.12, n.1, 2004, p.229-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2019.
- PEDINI, S. Apostila de Cafeicultura Orgânica. *Revista Cafeicultura*. 12/12/2005. Disponível em: www.revistacafeicultura.com.br . Acesso em: 12 mar. 2019.
- PEREIRA, Clemilson J. Entrevista concedida a LEMOS, Thaís de Cássia S. Poço Fundo, 21 ago. 2017.
- REIS, M. L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 38, Jul./Dez. 2015, p. 11-34. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura> . Acesso em: 22 fev. 2019.
- ROSSINI, R. E. Geografia e Gênero: A Mulher Como Força de Trabalho no Campo. *Informações Econômicas*. São Paulo, p. 41-52, 1993. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpica/ie/1993/SUP6-0193.pdf> . Acesso em: 27 fev. 2019.
- SAES, M. S. M., NAKAZONE, D. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio (cadeia café)*. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT, 2002. 133p. (Nota Técnica Final). Disponível em: <https://docplayer.com.br/15532983-Estudo-da-competitividade-de-cadeias-integradas-no-brasil-impactos-das-zonas-de-livre-comercio-cadeia-plasticos-nota-tecnica-final.html> . Acesso em: 27 jul. 2019.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme C.; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. (org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 82-109. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf . Acesso em: 07 mar. 2019.

- SEBRAE. *O que é Fair Trade (Comércio Justo)*. 07/01/2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-fair-trade-comercio-justo,82d8d1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD> . Acesso em 25 mai. 2019.
- SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, n. 8(1), p. 31-45, 2003. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf . Acesso em: 28 fev. 2019.
- SILVEIRA, M. A.; MARQUES, P. E. M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: AZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 229-250. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf> . Acesso em: 07 mar. 2019.
- SOUZA, J. V. P.; BIALOSKORSKI NETO, S. Formação das Cooperativas de Café no Brasil: Uma Análise Econômica e Institucional. In: *XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER*, 2004, Cuiabá - MT. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/04O240.pdf> . Acesso em: 12 jun. 2019.
- VERDEJO, M. E. *Ministério do Desenvolvimento Agrário*. Secretaria da Agricultura familiar. Diagnóstico Rural Participativo. Brasília, 2006. disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Guia_DRP_Parte_1.pdf . Acesso em: 24 mai. 2019.

